

Cira

Boletim Cultural 11

2011-2013

Do Património à História



CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DE XIRA



Cira

Boletim Cultural 11

2011-2013

Do Património à História



CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA FRANCA DE XIRA



FICHA TÉCNICA

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

Edição

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Museu Municipal

Coordenação geral

David Santos

Coordenação da edição

Graça Soares Nunes

Textos

Ana Libório, Anabela Ferreira, André Caiado, Catarina Conde, Catarina Sousa Couto Soares, David Santos, Dina Alenquer, Fernanda M. Assis Gomes, Fernando Marques, Graça Soares Nunes, Idalina Mesquita, Irina Francisco, João Ramalho, João Santos, José Francisco Ferreira Queiroz, Maria Adelaide Ferreira, Mónica Alves, Nuno C. J. Campos, Paula Monteiro, Paulo Silva, Ricardo Carvalho.

Design e paginação

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira - DIMRP/SDPG
Susana Vale | Dulce Munhoz

Edição

CD-Rom | 100 exemplares

Data da edição

Novembro de 2013

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores.

ISSN

2183-069X

ÍNDICE

Apresentação	5
Alberto Mesquita, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	
<hr/>	
1. A preservação patrimonial alguns estudos de caso	6
<i>Intervenções de salvaguarda patrimonial nos cruzeiros do concelho</i>	7
Ana Libório e Paula Monteiro	
<i>A problemática da conservação - O Arquivo fotográfico do Núcleo Museológico de Alverca</i>	21
Dina Alenquer	
<i>O Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira e a Salvaguarda do Património Documental</i>	33
Mónica Alves	
<i>As Vantagens da Integração de Bases de Dados Temáticas do Município de Vila Franca de Xira no Sistema de Informação Geográfica Municipal</i>	52
João Santos, André Caiado, Irina Francisco e Ricardo Carvalho	
<i>Regeneração de percursos culturais no território: Aplicação às Linhas de Torres no concelho de Vila Franca de Xira</i>	66
Catarina Conde	
<i>Centro Interpretativo do Forte da Casa. Um enquadramento minimalista na descoberta do passado</i>	80
Fernanda M. Assis Gomes	
<hr/>	
2. Das Descobertas ao século XX	92
<i>Bartolomeu Dias - De Vila Franca ao Cabo da Boa Esperança</i>	93
Fernando Marques	
<i>Breve história do convento de São Romão</i>	105
Anabela Ferreira	
<i>Figuração da mulher na Guerra Peninsular. Contributo para a história de Género</i>	122
Graça Soares Nunes	
<i>A abertura do primeiro troço ferroviário entre Lisboa e Vala do Carregado (1856) Antecedentes e inauguração</i>	136
Paulo Silva	
<i>Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo</i>	147
José Francisco Ferreira Queiroz e Catarina Sousa Couto Soares	
<i>Reflexão Síntese sobre a História do Ateneu Artístico Vilafranquense</i>	160
David Santos	
<i>O Café Central em meados do século XX: A Tauromaquia num espaço de sociabilidade</i>	167
Maria Adelaide Ferreira	
<i>O papel de Alves Redol no jornal o Goal</i>	178
Nuno C. J. Campos	
<i>A Feira Anual de Vila Franca de Xira. Breves considerações</i>	189
Idalina Mesquita e João Ramalho	

APRESENTAÇÃO

A publicação periódica Boletim Cultural Cira caracteriza-se pela interdisciplinaridade e procura dar a conhecer ao público em geral, e à comunidade científica, a investigação desenvolvida em torno das temáticas da história e património do concelho de Vila Franca de Xira, promovidas e desenvolvidas por investigadores do município e colaboradores externos.

Neste contexto, e usufruindo da pesquisa desenvolvida no âmbito do programa informal, sobre história e património do concelho de Vila Franca de Xira, *Tardes de Conversa*, que decorre no Núcleo de Alverca do Museu Municipal desde 2008, pareceu-nos importante dedicar um número desta revista à temática *Do património à História*.

Este volume divide-se em dois temas: *1-A preservação patrimonial alguns estudos de caso e 2- Das Descobertas ao século XX*.

No primeiro apresentamos os seguintes textos: *Intervenções de salvaguarda patrimonial nos cruzeiros do concelho* - Ana Libório e Paula Monteiro; *A problemática da conservação - O Arquivo fotográfico do Núcleo Museológico de Alverca* - Dina Alenquer; *O Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira e a Salvaguarda do Património Documental* - Mónica Alves; *As Vantagens da integração de bases de dados temáticas do município de Vila Franca de Xira no sistema de informação geográfica municipal* - João Santos, André Caiado, Irina Francisco, e Ricardo Carvalho; *Regeneração de percursos culturais no território - Aplicação às Linhas de Torres no concelho de Vila Franca de Xira* - Catarina Conde; *Centro Interpretativo do Forte da Casa um enquadramento minimalista na descoberta do passado* - Fernanda M. Assis Gomes.

No segundo tema reunimos os seguintes trabalhos: *Bartolomeu Dias - De Vila Franca ao Cabo da Boa Esperança* - Fernando Marques; *Breve história do convento de S. Romão* - Anabela Ferreira; *A figuração da mulher na Guerra Peninsular. Contributos para a história de género* - Graça Soares Nunes; *A abertura do primeiro troço ferroviário entre Lisboa e Vala do Carregado (1856) - Antecedentes e inauguração* - Paulo Silva; *Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo* - José Francisco Ferreira Queiroz e Catarina Sousa Couto Soares; *Reflexão de síntese sobre a história do Ateneu Artístico Vilafranquense* - David Santos; *O Café Central em meados do século XX: A tauromaquia num espaço de sociabilidade* - Maria Adelaide Ferreira; *O papel de Alves Redol no jornal o Goal* - Nuno C. J. Campos; *A Feira Anual de Vila Franca de Xira. Breves considerações* - Idalina Mesquita e João Ramalho.

A partilha destas experiências serve igualmente para estabelecer um diálogo profícuo e enriquecedor de troca de saberes com o público interessado nestas matérias, sendo igualmente uma ferramenta de trabalho para os estudiosos das áreas da história e património.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Alberto Mesquita

1.

A preservação patrimonial alguns estudos de caso

CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11

Intervenções de salvaguarda patrimonial nos cruzeiros do concelho

ANA LIBÓRIO¹ E PAULA MONTEIRO²

RESUMO

No âmbito da *práxis* da proteção, salvaguarda e valorização do património cultural, desenvolvida pelo Setor de Património da Divisão de Património e Museus (DPM)³ da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, conjugadamente com outras entidades (autarquias locais e organismos dotados de competências para a intervenção em património histórico), dá-se a conhecer os processos de recuperação e de reconstituição de cruzeiros pertencentes a três localidades do concelho: Castanheira do Ribatejo, S. João dos Montes e Sobralinho.

Palavras-chave: Património, Salvaguarda, Valorização, Conservação, Cruzeiro

SALVAGUARDA PATRIMONIAL

É tarefa fundamental do Estado a salvaguarda e valorização do património cultural (...) o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do estado (...) e das autarquias locais. (Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural: Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Artº. 3º).

No âmbito da salvaguarda e recuperação do património concelhio, propriedade municipal ou propriedade de outras entidades, o Setor de Património, serviço dependente da Divisão de Património e Museus (DPM) da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (atual Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus) tem desenvolvido e acompanhado os mais diversos processos de recuperação, incidindo no património imóvel, móvel e integrado. É neste contexto de atuação que surgiram os programas de proteção, valorização e salvaguarda de fontes históricas, de pelourinhos, de marcos de légua e dos cruzeiros, marcos histórico-culturais que são objeto desta apresentação. Cumprindo-se os princípios emanados da legislação em vigor e, simultaneamente, adotando as premissas das cartas, convenções e recomendações internacionais para a conservação e restauro do património histórico-cultural,⁵ foi possível intervir e recuperar, de forma integrada e após os estudos e diagnósticos criteriosos, três bens culturais que congregam valores simbólicos e identitários, sobretudo para as comunidades locais. Em dois casos, no de Castanheira do Ribatejo e no de S. João dos Montes, os monumentos tinham sido alvo de “restaus” inadequados e, no outro caso, do cruzeiro do Sobralinho subsistiam apenas dois elementos pétreos do original que se impunha reconstituir. Contudo, previamente à explanação dos processos de recuperação e metodologias adotadas para cada um dos cruzeiros, importará contextualizar a origem e simbologia deste elemento patrimonial.

“Grande cruz de pedra, erguida ao ar livre, no adro de igrejas, ou em encruzilhadas, praças, cemitérios,” (...) “geralmente assente sobre plataforma de degraus.”⁶ Nesta breve definição de cruzeiro encontramos um contexto de origem comum aos três cruzeiros recuperados: são monumentos erguidos ao ar livre, no adro de igrejas (ou próximo desses imóveis religiosos), cuja utilização inicial se inscreve num carácter devocional. A cruz é o símbolo da religião cristão, tornando-se objeto de culto a partir do século IV, sendo difundida nas artes plásticas e nas artes decorativas até à atualidade.

Estruturalmente e, na tipologia mais comum, os cruzeiros são constituídos por plataforma ou soco com degraus, onde assenta a base ou plinto, da qual se ergue fuste (ou coluna) encimado por capitel onde se inscreve a cruz, que pode ser latina simples, ou com a imagem de cristo esculpida em alto relevo (mais comum no norte de Portugal).

RECUPERAÇÃO DO CRUZEIRO DO SOBRALINHO

O cruzeiro do Sobralinho foi o primeiro monumento desta tipologia a ser recuperado no concelho e ao contrário dos dois cruzeiros em análise, estava apeado desde meados do século XX, subsistindo apenas dois elementos pétreos originais. Apesar de não ser um monumento classificado é significativa a sua importância histórica, dado que se trata do único vestígio físico relacionado com a desaparecida Igreja do Divino Espírito Santo,⁷ que se erigia onde hoje se encontra a Torre do Relógio e um jardim (na Rua Duque da Terceira), para além de haver referências ao cruzeiro, como “padrão evocativo da glória de um dos filhos do Sobralinho, um bravo defensor da nossa pátria – Pedro Jacques de Magalhães.” Segundo fontes bibliográficas⁸ não confirmadas, existe a tradição que este cruzeiro evocava a glória e bravura de Pedro Jacques de Magalhães, que segundo o autor José do Carmo Pacheco “nasceu no Sobral, termo de Alverca em 1600”⁹. Pedro Jacques de Magalhães foi um dos militares da Guerra da Restauração, que se destacou na Batalha de Castelo Rodrigo, tendo sido agraciado por D. Pedro II com o título de 1º Visconde de Fonte de Arcada.

A Igreja do Divino Espírito Santo tinha sofrido um incêndio que muito contribuíra para a sua degradação e, concomitantemente, ficara à mercê de atos de vandalismo, sendo esta a condição do imóvel (ou o que restava dele) em meados do século XX, havendo lugar a pedidos para outros melhoramentos para a terra, por ocasião da “chegada” da luz elétrica àquela povoação, por parte de uma freguesia do lugar, Maria César Rodrigues, durante as respetivas cerimónias de inauguração: “Lastimou o facto da Igreja do Sobralinho se encontrar em vergonhoso estado de ruína, lembrando que a mesma deve ser demolida para evitar aquela permanente vergonha e que fosse poupada a torre que, restaurada, poderia para nela ser colocado um sino para casos de alarme e um relógio para orientação do povo”.¹⁰ Este imóvel acabou por ser demolido em meados do século XX. Era pedido também, naquela ocasião solene, para que o Cruzeiro fosse tratado “com carinho” pelo “Povo”, porque ele é um padrão evocativo da glória de um dos filhos do Sobralinho, um bravo defensor da nossa Pátria – Jacques de Magalhães”.¹¹ O topónimo *Largo da Cruz* manteve-se até à atualidade e corresponde precisamente à zona cimeira da artéria referida - Rua Duque da Terceira, no eixo da antiga Igreja, sendo o local de implantação original do cruzeiro.

INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

O principal objetivo para o desenvolvimento deste processo, e que viria a orientar igualmente as intervenções dos cruzeiros da Castanheira do Ribatejo e de São João dos Montes, foi a dignificação e valorização destes bens culturais e, simultaneamente, a sua integração junto das comunidades locais que os reconhecem como fator identitário.

O processo de recuperação iniciou-se em 1997, após um pedido de apoio da Junta de Freguesia do Sobralinho à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX), com o estudo do local para implantação do cruzeiro. Esse estudo foi realizado pelos técnicos do Setor de Património (da CMVFX) e contou com o apoio da Arqt.^a Ana Margarida Brito da extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN¹²).

No início do processo de recuperação, o cruzeiro encontrava-se apeado do seu local de implantação (terá sido apeado em data posterior a 1951), subsistindo apenas a base prismática octogonal (datada de 1664) onde encaixava a cruz e três peças dispersas que pertenciam aos degraus (ver Fig. 2).

Paralelamente à recuperação do cruzeiro, foi desenvolvido entre 1999 e 2000 um projeto de arranjos exteriores pela empresa *L Projecto – Projecto e construção, Lda.*, que permitia o reordenamento paisagístico do atual Largo da Cruz, onde foi replantado este imóvel. Este projeto pretendia a individualização do espaço, dignificando assim o monumento.

O Largo da Cruz foi escolhido pela proximidade com o local original deste bem cultural, orientado para o eixo onde outrora existiu a antiga Igreja do Sobralinho e por se tratar de uma das zonas mais centrais da vila.



Fig. 1 - Base do cruzeiro antes da intervenção. Foto Paula Monteiro, 2001.



Fig. 2 - Pedras pertencentes aos degraus antes da intervenção. Foto Paula Monteiro, 2001.



Fig. 3 - Cruzeiro do Sobralinho. Foto Ana Libório, 2010.



Fig. 4 - Base e degraus após intervenção. Foto Ana Libório, 2010.

As pedras originais encontravam-se infestadas por colonização biológica, os elementos metálicos existentes encontravam-se oxidados, apresentando ainda perda de material pétreo por esboroamento e com preenchimentos a cimento (ver Fig. 1 e Fig. 2).

A intervenção de conservação e restauro do cruzeiro antes da sua colocação *in situ* teve como base o caderno de encargos elaborado pela técnica da DGEMN em conjunto com os técnicos do Setor de Património da CMVFX, tendo-se realizado a sua implementação em 2001, obra executada pela empresa *Paulo & Filhos, Lda*.

Iniciaram-se os tratamentos com uma limpeza da superfície pétreo, paralelamente à elaboração de uma sapata que permitiria o assentamento da base do cruzeiro.

A forma da cruz reconstituída foi auferida através da comparação com outros cruzeiros do século XVII da região de Lisboa e também nas dimensões do encaixe existente no topo da base (possível após remoção do cimento da cavidade). O número e a forma dos dois degraus, igualmente inexistentes, foram obtidos através da descrição de habitantes locais e de uma foto do cruzeiro ainda erigido, datada dos anos 40. Quanto ao material para execução da cruz e dos degraus da plataforma foi escolhido o calcário, material idêntico ao das peças pré-existentes.

A recuperação foi concluída com a montagem dos elementos em cantaria através da aplicação de espigões em aço inox.

RECUPERAÇÃO DO CRUZEIRO DA CASTANHEIRA DO RIBATEJO

O processo de recuperação e reconstituição do cruzeiro da Castanheira do Ribatejo iniciou-se em 2002, através de uma proposta da Divisão de Património e Museus (DPM) o qual vinha complementar o projeto de arranjos exteriores que decorria então no Largo de São José junto à Igreja Matriz de S. Bartolomeu (Imóvel classificado de Interesse Público).

Esta proposta visava uma intervenção profunda que restituísse o valor histórico a este bem cultural. Com efeito o cruzeiro havia sido em tempos reconstruído sem o respeito pela sua autenticidade e com materiais e produtos inadequados agora, com a intervenção no largo, com a intervenção no largo da Igreja, ser o momento oportuno para intervir. Com efeito, ao ser necessário a desmontagem do cruzeiro, seria pertinente avançar de forma integrada – no bem cultural e na sua envolvente, estando reunidas as condições para essa intervenção.

INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Além da cruz reconstituída em cimento, o estado de conservação deste imóvel, datado de 1862 (ver Fig. 7), em nada o dignificava. Sobre as pedras da base prismática quadrangular e dos dois degraus de planta quadrada, em pedra de lioz, encontravam-se depositadas sujidades várias, resultantes da combinação de colonização biológica entre outros depósitos, que alteravam a perceção estética. Os dois degraus constituídos por quatro peças cada estavam ligados entre si por “gatos” em ferro oxidados. Apresentavam ainda perda de material pétreo por esboroamento, com alguns preenchimentos em cimento.

Após aprovação do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)¹³, por se localizar na área envolvente de um Imóvel Classificado (Igreja Matriz de São Bartolomeu classificada como Imóvel de Interesse Público segundo o Dec. n.º 45 327, DG 251, de 25 de Outubro de 1963), foi iniciada em Junho de 2003 (e concluída em Agosto desse ano) a sua recuperação com uma intervenção de conservação e restauro a cargo da empresa *Compósito, Conservação e Restauro de Pedra, Lda*.

A intervenção contemplou vários tratamentos, iniciados com a limpeza mecânica da pedra por via húmida (tratamento efetuado com biocida para desinfestação de líquenes e microflora) e a remoção dos materiais acrescentados (cimento).



Fig. 5 - Cruzeiro da Castanheira do Ribatejo antes da intervenção (década de 90 do século XX). Foto Amélia Gonçalves.



Fig. 6 - Cruzeiro da Castanheira do Ribatejo. Foto Ana Libório, 2010.



Fig. 7 - Inscrição na base. Foto Ana Libório, 2010.



Fig. 8 - Pormenor da inscrição 1626 ou 28 na base. Foto Ana Libório, 2013.



Fig. 9 - Pormenor da inscrição 1755 na base (zona inferior). Foto Ana Libório, 2007.

A reconstituição da cruz teve em conta o desenho de outros cruzeiros da época, existentes no concelho e nas dimensões da cavidade no topo da base (obtida após limpeza). Para a sua execução, a cruz latina foi talhada num bloco de pedra de lioz seguindo o método tradicional do canteiro. Tal como no cruzeiro do Sobralinho, foi utilizada uma laje de pedra de lioz da mesma qualidade da base, tendo em vista a compatibilidade dos materiais, tendo sido reaproveitado um elemento pétreo que se encontrava depositado no pavimento do adro da Igreja e que não continha qualquer inscrição.¹⁴

Manteve-se no local onde se encontrava antes da sua desmontagem para a realização dos arranjos exteriores no Largo. Executou-se uma sapata para o seu assentamento, após a qual se procedeu à montagem das peças constituintes, unidas com gatos em aço inox (em substituição dos existentes em ferro) e ao tratamento de juntas e microfissuras com argamassas adequadas ao material pétreo.

A finalização da intervenção deu-se após a aplicação de um produto hidrófobo para proteção e para retardar o aparecimento de patologias.

RECUPERAÇÃO DO CRUZEIRO DE SÃO JOÃO DOS MONTES

Cruzeiro datado do século XVII, de 1626 ou 1628, pois a inscrição existente não é muito perceptível (ver Fig. 8), colocado em frente da Igreja de São João Baptista, apresentando ainda na sua base outra inscrição de 1755, data de uma eventual reconstituição do cruzeiro original após o terramoto que atingiu esta zona (ver Fig. 9).

Devido à necessidade de criar um espaço de fruição pública e de valorização do imóvel religioso, surge em 2002 a intenção da Junta de Freguesia de São João dos Montes em executar arranjos exteriores na zona envolvente à Igreja de São João dos Montes, que se viriam a concretizar através de execução de projeto de arranjos exteriores da autoria da Arq^a. Fernanda Gomes e da Arq^a. Catarina Conde (CMVFX).

Numa leitura global do espaço e seguindo uma visão integrada, foi incluído neste processo a intervenção de conservação e restauro do cruzeiro, tendo como objetivo principal a sua reconstrução, mas também a sua reimplantação para local mais adequado, deslocando-o para o eixo da porta principal da Igreja. Tratava-se de uma zona com maior visibilidade e que se coadunava com a sua origem, marcando aquele espaço sagrado.

O cruzeiro resultava de uma reconstrução dos anos 40 quando foi recolocado junto ao gradeamento do muro do adro da Igreja, a qual unia os elementos pétreos antigos uma cruz executada em cimento (ver Fig. 10).

INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

No que diz respeito ao estado de conservação dos materiais pétreos era possível identificar diferentes patologias. As pedras encontravam-se infestadas por colonização biológica, apresentando perda de material pétreo por esboroamento e algumas fraturas. Os grampos em ferro para fixação encontravam-se oxidados. A cruz havia sido reconstituída em cimento e gravilha, restando do original apenas a base e um degrau em pedra de lioz.

Este trabalho foi promovido pela CMVFX, em parceria com a Junta de Freguesia de São João dos Montes e desenvolvido pela empresa *Compósito, Conservação e Restauro de Pedra, Lda.*, decorrendo entre Outubro de 2007 e Abril de 2008.

Iniciou-se o processo com a desmontagem da base e dos degraus e posterior demolição da cruz em cimento, seguindo-se a limpeza mecânica por via húmida (aplicação de biocida para desinfestação de líquenes e microflora) e remoção de materiais acrescentados como o cimento. As peças que constituem o segundo degrau foram executadas com a espessura e dimensão semelhantes ao degrau existente em calcário de lioz de Pêro Pinheiro.



Fig. 10 - Cruzeiro de S. João dos Montes. antes da intervenção.
Foto Ana Libório, 2007.



Fig. 11 - Cruzeiro de S. João dos Montes. antes da intervenção. Foto Ana Libório, 2007.



Fig. 12 - Base após remoção da cruz em cimento. Foto Ana Libório, 2007.



Fig. 13 - Peças que constituíam originalmente o cruzeiro. Foto Ana Libório, 2007.

Após a desmontagem da cruz e limpeza da cavidade (ver Fig. 12), foi possível analisar a base onde se encontrava a cruz original tendo-se percebido que esta não corresponderia à tipologia existente no concelho de Vila Franca de Xira mas a uma tipologia mais comum no Norte do País, com uma coluna de base cilíndrica.

Foi então elaborada uma pesquisa pelo Setor de Património da DPM, com a colaboração da Junta de Freguesia de São João dos Montes, no sentido de estudar e encontrar paralelismos de exemplares da mesma época, confrontando com os vestígios existentes. Após esta pesquisa, decidiu-se que a reconstituição se iria basear no cruzeiro de S. Vicente de Pereira em Jusã (concelho de Ovar). Uma das bases de informação utilizada na investigação levada a efeito foi o inventário do património da DGEMN, através do sistema de informação para o património arquitetónico (SIPA). Concluiu-se que aquele cruzeiro reunia o conjunto de características que mais se aproximavam do que poderia ser originalmente o de S. João dos Montes. Caracteriza-se por uma coluna cilíndrica, encimada por capitel toscano e cruz latina de secção quadrada a rematar o conjunto, com as hastes trilobadas.

Após elaboração da sapata para assentamento, foram montadas todas as peças que constituem o cruzeiro, unidas com espigões em aço inox (em substituição dos existentes em ferro). Seguiu-se o tratamento de juntas e microfissuras com argamassas adequadas ao material pétreo. Concluindo-se a intervenção com a proteção final com aplicação de um produto hidrófobo.

Podemos afirmar que o resultado obtido em todas as intervenções foi a valorização dos cruzeiros em que as peças executadas se integram perfeitamente no conjunto mas, ao mesmo tempo se distinguem, não alterando a autenticidade histórica destes bens culturais.

As intervenções regeram-se pelas cartas, recomendações e normas internacionais em vigor para a salvaguarda, conservação e valorização do património cultural, cumprindo os princípios éticos fundamentais da conservação e restauro: o reconhecimento (pois os elementos introduzidos distinguem-se do original), a reversibilidade (a qualquer momento caso surjam novos dados históricos podem-se remover os novos elementos), a compatibilidade (utilização de materiais compatíveis com os originais) e o da intervenção mínima (limitado a intervenção ao mínimo indispensável). Respeita efetivamente “o objetivo da conservação de edifícios históricos e monumentos, estando estes em contextos rurais ou urbanos é o de manter a sua autenticidade e integridade”, de acordo com o plasmado na Carta de Cracóvia no que concerne aos princípios para a conservação e o restauro do património construído. Essa realidade física construída, com características conceptuais singulares, espaciais e estruturais, reúne valores simbólicos e de memória que são, em muitos casos suporte de uma identidade. Que esses valores não sejam apenas considerados referências de um tempo passado mas que constituam pontes para o futuro, pelo legado que a nós chegou mas, sobretudo, pela herança que deixaremos às gerações futuras pelo nosso contributo nessa transmissão.

Com efeito, “a proteção e valorização do património é tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos”¹⁵.



Fig. 14 - Cruzeiro de S. João após intervenção. Foto Ana Libório, 2008.

BIBLIOGRAFIA

C., “O Sr. Presidente da Câmara inaugurou solenemente a luz eléctrica no Sobralinho” in *Jornal Vida Ribatejana*, 3 de Fevereiro de 1951.

CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Histórico e Monumental*; Volume III, 1938.

Carta de Cracóvia; Cracóvia, 2000.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.), 100 anos de património: memória e identidade: Portugal 1910-2010; Lisboa, Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2010.

FEUILLET, Michel, *Vocabulário do Cristianismo*, Edições 70, 2002.

PACHECO, José do Carmo, *Monografia de Alverca*; Junta de Freguesia de Alverca, 1998.

SILVA, Armando Dinis da, *Sobralinho*; Junta de Freguesia do Sobralinho, 1996.

SEQUEIRA, Paulo, *Relatório de recuperação do cruzeiro da Castanheira do Ribatejo*; Compósito, Conservação e Restauro de Pedra, Lda., 2003.

NOTAS

¹ Licenciada em Conservação e Restauro pelo Instituto Politécnico de Tomar.

² Licenciada em História – variante de História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Técnica Superior do Museu do Neorrealismo, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

³ Atualmente Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus, (DCTPM), por Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais da CMVFX, de 18 de abril de 2013, Despacho nº 5716/2013, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 83, do dia 30 de abril de 2013.

⁴ Nesta publicação vem também plasmada a intervenção de reimplantação do Marco da IV légua, em Alverca do Ribatejo, outro monumento que constitui um marco histórico-cultural, em sintonia com os cruzeiros que aqui se dão a conhecer.

⁵ Nomeadamente a Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios (1964); a Carta de Cracóvia - Princípios de Conservação e Restauro do Património Construído (2000) e a Convenção de Faro –Valor do património para as sociedades (2005).

⁶ FEUILLET, Michel, *Vocabulário do Cristianismo*, Ed. 70, 2002, p.46.

⁷ “Paróquia de invocação do Espírito Santo” segundo Francisco Câncio na obra *Ribatejo Histórico e Monumental*.

⁸ SILVA, Armando Dinis da, “Sobralinho”, Junta de Freguesia do Sobralinho, 1996.

⁹ PACHECO, José do Carmo, *Monografia de Alverca*, Junta de Freguesia de Alverca, 1998.

¹⁰ De acordo com notícia publicada pela ocasião solene C., “O Sr. Presidente da Câmara inaugurou solenemente a luz eléctrica no Sobralinho” in *Jornal Vida Ribatejana*, 3 de Fevereiro de 1951.

¹¹ *idem*

¹² Em de Maio de 2007, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi integrada no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), nas áreas de intervenção sobre o património não classificado, enquanto o património classificado ficaria na competência do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR).

¹³ Em Outubro de 2006 foi publicado o D. L. nº 215/2006 que agregou o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e o Instituto Português de Arqueologia (IPA), dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), organismo que em 2012, através do D.L nº115/2012, de 25 de Maio, foi integrado na Direcção-Geral do Património Cultural.

¹⁴ Por ocasião das obras de arranjos exteriores no Largo de São José, na freguesia de Castanheira do Ribatejo, optou-se ainda por reintegrar no local algumas lápides epigrafadas provenientes de alguns conventos extintos desta região, devido à sua proximidade histórica com o edifício da Igreja de São Bartolomeu.

¹⁵ De acordo com o disposto no Artº. 12º da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro.

A problemática da conservação O Arquivo Fotográfico do Museu Municipal - Núcleo de Alverca

DINA ALENQUER¹

RESUMO

Neste artigo aborda-se uma perspectiva do passado, do presente e do futuro de uma das coleções fundamentais do conjunto patrimonial do Museu Municipal de Vila Franca de Xira/Núcleo de Alverca. A coleção de fotografia constitui por si só uma riqueza do património cultural local e do conjunto das coleções do Museu Municipal/ Núcleo de Alverca, apresentando-se organizada segundo metodologias que se apresentarão no decurso desta exposição.

Palavras-Chave: Museu, Fotografia, Conservação.

0 – INTRODUÇÃO

A criação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) teve um papel decisivo na defesa do património cultural local que aconteceu ao nível da identificação-inventariação, preservação e valorização de uma diversidade patrimonial que foi extensível ao território do concelho de Vila Franca de Xira. A investigação produzida pelo MMVFX nos campos da história local tem sido publicada e amplamente divulgada pelos diversos meios criados com essa finalidade, colocando em evidência a relevância do património que o Concelho de Vila Franca de Xira teve no decurso da História deste país.

O Museu Municipal/Núcleo de Alverca (MMNA) integrou-se no projeto global de preservação e divulgação do património cultural do concelho de Vila Franca de Xira desde 1990. Este foi o natural reconhecimento de que Vila de Alverca elevada a cidade nesse mesmo ano, era possuidora de um vasto património cultural, cujas fortes características identitárias era urgente estudar e sobretudo inventariar para memória das futuras gerações.

A evolução da disciplina da conservação constitui uma das mais significativas e positivas mudanças para as coleções dos museus. Numa primeira apreciação estamos de facto no âmbito das ciências da natureza e, por conseguinte, da aplicação das tecnologias que controlam a temperatura, a humidade, os níveis de poluição, os microorganismos, a luz, entre outros, e também as condições em que se encontram tais espécimes. No fundo, temos duas áreas bem distintas em presença, as ciências humanas olhando o património na sua expressão cultural, histórica, artística, e as ciências da natureza, estudando as estruturas dos objectos, os materiais, a conservação, o restauro. Tudo seria mais facilitado se os objectos se comportassem sempre da mesma maneira, se as causas tivessem sempre os mesmos efeitos, se um objecto não tivesse um passado orgânico, definido pela sua origem, pelos sítios por onde andou, em suma pela sua vida. São essas marcas do tempo que se têm de entender. Todavia, em termos práticos, o indicado será estudar mais e intervir menos sobre os bens patrimoniais salvaguardando-os através do controlo ambiental em que se encontram.

No contexto do estudo, a problemática da conservação do arquivo fotográfico do MMNA, assentará numa caracterização da coleção fotográfica nos seus aspectos físicos, procurando-se deixar enunciados os riscos que poderão correr esses mesmos materiais, potenciando alguns elementos de intervenção num processo de deterioração originado principalmente por proble-

mas causados pelas condições da conservação (acondicionamento e controlo sobre a temperatura e humidade relativa), porque a preservação da fotografia, depende de três factores principais: **do tipo de material, das circunstâncias de uso e da qualidade da conservação** que lhe é dispensada. Nos aspectos da sua utilização, apresenta-se a caracterização da sua organização e as possibilidades dadas ao acesso.

1 - PEQUENO ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Museu Municipal – Núcleo de Alverca (MMNA), com data de criação de 1990, é uma das unidades museológicas integrada no Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) que depende organicamente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. É um projeto museológico polinucleado e de natureza territorial. Este conceito, inovador à época, era portador de algumas semelhanças com os ecomuseus (projectos desenvolvidos com bastante coerência no Canadá e na Alemanha na década de 70 e 80 do século XX), cujas principais características era basearem-se no território e no património preservado *in situ*, devolvidos à população, por estratégias de envolvimento da própria população segundo programas específicos que privilegiam a tradição oral, os saberes acumulados, as experiências múltiplas de histórias de vida e de vidas com história. O extravasar da fronteira do museu/edifício mudou totalmente o enfoque dado até então aos objectos museológicos, alargando-se o âmbito do seu conceito. Será o museu o suporte do objecto ou é o objecto o suporte do museu? Segundo o Prof. Mário Moutinho: «Objecto no contexto - a consideração banal e corrente de que o objecto descontextualizado é objecto desfigurado, tem colocado, legitimamente, a questão do contexto e a necessidade de introduzi-lo na exposição².» Mas, apesar das diferentes formas de olhar os objectos, o conservador continua com a presença dos objetos nas exposições e, não obstante, o carácter de toda a mudança, também esta exposição determina uma necessidade de conservação.

O projeto do MMVFX materializou-se na criação de núcleos museológicos em áreas geográficas pontuadas por características locais próprias, identificando o património arquitectónico, arqueológico e industrial, os quais determinaram as primeiras intervenções museológicas. Entretanto, a criação de pólos foi estabilizada e, atualmente, o MMVFX é constituído pelo Núcleo-sede (Vila Franca de Xira), o Núcleo de Arte Sacra/Igreja do Mártir Santo (Vila Franca de Xira), o Museu Municipal/Núcleo de Alverca (Alverca), o Núcleo Barco Varino (Vila Franca de Xira, rio Tejo).

1.1. O MUSEU MUNICIPAL/ NÚCLEO DE ALVERCA (MMNA)

O edifício onde foi instalado o MMNA corresponde à antiga Casa da Câmara da Vila de Alverca cuja construção remonta ao século XVIII (1764). A sua localização em pleno centro histórico da cidade de Alverca do Ribatejo, freguesia do Concelho de Vila Franca de Xira, é do ponto de vista museológico e da sua integração na comunidade local, significativo porque se encontra com as mais antigas referências históricas e culturais da povoação, e o torna uma das maiores vantagens. O seu enquadramento urbanístico conta com a presença do Pelourinho, monumento histórico classificado Imóvel de Interesse Público por Decreto nº 23 122; DG 231, de 11 Outubro 1933, construído em 1530, e cujas características de arquitectura civil pública manuelina representou um contributo para o projeto museológico que o Museu propôs, ou seja, a valorização do património arquitectónico e artístico, cultural e social, material e imaterial, objectivo sustentado por um discurso científico baseado nas diferentes áreas do saber.

Em 2007 o edifício sofreu uma ampliação e uma remodelação completa para adaptação do projeto museológico,³ observando as necessidades e cumprindo as exigências da legislação actuais, Lei-Quadro dos Museus,⁴ criada para regular as instituições museológicas portuguesas. Obteve, para este fim o apoio financeiro e técnico do *Programa Operacional da Cultura - Rede Portuguesa de Museus*.



Fig. 1 - Sala de Exposição MMNA.



Fig. 2 - Centro de Documentação MMNA.

O edifício pode ser um dos elementos que mais podem determinar a conservação dos espécimes museológicos pelo que permitem o desenvolvimento de humidades, a não estabilização de temperatura e humidade relativa ajustadas à integridade dos objetos, pelo desenvolvimento de micro-organismos, poeiras, entre outros agentes nocivos. Aqui uma conservação preventiva adequada evita os riscos de uma deterioração dos objectos, muitas vezes irreversível, e garante a preservação do património único e insubstituível. Neste particular, os novos edifícios podem ser mais nocivos à conservação do que se pensa à primeira vista, conforme reflexão do conservador Philip Ward do Getty Institute, que afirma: “Os objetos que preservamos não foram destruídos pelo tempo porque o tempo em si mesmo é raramente um agente destruidor. Por milagre ou por outra razão qualquer esses objetos que têm muitas vezes centenas e até milhares de anos, escaparam aos perigos do fogo, às tempestades, aos tremores de terra, às guerras, aos roubos, ao vandalismo e sobretudo à nossa negligência. Estão frequentemente muito mais expostos a perigos num edifício moderno do que estiveram em qualquer momento da sua existência.”⁵

Os maiores riscos que o espólio corre num edifício moderno se não forem acauteladas a utilização de materiais não agressivos principalmente provocadores de humidades, fungos que são muito prejudiciais à conservação de muitos materiais compostos de matéria orgânica.

2- AS RESERVAS DO MUSEU MUNICIPAL - NÚCLEO DE ALVERCA

Os espaços criados para as Reservas no novo espaço do MMNA dividem-se em duas salas, separadas, localizadas em dois locais diferentes do edifício. Uma sala de Reservas, visitável, serve de arrumação a todos os objectos cujas características dos materiais são madeiras, metais, pedra, vidro. A segunda sala de Reservas serve para o arquivamento das coleções pertencentes aos arquivos documental e fotográfico. A natureza física dos materiais de que são feitos os objetos museológicos determinou a seleção das peças na arrumação. Tomando em conta a dimensão e características das coleções as Reservas, albergam objetos, tipologicamente classificados, em:

- Objetos Etnográficos
 - Vida doméstica, profissões tradicionais (valadores, pastores, alfaias agrícolas, indústria), tecnologias tradicionais (fabrico do azeite, vinho, queijo, sal).
- Achados Arqueológicos
- Arquivos Documentais
 - Fundo do Cine -Teatro de Alverca, Fundo do Professor Vítor Oliveira
- Arquivo Fotográfico

3- A CONSERVAÇÃO DA FOTOGRAFIA

A conservação de espécies fotográficas é uma tarefa fundamental para preservar a memória visual dos últimos 150 anos. A partir de 1839, presumível data da criação da primeira fotografia, a fotografia passou da grande descoberta até à produção em massa, através de tecnologia cada vez mais desenvolvida, vulgarizando-se de tal forma que a tendência é considerá-la como algo de menor valor, chegando em muitos casos até à banalização. Porém, para além do valor histórico e documental, a fotografia tornou-se a forma de arte mais divulgada, o que merece ser mencionado. Desde há largos anos a esta parte que variadíssimas instituições, incluindo museus, se dedicam à recolha, manutenção e ampliação de coleções de fotografia que organizam e utilizam como suporte de estudo e investigação.

No aspeto da conservação dos materiais fotográficos, as dificuldades derivam do facto de haverem diferentes processos de produção de materiais fotográficos, alguns de fragilidade elevada e de degradação irreversível, sendo útil considerar os períodos dos processos da fotografia datados para melhor identificação dos materiais, não descurando as condições em que estão acondicionadas e o espaço onde estão arquivadas. De acordo com Luis Pavão os processos da fotografia são:

- *Período dos daguerreótipos (1839-1855)*
- *Período dos negativos em vidro de colódio húmido e das provas de albumina (1855-1880)*
- *Período dos negativos em vidro de gelatina e brometo de prata e das provas em papel directo de fabrico industrial (1880-1890)*
- *Período dos negativos em película e das provas em papel de revelação (1910-1970)*
- *Período da fotografia a cor homogénea (1970-hoje)⁶*

Na conservação outra razão igualmente importante a reter é a adequada organização de um arquivo fotográfico para ser utilizado com mais eficácia, o que vai contribuir para evitar o excessivo manuseamento, outro fator de degradação. Com os processos de digitalização e respetivo armazenamento digital, a questão do acesso às imagens para os mais diversos fins ficam salvaguardados, o que apesar de tudo não significa que não surjam problemas com os referidos armazenamentos digitais e, noutros casos, digitais, como seja a duração dos suportes onde são guardados os arquivos digitais, e a questão da sua durabilidade.

O arquivo fotográfico do Museu Municipal/Núcleo de Alverca dedicado à temática da história local tem na sua colecção, reunida através dos seus vinte anos, o total de 378 fotografias, originais a preto e branco e a cores, bem como um conjunto de negativos, e reproduções fotográficas (275), os mais antigos com data de 1903. A composição dos principais documentos desta colecção de fotografia é o acetato e o papel.

Fotografias p&b	Fotografias Cores	Negativos	Reproduções
350	28	422	76

Tabela I: Nº de documentos fotográficos do Arquivo fotográfico do MMNA.

	Formato	Nº espécimes		Formato	Nº espécimes
1	3,5 x 2,5 cm	221	8	6x 8 cm	49
2	4 x 5,5 cm	83	9	6 x 9 cm	1
3	4,5 x 6 cm	5	10	7,5 x 9,5 cm	11
4	4 x 6 cm	5	11	8,5 x 10,5 cm	1
5	6 x 5 cm	17	12	10 x 13 cm	1
6	6 x 7 cm	25	13	12 x 8,5 cm	1
7	6 x 7,5 cm	2			
	(...)				422

Tabela II: negativos segundo formatos MMNA.

1900-10	Nº	1910-20	Nº	1920-30	Nº	1930-40	Nº	1940-50	Nº	1950-60	Nº	1960-70	Nº	1970-80	Nº	1980-90	Nº	1990-2000	Nº
1900	2	1910		1920	3	1930	1	1940	4	1950	3	1960	17	1970		1980	1	1990	6
1901		1911		1921		1931		1941	1	1951		1961	8	1971	2	1981	1	1991	
1902		1912	1	1922	2	1932		1942		1952	1	1962	5	1972		1982		1992	
1903		1913		1923		1933	3	1943		1953		1963	2	1973		1983	2	1993	
1904		1914	1	1924		1934	4	1944		1954	3	1964	2	1974	1	1984		1994	
1905		1915		1925		1935		1945		1955	1	1965	3	1975		1985		1995	
1906		1916		1926		1936		1946		1956	7	1966	1	1976		1986	5	1996	
1907		1917		1927		1937		1947		1957	1	1967	24	1977		1987		1997	
1908		1918		1928		1938		1948	1	1958	9	1968	9	1978		1988	1	1998	
1909	3	1919	4	1929	1	1939	1	1949	1	1959	9	1969		1979	1	1989		1999	
Total	5		6		6		9		7		34		71		4		10		6

Tabela III: fotografias datadas MMNA.

3.1 - PRINCIPAIS FATORES DE CONSERVAÇÃO DA FOTOGRAFIA. CARACTERÍSTICAS

A fotografia é o processo de registar quimicamente as imagens formadas numa câmara escura. A estrutura básica dos materiais fotográficos consiste num suporte sobre o qual foi aplicada uma camada de sais de prata, variando esta com a evolução das diferentes técnicas fotográficas. As principais causas de deterioração das espécies fotográficas estão associadas ao problema da conservação dos seus materiais.

A imagem fotográfica é muito susceptível de sofrer transformações químicas. O facto da prata estar dividida em grãos torna-a particularmente vulnerável ao ataque dos produtos químicos residuais do processamento, aos gases oxidantes da atmosfera e a outros agentes que se encontram presentes em áreas de arquivo. Estes ataques são reações químicas, que geralmente são intensificadas pelo calor, particularmente na presença de humidade.

A maior parte das deteriorações em negativos e provas (positivos) deve-se à presença de produtos químicos residuais provenientes do processamento. Além do mais, as deteriorações devidas a agentes exteriores intensificam-se em presença de produtos químicos residuais. Estes produtos contêm substâncias sulfurosas usadas na fixação – hipossulfato de sódio e tiosulfato de amónio – e compostos de prata formados durante a reação da fixação. Alguns destes compostos reagem com a prata da imagem, formando sulfeto de prata, depois em sulfato de prata branca. A imagem é então quimicamente irrecuperável.

Os compostos de prata residuais decompõem e também formam sulfeto de prata. O resultado pode geralmente ser observado como uma coloração amarelada geral, da prova ou do negativo. Uma percentagem extremamente pequena deste tipo de resíduos é suficiente para causar este efeito. Dado que a questão do processamento é tão importante para a preservação de documentos fotográficos, devem os fotógrafos utilizar um fixador fresco e uma lavagem mínima de uma hora.

No armazenamento existe um certo número de produtos comercializados que não oferecem as condições necessárias de conservação de documentos fotográficos, e são utilizados em museus. Como produtos nocivos a não utilizar neste procedimento estão vernizes, colas sintéticas e adesivos contendo uma percentagem de plastificantes superior a 5 % solventes instáveis ou nitrocelulose; Fitas adesivas (envelhecem e amarelecem, tornando-se quebradiças e favorecendo o desgaste do suporte); Todos os materiais com acidez residual (colas, adesivos, papéis, cartões, vernizes, lacas, etc.); Madeiras resinosas (mesmo que elas não se encontrem em contacto direto com o documento); cartões e papéis ricos em lenhite; Matérias plásticas em que a percentagem de plastificante é superior a 5 %; Elásticos ou borrachas (a maior parte contém enxofre que provoca a deterioração da imagem); todos os produtos susceptíveis de oxidação.

Um resumo tipológico básico e útil para fins de conservação apresenta-se na tabela seguinte, que põe em evidência os riscos que correm os diferentes materiais fotográficos, com vista a uma preservação e conservação, onde é possível enunciar e evidenciar a deterioração dos suportes.

Suporte	Oxida-se	arde	estala	Parte-se	Rasga-se	Deforma-se	Risca-se
Placa de cobre Daguerreótipo	xx					x	xx
Vidro			xxx	xxx			
Nitrato de celulose		xxx	xxx	x	x	xx	xx
Acetato de celulose		x		x	x	xx	xxx
Poliéster		x		x		x	
Papel	x	x			xxx	x	

Tabela IV: Deterioração do suporte.

3.2. A TEMPERATURA E HUMIDADE RELATIVA

Uma temperatura que não exceda os 20° C na zona de arquivo é satisfatória para espécies fotográficas de gelatina sal de prata, ou seja, para técnicas fotográficas mais antigas ou emulsões a cor (consultar tabela anexa). Temperaturas mais baixas não apresentam nenhum inconveniente, desde que não sejam acompanhadas de uma humidade relativa elevada. Deve-se notar que uma descida de temperatura é geralmente acompanhada de um aumento de humidade relativa, que ultrapassando os 60% deve ser evitada a todo o custo, pois é responsável pela maior parte da deterioração dos materiais fotográficos, propiciando também o desenvolvimento de fungos e insectos, bem como a desintegração de cartões e embalagens.

A humidade é mais prejudicial do que o calor, e a combinação dos dois factores é pior do que qualquer outra causa de deterioração. Assim há que criar uma situação de compromisso que equilibre essas tensões, como refere Philip Ward: «A humidade relativa é a medida do teor em vapor de água do ar relacionado com a temperatura num dado momento, [mas] embora a humidade relativa óptima varie para os diversos materiais, propõe-se um compromisso adaptado ao objecto».⁷

Sugere-se, para assegurar uma maior possibilidade de controlo sobre a temperatura e a humidade relativa do ar, que a coleção de fotografia possa estar isolada de todos os outros materiais documentais, e bem assim isolada e mantida em perfeito estado de limpeza, para evitar a criação de fungos nocivos.

As características dos materiais exigem que uma determinada humidade relativa e temperatura se verifiquem para que haja conservação. Enunciam-se nesta equação os dados gerais que podem contribuir para uma estabilidade desejável.

Natureza dos documentos	Humidade Relativa	Temperatura
Suporte de vidro . Albumina . Colódio . Gelatina	20% a 50% HR recomendada 40%	15° c a 20°c Temperatura recomendada < 18°C
Suporte de papel	30% a 50% Nunca ultrapassar os 60%	15°C a 20° C Nunca ultrapassar os 30° C Evitar variações no mesmo dia de +- 4° C
Suportes de acetato e poliéster - preto e branco - cores	Nunca ultrapassar os 60% - 30% a 40%	Temperatura recomendada < 18°C -Para emulsão a cores temperatura recomendada < 2°C

Tabela V: Materiais / Temperatura e Humidade Relativa.

O material mais problemático de todos é o nitrato de celulose. Indicam-se para este tipo de documento, que as emulsões com suporte de nitrato de celulose devem ser armazenadas numa zona totalmente isolada do resto do arquivo. Como se nota, na tabela dos indicadores recomendados em baixo, existe uma fragilidade maior decorrente do próprio material.

Natureza dos documentos	Humidade relativa	Temperatura
Nitrato de celulose	30% a 40% (atenção: para este tipo de suportes a humidade relativa é extremamente crítica)	< 10° C

Tabela VI: Condições de conservação para nitratos de celulose / Temperatura e Humidade Relativa.

No tratamento de espécies deterioradas são exigidos cuidados redobrados, e é uma acção muito limitada, não existindo muitas possibilidades de recuperar o degradado. Acima de tudo há a considerar a preservação e a conservação. Os responsáveis por coleções têm que saber distinguir entre uma intervenção feita por verdadeira necessidade do objeto, de outra motivada pela curiosidade ou vontade de realizar uma ação prática, notando que sobre os valores históricos devem-se reduzir ao mínimo a intervenção.

3.3. – OUTROS FACTORES DE DEGRADAÇÃO DA FOTOGRAFIA

Os fungos e insectos

Os microrganismos aéreos encontram-se em toda a parte, vivendo com facilidade em condições húmidas. Contudo, causam poucos problemas em humidades relativas abaixo de 60%. Os estragos superficiais dos fungos podem ser limpos com kodak film cleaner. Água e soluções de água não devem ser usadas, porque os fungos tornam solúvel a gelatina, provocando então o total desaparecimento da imagem.

Poluição atmosférica

Os gases oxidantes e os fumos presentes na atmosfera provocam uma deterioração das espécies fotográficas, sulfurando a prata metálica e destruindo a gelatina ou o suporte de papel. Os gases oxidantes exalados pelos negativos com suporte de nitrato podem afetar seriamente os negativos com suporte de acetato e as provas em papel.

Luz e outras radiações e electromagnéticas

As zonas de arquivo devem-se manter normalmente na obscuridade total, dado que a luz e outras radiações eletromagnéticas constituem um factor de deterioração. São totalmente inconvenientes a luz solar, as lâmpadas de incandescência de grande intensidade ou exposições prolongadas a qualquer tipo de fonte luminosa. A exposição à luz é inevitável em períodos de apresentação ao público, no entanto a degradação pode ser reduzida controlando-se a intensidade e o tempo de exposição à luz.

As zonas de arquivo devem ser iluminadas com lâmpadas de incandescência de baixa intensidade ou lâmpadas fluorescentes com filtragem ultra-violeta, e devem ser respeitados escrupulosamente os prazos de validade dos sistemas de filtragem.

Manuseio incorrecto

Mudança brusca de ambiente (local de arquivo – laboratório ou sala de trabalho – local de arquivo). - Manipulação sem luvas (a acidez da pele ataca a imagem em profundidade).

Poeiras

Embora sejam menosprezadas as poeiras são responsáveis pelo transporte de partículas e substâncias reativas até às espécies fotográficas, mesmo que estas estejam rigorosamente acondicionadas. A poeira contém frequentemente materiais abrasivos que danificam as emulsões. Também os fungos e os esporos se associam às partículas de pó. Devem-se filtrar as entradas de ar; usar batas; evitar lacas para cabelo e cosméticos; proibir fumar, comer ou beber nas áreas de arquivo e salas de trabalho.

Ventilação

A zona de arquivo deve ser ventilada de modo a provocar o escoamento de produtos gasosos, libertados pela decomposição dos materiais fotográficos.

Desastre, fogos e inundações

Estes são ainda outros factores de risco que apenas se podem prevenir. Quando deflagram são implacáveis.

4. A ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO MMNA

O INVENTÁRIO.

O inventário das fotografias do arquivo do MMNA seguiu o método sequencial de registo, em livro obrigatório para esse fim e já se encontra disponível em suporte informático.

A CLASSIFICAÇÃO.

Enquanto metodologia de organização deste acervo foi definida uma classificação temática por ser a mais adequada às necessidades de informação, interna e externa. A classificação ordena em categorias, principal e subcategoria, os documentos fotográficos, faltando, contudo, a indexação sistemática para melhorar o acesso à informação nela contida.

Categoria Principal	Nº Fotografias	Categoria Principal	Nº Fotog.
Agricultura	11	Lagar de azeite exterior	1
Bailes	3	Mercado	1
Bombeiros	24	Moinho de vento	1
Caçadores	1	Operários Construção Civil	1
Transportes	5	Património Arquitectónico	15
Campinos	2	Pessoas	6
Casas	51	Personalidades	22
Cheias	25	Procissão	14
Cine-teatro	1	Profissões	31
Fábricas	56	Ruas	45
Festas São Pedro	2	Vistas aéreas	46
Grupos de Músicos	7	Tejo	1
Grupos de convívio	6		

Tabela VII: Originais positivos fotográficos segundo a classificação de categorias principais.

O ACONDICIONAMENTO

As espécies fotográficas encontram-se acondicionadas em dossiers de dois furos, com folhas adequadas para arquivar fotografias. Qualquer papel que esteja em contato com o material fotográfico, nos termos julgados adequados para este arquivo, é papel livre de ácidos, designado como papel *acid-free*. Outros materiais utilizados no acondicionamento destes materiais são as folhas de cartolina de conservação, folhas de poliéster; dossiers de 4 argolas, cantos de poliéster, espátula de osso para limpeza de sujidades quando existentes.

Contudo, o arquivo fotográfico do MMNA requer um espaço de armazenamento mais adequado a uma situação de prevenção de invasão de poeiras e outros residuais elementos de poluição prejudiciais à conservação de tão frágil material. A sala de Reservas não é isolada, e hermeticamente fechada, o que se sugere, ou em compensação deverão os armários ser de uso exclusivo para o arquivo fotográfico, pois embora o espólio esteja guardado em armários partilham o espaço com outros espécimes documentais. Poder-se-á propor também a construção de um álbum do tipo e dimensões do arquivo fotográfico. O álbum deve ser construído para permitir a proteção efetiva das provas fotográficas. A capa pode ser constituída por um vulgar dossier de quatro argolas, as folhas serão em cartolina de conservação revestidas a poliéster e as provas prendem-se com cantos. Este álbum permite, em qualquer altura, retirar e substituir as provas lá guardadas por outras do mesmo formato.

O ACESSO

O acesso às imagens para os mais diversos fins, uso pessoal, ou institucional e publicação, quer interna, quer externa, salvaguardados os direitos de propriedade individual e direitos à imagem de pessoa retratada, a resolver caso a caso, são disponibilizados, na forma de digitalizações ou impressões.

As instituições estão a fazer uso de uma melhor divulgação dos seus fundos aproveitando a Web, onde é usual encontrarem-se bibliotecas digitais, constituídas por digitalizações de fundos documentais valiosos. Nestes casos, o problema coloca-se no domínio da preservação digital, isto é, no domínio dos suportes tecnológicos em que esses documentos se registam, se fazem transportar e visualizar.

5. OS PRIMEIROS PASSOS PARA UM ARQUIVO DIGITAL

Após se cumprirem as tarefas da conservação, preservação e catalogação do acervo fotográfico, devem ser seguidos os passos para a criação de um arquivo fotográfico digital, com todas as valências disponíveis possíveis, de acordo com a legislação, consistindo numa valorização do serviço público que, como as restantes atividades, o MMNA realiza.

O aumento da necessidade de informação dos utilizadores dos arquivos fotográficos dos museus obriga à existência de instrumentos de gestão novos como aplicações versáteis na pesquisa e na recuperação da informação.

CONCLUSÕES

A forma mais correta de abordar a conservação consiste em considerar o estado de conservação de cada objecto museológico como o ponto de partida para qualquer intervenção, e só a origem de uma peça e a sua história podem fornecer informações seguras sobre a forma correta de a conservar. Por outro lado, também a sua permanência prolongada em condições diferentes das iniciais pode afetar a estrutura e a capacidade de resistência.

Por ser uma área especializada que envolve saberes técnicos, quer na área da química, quer nas áreas da evolução dos comportamentos dos materiais, nem sempre é fácil o melhor entendimento destes profissionais, com os especialistas das ciências humanas, por falta de um vocabulário comum. É necessária a construção de um léxico de que Garry Thomson falava, para que as noções fundamentais, mas simples, como a humidade relativa e absoluta, o nível de iluminação, ou a interpretação de um registo não sejam outras tantas barreiras intransponíveis ao cabal desenvolvimento das ações museológicas.

No caso do arquivo fotográfico do MMNA, inserido numa organização específica, que tem como uma das suas funções a preservação dos objectos museológicos, ou bens culturais, é no controlo do comportamento dos materiais que se baseia a sua principal estratégia de conservação. Garantidas e controladas que estão as condições de temperatura e humidade relativa, através da utilização de termohigrografos, a sua conservação reside no melhor e mais cuidado uso que será dado quanto ao manuseamento e acondicionamento destes documentos fotográficos.

BIBLIOGRAFIA

ASHLEY-SMITH, Jonathan, *Risk assesement for object conservation*, Oxford, Butterworth Heinemann, 1999.

BAYNES-COPE, A.D., *Caring for books and documents*, 2nd ed., London, the Bitish Library, 1989.

FLIEDER, Françoise, Michel DUCHEIN, *Livros e documentos de arquivo: preservação e conservação*, Lisboa, BAD, 1993.

HUNTER, Dard, *Papermaking: the history and technique of an ancient craf*, New York, Dover Publications, c. 1943.

IFLA principles for the care and handling of library material, compiled and edited by Edward P. Adcock, Paris, IFLA/PAC, 1998.

MOHEN, Jean-Pierre, *Les sciences du patrimoine*, Ed. Odile Jacob, Paris, 1999.

PAVÃO, Luís, *Conservação de colecções de fotografia*, Lisboa, Dinalivro, 1997.

Preservation microfilming: a guide for librarians and archivists, 2nd, Ed. Lisa Fox, Chicago and London, American Library Association, 1996.

SMITH, Abby, *The future of the past: preservation in American Research Libraries*. Washington DC, Council on Library and Information Resources, 1999.

THOMSON, Garry, *Museum environment*, Ed. Butterworths, Londres, 1978.

CARTIER-BRESSON, Anne, “Research in photographic conservation”, in *The Getty Conservation Institute Newsletter*, vol. 17, nº 1, 2002. p. 4.

ODDS, Jean-Paul (Dir.), « La Conservation: Principes et Realités », Paris, Cercle de la Librairie, 1995, 405, p. 2.

FLUKINGER, Roy, “Photografic conservators: a part of the process”, *The Getty Conservation Institute Newsletters*, vol. 17, nº 1, 2002, p.9.

KOCH, Mogens S., “Education in photographic conservation”, in *The Getty Conservation Institute Newsletter*, vol. 17, nº 1, 2002, p.6-8.

NOTAS

¹ Mestre em Museologia. Pós graduada em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Técnica Superior conservadora de museus, no Centro Cultural do Bom Sucesso Alverca- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

² Mário Canova Moutinho, A Construção do Objecto Museológico, *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, nº 4, 1994, p. 10.

³ O Museu Municipal /Núcleo de Alverca inaugurou a sua remodelação em 24 de Novembro de 2007.

⁴ Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

⁵ WARD, Philip, La conservación: el porvenir del pasado, in *Museum*, nº1, 1982, p.6-7.

⁶ PAVÃO, Luis, *Conservação de Colecções de Fotografia*, Ed. Dinalivro, Lisboa, 1997, p. 4.

⁷ WARD, Philip, *The nature of conservation – a race against time*, Getty Conservation Institute, 1986, p. 29.

O Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira e a Salvaguarda do Património Documental

MÓNICA ALVES*

RESUMO

O presente artigo pretende dar a conhecer a missão e os objetivos do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CDMMVFX), contribuindo para o acesso e disponibilização da informação recorrendo aos vários tipos de fontes de informação, procurando sempre garantir que os resultados finais sejam positivos para o utilizador.

O papel do bibliotecário enquanto gestor da informação é também o de “mediador” fazendo a ligação entre o público e o acervo documental ao seu dispor. A estes profissionais compete-lhes, não só as técnicas inerentes à gestão documental, mas também assertividade nas suas tomadas de decisão, organização, planificação e difusão dos recursos informativos.

No âmbito da salvaguarda do património documental, o bibliotecário intervém de acordo com uma política de Preservação e Conservação do documento com o objetivo de guardar a sua memória para as gerações vindouras.

Para se proceder a uma política de desenvolvimento da coleção do CDMMVFX há a considerar um enorme crescimento da documentação, incorporada através da compra, oferta, doação ou permuta, ou através da recolha no processo de investigação efetuada pelos seus técnicos. Seja qual for a natureza dos suportes e a acessibilidade decorrente das novas tecnologias, teremos que fazer uma avaliação, seleção, preservação e valorização dos recursos da informação.

Palavras-chave: salvaguarda, património-documental, Comunicação, Tecnologias da Informação

1. GÉNESE E EVOLUÇÃO

Recuamos um pouco no tempo para percebermos a origem e evolução do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, do ponto de vista dos próprios conceitos e da relação intrínseca e transversal de conhecimentos entre a instituição, e o contexto social e cultural.

A tentativa de criação de uma Biblioteca Municipal surge, graças à Comissão Organizadora do Grupo “Amigos do Concelho de Vila Franca de Xira”, no ano de 1945, onde se destacaram o Dr. António José Vidal Baptista (1908-1971) - o fundador e diretor da Biblioteca-Museu Municipal - e o seu amigo Raúl Francisco de Carvalho, (tesoureiro municipal), entre outros ilustres Vila-franquenses.¹

O objetivo desta Comissão era por um lado, e numa primeira fase, tentar auscultar a população, de forma a consciencializar as mentalidades da necessidade de fundar uma Biblioteca Pública, e por outro angariar donativos para a aquisição de livros de interesse histórico. Numa segunda procederiam ao registo e catalogação das obras, colocando-as nas respetivas estantes.

Em 1947, o Dr. António José Vidal Baptista e Raúl Francisco de Carvalho são homenageados pelos serviços dispensados à fundação e organização da Biblioteca Municipal, *pelo empreendimento, pelo alcance cultural e social desta iniciativa e pela valorização do património concelhio*,² que uns consideravam útil e outros impraticável.



Fig. 1: Aspeto interior da Biblioteca Museu Municipal Praça Afonso de Albuquerque, 2.ª metade do séc. XX.
Foto: Álvaro Campião. MMVFX.

A Biblioteca foi inaugurada a 30 de Março de 1947, na Rua José Dias da Silva, nº2, em Vila Franca de Xira. A cerimónia de abertura contou com a presença do Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos, Dr. António Ferrão, e decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, e foi procedida de sessão solene.³

Em 1951, por ocasião das Festas do Colete Encarnado, o Museu abre as suas portas com uma sala de exposições dedicada à figura emblemática do campino, de acordo com o paradigma cultural da época, passando a funcionar como *Biblioteca-Museu Dr. Vidal Baptista*, dividindo assim o espaço com a biblioteca.⁴

Os acervos/coleções museológicas foram sendo constituídos através da compra e oferta - com temas etnográficos, fotografia, arqueologia, objetos dispersos de valor histórico-patrimonial local - e da recolha feita pelo Dr. Vidal Baptista, resultantes das suas viagens. Grande parte da recolha proveniente das suas viagens ao estrangeiro deu origem à coleção antoniana.

Após a morte do Dr. António José Vidal Baptista, em 1971, a Biblioteca-Museu durante uma década, viveu um período de estagnação, no que concerne à ação museal e simultaneamente à carência de instalações. Estes fatores originaram o seu encerramento ao público em 1981. No mesmo ano, o Museu foi pensado e reprogramado de acordo com as novas correntes museológicas - caracterizadas por um movimento organizado por profissionais de diferentes países. Estes aproveitaram as fragilidades de um sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus de forma criativa, interagindo com os diferentes públicos, de acordo com as metodologias aconselhadas pelo Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e pela Lei-quadro dos Museus Portugueses, no seguimento das normas de inventário publicadas pelo Instituto Português dos Museus (IPM).⁵ Este novo modelo tinha por base a inventariação e a documentação de todas as coleções museológicas, com a participação e interação da comunidade local, de acordo com as características dos diferentes contextos. A prioridade era a utilização do património cultural como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social.⁶

O Museu Municipal reabriu ao público em 1985, na Rua Serpa Pinto, n.º 65, em Vila Franca de Xira.

Neste edifício estavam instalados o Departamento de Cultura e a União Desportiva Vila-franquense. E em mais duas salas, o Museu Municipal abriu ao público a exposição permanente intitulada - "*Uma memória das coisas, um olhar sobre as pessoas*". Contudo, o espaço não era o mais adequado para todas as funções definidas, motivo pelo qual foi criado um programa poli-nucleado.⁷

Em 1993, a quinta e palácio do Sobralinho⁸ foram adquiridos pela autarquia e iniciou-se uma segunda fase da programação museológica, com o inventário sistemático das coleções museológicas de forma manual, adaptando as *guidelines*, instituídas pelo International Committee for Documentation (CIDOC), do ICOM, dedicadas à documentação de coleções de museus.⁹

Se a finalidade era tornar acessíveis e disponibilizar os conteúdos e as fontes de informação, tal objetivo nem sempre era atingido, uma vez que a informação nem sempre foi tratada, organizada e classificada de modo a que o utilizador pudesse encontrar facilmente o que queria. Deste modo o utilizador dificilmente conseguiria recuperar a informação pretendida.

Em 1995, o Núcleo-Sede do Museu Municipal começou a funcionar provisoriamente no Palácio do Sobralinho, albergando os serviços técnicos, as reservas museológicas, oficinas de montagem de exposições e restauro, o serviço educativo e o Centro de Documentação.¹⁰

No ano seguinte, de acordo com as referidas linhas orientadoras da nova museologia, foi ponderada a necessidade da criação de um Centro de Documentação, que poderia documentar e comunicar as coleções aí existentes, de forma a atingir públicos-alvo (internos e externos) que utilizariam os serviços e recursos do Centro de Documentação, nas áreas pluridisciplinares desenvolvidas pelo Museu, nomeadamente história e património local.

O nascimento e o crescimento, do Centro de Documentação (CD), estão diretamente relacionados com o aumento exponencial de informação até então produzida e recolhida pelos técnicos do Museu Municipal. Este facto acabou por dificultar as exigências cada vez maiores dos utilizadores, não havendo capacidade de ter boas e atualizadas coleções documentais.

No início do ano 2000 foi apresentada uma candidatura ao Programa Operacional de Cultura (POC) no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio da Comunidade Europeia, tendo em conta dois eixos prioritários:

O primeiro, *Valorizar o Património Histórico e Cultural*; o segundo, *Favorecer o Acesso a Bens Culturais*.

Ainda em 2000 foi criada como uma Estrutura de Projeto (EP), a Rede Portuguesa de Museus (RPM), na dependência do Instituto Português de Museus. Tinha como atribuições a definição do modelo da RPM, a conceção e a aplicação do Regulamento de Adesão à RPM, a criação e a execução de programas de apoio técnico e financeiro, à qualificação de museus e a promoção de ações de formação.¹¹ O Museu Municipal de Vila Franca de Xira aderiu à RPM em 2001.

A 27 de setembro de 2003 reabriu o Núcleo-Sede do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, na Rua Serpa Pinto, n.º 65, após a recuperação, ampliação e adaptação a museu, do edifício setecentista apalaçado - com uma exposição de longa duração intitulada "*Vila Franca de Xira: Tempos do Rio, ecos da terra.*"¹²

É neste edifício da rua Serpa Pinto que voltam a ser reinstalados parte dos serviços técnicos e de direção do Museu, onde são disponibilizadas novas áreas abertas ao público: sala de exposições, centro de documentação, oficina educativa, auditório e loja.

Seguindo as diretrizes da Lei-quadro dos Museus Portugueses, nos artigos 45ª e 46º, em que se defende que os museus devem dispor de pessoal devidamente habilitado e proporcionar formação especializada ao respetivo pessoal, o Município de Vila Franca de Xira, abriu um procedimento concursal para a entrada de técnicos especializados na área da documentação. Começando, assim, uma nova reestruturação do serviço do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (CDMMVFX).



Fig. 2: Fachada exterior do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, outubro 2003.
Foto: CMVFX - DIRP.

2. PATRIMÓNIO DOCUMENTAL COMO HERANÇA CULTURAL

A evolução dos meios de comunicação e das novas tecnologias potenciou um processo de aceleração e disseminação da informação e do conhecimento.

A Sociedade de Informação, também denominada de Sociedade do Conhecimento ou Nova Economia, foi o termo mais usado no desenvolvimento da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação. Surgiu no final do Século XX, tendo origem no termo Globalização. Citando o *Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal* podemos defini-la como sendo a - “ [...] democratização da sociedade do futuro passará pela possibilidade da grande maioria da população ter acesso às tecnologias de informação e pela capacidade real de as utilizar. Caso contrário elas podem tornar-se num poderoso factor de exclusão social”¹³

Considerando que, os museus retratam a sociedade em que estão envolvidos, temos por um lado, museus que acompanham o desenvolvimento e aplicam as novas tecnologias da informação à sua realidade rentabilizando os recursos e difundindo o conhecimento que é produzido e, por outro lado, temos os museus locais que são mais sensíveis devido ao facto de não estarem integrados em qualquer rede organizada, trabalhando assim isoladamente, sem recursos e meios técnicos para ultrapassarem as adversidades que a própria sociedade da informação impõe.¹⁴

As bibliotecas dos museus dão progressivamente lugar, a centros de documentação que só por si geram recursos. Podemos constatar este facto no Museu do Neo-Realismo que, em 1990, abriu ao público um Centro de Documentação partindo da atividade do movimento neorrealista português. Este projeto evoluiu inicialmente em torno da área da biblioteconomia e arquivística.

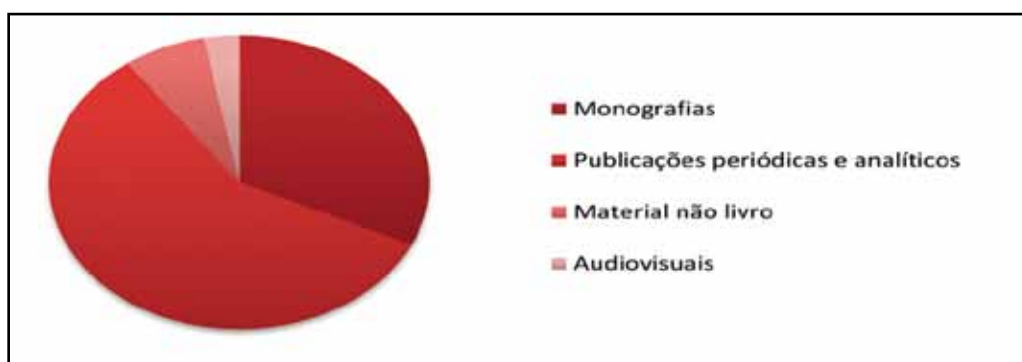
Podemos considerar o património cultural como um conjunto de bens, quer materiais ou imateriais que, só pelo seu valor, deverão ser considerados de interesse para a identidade de um povo, expressando valores de memória de autenticidade e antiguidade.¹⁵ Esses valores de memória estão expressos nos documentos, seja qual for o tipo de suporte que transporta em si informação pertinente para quem a procura - seja qualquer objeto material do qual retiramos informação, como são o caso dos documentos textuais: livros (impressos ou manuscritos), folhetos, folhas soltas, jornais cujo suporte é o papel.

O conteúdo informativo e o suporte são inseparáveis, ambos são importantes peças dos valores de memória.

O CD é fiel depositário de um conjunto de documentos produzidos pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX) no decurso da sua atividade, denominando fundo.

Fundo Geral

O Fundo Geral integra monografias, publicações periódicas, obras de referência, cartazes, postais, desdobráveis, vídeos, registos sonoros, cd-roms, relacionados com as áreas de investigação desenvolvidas pelo Museu.



Esquema 1: Acervo documental do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Fundo Local

O Fundo Local integra monografias, publicações periódicas, pastas de informação sobre a História e o Património Local, cartazes, postais, jornais, desdobráveis, vídeos, registos sonoros, *cd-rom's*, e trabalhos académicos (também designados como *literatura cinzenta*) relacionados com o património e a história local, com a museologia, com a conservação e restauro e com a arqueologia.

Fundo Especial

Este Fundo integra um conjunto de acervos com valor patrimonial, adquiridos fundamentalmente através de compra, oferta e doação, como é o caso de números especiais da revista *Vida Ribatejana*, de obras do escritor Francisco Câncio – *Ribatejo Histórico e Monumental*, vols. 1 e 2; *Subsídios para a História Económica do Ribatejo*; *Notas de um Ribatejano*, e de outros títulos de monografias e de periódicos.



Fig. 3: Interior do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, dezembro 2008.
Foto: Paulo Silva - MMVFX.

Os técnicos especialistas nas áreas documentais desempenham um papel primordial na sociedade de informação, devendo preservar e conservar o património documental que se considere de interesse histórico-cultural, promovendo a história do concelho. Devem, também, incutir hábitos culturais para a continuação da salvaguarda desse mesmo património. Em síntese são profissionais com capacidades para organizar, planear e sistematizar toda a informação.

Para Maria Luísa Cabral “Esta herança cultural é da responsabilidade de todos nós, mas sobretudo das bibliotecas, e dos arquivos dos museus. É constituída em parte, pelo legado dos nossos escritores, dos nossos pensadores e dos nossos artistas. Por isso não parece demais que nos preocupemos com os cuidados que ele merece”.¹⁶

Enquanto profissionais da informação têm a obrigatoriedade de guardar, conservar e preservar este legado para as gerações futuras, uma vez que não há memória sem registos. Esta é uma missão dos bibliotecários, dos arquivistas e dos conservadores dos museus.

2.1. EM DEFESA DA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

A preocupação do profissional de informação, enquanto gestor de recursos, é acima de tudo, certificar-se que não se verifica uma perda da herança cultural, que pode colocar em causa as raízes culturais de um povo. Ao profissional compete-lhe uma tomada de decisão, criando uma política de Preservação e Conservação com o objetivo de guardar a memória para futuras gerações.

Para Maria Luísa Cabral “ [...] o património documental é feito à base de matéria orgânica – animal ou vegetal – e, portanto, tem um tempo de vida [...] são frágeis e cumprem o ciclo de vida [...]. A nossa missão impossível é retardar o encerramento desse círculo”.¹⁷ Desta forma, teremos que ter em linha de conta os aspetos relacionados com a construção do próprio edifício e a sua manutenção, a criação de um plano de emergência, o próprio mobiliário e o ar condicionado, a limpeza e desinfestação dos documentos, o acondicionamento, as questões físicas e a transferência de suporte.¹⁸

Se por um lado, a preservação na generalidade engloba aspetos financeiros e de gestão, por outro a prática da conservação abarca políticas e práticas específicas necessárias à proteção dos documentos. Contudo, esta política na obra de J.M. Dureau e D.W.G. Clement, *Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas*, os autores defendem a ideia de que se: “[...] pretende preservar o conteúdo intelectual da informação, através da transferência de suporte e garantir a integridade física original do documento”.¹⁹

No que se refere à preservação de documentos há que ter em conta diversos agentes de degradação - os agentes físicos como a Luz, que em conjunto com poluentes atmosféricos podem provocar fragilidade em celulosos, colas, tecidos e peles. A iluminação também pode provocar o amarelecimento e descoloração irreversível do documento, alterando a cor a legibilidade e o aspeto do mesmo.

Outro fator é que o sol e as lâmpadas incandescentes, geram calor - logo há um aumento de temperatura que acelera as reações químicas, afetando a humidade relativa. A temperatura deve estar entre os 16° a 20° e a humidade relativa deve oscilar entre os 50% e 60%. Como é do conhecimento geral, o papel absorve e perde água de acordo com as oscilações da temperatura e da humidade existentes nos locais.

A falta de controlo destes dois agentes propicia o aparecimento e a reprodução de fungos e bactérias.²⁰

Os agentes químicos, como a poluição atmosférica, incluem os gases tóxicos que são emitidos pelos automóveis, os que são libertados pelas fábricas e as queimas de lixo, entre outros. O depósito constante de poeira absorve gases poluentes, o que conduz à acidificação do papel, aspeto que pode ser controlado através de filtragem de ar, como por exemplo o uso de ar condicionado.

Os agentes biológicos, como os insetos, roedores e fungos, também provocam danos irreparáveis nos acervos. Os excrementos dos insetos e dos roedores constituem alimento para as pragas e estas, por sua vez, provocam o aparecimento de fungos e de bolores. Para que tal não aconteça, é necessário que se proceda a uma higienização dos documentos, que deve ser realizada por pessoal especializado ou sob a sua supervisão. A higienização é uma tarefa manual - limpar os livros e as pastas de informação existentes no Centro de Documentação com trinchas ou pincéis de pelo suave, ou panos de flanela, nas áreas da cabeça, no pé e na lombada. Deve-se reforçar a limpeza no centro das folhas, uma vez que este é o local preferido dos microrganismos, retirando-se os agrafos e os cliques existentes - objetos prejudiciais ao documento. Esta técnica tem por objetivo reduzir a poeira, as partículas sólidas, as incrustações, os resíduos de excrementos de insetos e outras sujidades de superfície.

Um controlo eficiente da temperatura e humidade são uma solução básica para controlar a ação destes agentes.

Na maioria das vezes o homem é o responsável pela propagação destes agentes de deterioração sobretudo quando não se tem em conta alguns cuidados básicos, como seja o de evitar deixar restos de alimentos nos recipientes do lixo, uma vez que os detritos orgânicos são propiciadores a alimentar pragas. Os armários onde são guardados os documentos devem também ser devidamente arejados de forma a evitar a criação de ambientes propícios à propagação das mesmas.

Para retardar a perda dos documentos o CDMMVFX tem em conta outros aspetos como, por exemplo, a transferência de suporte, isto é a digitalização, que embora não existam garantias de durabilidade permite salvaguardar o documento original. De acordo com as diretivas emanadas pela International Federation of Library Associations (IFLA), define-se digitalização como “[...] uma forma de capturar e armazenar imagens utilizando tecnologia informática”²¹

A informação digitalizada está disponível em *cd-rom*, disco rígido ou então em rede interna, para fins de acesso e de divulgação.

A transferência de suporte permite a possibilidade de conservar a fidelidade ao documento original, a rapidez no acesso, a distribuição em rede com uso múltiplo,²² a redução de espaço nas zonas de consulta, o fácil manuseio e distribuição da informação e a segurança - a digitalização permite restringir o acesso aos documentos originais.²³

É necessário a existência de um plano de digitalização, que leve a que se proceda a um inventário e seleção dos conteúdos, transformando-os em ficheiros para incluir na rede interna do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

2.2. ACESSO ÀS COLEÇÕES DOCUMENTAIS

O Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, disponibiliza para consulta vários tipos de fontes: primárias, secundárias e terciárias, que veiculam informação pertinente para o sucesso da pesquisa e recolha de informação por parte dos utilizadores, sempre com a ajuda de um profissional.

O profissional de informação, através das suas ferramentas de trabalho, é o “mediador” entre o utilizador – com necessidades de informação específicas – e os recursos de informação.

Os recursos e as fontes de informação, disponibilizados no CDMMVFX permitem aos utilizadores o acesso às diversas áreas do conhecimento. *As obras de referência* – ex. dicionários e enciclopédias - constituem um bom início de pesquisa para os utilizadores, que procuram determinada informação sobre um assunto.

Os *livros ou monografias* constituem um todo uniforme e têm como assunto um tema específico.

As publicações periódicas - revistas e jornais – também são fontes privilegiadas de pesquisa, e também têm uma vertente científica.

As fontes de informação podem ter um valor patrimonial, integradas no Fundo Especial – ex. Francisco Câncio – *Ribatejo Histórico e Monumental* cujo conteúdo informativo está disponível em Cd e também em rede local.

O resultado final das conferências, proferidas no MMVFX, é publicado. Nas denominadas *atas de conferências* e aí poderemos encontrar investigação original recente. Esta informação encontra-se em três tipos de suporte: papel, eletrónico, ou online, disponível na página Web do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.²⁴

O *material não livro* ex. os cartazes, postais, vídeos em VHS, registos sonoros com gravação em cassette áudio – está, neste momento, a ser convertido em outros tipos de suporte informático – DVDs, rede interna e em formato Mp3.

São ainda disponibilizados ao público- os documentos *eletrónicos* - CD-ROM, base de dados, artigos de revistas *online* ou páginas *Web*, *e-books* e repositórios científicos de informação digital - os quais fornecem sempre a melhor informação possível aos utilizadores, uma vez que vão ao encontro dos seus interesses no decorrer da pesquisa.

Os recursos selecionados pelo Centro de Documentação garantem um elevado grau de veracidade nos conteúdos informativos, sejam eles livros ou documentos eletrónicos.

As *teses e dissertações* - designadas por *literatura cinzenta* - são uma boa forma de aceder ao trabalho desenvolvido por investigadores das diversas áreas de interesse do Centro de Documentação.

O CDMMVFX é de livre acesso, na sala de leitura existe uma coleção de Obras de Referência, atualizadas, bem como uma seleção de revistas e jornais nas áreas de vocação do MMVFX.

Não dispõe do serviço de empréstimo domiciliário, pelo que a consulta é feita presencialmente. Permite livre acesso - às novas tecnologias de informação com acesso ao catálogo bibliográfico de acesso público em linha OPAC (Online Public Access Catalogue) que com pesquisa básica e avançada, permite percorrer índices e pesquisar por registo específico e ainda identificar as várias opções de pesquisa e acesso à informação bibliográfica orientada para as áreas temáticas existentes e áreas de investigação do MMVFX – disponibiliza o acesso à *Internet*, para pesquisas de outras fontes ou recursos de informação, que não sejam suficientes para o trabalho que o utilizador esteja a desenvolver.

2.3. A GESTÃO DOCUMENTAL APLICADA ÀS COLEÇÕES

A gestão documental é um processo essencial para o bom desempenho de um centro de documentação e um reflexo da sua organização interna. A existência de grandes volumes de informação, quer de origem externa quer de origem interna, potencia a perda de documentos, aumenta a dificuldade em aceder rapidamente à informação e à sua localização física e ainda dificulta o controlo dos fluxos de informação. Para que tal situação não se verifique todo o acervo documental, independentemente do seu tipo ou suporte, é sujeito a um circuito documental que culmina com a introdução das referências de catalogação no programa de gestão *Docbase*, o qual vai permitir não só o tratamento documental, mas também a pesquisa e recuperação da informação.



Esquema 1: O Circuito documental.

A seleção e aquisição dos fundos documentais nos seus variados suportes, são indissociáveis. Este procedimento tende sempre que possível a responder às necessidades do utilizador, deve contemplar sempre uma vertente educativa, formativa, cultural e recreativa.

A seleção é concretizada a partir das sugestões dos utilizadores, de acordo com as especificidades das diferentes áreas de vocação do MMVFX. Posteriormente procede-se à aquisição, de acordo com normas e critérios.

Após a aquisição, verificamos o estado de conservação do documento e a pertinência da sua inclusão no fundo documental, isto para os documentos gráficos. No caso dos documentos audiovisuais é testado o seu funcionamento de forma a verificar se não apresenta erros de leitura. De seguida faz-se o registo ou inventariação dos documentos - livro de registo com um número sequencial atribuído a cada item bibliográfico. Com este processo sabemos quantos documentos fazem parte do acervo, bem como a sua data de entrada, a forma (compra, oferta ou permuta), o seu crescimento anual, entre outros elementos, autor, título, ano de edição e editor.

Após este registo é feita a carimbagem dos documentos, onde consta o nome do serviço e o nome da instituição. A etapa seguinte será o tratamento documental que inclui a catalogação, indexação e classificação.



Fig. 4: Interior do Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, dezembro 2008
Foto: Paulo Silva – MMVFX

A Catalogação é considerada como uma das operações mais importantes no processo de tratamento documental uma vez que a descrição dos documentos é fundamental para a recuperação da informação. Trata-se da descrição física do documento, pode ser mais ou menos exaustiva. Contudo há elementos que são essenciais, para a pesquisa e recuperação da informação - ex. o título principal, a indicação da menção de responsabilidade, local de edição, data da publicação, as características físicas como a tipologia documental e a extensão, ou seja, o número de páginas, de volumes e as dimensões e ainda a forma de representação desses elementos.

Para a concretização deste processo são utilizadas as Regras Portuguesas de Catalogação (RPC), com o objetivo da normalização dos procedimentos catalográficos.

Podemos dividir as RPC em duas partes. A primeira parte é composta por uma descrição dos diferentes tipos de documentos de acordo com a estrutura das ISBD's²⁵ (International Standard Bibliographic Description). A segunda parte contém a escolha dos pontos de acesso, que através de um termo ou nome um registo bibliográfico pode ser pesquisado e identificado, colocando as entradas necessárias de pessoas ou coletividades dos títulos uniformes e da estrutura das remissivas que irão permitir ordenar o documento para se poder recuperar na pesquisa.

As ISBD's caracterizam-se como um conjunto de princípios emanados pela IFLA que tem como objetivo a difusão internacional de informação bibliográfica, através da troca de registos.

A inserção dos dados informaticamente é feita através de uma folha de recolha, que consiste num formulário composto por campos e subcampos construídos de acordo com os elementos de descrição bibliográfica na linguagem universal UNIMARC.²⁶ Esta é selecionada pelo técnico que a faz corresponder ao tipo de documento que está a tratar. Temos como exemplo as folhas de recolha que o software Docbase permite para o tratamento técnico documental: ISBD(M) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada das publicações monográficas; ISBD(A) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para publicações monográficas antigas; ISBD (NBM) - Descrição Bibliográfica Internacional para material não livro; ISBD (S) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para publicações em série; ISBN (CM) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para Material Cartográfico; ISBD (PI) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para Partituras Impressas; ISBD (PC) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada para partes componentes ou analíticos e ISBD (CR) - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada das publicações em série e de Outros Recursos Contínuos.

Ao mesmo tempo que cataloga, o técnico agrupa os documentos segundo os assuntos. A este processo chama-se indexação - consiste em determinar o conteúdo do documento, através de uma linguagem documental de modo a que esse mesmo documento possa ser recuperado. Para tal utilizam-se o *thesauri* que são linguagens documentais controladas baseadas nas estruturas hierárquicas de uma ou diversas áreas do conhecimento, em que os dados são representados por termos de uma linguagem natural e as relações entre elas por sinais convencionais.

Existem documentos que não levantam quaisquer dúvidas na sua classificação, outros há que tratam dois ou três assuntos simultaneamente, ou versam matérias dificilmente delimitáveis, razão porque a classificação do documento é essencial.

Não obstante estes factos, é indispensável, adotar um sistema alternativo de classificação ao qual a CDU²⁷ (Classificação Decimal Universal) não responde às necessidades do serviço, por se caracterizar pela sua especificidade tendo sido criada uma classificação própria, de forma a possibilitar o sucesso da pesquisa e da recuperação da informação.

Após a catalogação, indexação e classificação os documentos são cotados, ou seja é a fase do tratamento documental em que a cada documento é atribuído um código que permite a sua arrumação nas estantes. Desta forma, a pesquisa por parte dos utilizadores é facilitada.

A cota funciona como um endereço que localiza fisicamente cada livro. O seu objetivo é facilitar a correta identificação das espécies, as trocas de documentação e importação de registos

e a identificação e recuperação de documentos, esta é formada pela notação própria do serviço (numérica) e componente alfabética com as três iniciais do apelido do autor (em maiúsculas), e é escrita numa etiqueta colada na lombada, à distância de 1cm da base. A arrumação é feita por assuntos, seguindo uma tabela própria, por ordem alfabética pelo último apelido do autor. Para além da identificação nos títulos das estantes, a arrumação compreende ainda um sistema de cores associado à tabela criada pelo serviço, o qual visa facilitar o acesso e a compreensão das temáticas associadas aos documentos.

Finalizado o tratamento documental, os documentos são colocados no espaço de novidades durante duas semanas.

O CDMMVFX desenvolve e disponibiliza produtos diversificados de difusão de informação, que visam a promoção e o conhecimento dos recursos e serviços que gere, potenciando a sua utilização através do boletim de informação bibliográfica - de periodicidade mensal, com informação relativa às últimas aquisições/incorporações: bibliografias temáticas; pastas de informação; difusão seletiva de informação (disponível apenas para os utilizadores internos); exposição de novidades bibliográficas e documentais; atividades de extensão cultural - nomeadamente exposições, visitas de estudo e catálogo de publicações, consulta bibliográfica infanto-juvenil e atividades lúdicas na oficina educativa.²⁸

2.4. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES

O CDMMVFX é um serviço público que tem como missão pesquisar, selecionar, tratar e assegurar o acesso à informação para todos, disponibilizando ao público as fontes e recursos de informação de carácter especializado (documentação reunida sobre aspetos da história e do património local) de forma rápida e eficaz. Nesta ótica o papel do bibliotecário é fundamental, uma vez que interage e partilha conhecimentos com os utilizadores internos e externos de modo a aumentar a sua eficácia profissional, contribuindo também para a definição de uma política de informação, enquanto gestor qualificado e competente dentro de uma organização.²⁹

A coleção do CDMMVFX teve um enorme crescimento da documentação - incorporada através da compra, oferta, doação ou permuta, ou através da recolha no processo de investigação efetuada pelos seus técnicos. Qualquer que seja a natureza dos suportes e a acessibilidade decorrente das novas tecnologias, teremos que fazer uma avaliação, seleção, preservação e valorização dos recursos da informação.

A política de desenvolvimento da coleção tem em linha de conta a avaliação do perfil e a dimensão da comunidade de utilizadores, de forma a facilitar o acesso, a recuperação e a disseminação da informação.

As normas de procedimentos existentes no CDMMVFX, estabelecem critérios e estratégias que facilitam a tomada de decisão no desenvolvimento e composição das coleções, de acordo com os objetivos do CDMMVFX, como por exemplo a apreciação do estado atual da coleção e o conhecimento das áreas de maior interesse de acordo com as necessidades do utilizador.

O CDMMVFX para além de ter um acervo centrado na História e Património Local, também tem outras áreas de apoio à investigação - arqueologia, estudos de localidades, obras de referência, património, museologia, antropologia, etnografia, história e literatura.

As coleções devem ser adequadas às necessidades dos utilizadores, necessitam de crescer em quantidade e qualidade de evoluir de forma equilibrada estabelecendo-se critérios de desenvolvimento do acervo através da seleção e da aquisição.

A seleção é feita tendo por base o orçamento, a inexistência da obra, ou edição na coleção do CD, as propostas ou sugestões de aquisição feitas pelo público ou pelos técnicos do Museu Municipal, a pertinência de determinados temas e a sua adequação às áreas temáticas existentes.

Por sua vez as aquisições por compra são efetuadas tendo em conta a necessidade de valorizar uma determinada área que se considere necessitada de desenvolvimento ou atualização.

A permuta é sem dúvida um grande contributo para o crescimento e desenvolvimento das coleções, as edições produzidas pelo MMVFX são permutadas por um grande número de instituições também com edições com interesse para o conhecimento e enriquecimento do acervo.

O desbaste efetuado no CDMMVFX consiste na retirada dos documentos para depósito, nomeadamente as edições obsoletas, em triplicado, obras do séc. XIX que por motivos de conservação passam a considerar-se de reservadas, e as obras em mau estado de conservação que são retiradas temporariamente para restauro ou encadernação, voltando novamente ao CDMMVFX, após a intervenção de conservação.

Em suma, o CDMMVFX é um serviço público ativo, cujas coleções deverão continuar a ser alvo de desenvolvimento, crescimento e atualização. Esta política deverá ir ao encontro do universo dos seus utilizadores, respondendo de forma adequada às suas necessidades.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

AHCMVFX, Acta da Reunião de Câmara de 14 de Janeiro de 1947.

FONTES IMPRESSAS (LEGISLAÇÃO)

Regulamento n.º10/07, DR II Série, nº15, de 22 de janeiro de 2007, pp. 1784-1791.

Decreto-Lei n.º107/01, DR I Série A, nº209, de 8 de setembro de 2001, pp. 5808-5829.

BIBLIOGRAFIA

AAVV, «Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal», in Acesso à Sociedade de Informação, Lisboa, MCT, MSI, 1997, p. 12.

AAVV, Directrizes para a prevenção e controlo de desastres em arquivo, [Publicações Técnicas sobre Preservação e Conservação, nº1], Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000.

AAVV, «Condições climatéricas e ambiente», in Directrizes da IFLA para conservação e manuseamento de documentos de biblioteca, [Publicações técnicas sobre Preservação e conservação, nº6], Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2004, pp. 45-59.

AAVV, «Código de Ética para Profissionais da Informação em Portugal», in *Profissionalismo*, Lisboa, APBAD, INCITE, APDIS, 2001, p. 8.

CABRAL, **Maria Luísa**, «Preservar as coleções: uma tarefa inadiável», in *Amanhã é sempre longe demais: crónicas de preservação e conservação*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2002, pp. 18-65.

CAMACHO, **Maria Clara de Frayão**, «Um Centro de Documentação e Informação para o Museu Municipal de Vila Franca de Xira», in *Os Centros de Documentação e Informação no quadro da museologia contemporânea*, Tese de Mestrado em Museologia e Património, [texto policopiado], Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 4.

CARVALHO, **Raúl Francisco de**, «Duas palavras de introdução Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista – Resenha cronológica da sua criação e actividade e outros elementos ligados à sua história», in *Boletim Comemorativo do 25º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1972, pp. 13-18.

DUREAU, **J.M. e D.W.G. Clements**, «Antecedentes», in *Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992, p. 2.

FARIA, **Maria Isabel e Maria da Graça Pericão**, *Dicionário do livro*, Coimbra, Almedina, 2008.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, **Francisca**, «Evolución histórica del concepto de museo», in *Manual de Museologia*, Lisboa, Editorial Síntesis, 2001, pp. 73-84.

MCILWAINE, **John**, *Prevenção de desastres e planos de emergência: manual básico da IFLA*, [Publicações técnicas sobre Preservação e conservação, nº3], Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

NUNES, **Graça Soares**, «O Projecto Conhecer o Património de Vila Franca de Xira», in *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira: Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2008, p. 11-12.

_____, «Do colecionismo à Programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira» NUNES, Graça Soares e LUCAS, Maria Miguel (coord.), Vila Franca de Xira. *Tempos do Rio ecos da terra* [Catálogo de Exposição], Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003, p. 16-17.

PINNIGER, David, «Política de coleções, objetivos e funções do Museu», in *Controlo de pragas em museus, arquivos e casas históricas*, [Publicações técnicas sobre Preservação e conservação, nº6], Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008, pp. 138-140.

ENDEREÇOS NA INTERNET

Biblioteca da Universidade de Évora. Disponível em: <http://www.bib.uevora.pt>

Direção Geral do Livro e das Bibliotecas – Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas. Disponível em: <http://www.dglb.pt>

International Federation of Library Association and Institutions - Manifesto da IFLA sobre a Internet. Disponível em: <http://www.ifla.org>

Museu Municipal de Vila Franca de Xira Disponível em: <http://www.museumunicipalvfxira.pt>

Instituto dos Museus e da Conservação. Disponível em <http://www.imc-ip.pt>

NOTAS

¹ Cf. CARVALHO, Raúl Francisco de, «Duas palavras de introdução Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista – Resenha cronológica da sua criação e actividade e outros elementos ligados à sua história», in *Boletim Comemorativo do 25º Aniversário da Biblioteca-Museu Municipal Dr. Vidal Baptista*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1972, p. 13.

² AHCMVFX, *Acta da Reunião de Câmara* de 14 de Janeiro de 1947.

³ Cf. CARVALHO, Raúl Francisco de, *op. cit.*, p. 14.

⁴ Cf. Regulamento n.º10/07, DR II Série, nº15, de 22 de janeiro de 2007, pp. 1784-1791.

⁵ Cf. NUNES, Graça Soares, «O Projecto Conhecer o Património de Vila Franca de Xira», in *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira: Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2008, p. 12.

⁶ Cf. Regulamento n.º10/07, DR II Série, nº15, de 22 de janeiro de 2007 pp. 1784-1791.

⁷ Cf. NUNES, Graça Soares, «Do colecionismo à Programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira» NUNES, Graça Soares e LUCAS, Maria Miguel (coord.), Vila Franca de Xira. *Tempos do Rio ecos da terra* [Catálogo de Exposição], Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003, p. 16.

⁸ Esta propriedade remonta aos Séc. XVII-XIX que pertenceu aos Condes de Vila Flor, mais tarde Duque da Terceira (Cf. Idem, p. 17).

⁹ Cf. NUNES, Graça Soares, «O Projecto Conhecer o Património de Vila Franca de Xira», in *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira: Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2008, p. 11.

¹⁰ Cf. NUNES Graça Soares, «Do colecionismo à Programação Museológica. Percurso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira», NUNES, Graça Soares e LUCAS, Maria Miguel (coord.), Vila Franca de Xira. *Tempos do Rio. Ecos da terra* [Catálogo de Exposição], Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2003, p. 16.

¹¹ Disponível em <http://www.imc-ip.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>.

¹² Cf. NUNES, Graça Soares, *op. cit.*, p. 16.

¹³ Cf. AAVV, «Livro Verde para a Sociedade de Informação em Portugal», in *Acesso à Sociedade de Informação*, Lisboa, MCT/MSI, 1997, p. 12.

¹⁴ Cf. CAMACHO, Maria Clara de Frayão, «Um Centro de Documentação e Informação para o Museu Municipal de Vila Franca de Xira», in *Os Centros de Documentação e Informação no quadro da museologia contemporânea*, 1996, p. 4.

¹⁵ Decreto-Lei n.º107/01, DR I Série A, nº209, de 08 de setembro de 2001, pp. 5808-5829.

¹⁶ Cf. CABRAL, Maria Luísa, «Preservar as nossas coleções: uma tarefa inadiável», in *Amanhã é sempre longe demais: crónicas de preservação e conservação*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2002, p. 18.

¹⁷ Cf. Idem., pp. 64-65.

¹⁸ Cf. Idem., p. 65.

¹⁹ DUREAU, J. M. e CLEMENT, D.W.G. «Antecedentes», in *Princípios para a preservação e conservação de espécies bibliográficas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1992, p. 2.

²⁰ Cf. MÁRSICO, Maria Aparecida de Vries *Noções Básicas de Conservação de Livros e Documentos*. [Em linha]. [consult. 05 set. 2013]. Disponível em www.biblioteca.ufla.br/site/index.php/downloads/doc_download/7-nocoas-basicas-de-Conservacao-de-livros-e-documentos.

²¹ Cf. AAVV, «Transferência de suporte», in *Directrizes para a prevenção e controlo de desastres em arquivo*, [Publicações Técnicas sobre Preservação e Conservação, nº1], Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000, p. 131.

- ²² Cf. CABRAL, Maria Luísa «Microfilmagem & Digitalização: a coexistência pacífica», in *Amanhã é sempre longe demais: crónicas de preservação e conservação*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 2002, p. 105.
- ²³ Cf. MATOS, Álvaro Costa de «A Digitalização do Acervo Documental da Hemeroteca Municipal de Lisboa: uma primeira abordagem ao suporte electrónico, a partir do jornal *Os Ridículos*». [Em linha]. [Consult. 07 set. 2013]. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActaseColoquiosConferencias/textos/digittexto.pdf>.
- ²⁴ Cf. Disponível em <http://www.museumunicipalvfxira.pt>.
- ²⁵ ISBD - Conjunto de princípios que têm como objetivo principal facilitar a difusão internacional da informação bibliográfica. [Em linha]. [Consult. 07 set. 2013]. Disponível em <http://www.ifla.org/publications//international-standard-bibliographic-description>
- ²⁶ UNIMARC - Acrónimo de *Universal Machine-Readable Cataloging*, significa catalogação universal legível por computador. Este formato foi criado para permitir a troca internacional de registos bibliográficos, uma vez que os formatos MARC de cada país não eram compatíveis entre si. [Em linha]. [Consult. 07 set. 2013]. Disponível em <http://archive.ifla.org/VI/3/p1996-1/sec-uni.htm>
- ²⁷ CDU - Sistema de classificação mais utilizado internacionalmente para a indexação e recuperação por assunto em sistemas de informação bibliográfica. [Em linha]. [Consult. 07 set. 2013]. Disponível em http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=485&Itemid=546.
- ²⁸ Cf. Regulamento n.º10/07, *DR II Série*, nº15, de 22 de janeiro de 2007, pp. 1784-1791.
- ²⁹ Cf. AAVV, «Código de Ética para Profissionais da Informação em Portugal», in *Profissionalismo*, APBAD, INCITE, APDIS, 2001, p. 8.
- * Licenciada em História, Pós Graduada em Ciências Documentais - variante Biblioteca, pela Universidade Autónoma de Lisboa. Técnica Superior no Centro de Documentação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

As Vantagens da Integração de Bases de Dados Temáticas do Município de Vila Franca de Xira no Sistema de Informação Geográfica Municipal

JOÃO SANTOS³, ANDRÉ CAIADO⁴, IRINA FRANCISCO⁵ E RICARDO CARVALHO⁶

RESUMO

Tem vindo a verificar-se, nos últimos anos, uma evolução e disseminação crescentes, no âmbito do desenvolvimento e da utilização de Tecnologias de Informação, nomeadamente, de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Os SIG constituem-se, como instrumentos indissociáveis da modernização de procedimentos e do consequente desenvolvimento das instituições que deles beneficiem.

Ao nível da Câmara Municipal (CM) de Vila Franca de Xira, a Informação Geográfica (IG) criada e disponibilizada através de SIG, não só estabelece um elemento importante na análise e compreensão do território e no apoio às tomadas de decisão inerentes ao mesmo, como introduz também um incremento na celeridade de procedimentos, originando assim uma relação tempo/custo mais eficaz e contribuindo ativamente, também, para melhor servir os munícipes e cidadãos em geral que venham a usufruir da IG devidamente atualizada e validada.

Neste sentido e numa perspetiva de dinamização e sustentabilidade do Sistema, após a aprovação do decisor máximo da autarquia, foram reunidas condições de base, que culminaram com a criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, constituído por vários técnicos municipais, que, recorrendo a ferramentas SIG de edição avançada online, teriam a responsabilidade de atualizar a IG municipal referente às temáticas das suas esferas de atuação, diretamente na base de dados geográfica municipal.

Consequentemente, foram desenvolvidas as seguintes aplicações WebSIG: “Toponímia”; “Revisão do PDM”; “Roteiro Turístico/Municipal”; “Património Cultural”; “Serviço Municipal de Proteção Civil”; “Fiscalização Municipal”; “Gestão das Áreas de Limpeza/Desmatação do Concelho”.

Palavras-Chave: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Sustentabilidade do SIG Municipal, Informação Geográfica, Grupo de trabalho multidisciplinar, Edição Avançada Online.

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETO DO ARTIGO

O presente artigo tem por principal objetivo descrever os procedimentos e metodologias envolvidos no processo evolutivo de Sustentabilidade do SIG Municipal, e que passam, obrigatoriamente, pela criação e implementação de mecanismos conducentes a um processo de atualização contínua e sistemática da Informação Geográfica da CM de Vila Franca de Xira.

Em primeiro lugar, considera-se de pertinente interesse esclarecer que, numa perspetiva estritamente funcional, pode considerar-se um SIG como um “conjunto de ferramentas, para recolha, armazenamento, organização e seleção, transformação e representação da informação de natureza espacial do “mundo real”, para um determinado conjunto de circunstâncias.” (BURROUGH, 1986, citado por WAUGH, 2006, p. 277).

JULIÃO (2003, p. 88), a propósito da informação integrada em Sistemas de Informação Geográfica, afirma que “a Informação Geográfica é mais do que apenas mapas. Inclui todos os conjuntos de dados que podem ser referenciados a uma localização específica.”

Neste contexto, CUNHA (2009, p. 16) refere que um SIG inclui funcionalidades ajustadas às seguintes valências:

- Recolha de dados: disponibiliza métodos para a introdução de dados geográficos (georreferenciados) e tabulares (atributos);
- Armazenamento: os dados geográficos podem ser armazenados no modelo vetorial e no modelo matricial;
- Consulta: os atributos dos dados geográficos podem ser consultados nas bases de dados;
- Análise: capacidade de responder a questões relacionadas com a interação das relações espaciais dos vários dados;
- Visualização: permite a identificação visual de relacionamentos espaciais de vizinhança, conexão e proximidade. É importante na análise exploratória de dados. Os resultados podem ser apresentados também como mapas, relatórios e gráficos.

RESENDE (2005, p.22), num sentido mais lato, refere ainda que “os Sistemas de Informação são um meio que as organizações podem utilizar para melhorar, simultaneamente, a eficiência, a eficácia e a competitividade.”

No âmbito do SIG do Município de Vila Franca de Xira, tendo em conta a diversidade inicial de temáticas processadas e disponibilizadas pelo SIG Municipal e o volume de IG que representam, facilmente se concluiu que qualquer metodologia de atualização sustentável dos dados geográficos teria que envolver mais meios humanos e áreas de conhecimento diversas.

Neste sentido, foi criado, numa primeira fase, um grupo de trabalho multidisciplinar, constituído por técnicos dos diversos serviços municipais, de forma a operacionalizar este projeto. Foi, neste contexto, efetuado um levantamento dos serviços municipais com maior responsabilidade nos domínios de IG processados pelo SIG Municipal, tendo em conta que o principal objetivo a alcançar, com a criação deste grupo de trabalho, era o da partilha efetiva de responsabilidade no processo de atualização dos diversos domínios de IG armazenados nas bases de dados do SIG Municipal.

No que se refere à componente tecnológica, necessária à prossecução deste projeto, foi adotada uma solução da ESRI® - AGS Enterprise Advanced. Genericamente, este software permite uma edição avançada de dados SIG em modo Web, garantindo, inclusivamente, a integridade topológica das figuras geométricas, através da utilização da ferramenta snapping. Os rigores geométricos e topológicos (intersecção de linhas, fecho de áreas, continuidade e contiguidade das entidades geográficas), na edição dos dados são, desta forma, garantidos.¹

Consequentemente, foram desenvolvidos diversos projetos SIG específicos, sendo que, na execução de cada um desses projetos, foram percorridas as diferentes fases geralmente associadas a este tipo de trabalhos (ver fases percorridas na Fig. 1).

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SIG MUNICIPAL

O Serviço SIG Municipal iniciou-se em Janeiro de 2005. Até esta data, a CM de Vila Franca de Xira não possuía nem tecnologia, nem uma estrutura organizacional que permitissem ao SIG Municipal constituir-se como um instrumento de divulgação abrangente de dados geo-espaciais. Desta forma, o funcionamento do Serviço SIG era incompleto, já que apenas existia na autarquia, cartografia em formato DWG (formato nativo do *Autocad*), à escala 1/5000, alguma cartografia temática, também em formato DWG (1/25000), e ortofotocartografia (1/10000 e 1/5000), sendo que esta informação estava disponível apenas para utilizadores com acesso a software de desenho assistido por computador, no caso, *Autocad*, (um número reduzido de técnicos dentro da Instituição). Por outro lado, a informação gráfica era desprovida de qualquer associação a informação alfanumérica e multiplicavam-se bases de dados alfanuméricas distintas e desconexas, o que se traduzia na impossibilidade de confrontação dos dados dos diversos serviços. Neste sentido, o SIG era considerado apenas como algo que comportava informação vetorial e *raster* (exclusivamente mapas geográficos), havendo na CM de Vila Franca de Xira uma noção coletiva redutora da capacidade e potencialidade dos SIG.

Foi, muito graças ao envolvimento no projeto *ALO_Digital* (assinado em Fevereiro de 2005), mais concretamente com a medida preconizada no *Subprojeto 13* “Servidor de Informação Territorial”, que surgiu uma excelente oportunidade para o crescimento do SIG da CM de Vila Franca de Xira. O Projeto *ALO_Digital* derivou de um esforço conjunto encetado entre os quatro Concelhos promotores - Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira, que constituíram uma Associação Intermunicipal assente em fatores, dinâmicas e realidades territoriais comuns, com o intuito de desenvolver o “Governo Eletrónico Local”, aproximando assim, eletronicamente, a Instituição Local com o munícipe.²

Segundo o Coordenador Técnico do SIG Municipal, Dr. João Santos, o *ALO_Digital* foi, para a Autarquia de Vila Franca de Xira, “a oportunidade de dotar a C. M. de tecnologia apta a implementar um SIG moderno, mas também de, em associação com outros três Municípios, encetar esforços conjuntos no sentido de desenvolver um projeto comum e tecnicamente sólido”.

Recorrendo às soluções de implementação da plataforma tecnológica disponibilizadas pela empresa Norte-Americana ESRI¹, mais especificamente, pela ESRI Portugal², utilizou-se o software *ArcGIS Desktop*, para a construção e concepção dos projetos SIG (MXD) e a tecnologia *ArcIMS*, para a criação e administração de Serviços *WebGIS*. Por outro lado, os instrumentos *AloDigitalViewer* e *AloDigitalViewer Backoffice* foram os definidos para o desenvolvimento, administração e disponibilização de aplicações de mapas interativos (*FrontOffice* e *BackOffice*) em modo Web. O *ArcSDE* constituiu-se como o software de interligação entre as bases de dados SQL e os serviços criados em *ArcIMS*.

Cumpridos os objetivos do projeto *ALO_Digital*, a Autarquia de Vila Franca de Xira passou a estar dotada de uma plataforma SIG completa (ver Fig. 2), com informação de cariz geográfico devidamente estruturada, com dados espaciais e seus respetivos atributos alfanuméricos (informação gráfica com informação alfanumérica associada) e preparada para proceder à integração de bases de dados de diferentes origens e de temáticas diversificadas (Interoperabilidade).

O serviço SIG Municipal ficou assim capacitado com as valências técnicas e humanas necessárias para poder responder às mais diversas solicitações internas e externas, no que respeita a análise e tratamento de dados espaciais e tem vindo a afirmar-se progressivamente como um interveniente decisivo na modernização da Autarquia, contribuindo também para uma progressiva alteração coletiva de mentalidade em relação ao significado abrangente dos Sistemas de Informação Geográfica e de todas as suas potencialidades.

1.3. PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO SIG MUNICIPAL

O SIG Municipal apresenta, atualmente, um conjunto de projetos desenvolvidos, todos disponibilizados através da Internet com acesso livre e geral (ver Fig. 3) e da Intranet, com acesso exclusivo a funcionários da Câmara que, em função dos sites a consultar, poderão estar sujeitos a autenticação através de *login* e *password*, criados especificamente para cada serviço (ver Fig. 4). Cada um destes projetos SIG, disponibilizados sob a forma de mapas interativos, apresenta um conjunto diversificado de informação de natureza territorial que permite, não só ao técnico, mas também ao cidadão comum, consultar via web, os mais variados domínios de IG. Na Internet é possível consultar: o “Roteiro Municipal”; o módulo de “Emissão de Plantas de Localização” do concelho; o “PDM em vigor” e consulta ao “Património Cultural” (ver Fig. 3).

Na Intranet, apenas disponíveis para funcionários da Autarquia (alguns temas apenas acedidos através de login e Password), é possível consultar os seguintes mapas interativos:

- O módulo de “Emissão de Plantas de Localização” do concelho; consulta online e de forma interativa;
- “Plano Diretor Municipal em vigor” (Planta de Condicionantes, Planta de Ordenamento e Regulamento);
- “Roteiro Municipal (Roteiro Digital de Ruas) ”;
- “Revisão do Plano Diretor Municipal”;
- “Património Cultural”;

- “Gestão Urbanística”;
- “Serviço Municipal de Proteção Civil”;
- “Fiscalização”;
- “Toponímia”;
- “Departamento de Qualidade Ambiental” (ver Fig. 4).

Para edição de dados geográficos online, estão disponíveis:

- “Toponímia @ SIG Municipal”;
- “Fiscalização @ SIG Municipal”;
- “Revisão do Plano Director Municipal – Participações @ SIG Municipal”;
- “Serviço Municipal de Proteção Civil @ SIG Municipal”;
- “Roteiro Turístico @ SIG Municipal”;
- “Património Cultural @ SIG Municipal” (ver Fig. 4).

Os mapas interativos identificados nas figuras 3 e 4 incluem, na sua totalidade, um volume muito grande de IG (*feature classes*, *rasters* e tabelas alfanuméricas) diversificada, devidamente estruturada em duas bases de dados: a “SIG_BD”; a “ESRI_SDE”. Cada base de dados inclui várias *feature datasets* e cada uma destas contém várias *feature classes* (ver Fig. 5).

Toda a informação está organizada segundo um conjunto estruturado, que envolve a definição de prefixos e normalização de designações, com o intuito de introduzir ordenação/classificação da informação geográfica, nas bases de dados empresariais SIG.

Através dos projetos “MXD”, são efetuadas todas as parametrizações relacionadas com o aspeto gráfico dos mapas interativos e com o desempenho dos mesmos, aferidas no momento da sua consulta, por parte dos mais variados utilizadores. Cada projeto incide numa macro temática distinta, sendo que todos os projetos incluem também outros domínios de IG, considerados importantes para o enquadramento e contextualização do tema principal de cada mapa interativo (ver Quadro 1).

Mapas Interativos - Designação		Domínios de IG incluídos em cada Mapa interativo
Mapas Interativos para consulta online de IG	Emissão de Plantas de localização online	Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Plano Director Municipal (PDM) online	PDM + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Roteiro Turístico online	Roteiro Turístico + Plantas de Localização + Projetos (Turismo)
	Património Cultural online	Património Cultural + Plantas de Localização + Imóveis de particulares
	Processos de Licenciamento Urbanístico online	Processos de Licenciamento Urbanístico + PDM + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Revisão do PDM online	Revisão do PDM + Processos de Licenciamento Urbanístico + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Revisão do PDM - “Participações” online	Revisão do PDM + “Participações”
	Serviço Municipal de Proteção Civil online	Serviço Municipal de Proteção Civil + Plantas de Localização
	Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade online	Planos Local e Municipal de Promoção da Acessibilidade + Plantas de Localização
	Fiscalização Municipal online	Autos de Embargo e de Contraordenação + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica + REN + RAN
	Toponímia online	Plantas de Localização
	Departamento de Qualidade Ambiental online	Ações de Limpeza e Desmatação + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira online	Junta de Freguesia + Plantas de Localização
Mapas Interativos para Edição online de IG	Toponímia online	Plantas de Localização
	Revisão do PDM - “Participações” online	Revisão do PDM + “Participações”
	Serviço Municipal de Proteção Civil online	Serviço Municipal de Proteção Civil + Plantas de Localização
	Fiscalização Municipal online	Autos de Embargo e de Contraordenação + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica + REN + RAN
	Departamento de Qualidade Ambiental online	Ações de Limpeza e Desmatação + Plantas de Localização + Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
	Património Cultural online	Património Cultural + Plantas de Localização + Imóveis de particulares
	Roteiro Turístico online	Roteiro Turístico + Plantas de Localização + Projetos (Turismo)

Quadro 1 – Domínios de IG por Mapa Interativo – Intranet Municipal

Fonte: SIG Municipal – C.M. V.F.X. (2009)

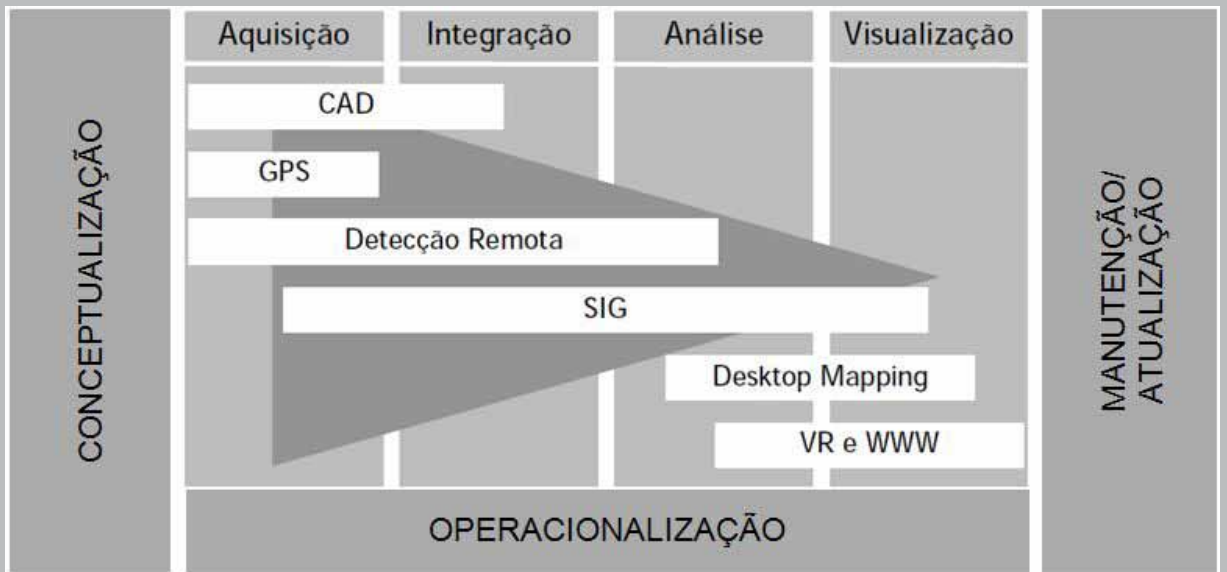


Fig. 1 - Etapas no Processo de Implementação de um SIG
 Fonte: Adaptado de JULIÃO (2001, p.83)

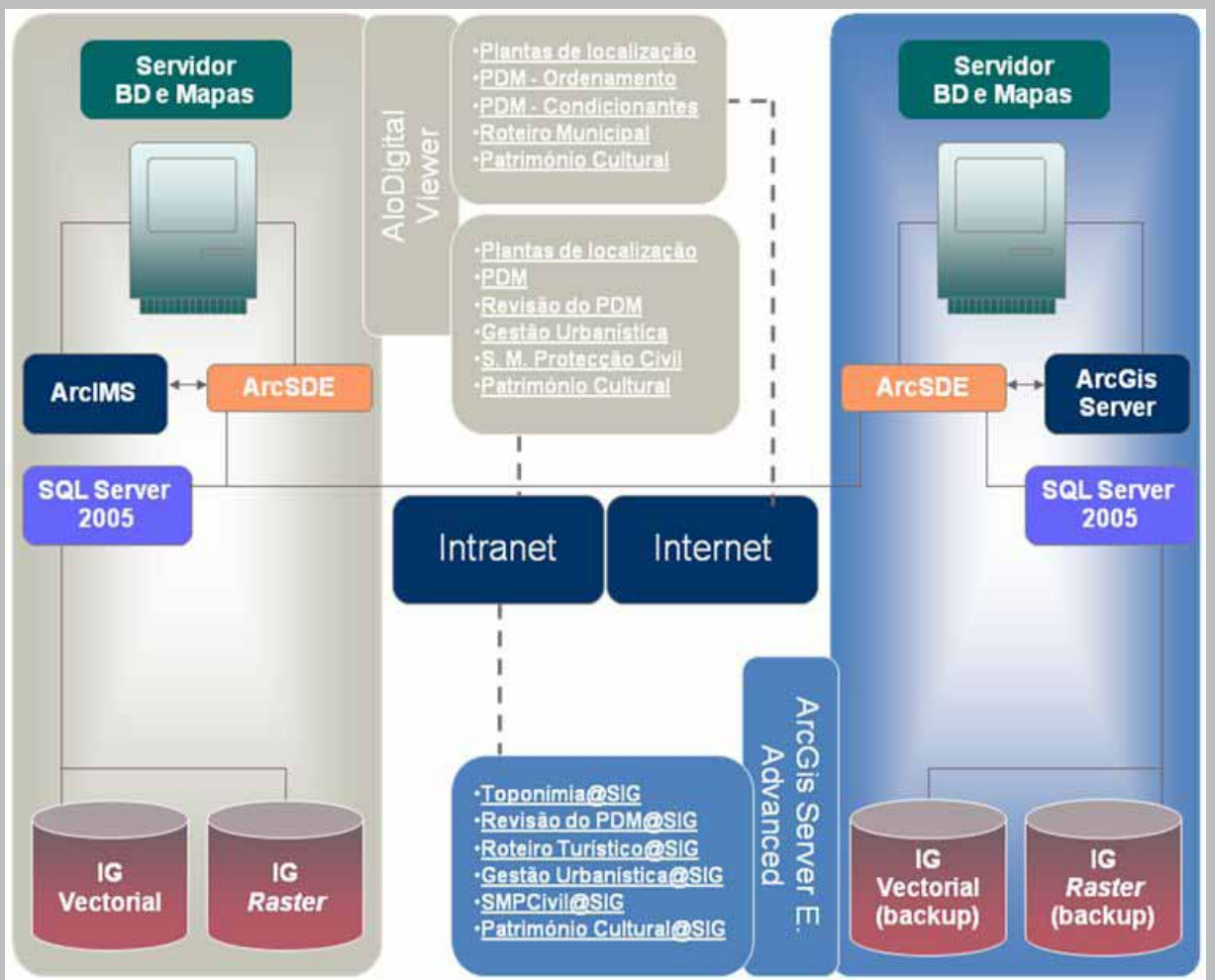


Fig. 2 - Arquitetura do Sistema de Informação Geográfica da CM de Vila Franca de Xira
 Fonte: SIG Municipal de Vila Franca de Xira (2008)

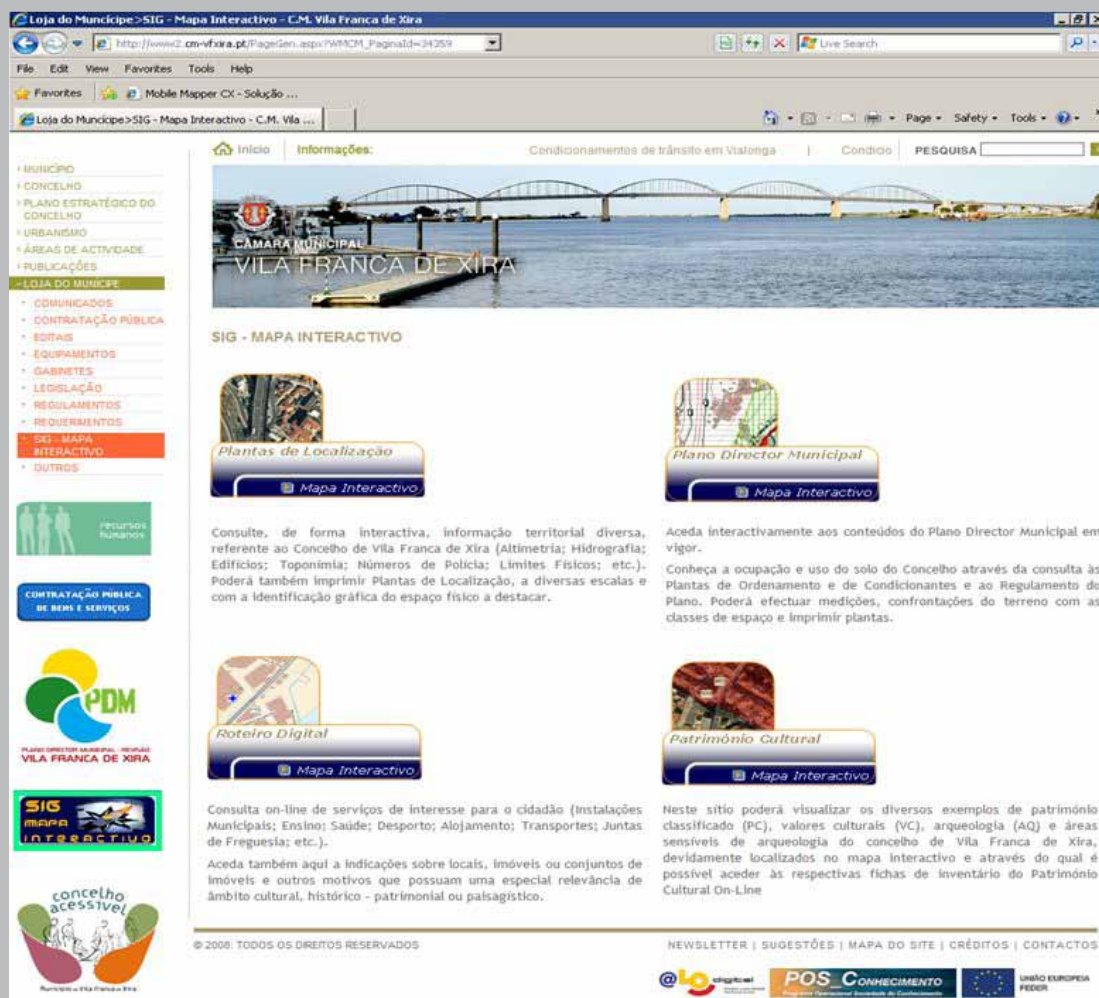


Fig. 3 – Mapas interativos disponíveis na Internet

Fonte: http://www.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34359 (acedido em 22 de Fevereiro de 2010)



Fig. 4 – Mapas interativos disponíveis na Intranet Municipal

Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/SIG_Intranet/SIG_Consulta.htm (acedido em 12 de Março de 2010)

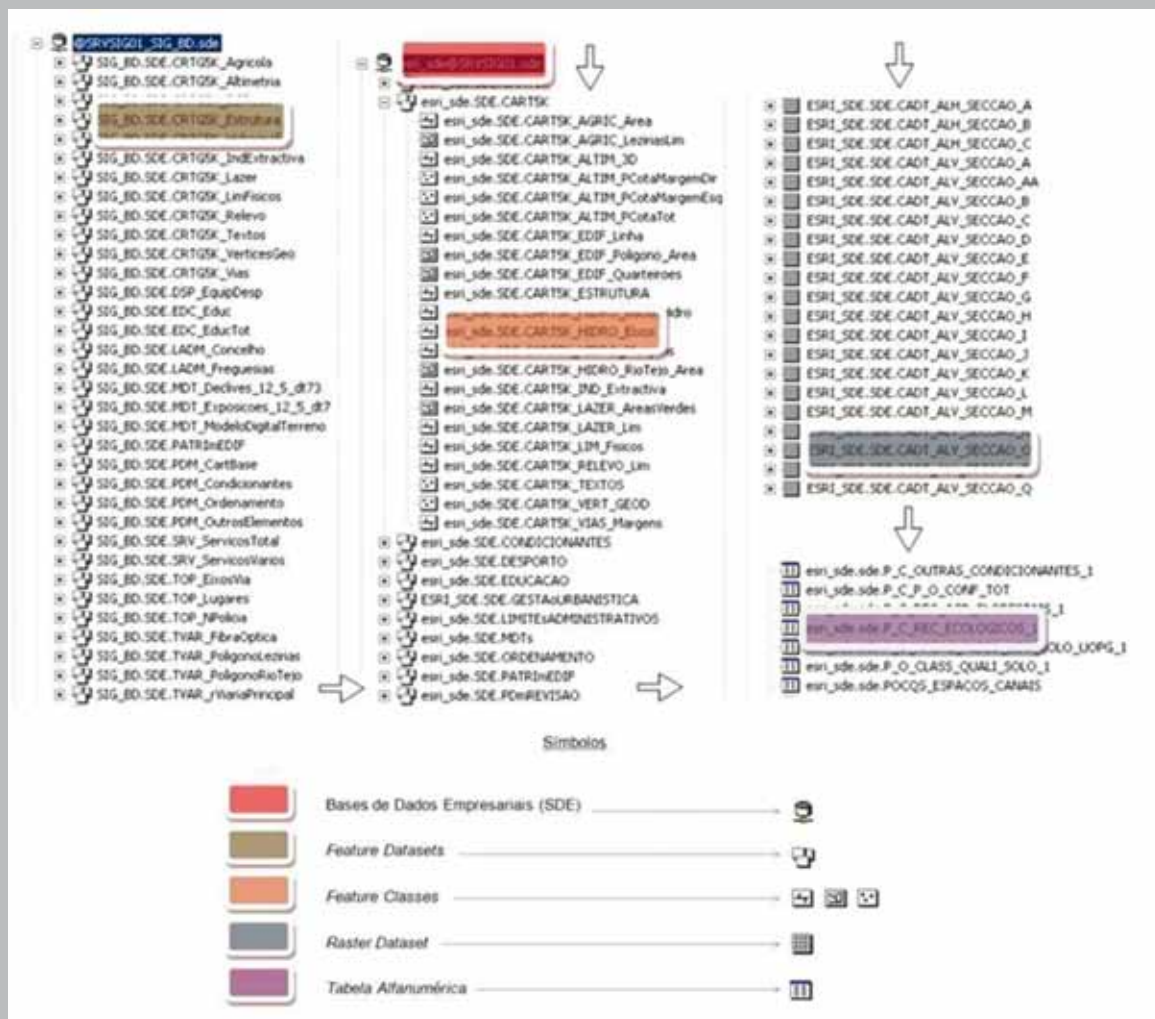


Fig. 5 – Bases de Dados Geográficas Empresarias – SIG C.M. V.F.X.

Fonte: SIG Municipal – C.M. V.F.X. (2009)

2. SUSTENTABILIDADE DO SIG MUNICIPAL: METODOLOGIA IMPLEMENTADA

2.1. APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO “SERVIÇO SIG MUNICIPAL – PROPOSTA OBJETIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO”

Com o intuito de alcançar o “nível seguinte” no desenvolvimento do SIG Municipal de Vila Franca de Xira, e de prosseguir, de forma sustentada, todo o trabalho efetuado até à data, foi equacionada a possibilidade de criação de um documento orientador e estratégico, pelo Coordenador Técnico do SIG Municipal, Dr. João Santos, com a finalidade de apresentar uma “Proposta Objetiva de Desenvolvimento Sustentado do SIG Municipal”, primeiramente, ao Dirigente máximo da Autarquia.

Esse documento compreendia uma proposta de metodologia de trabalho que, sendo aceite, contribuiria para o desenvolvimento do SIG Municipal de Vila Franca de Xira de forma estruturada, objetiva e avalizada, com evidentes vantagens para todos os utilizadores deste Sistema.

Nesse mesmo documento referia-se que *“O Serviço Sistema de Informação Geográfica tenderá, com toda a certeza, a constituir-se como um elemento centralizador da grande parte dos dados georreferenciáveis (objetivamente geográficos ou por inerência) produzidos pela Câmara Municipal...”* e que *“...No sentido de preparar a Instituição Câmara Municipal para uma realidade que, embora se anuncie como futura, já se faz sentir, torna-se indispensável a criação de algumas condições de base... Estas condições passam, sobretudo, pelo envolvimento, neste processo, de todos os sectores de atividade que utilizem e produzam informação passível de ser georreferenciada...”* (“Proposta Objetiva de Desenvolvimento Sustentado do SIG Municipal”, 2008).

Essencialmente, a efetivação do documento *“...criou o ponto de partida para a implementação da estratégia definida como certa para dar cobro à necessidade de atualização da informação geográfica e manutenção do Sistema”*.

2.2. EXPOSIÇÃO DO PROJETO EM REUNIÃO DE DIRETORES (SENSIBILIZAÇÃO / EFEITO “CATALISADOR”)

Após aprovação pelo Dirigente máximo da Autarquia ao Projeto proposto no documento *“Serviço SIG Municipal – Proposta objetiva de Desenvolvimento Sustentado”*, o projeto foi exposto aos Diretores da Autarquia pelo Coordenador Técnico do SIG, Dr. João Santos, em reunião agendada pela Sra. Presidente de Câmara, ocorrida no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Este facto evidenciou a receção extremamente assegurada que a proposta obteve do Dirigente máximo da Autarquia, o que, por sua vez, se traduziu num elemento decisivo não só na prossecução do projeto em si, mas também na alteração substancial de procedimentos conducentes à modernização transversal da Autarquia.

Nessa reunião pretendeu-se, por um lado, destacar o volume de trabalho desenvolvido pelo SIG Municipal até então e, por outro, dar seguimento a outro ponto indicado no documento orientador, que previa a criação de um “Grupo de trabalho multidisciplinar SIG”, cujo dever seria colaborar ativamente nos processos direcionados para a sustentabilidade da IG municipal. Desta forma, foi solicitado aos Diretores da Autarquia que indicassem um conjunto de elementos representantes das mais diversas Divisões Municipais.

2.3. CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO – DESIGNAÇÃO DOS TÉCNICOS CUJOS DOMÍNIOS DE ATIVIDADE SE ENQUADRAM NAS TEMÁTICAS PROCESSADAS PELO SIG MUNICIPAL.

Após a aferição inicial dos serviços a serem representados no Grupo de Trabalho, foi então solicitada, a cada responsável dos diferentes sectores, a nomeação de um técnico (ou dois, em casos mais específicos), cuja responsabilidade seria a de representar o seu serviço no Grupo SIG e contribuir ativamente para a manutenção da IG, do seu segmento de atividade, atualizada.

Um dos principais objetivos a alcançar com a criação deste grupo de trabalho foi o do fomento do envolvimento dos vários técnicos destacados, pertencentes a diversos serviços municipais, no processo de atualização da IG Municipal.

Neste sentido, o desenvolvimento deste projeto assentou num conjunto de premissas operatórias, consideradas essenciais para atingir os resultados esperados:

- Impulsionar a comunicação entre sectores distintos;
- Distribuir tarefas corretamente;
- Promover a responsabilização perante o SIG;
- Provocar um efeito de propagação dos recursos SIG;
- Dotar o SIG de um conhecimento multidisciplinar;
- Sistematizar os mecanismos de Atualização da IG;
- Promover a eliminação da redundância de IG;
- Aumentar a fiabilidade dos dados disponibilizados;
- Contribuir para um incremento na Monitorização do Sistema.

Deste modo, a partir dessas premissas estruturantes, foi delineada uma estratégia que, apesar de estabelecer metodologias e técnicas pouco testadas, permitiu, de acordo com os resultados até ao momento alcançados, a criação de condições essenciais para a implementação efetiva de um projeto diferente - talvez até algo inovador - no âmbito da Sustentabilidade dos SIG, nomeadamente no que diz respeito à atualização, manutenção e gestão das Bases de Dados Geográficas Municipais.

Foi assim, finalmente, criado um Grupo de Trabalho multidisciplinar SIG com vinte e um elementos, representantes dos mais diversos serviços autárquicos (ver Quadro 2).

Divisão/Sector/Projeto/Gabinete	Técnico(s) destacado(s)
PROJETO MUNICIPAL DE REQUALIFICAÇÃO URBANA	Ana Bicho
PROJETO MUNICIPAL PROJES	Carla Alcobia
DIVISÃO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA	Clemente Rocha
DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTRATAÇÃO (NOTARIADO)	—————
DIVISÃO DE TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS (TURISMO)	Mário Saldanha
DIVISÃO DE TURISMO E ACTIVIDADES ECONÓMICAS (ACT. ECONÓMICAS)	Rui Paulino
DIVISÃO DE PATRIMÓNIO E MUSEUS	Maria João Martinho João Pimenta
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	Ricardo Ramalho Lara Almeida
DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	Ana Madeira
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	Daniel Carvalho José Pinheiro
DIVISÃO DE GESTÃO DE EMPREITADAS	Helena Henriques
DIVISÃO DE PROJETOS	Inês Gonçalves
DIVISÃO DE GESTÃO DE ESPAÇOS EXTERIORES	Júlio Pina
DIVISÃO DE HIGIENE PÚBLICA	Inês Silva
SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL	Marta Neves
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	Maria João Oliveira
DIVISÃO DE DESPORTO	Rui Valente
DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS	Paulo Luís
GABINETE DE GESTÃO DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	Ana Sofia Coelho
DPOT / SIG	André Caiado Irina Francisco João Santos

Quadro 2 – Grupo de Trabalho Multidisciplinar SIG – C.M. V.F.X.

Fonte: C.M. V.F.X. (2009)

De acordo com o “documento orientador” “...O Técnico destacado terá como competências, no âmbito do Sistema de Informação, em primeiro lugar, a responsabilidade de representar o seu

Serviço em reuniões do SIG, reuniões estas que deverão acontecer com periodicidade nunca superior a 1 mês e, em segundo, a responsabilidade de atualizar os dados disponibilizados em ambiente Internet e Intranet que correspondam à esfera dos temas desenvolvidos pelo seu Serviço.

...Se por um lado esta solução oferece autonomia aos Serviços para gerirem, eles próprios, os seus dados, por outro garante a máxima rentabilização dos recursos possibilitando uma atribuição efetiva e correta de tarefas. Por conseguinte, esta metodologia traduzir-se-á em responsabilidade perante o Sistema de Informação, o que permitirá manter atualizados e tecnicamente fiáveis os dados publicados... (“Proposta Objetiva de Desenvolvimento Sustentado do SIG Municipal”, 2008).

Os técnicos do SIG Municipal, neste projeto, terão como responsabilidades diretas, para além da organização de sessões de formação em *ArcGis Server* e em SIG, a ministrar aos diversos técnicos, o desenvolvimento dos projetos MXD, a criação dos mapas interativos, as configurações e parametrizações HTML, etc., “...A integração de Bases de Dados existentes, a gestão destas e das futuras, as relações de dados a criar posteriormente, a manipulação da informação cartográfica de base, a criação das páginas WEB, a gestão e manutenção das mesmas e, sempre que necessário, a edição especializada de dados de outros Serviços...” (“Proposta Objetiva de Desenvolvimento Sustentado do SIG Municipal”, 2008).

2.4. REUNIÕES PERIÓDICAS COM O GRUPO SIG E EXPOSIÇÃO DE PROBLEMA PADRÃO NA ATUALIZAÇÃO DE DADOS (PERCEÇÃO REAL DA DIFICULDADE NA ATUALIZAÇÃO DE IG)

Decorrida a fase da criação do Grupo de Trabalho Multidisciplinar SIG (Quadro 2), foi então agendada a primeira de várias reuniões periódicas do Grupo de Trabalho Multidisciplinar. Esta primeira reunião foi determinante na medida em que, não só proporcionou o encontro e a troca de experiências entre os vários técnicos envolvidos, ajudando assim a melhor perceber qual o papel a desempenhar por cada um nas suas atividades específicas, como serviu também, e principalmente, para apresentar o trabalho desenvolvido pelo SIG até à data e demonstrar, recorrendo a exemplos reais, a complexidade e dificuldade tida pelos técnicos do SIG na atualização de um só nível de informação.

De seguida foi então apresentado um “problema-padrão” na atualização de um dos domínios de IG Municipal (Fig. 6). Este exemplo real consistia na atualização da IG relativa a uma rotunda da freguesia de Alverca do Ribatejo (“Rotunda da Malva Rosa”), recorrendo ao software *ArcMap* da ESRI e à abordagem de todos os procedimentos inerentes, designadamente, as alterações que são obrigatoriamente necessárias realizar aos diversos níveis de IG: “eixos de via”; “limites de via”; “edifícios”; “limites físicos”; “espaços verdes”; “números de polícia”; etc.

Nesta fase da reunião era espectável que todos os intervenientes compreendessem, efetivamente, a complexidade inerente ao processo de atualização de apenas um “objeto” de um nível de IG e que ficasse perfeitamente esclarecido que a alteração de um elemento não se processava exclusivamente no plano do grafismo, mas também ao nível das tabelas alfanuméricas e, por conseguinte, dos Sistemas de Gestão de Bases de Dados Relacionais (SGBDR). Foram também abordados alguns exemplos de preenchimento de campos alfanuméricos, de manutenção da integridade relacional entre os diversos objetos e também entre estes e as respetivas tabelas alfanuméricas.

Dado que o exemplo utilizado se relacionava com o tema “eixos de via” (*routing*), foi abordada também a questão da topologia (noção de continuidade, para objetos com geometria do tipo linha e contiguidade, para polígonos) e da importância da integridade geométrica dos objetos.

Resumindo, a Fig. 6 demonstra que, apesar de, aparentemente, as alterações a um arruamento se efetuarem, exclusivamente, editando os limites dos mesmos, na prática, há um conjunto de

níveis de IG que também sofre alterações e que, por isso, carece também de atualização, quer geométrica, quer alfanumérica.

2.5. IDENTIFICAÇÃO DE TEMÁTICAS DE IG PRIORITÁRIAS, DESENVOLVIMENTO DAS APLICAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DA IG E REALIZAÇÃO DE REUNIÕES SETORIAIS

Após a definição do Grupo de Trabalho Multidisciplinar SIG (ver Quadro 2), e no sentido de dar continuidade ao projeto, foi necessário identificar as temáticas prioritárias, isto é, as que careciam com mais premência de atualização.

Foi efetuado então o levantamento dos temas mais importantes (Toponímia e Rede Viária; Edifícios; Turismo; Património), foram realizadas reuniões individualizadas, nas quais os aspetos essenciais para o desenvolvimento das aplicações e para a compreensão da metodologia a adotar foram abordados. Esta fase exigiu especial sensibilidade, por parte dos elementos do SIG Municipal, na aproximação aos diversos técnicos responsáveis, com a intenção de diminuir, quanto possível, as potenciais resistências, “tradicionais” e compreensíveis, a algo novo e tecnologicamente evoluído (tecnologia SIG).

Neste sentido, foram efetuadas explicações concisas e objetivas das funcionalidades das aplicações criadas, recorrendo à ferramenta *ArcGIS Server Enterprise Advanced*; foram definidos os modelos de dados, inerentes a cada projeto; foram efetuadas demonstrações do reflexo imediato do trabalho dos técnicos, ou seja, da transposição do módulo de edição online - *ArcGIS Server Enterprise Advanced (input)*, para o modo de disponibilização, também em modo Web - *AloDigital Viewer (output)*. Este foi um ponto extremamente importante, na medida em que os diferentes técnicos puderam constatar, realmente, a importância e impacto, em “tempo real”, do seu trabalho, no âmbito do SIG Municipal. Foi ainda, definida uma metodologia de formação para a utilização das aplicações de edição de dados geográficos online e de apoio sistemático que viria a ser dado aos técnicos envolvidos diretamente no grupo de trabalho.

Após cada conjunto de reuniões sectoriais, foram sendo desenvolvidas as aplicações, nomeadamente, dez, até ao momento:

1. “Toponímia@SIG Municipal” (ver Fig. 7);
2. “Gestão Urbanística@SIG Municipal” (metodologia distinta - *GProc + ArcMap*);
3. “Património Cultural@SIG Municipal”;
4. “Roteiro Turístico@SIG Municipal” (ver Fig. 7);
5. “Proteção Civil@SIG Municipal”;
6. “Revisão do PDM_Participações Públicas@SIG Municipal” (ver Fig. 7);
7. “Fiscalização@SIG Municipal”;
8. “Departamento de Qualidade Ambiental@SIG Municipal”;
9. “Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira@SIG Municipal”;
10. “Associativismo@SIG Municipal”.

CONCLUSÃO

Na implementação desta metodologia de funcionamento, esteve sempre presente a noção de responsabilidade bipartida no processo de edição e atualização da IG, entre os técnicos do SIG Municipal e os técnicos dos diversos departamentos envolvidos no projeto. Esta questão foi sendo constantemente reforçada, não só por força do volume de trabalho envolvido, mas também em virtude da especificidade e sensibilidade, quer de algumas matérias abordadas, quer da utilização das funcionalidades SIG disponíveis.

Assim, crê-se terem sido desenvolvidas as condições de base indispensáveis para a implementação de um projeto desta natureza e importância, que, apesar dos potenciais riscos, não só pela inovação inerente à tecnologia envolvida, mas também pela complexidade de alguns

procedimentos organizativos e técnicos, representava, principalmente, um enorme desafio, quer para os técnicos do Gabinete SIG, quer para todos os que, direta ou indiretamente, intervissem no mesmo sentido: o de contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentado da gestão da informação geográfica municipal e disponibilização desta para técnicos, dirigentes e decisores municipais, munícipes e investidores.

No que se refere aos meios humanos, ao dotar os técnicos da CM, sobretudo, os envolvidos no projeto, com a valência e autonomia para realização de edições/atualizações diretamente na Base de Dados Geográficos Municipal, o SIG Municipal também está, assim, a contribuir para uma adequação dos recursos humanos da Instituição a uma nova realidade administrativa, mais moderna, e suportada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Num contexto mais institucional, o investimento efetuado pela CM de Vila Franca de Xira, na aquisição deste software inovador, também se justifica plenamente na medida em que contribuiu para criar, automatizar, dinamizar, consolidar e modernizar metodologias de funcionamento e procedimentos internos.

Relativamente ao retorno financeiro, através da edição, quer gráfica, quer alfanumérica, da IG, pertencente às mais variadas esferas de atuação municipal, por parte de um Grupo de Trabalho constituído por vinte e um elementos, todos eles com um conhecimento detalhado da informação que se insere nos respetivos segmentos de atuação, traduzir-se-á a médio e longo prazo na ausência de necessidade, praticamente absoluta, de aquisição de informação e dados geográficos a empresas externas.

Problemas recorrentes em projetos SIG, tais como o surgimento de novas edificações, novos arruamentos, novos números de polícia, alteração de endereços, desatualização dos dados informativos de interesse para o município, alterações aos PDM, são, atualmente, praticamente inexistentes na CM de Vila Franca de Xira, pois a informação é gerida, com sentido de responsabilidade e de interdependência, pelos intervenientes com responsabilidade direta na mesma.



Fig. 6 – Atualização da IG referente à “Rotunda da Malva Rosa”, em Alverca do Ribatejo – SIG C.M. V.FX.

Fonte: SIG Municipal – C.M. V.FX. (2009)



Fig. 7 – Intranet Municipal - Aplicações de Edição Avançada de Dados Geográficos Online.

Fonte: http://sig.cm-vfxira.pt/SIG_Intranet/SIG_Edicao.htm (accedido em 15 de abril de 2010)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURROUGH, P. (1986). *Principals of Geographical Information Systems for Land Resources Assessment*. Oxford: Clarendon Press. Monographs on soil and resource surveys (ISBN: 978-019-85456-3-7), 12. 193 p.

CUNHA, S. (2009). *O SIG ao serviço do Ordenamento do Território: Modelo de Implementação*. Lisboa [s.e.]. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras - Universidade Nova do Porto. 81. p.

JULIÃO, R. P. (2001). *Tecnologias de Informação Geográfica e Ciência Regional: Contributos Metodológicos para a Definição de Modelos de Apoio à Decisão em Desenvolvimento Regional*. Lisboa: [s.e.]. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento regional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 400 p.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2003). *Candidatura do projeto “ALO_Digital” ao Programa Operacional Sociedade de Informação*. Lisboa. 27 p.

RESENDE, S. (2005). *Geoplanos Sistema Geográfico de monitorização de planos de Ordenamento do Território*. Porto: [s.e.]. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia - Universidade Nova do Porto. 167 p.

WAUGH, D. (2006). *Geography – An Integrated Approach*. Oxford: Nelson 2000 (ISBN: 0-17-444706-X). 657 p.

REFERÊNCIAS ONLINE

http://www.cm-vfxira.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=34359 - Mapas interativos disponíveis na Internet (acedido em 22 de Fevereiro de 2010)

http://sig.cm-vfxira.pt/SIG_Intranet/SIG_Consulta.htm - Mapas interativos disponíveis na Intranet Municipal (acedido em 12 de Março de 2010)

http://sig.cm-vfxira.pt/SIG_Intranet/SIG_Edicao.htm - Intranet Municipal - Aplicações de Edição Avançada de Dados Geográficos Online (acedido em 15 de abril de 2010)

http://www.cidadesdigitais.pt/images/stories/Memoria_Descritiva-ALO_Digital.pdf - Portal oficial do projeto “Cidades e Regiões Digitais” (acedido em 2 de fevereiro de 2006)

<http://www.esriportugal.pt/solucoes/sig-profissional/arcgis-for-desktop-advanced/principais-caracteristicas/> - Portal oficial da ESRI Portugal (acedido em 9 de Maio de 2011)

NOTAS

¹ Adaptado de <http://www.esriportugal.pt/solucoes/sig-profissional/arcgis-for-desktop-advanced/principais-caracteristicas/> (acedido em 9 de Maio de 2011)

² Adaptado de Presidência do Conselho de Ministros (2003). *Candidatura do projecto “ALO_Digital” ao Programa Operacional Sociedade de Informação*. Lisboa. (acedido através de http://www.cidadesdigitais.pt/images/stories/Memoria_Descritiva-ALO_Digital.pdf, em 2 de fevereiro de 2006)

³ Técnico Superior Geógrafo, Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT), Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Mestre – Direção Internacional de Segurança e Proteção Civil (Universidade Europeia de Madrid | Laureate International Universities)

⁴ Técnico Superior Geógrafo, DPOT- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Mestre – Gestão do Território – Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa

⁵ Técnico Superior Geógrafo, DPOT- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Mestre – Gestão do Território – Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

⁶ Técnico Superior Geógrafo, DPOT-Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Licenciado – Geografia e Planeamento Regional - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Regeneração de percursos culturais no território: Aplicação às Linhas de Torres no concelho de Vila Franca de Xira

CATARINA CONDE¹

RESUMO

No âmbito do planeamento territorial, a definição de estratégias para a regeneração de percursos e do património a eles associados, quer seja na vertente ecológica, ambiental, cultural ou histórica, possibilita efetuar ligações entre os diferentes espaços, originando uma dinâmica de fluxos, contribuindo para a criação de imagens visuais, sensoriais e cognitivas e para o conhecimento do território em que o Homem se insere.

A implementação de um corredor verde ao longo da 1ª Linha Defensiva de Torres Vedras em Vila Franca de Xira, constituiu um importante incentivo à conservação e regeneração do património cultural e ambiental.

Palavras-Chave: Paisagem, Património, Percursos, Corredores Verdes.

O significado do termo paisagem evoluiu claramente desde o século XV até aos nossos dias, deixando de ser um simples cenário, fechado sobre si mesmo, como muitas vezes foi representado através da pintura, para se tornar a base de todas as intervenções do Homem no território.

No século XIX, os avanços das técnicas de produção na agricultura, florestação, indústria e exploração mineira, conjuntamente com a aplicação de novas práticas de planeamento, redes de transportes, turismo e recreio e, de um modo mais geral, as mudanças económicas globais, contribuíram para a transformação das paisagens, as quais são, atualmente, o resultado da ocupação humana no território, ao longo dos tempos.

A paisagem é cada vez mais um conceito global e abrangente e a sua preservação é fundamental para a realização humana, para a qualidade de vida do Homem e da sociedade e para a consolidação da identidade do local.

Face às transformações que têm vindo a ocorrer nas paisagens, bem como às pressões que se fazem sentir sobre as mesmas, nomeadamente as alterações dos seus usos, constata-se uma redução da qualidade paisagística e dos recursos que constituem o território, quer sejam eles ecológicos, económicos, sociais e/ou culturais. Estas modificações conduzem, gradualmente, à perda de referências históricas e da identidade cultural da paisagem, afetando o seu *genius loci*, designadamente, o espírito do lugar, o espírito que dá vida aos povos, aos lugares e que determina o seu carácter local e regional e a sua essência.

Deste modo, é só quando compreendemos os lugares que temos a capacidade de intervir na paisagem e, assim, contribuir, de forma criativa e sustentável, para a sua evolução e para a sua história, pois “*a paisagem exprime o resultado da interação espacial e temporal do Homem com o Ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade*”.²

A estrutura territorial em que assentam os percursos e os elementos que estes interligam, quer seja património de natureza arquitetónica, arqueológica, natural, literária ou histórica, permite delimitar áreas de elevado valor paisagístico a que diversos autores, na área da arquitetura paisagista e ordenamento do território, têm denominado de corredores verdes (McHarg (1969), Fabos (1977) e Lyle (1985)). A implantação de uma rede de corredores verdes constitui uma base para a definição de estratégias de salvaguarda da qualidade de uma paisagem. A dinamização

dos percursos, enquanto corredores verdes, permite a fruição dos recursos, que determinam a qualidade da paisagem, através da promoção de atividades recreativas e de lazer, contribuindo, desta forma, para o conhecimento dos valores naturais, históricos e culturais de uma região, ao mesmo tempo que promovem a consciência da importância da sua salvaguarda e preservação, por parte da população.

1. REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS

A paisagem apresenta um património natural e cultural que deve ser protegido, gerido, conservado e valorizado, enquanto tal. Do conceito de património cultural, o qual só adquiriu um estatuto próprio no século XX, fazem parte o património arquitetónico, o arqueológico, o natural, o literário e o histórico. O património cultural está evidentemente ligado à temática dos percursos interpretativos de carácter cultural, sendo a existência de elementos histórico-culturais, de valor reconhecido, imprescindível para a sua implantação.

Uma das formas de salvaguarda e de preservação deste património passa pela regeneração de percursos e pela sua interligação com os elementos de valor histórico, cultural e natural que os definem.

1.1. CORREDORES VERDES

Os percursos, enquanto corredores verdes, são, junto da sociedade civil, um agente dinamizador do conhecimento, da divulgação e da proteção do património, ao promoverem a recuperação e consequente salvaguarda dos elementos naturais e arquitetónicos integrados na paisagem.

Existem várias definições para corredores verdes (greenways), uma vez que estes podem adotar múltiplas formas e estão diretamente relacionados com as influências históricas e culturais do local onde se desenvolvem, quer seja nas cidades, nos subúrbios, nas zonas rurais ou nas áreas florestais. Contudo, LITTLE (1990) define os corredores verdes como sendo “*espaços públicos lineares estabelecidos ao longo de corredores naturais, tais como frentes ribeirinhas, cursos de água ou festos, ou por terra ao longo de linhas férreas convertidas em usos de recreio, canais, vias cénicas ou outras vias, ou qualquer caminho natural ou paisagístico para passagem pedestre ou ciclável, ou corredores que ligam entre si parques, reservas naturais, aspetos culturais, sítios históricos, património natural e áreas habitacionais*”³.

O conceito de corredores verdes fundamenta o desenvolvimento de uma estratégia de planeamento que visa a salvaguarda e a recuperação da qualidade ambiental da paisagem e a preservação dos seus recursos. A criação de uma rede de corredores verdes no território fomenta várias formas de utilização e fruição, tais como recreio, circulação, preservação da vida selvagem, educação, convívio e identidade cultural, contribuindo, assim, para a valorização e salvaguarda da qualidade da paisagem urbana e rural.

1.2. PERCURSOS CULTURAIS

Os percursos, enquanto corredores verdes, são elementos que fazem parte integrante da paisagem, a qual pode ser entendida como um conjunto de áreas, linhas e pontos. As formas lineares permitem a existência de uma continuidade e a circulação de fluxos na paisagem, possibilitando a criação de imagens da envolvente. Desta forma, os percursos, enquanto elementos lineares da paisagem, surgem como a interação entre o Homem e a natureza, sendo uma das representações da adaptação do Homem ao meio e às evoluções tecnológicas. Os percursos conduzem o Homem na paisagem, dando-lhe a possibilidade de um contacto mais próximo com o meio envolvente e com a identidade da paisagem.

Embora os percursos existam nas mais variadas paisagens, constata-se uma maior concentração dos mesmos nas áreas envolventes aos principais núcleos de povoamento, nomeadamente em áreas metropolitanas. Contudo, tendo em conta o crescimento das áreas urbanas e consequente pressão e ocupação das zonas mais rurais por indústrias e por novas zonas habitacionais, estes antigos caminhos ou parte deles encontram-se, frequentemente, englobados nos tecidos urbanos, perdendo as suas funções iniciais e ficando por vezes abandonados ou subutilizados. No entanto, estes percursos podem permitir a ligação de pontos importantes e significativos na história de uma região ou país, podendo a sua regeneração contribuir ou potenciar, nas áreas metropolitanas, o aparecimento de oportunidades diversificadas de recreio.

Os percursos fomentam inúmeras oportunidades de recreio, ajudando ao entendimento dos locais históricos e à diversidade cultural. A sua procura e utilização pela população são enfatizadas perante a modernização da sociedade e o uso excessivo do veículo automóvel, começando-se, atualmente, a observar uma maior preocupação, por parte da população, na procura de soluções e alternativas, ambientalmente mais sustentáveis, para fugir às rotinas das cidades. Estas alterações têm contribuído para o desenvolvimento das temáticas do pedestrianismo e das redes cicláveis, promovendo deste modo uma melhoria da qualidade de vida. Para fugir ao stress diário da vida nos meios urbanos, verifica-se uma tendência crescente para as pessoas se refugiarem nos meios rurais, em busca de recuperar e viver antigas tradições e culturas e aproveitar ao máximo o meio ambiente envolvente, pelas suas características ecológicas, ambientais e culturais.

1.3. REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS

A regeneração de percursos interpretativos deve ser definida tendo em vista a divulgação do interesse patrimonial, ambiental, cultural e turístico, devendo os mesmos, sempre que possível, serem afastados de estradas asfaltadas ou vias onde circulem veículos motorizados. Os percursos podem ainda ser classificados segundo quatro aspetos fundamentais, designadamente o tipo de utilizadores, o grau de dificuldade, a sua extensão dos percursos e o traçado do trilho, estando estes aspetos resumidos na tabela 1.

Tipo de Utilizadores	Percurso de uso único	Apenas com um tipo de utilizadores
	Percurso multiuso	Associação de dois ou mais usos
Dificuldade do Percurso*	Muito Fácil	Percurso pedestre efetuado em menos de duas horas de caminhada num trilho bem definido
	Fácil	Percurso com menos de três horas de duração sobre caminhos com algumas passagens menos fáceis
	Médio	Percursos com menos de quatro horas de duração, com alguns desníveis, destinados a pessoas com prática
	Difícil	Percurso com mais de quatro horas de duração, com itinerário longo e/ou difícil (desnivelado e com passagens delicadas)
Extensão**	Grande Rota (GR)	Percursos que possuem grandes extensões, unindo povoações, cidades ou mesmo países distantes entre si
	Pequena Rota (PR)	Percursos com trajetos mais curtos, de uma só jornada e com um máximo de 30km de extensão
	Percursos Locais (Senderos locais- SL)	Percursos que não têm mais de 10km e que se estendem, sobretudo, pelo fundo de um vale desde uma povoação até um local de interesse
	Percursos Urbanos (Senderos Urbanos- SU)	Percursos pedestres implantados em meio urbano
Traçados de Trilhos	Percursos circulares	Ponto de chegada idêntico ao ponto de partida
	Percursos abertos	Ponto de chegada distinto do ponto de partida

Tabela 1 – Classificação dos percursos⁴

*classificação de acordo com Federação Francesa de Pedestrianismo

**classificação de acordo com FEDME (Federação Espanhola de desporto de Montanha e Escalada) e pela FCMP (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal), sendo que esta última apenas considera as tipologia GR, PR e PL, definindo percursos locais como sendo aqueles cuja totalidade ou mais de metade do trajeto decorre em ambiente urbano.

No que se refere à função dos percursos, os mesmos podem apresentar uma ou mais funções, quer sejam de carácter recreativo, educativo ou outras. Geralmente, os percursos de pequena rota apresentam um carácter recreativo e educativo, estando a eles associados iniciativas de interpretação ambiental e cultural, sendo que os percursos de grande rota visam essencialmente um carácter recreativo e desportivo.

Um percurso pode ter diferentes usos em simultâneo (pedestre, ciclável, equestre, etc.) e deve ser projetado de modo a ser facilmente acessível à população, respeitando e preservando, contudo, os recursos naturais e ecológicos da paisagem em que se insere, pois mais do que gerarem uma reação passiva, os percursos devem transmitir algo, levando os utilizadores a interpretar o que veem, e devem ajudar a compreender o passado (NICHOLS, 1999).

Assim, aquando do planeamento de corredores verdes e de percursos culturais, o estudo, a análise e o diagnóstico da paisagem, em que os mesmos se inserem, contribuem para a salvaguarda da sua estrutura ecológica e cultural, para o seu desenvolvimento sustentável, para a manutenção do balanço ecológico, para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade e para o sentido do lugar, estabelecendo uma melhor ligação entre a natureza e o meio urbano.

A regeneração de antigos percursos e caminhos, bem como a recuperação/requalificação dos elementos culturais e históricos a eles associados, deve constituir uma estratégia equilibrada e sustentável de intervenção na paisagem, pelo que a utilização, de modo controlado e consciencioso, dos recursos existentes permite o reconhecimento e a articulação entre o património local e a sociedade em que o mesmo se insere.

O objetivo da regeneração de percursos não é apenas recuperar antigos percursos desativados e/ou destruídos, mas também contribuir para que os mesmos deixem de ser apenas eixos de comunicação, para se tornarem corredores de circulação que proporcionem um novo tipo de relacionamento entre o Homem e o meio, possibilitando a interação com os recursos disponíveis.

Deste modo, a regeneração dos percursos deverá ser precedida de uma análise das várias componentes da paisagem. Contudo, e face às várias características de uma determinada paisagem e à interação entre os seus vários recursos, a intervenção deverá ter por base uma metodologia de análise, do desenho/modo de intervenção e da gestão futura destes sistemas lineares. Assim, para promover e implantar a regeneração de percursos, é necessário:

- Ter um conhecimento profundo dos recursos a preservar e as características da paisagem a intervir;
- Definir uma estrutura de faseamento da intervenção;
- Definir as regras do desenho e da implantação dos percursos;
- Promover uma gestão e manutenção dos percursos, garantindo a preservação e conservação de todos os recursos e a sustentabilidade da paisagem em que os mesmos se inserem.

Na implantação de uma rede de percursos, associados a valores histórico-culturais, a metodologia de planeamento a utilizar não difere muito das metodologias gerais de planeamento da paisagem, devendo ter-se em consideração as várias componentes que constituem a paisagem. Contudo, para a definição de um percurso existem aspetos determinantes na localização e definição do tipo ideal de trilho a instalar, em termos de forma, estrutura e tipo de utilização, designadamente a aptidão da área e o objeto do percurso. Na fase de análise devem ser avaliados, entre outros, os recursos histórico-culturais, geológicos, ecológicos, a qualidade cénica da paisagem, a capacidade de carga e o valor económico. O processo de regeneração de um percurso cultural deve assentar numa correta análise paisagística da área em estudo, de modo a garantir que sejam tomadas as decisões que salvaguardem a sustentabilidade da paisagem.

Na regeneração de percursos pedonais é necessário, numa primeira fase, definir o objetivo do projeto, percebendo quais são os objetos que se querem interpretar, qual o público-alvo e a ligação do percurso a outros pontos específicos, entre outros. A segunda fase, é essencialmente uma fase de análise paisagística e dos elementos constituintes da paisagem, mas também de definição do percurso a implementar quanto à sua função, forma, tipo de utilizadores, extensão e inserção do trilho na paisagem.

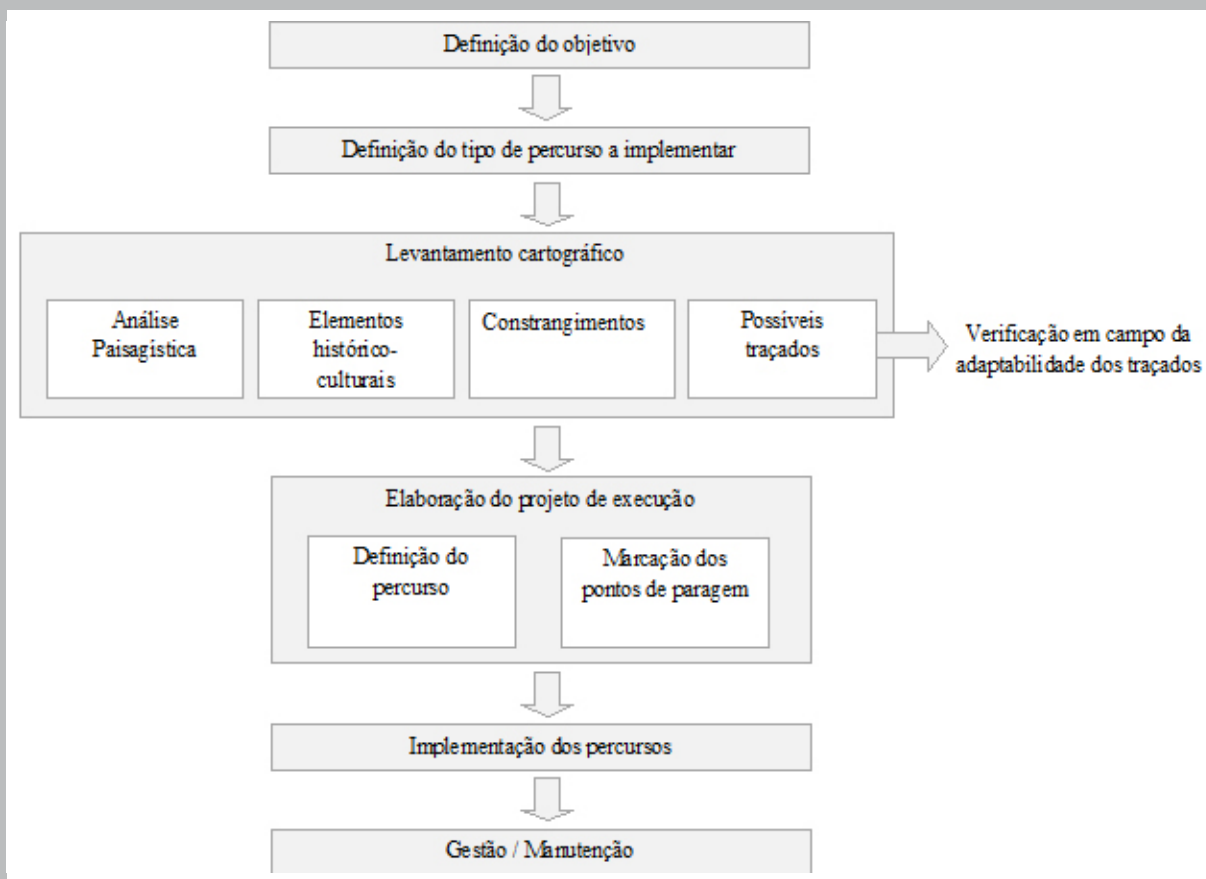


Figura 1 – Esquema da metodologia a aplicar na implementação de percursos (CONDE, C. 2009)

A marcação dos possíveis traçados deve ter em consideração os elementos característicos de cada percurso, a distância, a forma, a dificuldade e os pontos de paragem/pontos de interesse, sendo fundamental um reconhecimento de campo para conferir os percursos cartografados, bem como para os documentar com informação adicional.

O projeto deve não só definir o traçado do percurso, com também a referência às inclinações longitudinais e transversais que possam afetar o posicionamento do trilho, com a identificação dos tipos de solos dominantes, eventual drenagem e pontos de paragem. Finalmente, juntamente com o projeto, deve ser estabelecido um plano de gestão e manutenção, no qual deve de estar incluída a sua divulgação e monitorização, para garantir a sustentabilidade do trilho e das zonas envolventes.

Contudo, a implantação ou a regeneração de um percurso pedonal, num determinado local, pode refletir-se na paisagem, quer em impactes positivos como negativos, sendo por conseguinte fundamental uma estratégia de planeamento assente nos recursos existentes e no tipo de utilização prevista.

Os impactos positivos da implementação de um percurso repercutem-se também ao nível das estruturas físicas existentes, como por exemplo na recuperação do património abandonado, que ao ser reabilitado representa uma mais-valia para o percurso, constituindo um ponto de interesse. A regeneração de percursos representa ainda, a nível económico, um benefício monetário, uma vez que pode contribuir para a existência de estruturas inerentes ao turismo rural e ao ecoturismo, e a nível social, uma maior interação entre as populações locais e os recursos que a rodeiam.

No entanto, a utilização dos percursos pedestres pode representar impactos negativos na paisagem, afetando os recursos existentes, tais como o solo, a água, a flora, a fauna e as formações geológicas, podendo ser também responsável pela existência de lixos e resíduos ao longo do trilho.

A intervenção na paisagem deve assegurar o equilíbrio entre as características naturais e culturais, de modo a acautelar a não promoção da descaracterização da paisagem e consequente perda de identidade. Assim, é fundamental perceber a paisagem histórica e cultural, como recurso de atração para o desenvolvimento dos núcleos urbanos, do turismo ou de outras atividades, salvaguardando uma relação sustentável entre a intervenção humana e natureza.

A regeneração dos percursos constitui uma forma de exploração do território, que contribui não só para o aumento da qualidade de vida das populações das áreas em que estes se inserem, mas também para a recuperação e divulgação do património histórico, natural e cultural e para a preservação das características ambientais.

2. PERCURSO DA 1ª LINHA DE TORRES VEDRAS, NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

2.1. LINHAS DEFENSIVAS DE TORRES

Ao longo dos tempos, as forças terrestres adversárias foram a grande ameaça para a defesa do território português. Lisboa, pela sua posição geográfica, constituiu o principal objetivo estratégico de muitos invasores, pelo que a necessidade de protegê-la de um ataque direto, através de um sistema de fortificações, tenha sido, desde sempre, sentida.

No início do século XIX, Napoleão, numa tentativa que Portugal abdicasse do tráfego inglês nos seus portos, invadiu o país com o pretexto de o livrar da má influência inglesa. Após duas invasões, que levaram a derrota das tropas francesas, Napoleão não desiste das campanhas na Península Ibérica e, no verão de 1810, um poderoso exército, comandado por Massena, entra em Portugal pela fronteira de Almeida.

Durante a 3ª Invasão Francesa e para proteção do território, foi construído um conjunto de fortificações, dispostas em três linhas sensivelmente paralelas, as quais desempenharam um papel decisivo na detenção das forças de Massena, quando estas se dirigiam para Lisboa.

A construção destas Linhas Defensivas deve-se a Wellington e foi definida com base em estudos anteriormente elaborados a cargo do Tenente-Coronel Fletcher. Estas Linhas eram representadas por uma cadeia de redutos, num total de 152, que se apoiavam mutuamente, coroando todos os acidentes taticamente dominantes e submetendo a fogo de flanco todas as estradas e desfiladeiros de acesso à capital. Foram construídos, no total, 87 Km de defesas, perfeitamente interligadas entre si. Nos pontos mais altos foram ainda erigidos oito postos de sinalização.

“A existência das Linhas visava contribuir para a prossecução dos seguintes objetivos:

- *Impedir a progressão do exército francês, rumo à capital;*
- *Efícaz observação do inimigo;*
- *Atrás das Linhas, em segurança, tornar possível a reorganização do exército luso-britânico, por forma a melhor esquematizar e desenvolver a defesa;*
- *As linhas permitiam, ainda, o controle das quatro estradas pavimentadas, existentes entre o Oceano e o Tejo, que conduziavam à capital, e que assumiam fundamental importância para o transporte da Artilharia. Três dessas estradas passavam por Mafra, Montachique e Bucelas, enquanto a 4ª, junto ao Tejo, passava próximo de Alhandra.”⁵*

“O valor das Linhas de Torres provinha:

- *Da natureza do terreno onde foram construídas;*
- *Da situação, entre o Oceano e o Tejo, o que limitava a manobra do inimigo a ações frontais;*
- *Do facto do atacante, devido a Serra de Montejunto, ter de dividir as suas forças ou ter de percorrer um longo e mau itinerário para se deslocar de um ao outro flanco, enquanto que os defensores, graças às comunicações construídas podiam movimentar-se com rapidez;*
- *Da sua multiplicidade, o que obrigava o atacante a sucessivos reforços. Inclusivamente, a artilharia da 2ª linha era mais poderosa que a da 1ª linha. Assim, caso o inimigo se apoderasse da 1ª linha não poderia utilizar a artilharia desta contra a 2ª;*
- *Do segredo em que os trabalhos foram realizados, pois, apesar do avultado pessoal que nelas trabalhou, ninguém divulgou ao inimigo a sua posição e importância.”⁶*

No concelho de Vila Franca de Xira foram construídas 35 obras militares, entre redutos e baterias, sendo umas de carácter permanente e outras temporárias, das quais restam, actualmente, 24 (1 na freguesia de Alhandra, 5 na de Alverca, 5 na de Calhandriz, 4 na do Forte da Casa, 4 na de S. João dos Montes e 5 na de Vialonga).

A definição das linhas teve por base um conhecimento profundo da paisagem, não só no que se refere à morfologia do terreno, uma vez que os festos, os talwegues e a dimensão dos vales foram decisivos na estratégia de defesa, mas também ao nível dos recursos existentes, quer sejam os recursos naturais tais como as características do solo, ao nível dos elementos construídos, entre outros.

Deste modo, as condições oferecidas pelo terreno e o fim a que se destinavam as fortificações eram determinantes no traçado e na dimensão das obras. A forma destas estruturas militares (quadradas, rectangulares, trapezoidais, ou sem forma definida) era determinada pela disposição do terreno, sendo escolhida a que melhor permitia evitar o fogo de barragem ou o fogo dos mosquetes a partir das alturas vizinhas, havendo, sempre, o cuidado de construir a face de ataque na direcção dos desfiladeiros ou das zonas a proteger.

Nas primeiras obras construídas era utilizada a forma de estrela, de que são exemplo o Forte da Casa e o Forte da Portela Pequena, ambos situados no concelho de Vila Franca de Xira. Este tipo de fortificação facilitava a defesa dos flancos sobre os fossos. Contudo, este traçado foi, rapidamente, abandonado porque diminuía o espaço interior e não se mostrava, por vezes, eficaz.

O material de construção das obras militares, que faziam parte das linhas, dependia do material predominante na zona. No concelho de Vila Franca de Xira, os fortes foram construídos na sua grande maioria em pedra, contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, na zona de Torres Vedras, onde muitos foram feitos utilizando terra.

As obras militares em cantaria ou pedra apresentam um tamanho variável, de acordo com a guarnição prevista. No entanto, todas dispunham no mínimo de um fosso, de parapeitos com canhoneiras e, no seu interior, havia um depósito de ferramentas e de água e um ou mais paióis. Estes últimos eram construídos de encontro a um través forte e implantados de modo a que a sua posição ficasse desafiada dos tiros diretos. Os paióis eram revestidos interiormente com tábuas e cobertos com pranchas de madeira, sobre as quais assentava uma camada de sacos de terra.

Para além dos redutos, e como complemento destes, foi construído um número elevado de obras acessórias, tais como paliçadas, abatizes, covas de lobo, escarpados e outras obras de engenharia. Nalguns casos foram ainda aproveitados os moinhos, aí existentes, organizando-os defensivamente. Salienta-se ainda que grande parte destas fortificações foi construída em pontos elevados, no cume das montanhas escarpadas, permitindo uma melhor perceção da paisagem envolvente e conseqüentemente das movimentações do inimigo.

À medida que iam ficando prontas, as fortificações eram numeradas, através de números inscritos em grandes tabuletas. No concelho de Vila Franca de Xira estão as primeiras nove fortificações, o que, uma vez mais, mostra a importância desta zona na construção das linhas para defesa da cidade de Lisboa.

Para apoio às fortificações foram também construídas estradas militares, por detrás das colinas, em locais de difícil visibilidade para o inimigo. Em 1811, estas foram aperfeiçoadas, tornando mais fácil a comunicação entre o mar e o Tejo, permitindo estabelecer ligações diretas com a segunda linha. Foram, também, aproveitadas estradas já existentes, que foram alargadas e tornadas praticáveis para os transportes militares, assim como foram pavimentadas a maioria das vias de comunicação, através dos vales, para poderem ser utilizadas. Para facilitar a circulação foram, igualmente, construídas inúmeras pontes.

2.2. REGENERAÇÃO DO PERCURSO AO LONGO DA 1ª LINHA DE TORRES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

Com vista a garantir uma maior proteção do terreno face aos atacantes, as fortificações da 1ª Linha foram construídas em pontos altos e estratégicos, designadamente ao longo da Serra de São Lourenço e da Serra do Formoso. Ambas as serras estão ladeadas por linhas de água de relativa importância, nomeadamente a Ribeira de Santo António, a Ribeira do Loureiro e o Rio da Silveira, os quais vão desaguar no Rio Tejo.

Segundo Napier, na História da Guerra Peninsular, “desde Alhandra até ao princípio do vale do Calhandriz existe uma forte linha de alturas com cerca de 5 milhas de extensão e guarnecida com 23 redutos (...) e tornada inacessível ao longo de duas milhas através de uma escarpa com cerca de 15 a 20 pés de altura. (...) Desde o Vale de Calhandriz até ao Pé de Monte, também numa distância de cinco milhas (...) a linha de Arruda defendida por três redutos (...)”⁷⁷.

A regeneração do percurso ao longo da 1ª Linha de Torres tem como objetivo primordial de intervenção a regeneração da antiga estrada militar, construída para apoiar as fortificações de defesa da 1ª Linha, e a recuperação e requalificação das estruturas militares a ela associadas, que subsistiram até aos nossos dias. Embora este percurso apresente um carácter, essencialmente, histórico-cultural militar, face aos recursos existentes deverão ser também valorizados os elementos ecológicos e ambientais, bem como os estéticos e outros elementos históricos (património arquitetónico de relevo) existentes neste território. Assim, a regeneração do percurso e a requalificação das fortificações a ele associado contribuem não só para a divulgação turística desta região, mas também para a salvaguarda e proteção dos recursos existentes na mesma.

Face à disposição das fortificações na paisagem é possível estabelecer uma linearidade e uma continuidade entre as mesmas, e, conseqüentemente, a definição e implantação de um corredor verde. Este percurso permite, por conseguinte, observar diretamente as estruturas militares ainda existentes, podendo, também, ser utilizado para recreio e lazer, ao mesmo tempo que constitui um elemento importante para a contemplação e fruição desta paisagem.

Tendo a região de Alhandra tido uma importância capital como barreira à progressão das tropas inimigas em direção a Lisboa, através da Estrada Real, este é o local apropriado para o ponto de partida do percurso, não só pelo facto da primeira fortificação ter sido construída neste local, mas também porque atualmente existem estruturas de apoio fundamentais para a prática do pedestrianismo. Esta área oferece não só o acesso para quem se desloca em viatura (bolsa de estacionamento) ou em transporte público (estação de caminho-de-ferro), como também a fruição do espaço para momentos de recreio, através do parque de merendas, ou para momentos de estadia, uma vez que é um ponto de grande amplitude visual (figura 3). Simultaneamente, o facto de o percurso iniciar-se na proximidade da Vila de Alhandra contribui para estabelecer o contacto com o núcleo histórico dessa vila, cuja malha urbana evidencia muitos sinais da malha urbana existente em 1823, possibilitando melhores condições de acesso aos utilizadores e aumentando, também, os pontos de interesse.

De modo a evidenciar a linearidade e continuidade da 1ª Linha Defensiva de Torres, o percurso é estabelecido, sempre que possível, ao longo das estradas militares ou dos caminhos rurais, evitando-se a utilização de vias asfaltadas. Os troços das estradas militares ainda existentes são estruturas importantes da paisagem, não só pelo seu carácter histórico, mas também porque facilitam, desde logo, a utilização do percurso. Em contrapartida, no que se refere aos caminhos rurais em terra batida, sobretudo os que se localizam em zonas de declive mais acentuado, a ocorrência de fenómenos erosivos e os empoçamentos, sobretudo no período das chuvas, torna mais difícil a sua utilização.

Subindo a Serra do Formoso, o percurso, o qual se encontra definido na figura 5, atravessa zonas declivosas, ladeadas por vegetação arbustiva densa. Chegando ao primeiro ponto de paragem, junto ao antigo Forte n.º 3, ergue-se o Monumento Comemorativo das Linhas de Torres, o qual foi concluído por volta de 1883. Este local proporciona uma grande amplitude visual da paisagem envolvente.

Continuando o percurso para o interior, o ponto seguinte de paragem é o Forte n.º 114 a), 1º Forte de Subserra, o qual se encontra em bom estado de conservação, sendo possível observar algumas estruturas características destas obras militares, tais como o fosso, as canhoneiras, o paiol e o reparo. O percurso segue assim, de uma forma linear ao longo da estrada militar, junto à linha de cumeada, ligando quase todas as fortificações da 1ª Linha até São Romão.

A área de implementação do percurso caracteriza-se por ser uma zona de declives acidentados dando origem a que o mesmo se torne mais dinâmico pelas variações altimétricas que oscilam dos 0 m aos 200m. Simultaneamente, a irregularidade do relevo permite a existência de zonas de maior amplitude visual, contribuindo, desse modo, para a existência de pontos de paragem para observação da paisagem, quer sobre a zona do Estuário do Tejo, quer sobre a zona mais rural do concelho, evidenciando a qualidade paisagística do local.

Assim, ao longo do percurso estão definidos vários pontos de paragem, os quais foram estabelecidos segundo determinadas características: relevância do património militar, zona de grande amplitude visual que permita aos visitantes perceberem a estratégia de construção da 1ª Linha de Torres e existência de outro património arquitetónico de relevo junto ao percurso e que seja facilmente acedido por outro caminho pedonal, ou que tenha tido alguma importância aquando das invasões francesas, como exemplo as Ruínas do Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, que foi o local onde os civis se refugiaram aquando da 3ª Invasão.

No que se refere aos recursos naturais, existentes ao longo do percurso, é de salientar a vegetação autóctone, a qual constitui um importante ponto de interesse, uma vez que denota uma enorme riqueza ambiental e ecológica. Embora o concelho de Vila Franca de Xira



Figura 2 - Vale da Ribeira de Santo António. A disposição das fortificações ao longo da linha de fecho permitia uma maior amplitude visual e uma melhor perceção das movimentações das tropas inimigas. (CONDE, C. 2008)



Figura 3 - Vista sobre a vila de Alhandra, a cidade de Vila Franca de Xira e as Lezírias (CONDE, C., 2008)



Figura 4 - Exemplo de um troço da estrada militar (CONDE, C., 2007)

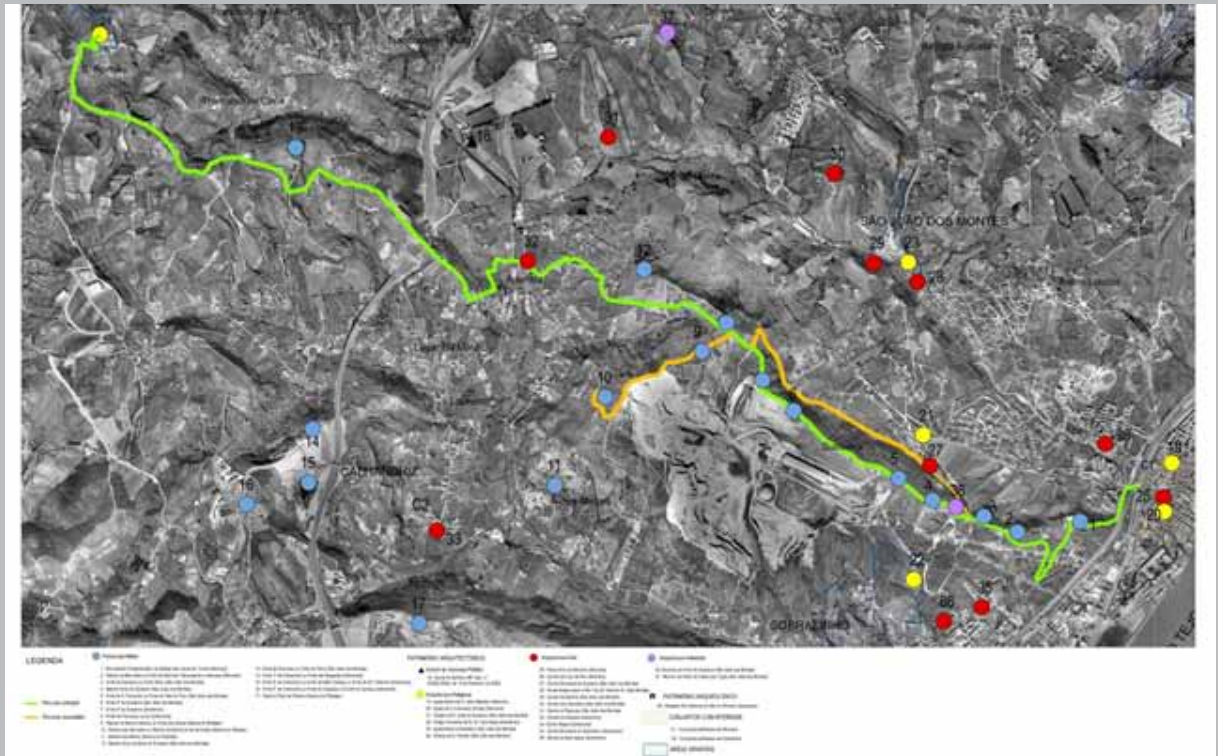


Figura 5 – ortofotomapa com localização do percurso, das fortificações e do património existente na sua envolvente (CONDE, C. 2009)



Figura 6 - *Quercus coccinea* (CONDE, C., 2007)



Figura 7- *Orchis italica* (CONDE, C., 2012)

seja caracterizado por possuir uma grande pressão antrópica, ainda mantém um valioso património natural.

Deste modo, ao longo do percurso é possível observar algumas das espécies características da vegetação natural do Maciço Calcário Estremenho, que constituem o Maquial Mediterrânico. A vegetação insere-se, essencialmente, no estrato arbustivo (mato alto) e herbáceo, existindo, apenas na primeira fase do percurso, um povoamento florestal com predomínio de *Pinus halepensis*.

No que se refere ao estrato arbustivo, constata-se uma dominância do *Quercus coccinea* (carvalho-cerquinho), da *Pistacia lentiscus* (aroeira), da *Coronilla valentina* (pascoinhas), do *Cistus albidus* (Roselha-grande), entre outras.

Nas clareiras existe uma maior diversidade de espécies herbáceas, características pelas suas flores de diversas cores e formas, tais como *Centaurea pullata* (cardinhos-das-almorreimas) e *Arisarum vulgare* (candeia), algumas espécies de orquídeas, nomeadamente *Barlia robertiana*, *Orchis italica* (flôr-dos-rapazinhos), etc.

No entanto, o crescimento da vegetação espontânea rasteira herbácea e arbustiva, e mesmo, em alguns casos, arbórea, bem como o movimento de terras ao longo dos tempos, é uns dos problemas que afetam quer o interior e a sua estabilidade das fortificações, quer as vias de comunicação, dificultando a leitura destas obras. Assim, paralelamente à regeneração do percurso existe a necessidade de serem adotadas medidas de salvaguarda ao nível da proteção das obras militares, podendo os trabalhos serem faseados da seguinte forma:

1ª Fase: Desmatação e Limpeza: execução de um levantamento das espécies vegetais, com vista a salvaguardar as espécies protegidas, com identificação da vegetação a cortar e a preservar, tentando evitar simultaneamente a ocorrência de danos nas estruturas construídas;

2ª Fase: Sondagens/ Escavações Arqueológicas: realização de escavações preliminares para aferição da configuração dos elementos integrantes da construção.

3ª Fase: Consolidação e Reconfiguração das obras militares

4ª Fase: Estabilização da morfologia do conjunto e reduzindo ao mínimo o crescimento e proliferação de espécies infestantes.

5ª Fase: Protecção: delimitação do conjunto, com recurso a balizadores, do perímetro exterior, que impeçam não só o acesso de viaturas ao interior do recinto, bem como o acesso dos visitantes às zonas mais vulneráveis do conjunto, e que, simultaneamente, evitem a utilização dos fossos como depósitos de lixo, promovendo e consolidando os percursos preferenciais.

6ª Fase: Monotorização e Fiscalização

Para garantir a utilização do percurso e a manutenção das suas características devem ser definidas medidas que promovam a divulgação turística, o envolvimento da população, das associações recreativas locais e das escolas do concelho, bem como material informativo de apoio fundamental para uma adequada interpretação do percurso, das estruturas militares e da paisagem envolvente.

As Linhas de Torres representam mais do que simples linhas de posições defensivas, consistindo, em termos da história militar mundial, um exemplo único na utilização de um sistema defensivo baseado no conhecimento e aproveitamento do terreno, na rápida construção, na versatilidade de mobilidade do exército defensivo e na facilidade e rapidez das comunicações.

A implantação deste percurso reconhece e valoriza as estruturas da 1ª Linha de Torres e o restante património, quer sejam monumentos, sítios, paisagens culturais, etc., favorecendo não só a compreensão e a comunicação entre povos, mas também a cooperação para a conservação do património. A fruição e divulgação destas estruturas permitem uma leitura de conjunto deste sistema defensivo, que abrange um vasto território, criando um produto turístico-cultural integrado, de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas transnacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alexandre Cancela. Pinto-Correira, Teresa. Oliveira, Rorásio (Coordenação).** *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Volume I.* Coleção Estudos 10. Edição Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa 2002
- ABREU, Margarida Cancela (Coordenação).** *Paisagem.* Ed. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa. 1994
- ALFAIATE, Maria Teresa.** *Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem,* Tese de Doutaramento. UTL – Instituto Superior de Agronomia. 2000
- BRANDÃO, Major João Paiva –** *História Militar, Apontamentos sobre as Linhas de Torres Vedras e a sua ocupação.* 1953
- CHOAY, Françoise.** *L'allégorie du Patrimoine.* Edições Seuil.Paris. 1992
- CONDE, Catarina.** *Regeneração de Percursos Culturais no Território: Aplicação às Linhas de Torres no Concelho de Vila Franca de Xira.* Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Reabilitação Urbana e Arquitectónica, pelo ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa. 2009
- COSTA, José João A. -** *Linhas de Torres Vedras. Lisboa: Região Militar de Lisboa.* 1990
- CUSTÓDIO, Jorge.** *Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos, De Alexandre Herculano à Carta de Veneza. Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos in Dar Futuro ao Passado.* Edições IPPAR. Lisboa.1993
- Escola Prática de Administração Militar.** *LINHAS DE TORRES, Forte da Portela Grande e Forte da Portela Pequena,* Apontamento Histórico e Descrição. Lumiar: 1988
- FABOS, J.** *Planning the Total Landscape: A Guide to Intelligent Land Use.* Boulder Westview Press Inc. USA. 1979
- FABOS, J.G. & AHERN, J. (Editors).** *Greenways – The Beginning of an International Movement.* The Netherlands. Elsevier Science. 1995
- FLINK, Charles, SEARNS, Robert N.** *Greenways: a Guide to Planning Design and Development.* The Fund, Island Press. Washington D.C. 1993
- JONES, John.** *Mémoires sur les lignes de Torres Vedras élevés pour couvrir Lisbonne em 1810.* Paris: T.Imprimeries et fonderie de Pinard.1832.
- JONGMAN, R. & PUNGETTI, G.(Editors)** *Ecological Networks and Greenways. Concept, Design, Implementation.* Cambridge Univeristy Press. Cambridge. 2004
- LITTLE, Charles.** *Greenways for America.* Ed. The John Hopkins University Press, USA.1990
- LYNCH, Kevin.** *A Imagem da Cidade.* Edições 70. Lisboa. 2003
- MACEDO, Lino –** *Antiguidades do Concelho de Vila Franca de Xira - Vila Franca de Xira:* Edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.Junho de 1992
- MAGALHÃES, Manuela Raposo.** *Morfologia da Paisagem.* Ed. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia. Lisboa. 1996
- McHARG, Ian L.** *Proyectar com la natureza.* Editorial Gustavo Gili, S.A. Barcelona.2000
- NASSAUER, Joan Iverson.** *Placing Nature.* Island Press. Washington D.C. 1997
- NORRIS, A.H. & BREMNER, R.W.-** *The lines of Torres Vedras – the first three lines and fortifications south of the Tagus.* Lisboa: The British Historical Society of Portugal- 1980
- RIBEIRO, Luis Paulo.** *The Cultural Landscape and the Uniqueness of Place: A Greenway*

Heritage Network for Landscape Conservation of Lisbon Metropolitan Area. Amherst: Tese para obtenção de grau de doutoramento em Planeamento regional, pela Universidade de Massachusetts.1998

SMITH, Daniel S. & HELLMUND, Paul C. *Ecology of Greenways - Design and Function of Linear Conservation*. Ed. University of Minnesota Press. Minneapolis. 1993

NOTAS

¹ Mestre em Reabilitação Urbana e Arquitetónica pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Chefe da Divisão Municipal de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. catarina.conde@cm-vfxira.pt

² ABREU, Alexandre Cancela. Pinto-Correia, Teresa. Oliveira, Rosário (Coordenação). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Volume I*. Coleção Estudos 10. Edição Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa 2002 p.22

³ LITTLE, Charles. *Greenways for America*. Ed. The John Hopkins University Press, USA.1990 p. 1

⁴ CONDE, Catarina. *Regeneração de Percursos Culturais no Território: Aplicação às Linhas de Torres no Concelho de Vila Franca de Xira*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Reabilitação Urbana e Arquitetónica, pelo ISCTE. Instituto Universitário de Lisboa. 2009 p. 63

⁵ Escola Prática de Administração Militar. *LINHAS DE TORRES, Forte da Portela Grande e Forte da Portela Pequena, Apontamento Histórico e Descrição*. Lumiar: 1988 p.3

⁶ BRANDÃO, Major João Paiva – *História Militar, Apontamentos sobre as Linhas de Torres Vedras e a sua ocupação*. 1953p. 8 e 9

⁷ COSTA, José João A. - *Linhas de Torres Vedras. Lisboa: Região Militar de Lisboa*. 1990. p. 10

Centro Interpretativo do Forte da Casa. Um Enquadramento Minimalista na Descoberta do Passado

FERNANDA M. ASSIS GOMES¹

RESUMO

Situado no núcleo urbano do Forte da Casa, o Centro Interpretativo funciona desde novembro de 2010 no perímetro da obra militar designada de Forte 38, ocorrendo como forma de divulgar episódios da história das Invasões Napoleónicas e da relação do Forte da Casa com a estratégia e a implantação das Linhas de Torres Vedras. Para além das obras de consolidação e musealização do paiol, o Enquadramento Paisagístico desta fortificação surge com o importante objetivo de criar as condições para que as estruturas arqueológicas, as existentes e as que entretanto foram postas a descoberto em 2008 e 2010, não só se pudessem manter preservadas e visitáveis, bem como garantir que o local não ficasse descaracterizado ou em desarmonia com a envolvente urbana.

Palavras-Chave: Enquadramento Paisagístico, Forte nº 38, Linhas de Torres Vedras

1. O CENTRO INTERPRETATIVO. ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO

Inaugurado a 4 de novembro de 2010, o Centro Interpretativo do Forte da Casa constitui, desde então, um espaço de divulgação situado na vila do Forte da Casa, no interior do perímetro da obra militar designada de Forte nº 38 – Forte da Casa na Serra da Albueira ou Reduto da Serra da Albueira (Fig.1). Este equipamento surge inserido num projeto mais vasto de salvaguarda, recuperação e valorização das Linhas Defensivas de Torres Vedras, projeto que tem como objetivo a recuperação parcial de partes significativas de um sistema de fortificações militares de campo, construído, em grande maioria, entre 1807 e 1810 para defesa da cidade de Lisboa face às invasões francesas por parte do exército napoleónico durante as Guerras Peninsulares de 1807-1814 (MMVFX, 2009).

O Centro de Interpretação do Forte nº 38 veio, igualmente, permitir ao visitante percorrer o interior das estruturas desta fortificação, algumas das quais postas a descoberto por escavações arqueológicas em 2008 e 2010, nomeadamente, parte do fosso, o paiol e algumas canhoneiras, onde um conjunto de painéis com sinalética informativa, proporcionam o enquadramento histórico e material do monumento.



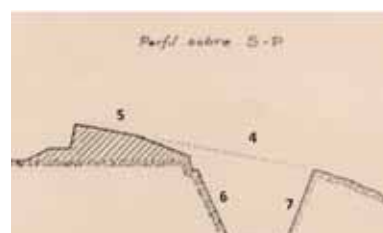
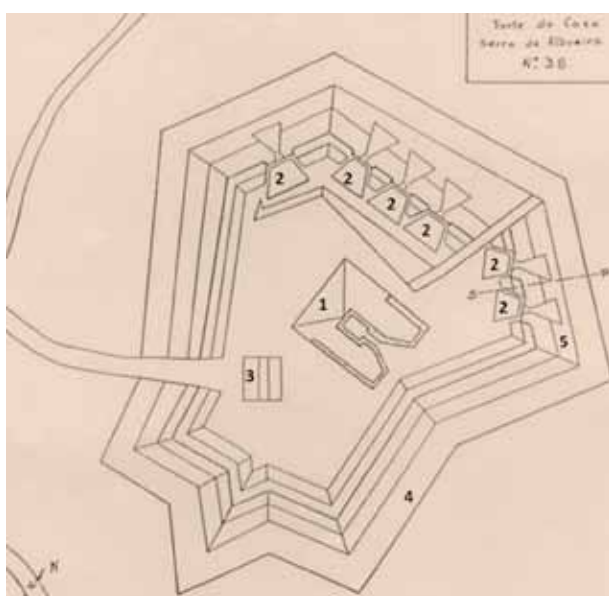
Fig. 1 - Localização do Forte nº 38 e espaço expositivo² (GOMES, F. 2010)

Fonte: Google Maps, <http://www.cm-vfxira.pt>³ e GOMES, F. 2010⁴

2. FORTE 38 E O NÚCLEO DA SERRA DA ALBUEIRA. O PASSADO

A fortificação militar nº 38, que deu o nome à atual sede de Freguesia do Forte da Casa, foi construída no arranque da segunda linha de fortificações, fazendo parte do complexo sistema defensivo, edificado em segredo em inícios do século XIX (1809-1811), para fazer frente à invasão dos exércitos napoleónicos que se avizinhava no contexto das guerras Peninsulares. O seu objetivo era, em caso da primeira Linha Defensiva ceder, impedir o avanço do exército francês em direção à capital, quer pela estrada real de Dona Maria I, quer pela estrada real de Vialonga. Com este propósito foram edificadas sete fortificações com considerável poder de tiro, situadas numa posição estratégica privilegiada, na então Serra da Albueira, hoje em dia área urbana da povoação do Forte da Casa, controlando a partir da serra as duas principais estradas de acesso à capital e os vales adjacentes (MMVFX, 2009).

A obra militar n.º 38, apresenta planta em formato de estrela (Fig.2), sendo a guarnição composta por cerca de 340 homens de infantaria, com 6 canhoneiras e 5 peças de artilharia de calibre 9 manejadas por artilheiros e ordenanças portuguesas.



Legenda (elementos adicionados à planta base):

- 1 - Paiol⁶
- 2 - Canhoneiras⁷
- 3 - Través⁸
- 4 - Fosso⁹
- 5 - Parapeito¹⁰
- 6 - Escarpa¹¹
- 7 - Contra-escarpa¹²

Fig. 2 - Planta em formato de estrela do Forte nº 38 e perfil transversal S-P⁵
Fonte: Arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército

A estrutura do forte é constituída por terra e sustida por muros de pedra de grande dimensão, quer simplesmente “arrumada”, quer aglutinadas com uma argamassa pobre de cal e areia argilosa. As paredes exteriores do forte têm uma largura aproximada de 1,30 m e as do paiol, entre 0,90 a 1,00 m. A fortificação era composta por fosso, parapeito, través, escarpa, contra escarpa, paiol e canhoneiras (MMVFX, 2009).

3. AS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS.

Com o objetivo de por a descoberto algumas das estruturas no interior da fortificação, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desenvolveu, em 2008 e em 2010 (Fig. 5), um conjunto de escavações arqueológicas que puseram a descoberto as estruturas do paiol (Fig. 6 e 7) e duas canhoneiras a sul.

Embora existam vários registos fotográficos que permitem afirmar que o Forte nº 38 se manteve relativamente bem preservado até meados dos anos setenta, na altura em que se iniciaram as escavações arqueológicas, o seu interior já não conservava a sua estrutura original, tendo sido, em consequência da expansão urbana, organizada em torno do forte, o qual terá sido aterrado em tempos com os sobrantes das escavações, em dois patamares a diferentes cotas e plantado com algumas árvores (Fig. 3 e 4), no entanto conservava ainda os muros norte, oeste, este e um pequeno tramo do muro sudeste, encontrando-se os restantes muros destruídos ou aterrados. No muro este apresentavam-se esboçadas duas canhoneiras. A sudoeste, junto ao forte, existia um parque infantil que foi entretanto desativado (MMVFX, 2009).



Fig. 3 - Vista aérea sobre o Forte 38. Situação anterior a 2008
Fonte: Google Maps



Fig. 4 - Perspetivas várias do interior do Forte nº 38, obtidas em Janeiro de 2009 (GOMES, F.)

Em Janeiro de 2010, durante as obras de implementação do projeto de revalorização do forte 38, desenvolveu-se uma segunda campanha de escavações arqueológicas que puseram a descoberto duas das canhoiras que se encontravam soterradas no muro este, bem como parte dos muros sul (Fig. 8 e 9), descobertas que conduziram à alteração de parte do projeto inicial de arquitetura paisagista, alteração que possibilitou ao visitante observar de perto as estruturas arqueológicas postas a descoberto.

4. O PROJETO DE VALORIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO.

Intervir no património arqueológico é cada vez mais um processo que deve ser realizado de uma forma cautelosa e reflexiva, de forma a permitir uma interpretação o mais aproximado possível do património existente.

Neste sentido a revalorização realizada na fortificação nº 38 não pretendeu alterar o aspeto global de todo o conjunto arqueológico, procurando respeitar o valor das estruturas existentes e das que foram postas a descoberto em 2008 e, posteriormente, em 2010. Existiu, de facto, a preocupação generalizada em preservar os vestígios da obra militar com o objetivo de garantir uma boa acessibilidade ao monumento, tentando desta forma criar as melhores condições para quem visita o local, promovendo a continuação de futuras campanhas arqueológicas e possibilitando, ao mesmo tempo, a dinamização de todo o espaço arqueológico e espaços envolventes.

O projeto de enquadramento paisagístico do Forte 38 abrangeu no seu todo uma área de intervenção de cerca de 3.230 m², que se estendeu desde a base do talude onde assentam as muralhas visíveis da fortificação até ao seu interior (vide Fig.5).

O enquadramento pretendeu não só requalificar e enquadrar na envolvente urbana o forte 38, como também, dotar a área de condições de mobilidade e acessibilidade (DL 163/2006 de 8 de Agosto), aumentar a estabilidade dos taludes de aterro exteriores e interiores e selecionar a vegetação mais adaptada ao local.

Será de referir que o desenvolvimento deste projeto de requalificação, teve como base de partida a sobreposição de duas das principais plantas de caracterização do conjunto arqueológico: a planta de levantamento topográfico, que refletia o existente à data do início do projeto de requalificação e a planta do Forte nº 38 do arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército, tendo-se sobreposto, tanto quanto possível, todos os vestígios ainda observáveis, nomeadamente, o acesso principal ao forte, as muralhas exteriores, o muro este, bem como alguns dos taludes ainda preservados no seu interior (Fig.10).

Tal como referido anteriormente, o projeto de requalificação paisagística do forte foi reajustado, já em fase de obra, face às descobertas arqueológicas realizadas em Janeiro de 2010. No entanto e de um modo geral, a proposta de valorização foi desenvolvida em dois níveis distintos de intervenção que se materializaram, em primeiro lugar, no enquadramento da zona de ruínas do paiol e canhoiras, com a sua consolidação e respetiva vedação e em segundo lugar, no arranjo do restante espaço envolvente, esta última de carácter mais minimalista e que englobou a limpeza, despedrega, desmatação, aplicação de herbicida e a posterior sementeira de prado nos taludes exteriores do forte (parapeito(5)), mantendo-se inalterável toda a anterior morfologia do terreno (Fig.11 a 15).



Fig. 5 – Áreas sujeitas a intervenção arqueológica (anos 2008, 2010) e paisagística (GOMES, F.)



Fig.6 – Perspetiva do Paio em 2008 (GOMES, F.)



Fig.7 – Perspetiva do Paio em Janeiro de 2010 (GOMES, F.)



Fig. 8 - Canhoneiras postas a descoberto em inícios de 2010 (GOMES, F.)



Fig. 9 - Muro sul colocado a descoberto em inícios de 2010 (GOMES, F.)



Fig. 10 - Sobreposição aproximada da planta do Forte nº 385 (a vermelho) com o levantamento topográfico no ano de 2008 (GOMES, F.)

No que respeita à área envolvente às ruínas do paiol e canhoneiras, foi efetuada uma ligeira modelação de terras e a pavimentação dos acessos com material permeável tipo “Bago de Arroz”, estabilizado através de grelha de polipropileno, técnica que permite, não só a contenção do material solto, como também, facilita o seu pisoteio.

Com a colocação a descoberto das canhoneiras em 2010, foi preconizado descer a cota do terreno que separa a zona do paiol da zona das canhoneiras, ficando estas duas estruturas no mesmo plano, unicamente com as diferenças de cota resultantes da inclinação do terreno. Foi executado, igualmente, um caminho de acesso ao espaço do paiol, em “deck” de madeira, contornando-o, de forma a permitir a observação destes elementos arqueológicos. Na continuidade deste acesso, de um dos lados, uma escada rústica executada em toros de madeira permite o acesso à plataforma superior.



Fig. 11 - Projeto de Enquadramento Paisagístico. À esquerda a proposta base, destacando-se a vermelho a área ajustada face à descoberta das canhoneiras e muros em 2010. À direita o projeto final (GOMES, F. 2010)

Para delimitar e proteger a zona do paiol e canhoeriras foi executada uma vedação metálica.

No patamar superior e com o objetivo de estabelecer com o visitante uma ligação visual com o que seria parte da estrutura inicial desta fortificação militar (vide Fig.5), foram demarcadas algumas das antigas bancadas de acesso às canhoeriras, tendo-se para o efeito recorrido a sulipas de madeira.

Na requalificação foi ainda considerada a colocação de diversos bancos em madeira, papeléis e o reforço da iluminação.

O acesso principal ao interior da fortificação foi repavimentado com cubos de granito, tendo sido criada, em posição lateral, uma rampa para pessoas de mobilidade condicionada, esta última construída com recurso à construção de alguns muros de suporte que foram devidamente enquadrados por maciços arbustivos.

Foram igualmente construídos ramais de abastecimento de água, de drenagem pluvial e doméstica e ramais de abastecimento de água, conduzindo-os até ao interior do forte.

A vegetação selecionada no enquadramento paisagístico do reduto 38 teve em consideração a utilização de espécies com pouca necessidade de água, baixos custos de manutenção, com rápido desenvolvimento e capazes de permitir, a curto prazo, estabelecer a adequada fixação dos solos, fazendo parte do elenco florístico espécies tais como o rosmaninho, a cevadilha e o viburno.

5. A CONSOLIDAÇÃO E A MUSEALIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS (ALVES, F E GOMES, T, 2009)

Paralelamente, e no âmbito da revalorização paisagística do reduto 38, foi desenvolvido um conjunto de trabalhos de consolidação dos muros do Paiol do Forte nº 38 e da muralha visível que lhe fica adjacente.

De referir que em 2008, anterior às obras de consolidação, o paiol encontrava-se muito desmoronado com falta de pedra nas paredes laterais. Já os muros encontravam-se sem argamassa nas juntas, com ausência de pedra miúda, e por consequência em fase de início de desmoronamento. Em muito mau estado de conservação encontrava-se também a muralha interior existente, faltando argamassa nas juntas e a pedra miúda de preenchimento, tendo sido também removida a pedra de coroamento deixando a sua espessura completamente exposta. A superfície da muralha e a zona de coroamento apresentava muita vegetação, o que contribuiu com as suas raízes para a desagregação dos elementos de pedra que a constituíam.

As fases de execução da consolidação e musealização efetuadas em 2010 passaram pela remoção de toda a vegetação e lixo acumulado, a execução de refechamento de juntas da alvenaria de pedra, a remoção de materiais de construção não pertencentes à fase de construção (alvenaria de tijolo cerâmico), a remoção de rebocos soltos e a limpeza do pavimento junto às canhoeriras.

Na recuperação das paredes das canhoeriras, basicamente a parede exterior, optou-se por fazer a consolidação destas mantendo os rebocos existentes bem como reposta a alvenaria de pedra em alguns pontos em que estavam em falta, para que fosse mais fácil visualizar a forma da construção inicial.

No que respeita à muralha foi ainda efetuada a remoção integral e cuidada de toda a vegetação e raízes, a limpeza de argamassas e peças de alvenaria soltas, a colocação de elementos de alvenaria de pedra nas zonas mais abertas em que desapareceu a pedra de enxilharia e o preenchimento de todas as juntas com argamassa composta por cal apagada e areia argilosa. Foram também colocadas peças de alvenaria em toda a largura do muro situado na zona lateral esquerda (lado do paiol) para que as peças existentes ficassem equilibradas e fosse reduzida a inclinação deste troço, bem como efetuado o reboco do muro na extensão que, à data da obra de consolidação, estava já rebocada, para proteção deste. Por fim, foi efetuada a aplicação de uma camada de argamassa no remate do coroamento do muro por forma a impedir a degradação deste por ação das águas pluviais.



Fig. 12 - Panorâmica do interior do forte 38, anterior à obra de revalorização (GOMES, F. 2007)



Fig. 13 - Panorâmica geral do interior do Forte nº 38 após a obra de revalorização em finais de 2010 (GOMES, F.)



Fig. 14 e 15 - Perspetivas da revalorização da área do Paiol e acessos (GOMES, F. 2010)

6. O FUTURO DA VALORIZAÇÃO DO FORTE Nº 38. PLANO DE INTENÇÕES.

A obra de valorização e enquadramento paisagístico do Forte nº 38 faz parte de um Plano de Intenções desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira em 2009, correspondendo a intervenção já executada à designada Fase 1 do respetivo plano. No entanto, deste Plano de Intenções fazem ainda parte mais duas fases de intervenção designadas de Fases 2 e 3 (Fig. 16).

As Fases 2 e 3 correspondem de grosso modo aos contornos exteriores da fortificação, nomeadamente, a área de fosso deste forte e à sua envolvente onde se incluem o tratamento da faixa do antigo parque infantil agora desativado, a área da plataforma do Clube Recreativo e Cultural do Forte da Casa, a coroa periférica de estacionamento e a área do antigo mercado de venda ambulante.

O enquadramento e revalorização paisagística previstos para estas zonas seguem, de um modo geral, a linha de intervenção registada na fase 1, contemplando a introdução de zonas de circulação, a criação de zonas verdes de enquadramento e de estadia, a introdução de mobiliário urbano diverso, entre os quais bancos, mesas e papeleiras, o reforço de iluminação e ainda a inclusão de sinalética informativa e direcional.

Faz ainda parte das intenções do município, a reorganização de uma coroa exterior de estacionamento automóvel, disposta ao longo de todo o perímetro do forte 38, onde se inclui também a implementação de uma cortina arbórea e o estabelecimento de um passeio circular que acompanha o referido estacionamento em toda a sua extensão. No extremo nascente da fortificação prevê-se a introdução de um parque com capacidade para dois autocarros de passageiros de serventia ao centro interpretativo e ainda mais 40 lugares para ligeiros.

É, igualmente, intenção do município colocar a descoberto uma parte do fosso do forte, nas vertentes orientadas a oeste e norte, intenção que só fará sentido se esta parte do fosso se encontrar bem preservado e deixar visíveis escarpa e contra-escarpa.



Fig. 16 - Limites das várias fases de intervenção previstas no Plano de Intenções (GOMES, F. 2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MMVFX, MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA (2009) - *Centro Interpretativo do Forte da Casa. Programa Funcional da “Rota Histórica das Linhas de Torres Vedras”. Candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE)*.

FERNANDO, A. e GOMES, T. (2009) - *Consolidação e Musealização do Paiol do Forte 38, das Linhas de Torres. Projeto de Musealização*. VFX, Maio 2009.

NOTAS

¹ Licenciada em Arquitetura Paisagista pelo ISA - Universidade Técnica de Lisboa. Técnica Superior do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, Setor de Projetos, da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. fernanda.gomes@cm-vfxira.pt

² Adaptado sobre fotografia aérea de Google Maps

³ Perspetiva do Interior do espaço expositivo. Imagem do canto inferior direito.

⁴ Perspetiva do exterior do espaço expositivo. Imagem do canto inferior esquerdo.

⁵ Adaptado de mapa do Forte nº 38, do arquivo da Direção de Infraestruturas do Exército.

⁶ Paiol. Lugar onde se guarda a pólvora e outros apetrechos de guerra.

⁷ Canhoneiras. Abertura efetuada nos parapeitos do forte, através da qual as bocas-de-fogo (armas) atiram.

⁸ Través. Construção de terra para proteção do fogo inimigo.

⁹ Fosso. Escavação feita em redor do forte para evitar o acesso do inimigo. O muro do lado interior chama-se escarpa11 e o do lado exterior contra-escarpa12.

¹⁰ Parapeito – Parte do forte – normalmente em taipa ou terra batida – que se ergue acima do solo para proteger os atiradores.

2.

Das Descobertas ao século XX

CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11 CIRA BOLETIM CULTURAL 11

Bartolomeu Dias – de Vila Franca ao Cabo da Boa Esperança

FERNANDO MARQUES*

Ao vencer o cabo das Tormentas, esse episódio maior da História dos Descobrimentos portugueses, Bartolomeu Dias acabaria por ser determinante na ação política externa da monarquia portuguesa da época. No entanto, mais do que falar da viagem propriamente dita, procura-se, neste artigo, compreender as razões que levaram a armada de Dias a sair de Povos e Vila Franca de Xira. Interessa ainda refletir sobre as implicações que tal ocorrência teve na região.

Da vida de Bartolomeu Dias existem mais dúvidas que certezas. Entre ausência de dados fiáveis e confusões com outros do mesmo nome, podemos saber pouco mais que alguns factos. Começa por se desconhecer a data do seu nascimento. Sabemos que foi escudeiro da Casa Real e que frequentou Matemática e Astronomia na Universidade de Lisboa, disciplinas que lhe seriam de grande utilidade na arte de marinhar.

É Bartolomeu Dias quem lidera a expedição em busca da passagem para o Índico. Em agosto de 1487, larga do Tejo, a partir de Vila Franca e Povos e demora mais de um ano. Quando regressa a Portugal em dezembro de 1488, relata o sucesso da sua viagem a D. João II.

Entre os anos de 1490 e 1495, continuou como patrão da nau régia São Cristóvão.

Entre 1494 e 1497, assume funções de recebedor na Casa da Guiné. Naquele último ano, D. Manuel¹ manda preparar a primeira armada com destino à Índia. Bartolomeu Dias ter-se-á sentido injustiçado por a escolha do monarca, para chefiar tão importante missão, ter recaído sobre Vasco da Gama. Efetivamente, depois do enorme sucesso alcançado com a sua difícil viagem, não deixa de ser quase enigmático que a ida ao Oriente não lhe fosse confiada. Mais estranho se torna ao compararmos com as mercês e títulos dados a Diogo Cão. Bartolomeu Dias nem sequer participou na viagem de Gama. Para adensar o “mistério”, relembremos que o piloto da nau capitânia é Pêro de Alenquer, piloto de Bartolomeu Dias, quando se dobrou o extremo sul-africano. Quando Vasco da Gama parte, Bartolomeu acompanha a frota, comandando uma nau que se dirige, não para a Índia, mas para S. Jorge da Mina.

Entre 1498 e o ano seguinte, esteve na ilha de São Tomé.

Em março de 1500, comandada por Pedro Álvares Cabral, parte a segunda armada para a Índia, composta por 13 naus, uma das quais capitaneada por Bartolomeu Dias. No entanto, o seu destino é Sofala, na costa oriental de África. Dias abriu as portas para a Índia, mas continuava a ser-lhe negado lá chegar.

Ao alcançar o Golfo da Guiné, a armada alarga demais o arco de círculo no Atlântico sul e, desta feita, avistam terra: oficializa-se a descoberta do Brasil. Mas o destino desta empresa era a Índia e para lá rumam a 2 de maio. À vista do Cabo – que era agora da Boa Esperança –, uma tempestade fustiga a armada de Cabral e quatro naus perdem-se, uma das quais a de Bartolomeu Dias. O navegador que venceu o Cabo Tormentoso pereceria num irónico golpe do destino. Como escreveu Camões, falando pelo gigante Adamastor: «Aqui espero tomar, se não me enganar, De quem me descobriu, suma vingança».²

Para se compreender a dimensão do feito de Bartolomeu Dias atentemos no quadro de acontecimentos que lhe estão na génese. No século XV, os portugueses começam a aventurar-se nos mares. É evidente que havia já uma longa prática de navegar, nomeadamente no Mediterrâneo. Esse deambular mediterrânico terá servido de escola a alguns dos futuros protagonistas das viagens de descoberta, como foi o caso de Bartolomeu Dias.

Com a conquista de Ceuta, no ano de 1415, dá-se início à expansão marítima portuguesa. A quase totalidade do século XV vai ser pautada por uma série de conquistas militares no norte de África. Simultaneamente ocorrem viagens de exploração da costa ocidental africana. Se com as conquistas de algumas praças do norte africano pretendia a coroa portuguesa controlar o comércio mediterrânico, com as viagens exploratórias procurava alcançar o oriente dobrando o extremo sul-africano. Ao tempo não havia sequer a certeza se havia tal ligação. Na verdade, pensava-se até que o Índico era um mar fechado, sem ligação nenhuma com outros mares. Prevalencia ainda a antiga teoria ptolemaica do mundo. Os portugueses vão, portanto, desbravar caminho pela costa de África, em busca de tal passagem.

Grande parte dessa missão fica cumprida com a ação de Diogo Cão, que terá feito três viagens, a última das quais em 1485, chegando ao cabo Negro, atual Cape Cross. No entanto, o grande objetivo não estava guardado para Diogo Cão, mas sim para Bartolomeu Dias.

Entretanto, Cristóvão Colombo tentava apoios para empreender uma viagem para a Índia, mas navegando para Ocidente. Tentou com o monarca português, mas D. João II preferiu investir na viagem pelo continente africano, pelo que tinha que esperar pelo resultado da viagem de Bartolomeu Dias. O facto de o rei português ter dado um salvo-conduto a Colombo em março de 1488, em pleno decurso da viagem de Dias, parece demonstrar que ele tinha no genovês o seu plano alternativo ou, pelo menos, pretendia protelar os avanços dos Reis Católicos em tal intento. Sabendo-se as intenções de D. João II de ir ao Oriente por África, faltando a etapa final de transpor o cabo africano, conviria manter algum segredo até no caso de a viagem falhar. Será que, se tal acontecesse, o monarca financiaria Colombo na sua intenção ou faria nova tentativa por África, com outro navegador?

Todos os esforços da Coroa estavam concentrados na atuação da política europeia e na defesa dos mares da Guiné.³ Não é estranho, portanto, que nestas circunstâncias a Coroa deixe nas mãos de alguns particulares a iniciativa de explorar e de procurar terras no Atlântico ocidental. Porém, a exploração das águas da costa de África estava reservada exclusivamente para a Coroa. Os que se aventurassem, por sua conta, pelas costas da Guiné seriam condenados à morte, mormente depois do tratado de Alcáçovas, assinado em 1480.

Como se sabe, D. João II preferiu jogar pelo seguro e confirmar a ligação ao Oriente por África, pois para tal só faltava mesmo um pequeno passo que Dias daria e que seria, na realidade, um grande salto para a Humanidade. Bartolomeu Dias conduzira uma expedição que abrisse finalmente as portas do Oriente ao Ocidente.

A importância da viagem de Bartolomeu Dias é de tal forma relevante que viria, na época, a determinar toda a ação política da monarquia portuguesa. Depois de dobrado o cabo, toda a atenção se dirigia para Oriente. As possessões do norte de África perdem relevância, uma vez que o Mediterrâneo já não era prioridade. É claro que não podemos esquecer as ilhas atlânticas e o Brasil, mas mesmo a chegada a Terras de Vera Cruz deu-se numa viagem que ia para a Índia.

Se, por um lado, chegar ao Índico por África determina toda a ação política externa da Coroa portuguesa, por outro, contribui de forma decisiva com novos dados de teor científico, no âmbito da náutica e da geografia.

Dobrar o cabo da Boa Esperança representa a descoberta da comunicação direta entre dois oceanos, Atlântico e Índico, o que vem refutar definitivamente a antiga geografia de Ptolomeu que dizia ser o Índico um mar interior.



Cabo da Boa Esperança, África do Sul.

Dias resolveu também um problema de caráter técnico: conseguiu ultrapassar as dificuldades que os ventos e as correntes do Atlântico Sul impunham aos navegantes. Aí funcionou a inteligência e a percepção que Dias aplicou para fazer reconhecimento desses ventos e correntes. Aliás, os estudos por ele efetuados servem, ainda hoje, para a navegação que se faz à vela no Atlântico austral.

Outro fator ainda revelador da importância da viagem de Bartolomeu Dias relaciona-se com o Brasil. Ao procurar o melhor rumo para as viagens que levassem a dobrar o cabo – que viria a ser o da Boa Esperança –, ao navegar pelo Atlântico Sul, é muito provável que tenha aflorado a costa brasileira. E talvez não seja por acaso que Dias não acompanha Vasco da Gama à Índia, mas acompanha Pedro Álvares Cabral.

Como resultado do seu feito, os cientistas ficaram com novas bases de conhecimento e o homem começou a sentir melhor o seu posicionamento na Terra.

Mas afinal por que é que uma expedição com esta importância saiu de pequenas localidades ribeirinhas e não de Lisboa?

Para entendermos as circunstâncias que levaram a que assim fosse, temos que associar a viagem de Bartolomeu Dias a outro acontecimento naval que, embora não tenha repercussões a nível da história como o feito do navegador, teve, com toda a certeza, consequências na nossa região, mais concretamente na zona de Vila Franca e de Povos.

Esse outro acontecimento ocorreu em simultâneo com a viagem de Dias e tratou-se da organização de uma armada que foi combater no norte de África. Ao contrário do que aconteceu com a viagem ao cabo, esta ocorrência está bem descrita pelos cronistas da época, Garcia de Resende e Rui de Pina.

Resende começa desta forma a sua crónica: «E neste mesmo ano de 1487 no mês de Agosto mandou el-rei fazer uma armada junto de Povos e Vila Franca porque morriam de peste então em Lisboa».

Em parte, fica explicado por que não foi de Lisboa que partiram, quer a armada aqui descrita quer a de Bartolomeu Dias: por haver peste em Lisboa. A peste no país não era invulgar. O século XV, principalmente na sua segunda metade, foi marcado por diversos surtos epidémicos. Desde 1480 e durante 17 anos, quase todo o país e a capital, em particular, estiveram sujeitos a um desses surtos. A região de Vila Franca, desta vez, passou incólume.

Talvez não tenha sido só por causa da peste que tão importante missão terá partido daqui. Eventualmente, a necessidade de um certo secretismo fez com que tal viagem se preparasse em duas pequenas localidades, bem no interior do rio Tejo, e em simultâneo com outra armada, com objetivos bem diferentes da de Dias.

Como reconheceu Luís Albuquerque, grande opositor da teoria da política de sigilo, “Ninguém negará que uma política de reserva fosse adotada como defesa de um comércio ou de um projeto, sobretudo a partir de D. João II, embora com maior ou menor êxito, e em circunstâncias pouco conhecidas; sem dificuldade se aceita também que tal política sempre nos tenha privado de algumas indicações que nos ajudariam a reatar o fio da História, onde ela oferece descon-tinuidades: julgar com esses elementos no estudo destes problemas, é sem dúvida legítimo e necessário.”

Este suposto sigilo tem dado azo a grande controvérsia. Para uns, houve efetivamente uma política de sigilo⁴ em torno das viagens dos descobrimentos; para outros, isso não pode ser verdade, uma vez que, entre outras razões, houve sempre estrangeiros a participar nas viagens dos portugueses.

Seja como for, com secretismo intencional ou não, alguma reserva há de ter havido. O próprio cronista Garcia de Resende define D. João II como “prudente e mui astucioso”. Depois de Diogo Cão ter chegado onde chegou, o navegador que se lhe seguisse atingiria o intento de chegar ao Índico. Essa nova etapa seria derradeira e determinante para o sucesso dos intentos do Príncipe Perfeito. Daí também podermos concluir que se procurou dissimular a armada de Dias nessa outra armada que ia para a Berbéria.

É pouco o que se sabe da atividade de Bartolomeu Dias e dos preparativos da sua viagem. Inclusivamente os dois cronistas da época não se referem sequer a ela. É curioso que a partida da expedição de Dias e o desenrolar dos acontecimentos tenham estado ausentes nas crónicas de Resende e de Pina, facto que chegou a ser considerado para justificar uma suposta política de sigilo.

Seria, pois, de Povos e Vila Franca que partiu Dias, confundidas as suas caravelas com as embarcações que iam para o Magrebe. Encontrando-se D. João II em Santarém, veio instalar-se em Povos, entre 15 e 20 de agosto de 1487, de onde emitiu despachos. Por certo o monarca queria acompanhar os preparativos das viagens que aí se ultimavam. Segundo Veríssimo Serrão, as preocupações iam mais para a viagem de Dias do que para a grande expedição militar que então se aprontava também.

Se a expedição de Dias está ausente das crónicas de Garcia de Resende e de Rui de Pina, o mesmo não se passa em relação à tal armada que foi aos aduares. Ambas nos relatam as ocorrências da missão, umas vezes com grande pormenor, outras com vagas informações, sobrando algumas dúvidas sobre as reais intenções de tal missão. As crónicas referem que a armada era composta por 30 navios, com uma guarnição de 150 cavaleiros da Casa do Rei e «mil homens de pé, os mais besteiros, e espingardeiros». Ia a um «certo ardid na costa da Berbéria em África». Alguns nomes da alta nobreza da época iam na expedição. A comandar a armada estava D. Diogo de Almeida⁵ e, como segundo capitão, D. João de Ataíde .

A crónica indica que a expedição se destinava a ajudar um rei mouro, de seu nome Muley Belijabe, que, na circunstância, tinha paz com Portugal e que, vendo o seu reino em perigo, terá pedido auxílio a D. João II. Nem sempre estiveram mouros de um lado, cristãos do outro. Consoante o período histórico e as contingências políticas de cada momento, havia união de esforços para combater inimigos comuns, como foi o caso.

No entanto, como o «ardil a que hiam não ouue effeito», e para que a viagem não tivesse sido em vão, «arribaram junto da cidade Anafee». Daí foram enviados espiões observar «outros aduares de Mouros da enxouuia⁷». Decidiu, então, «o capitão com a mais gente que pode» atacar aqueles aduares da enxovia, que mais não eram que acampamentos móveis de mouros, formados por grupos de tendas que constituíam povoações temporárias. Desbaratados os mouros, conta-se o saque, com um saldo deveras positivo: cativoeiro de 400 homens e mulheres destinados à escravatura, muitos cavalos⁸ e ainda «outro muito despojo», onde se destacam os alambéis⁹. Regressados ao reino, foram cobertos de honrarias, pois tanto o monarca português, como o congénere magrebino, se mostraram satisfeitos com o resultado da expedição.



Crónica de D. João II de Rui de Pina.

As crónicas de Resende e de Pina são documentos de inegável interessante para a história local. Desde logo por permitir verificar a potencialidade da região em termos de construção naval e da sua capacidade logística em dar resposta a tal empreendimento. Note-se que a organização de uma armada com trinta navios é algo que implica recursos consideráveis para pôr em prática. Aqueles documentos ganham importância acrescida para a nossa história local, até porque não existem outros registos, anteriores ou posteriores, de tais eventos na região. Porém, sortidas militares ao norte africano eram bastante comuns.

Qual era, pois, o lugar desta armada no âmbito da política geral de conquista? Em 1485, D. João II, sagaz estratega, consegue do papa Inocência VIII uma Bula de Cruzada que vem legitimar a presença dos portugueses em África, tendo em conta a necessidade de cumprir a sua missão evangelizadora. Com esta medida, o monarca conseguiu também que, em termos de geopolítica peninsular, se refreassem as ambições dos Reis Católicos sobre o Magrebe. A armada de Povos e Vila Franca situa-se, portanto, em pleno período de ocupação militar portuguesa de algumas praças do norte de África.¹⁰

A composição desta armada enquadrava-se na estrutura orgânica militar da época, assente ainda na organização medieval, bem refletida na utilização de besteiros, numa fase em que estes eram substituídos por espingardeiros. De facto, a maior eficácia da espingarda face à besta, levou à progressiva substituição desta por aquela, muito embora, como se viu, nesta expedição tenham coexistido espingardeiros e besteiros.



Anafé (Anfa), 1572.

Segundo as crónicas, a expedição aportou em Anafé,¹¹ no norte de Marrocos, hoje correspondente a um bairro de Casablanca. Esta missão militar na zona de Anafé não foi a primeira e não seria a última.

Por ser uma região rica em trigo, foi repetidas vezes cenário de escaramuças na segunda metade do século XV. E esta era uma motivação relevante, uma vez que Portugal sofria endemicamente de maus anos agrícolas. O primeiro ataque a Anafé acontece em 1468 e deixou a cidade devastada. Já em 1472, é dada ao Duque de Beja e Viseu, D. João, sobrinho do rei D. Afonso V.

O primeiro ataque português a Anafé acontece em 1468. Comandada pelo infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, uma frota composta por 50 navios e cerca de dez mil homens devasta a cidade. O ataque foi meticulosamente preparado, com o envio prévio de um fidalgo espião, Estevão da Gama, disfarçado de mercador de figos, que recolheu preciosas informações sobre a cidade. Uma vez conquistada, seria dispendioso e difícil de manter, pois exigiria recursos humanos e militares avultados, que garantissem defesa contra futuros ataques. Consciente dessa impossibilidade, optou o infante por pilhar o que fosse possível e destruir as muralhas e a própria cidade, após o que regressou a Portugal.

Já em 1472, é doada a D. João, Duque de Beja e Viseu. Fidalgo poderoso do reino, detendo vários domínios em Portugal continental e nas ilhas, faltava-lhe um grande feito militar onde se cumprisse como cavaleiro. De D. Afonso V, seu tio, obtém, em 1469, não só autorização para passar à ação como apoio militar. Anafé é a cidade escolhida.

Posteriormente, em 1515, os portugueses ergueram uma fortificação. A povoação que se desenvolveu ao abrigo das suas muralhas era, de acordo com algumas fontes, chamada de “Casa Branca”, pelo qual é hoje conhecida. Os portugueses abandonaram a área definitivamente após o grande sismo de 1755, que a destruiu.

A ocupação mais antiga de que há registo sobre esta região remonta ao século X a.C. Mais tarde, há referências à utilização do seu porto por fenícios e romanos. Com a invasão islâmica, passa a integrar um pequeno reino independente que viria a ser conquistado pelos Almorávidas em 1068. No século XIV, sob o domínio Merínida, o movimento do seu porto atribui à cidade posição de relevo. No início do século XV, tornou-se independente.

Na abordagem desta expedição, tem-se generalizado a ideia que aponta Anafé como o destino e objetivo da armada. Porém, a crónica de Garcia de Resende é bastante clara neste ponto: “E porque o ardil a que hiam não ouue efeito, e fe tornou, por não hirem em vam arribaram junto da cidade de Anafee”. Ou seja, segundo o cronista, por qualquer razão que a crónica não especifica, o ardil a que iam não se concretizou, de forma que, para que a viagem não fosse em vão, chegaram perto de Anafé. Foram, então, “espiar outros aduares de Mouros da enxouia [...] e estavam duas legoas da costa do mar”.

Ora, Anafé era uma cidade fortificada, bem protegida, que não permitiria uma arremetida rápida com as consequências relatadas na crónica. Não há referências nas crónicas da utilização de artilharia, o que para atacar uma cidade costeira muralhada como era Anafé, seria fundamental. Pela descrição dos meios que compunham a armada, mais parece um contingente militar preparado para combates de infantaria e de cavalaria, que se coadunavam melhor aos ataques perpetrados sobre os aduares.

Para esse imenso empreendimento que foram os Descobrimentos, todo o país esteve, de algum modo, envolvido. Dos recursos naturais aos recursos humanos, a plenitude do território nacional participou em tal demanda. A região de Vila Franca dispunha de condições que colmatavam essas necessidades. Tinha ainda a seu favor a proximidade da capital, à qual facilmente se chegava aproveitando a excelente navegabilidade do Tejo.¹² O facto de Povos e Vila Franca terem sido escolhidos para a organização das viagens do verão de 1487, indica alguma importância dos portos em causa e a capacidade mais que provável de dar resposta às necessidades de construção naval.

Nesta altura, pertencia Povos a D. Álvaro de Ataíde que, por casamento com D. Leonor de Melo, herdara o senhorio de Castanheira, Povos e Cheleiros.¹³ Vila Franca, por seu turno, pertencia à Ordem de Cristo, após a extinção da Ordem dos Templários. Viviam-se, porém, uma intensa contestação dos concelhos face às ordens militares, o que tivera expressão nas cortes de 1481-82. A tendência ia no sentido que os seus bens fossem incorporados na Coroa, o que viria a suceder no século XVI.

A relação de Vila Franca e de Povos com o rio está bem patente nos respetivos forais, quer se trate dos antigos, quer se trate dos forais manuelinos. Nestes novos forais, estão bem definidas as regras para entrada e venda do pescado. Também a venda e compra de navio, barca ou batel, está regulamentada.

Os portos mais movimentados da nossa região eram os de Alhandra, Vila Franca e Povos (este último hoje desaparecido). Integravam uma vasta rede de portos que até Abrantes asseguravam o transporte de mercadorias e pessoas até Lisboa. Da capital, no século XV, carregavam-se os barcos de sal, peixe e tecidos e a ela chegava, vindo do interior, madeira, azeite, trigo, vinho, mel, cera e outros produtos. Dados mais seguros informam-nos que, em 1552, de Povos, 4 barcos faziam 3 a 4 vezes por semana a viagem até Lisboa; de Vila Franca, 10 barcos faziam o mesmo número de viagens.

Vila Franca e Povos devem ter vivido dias intensíssimos de azáfama com a preparação das frotas que de cá zarparam. Toda a região deve ter sido envolvida no esforço da sua preparação.

À semelhança de quase todas as localidades marítimas ou fluviais, Povos e Vila Franca tinham as suas tercenas,¹⁴ cuja definição mais sucinta a designa como se tratando de estaleiros, isto é, lugar de construção e reparação de navios. Porém, o conceito é mais abrangente. Uma tercenha continha também armazéns onde se guardavam víveres para as viagens e a equipagem dos navios e paíóis para as armas e munições dos soldados que embarcavam.



Tercena.

Podemos imaginar a agitação em Vila Franca e Povos nos momentos que antecederam a partida das armadas de Bartolomeu Dias e da que ia para Marrocos. Não devia ser diferente daquilo que é descrito na *Nova História Militar de Portugal*:¹⁵

“As grandes tercenas, nos momentos que precediam a partida das armadas, ofereciam um espetáculo impressionante, com a grita dos homens conduzindo animais de tiro e os pregões das regateiras, o ranger das carroças, o cheiro do alcatrão derretido, do peixe salgado e do biscoito cozido, a azáfama de carpinteiros, calafates, pedreiros e viroteiros afeiçoando projéteis, o incitamento dos alcaides e dos mestre das galés. Eram um bairro à parte, com uma vida económica intensa, com salários e preços conjunturalmente diferentes, no qual superintendia o respetivo almoxarife, assessorado por um escrivão.”

As tercenas eram locais com vida própria, onde até os salários eram diferentes do resto da comunidade. A construção naval exigia muita mão-de-obra, uma especializada, outra indiferenciada, a maior parte da qual seria de gente que fugia aos campos à procura de outra vida. Apesar de a região não ter sido afetada pela peste que grassava noutras localidades, outras catástrofes a assolaram. Em 1485, as inundações que aqui ocorreram destruíram os campos e com elas veio a fome.

Na construção naval eram fundamentais algumas profissões que envolviam conhecimentos específicos e, como tal, acabavam por ser bem remuneradas. Tal é o caso dos carpinteiros, calafates e tanoeiros. É muito provável que muitos destes artífices fossem provenientes da região de Vila Franca, até porque há alusão a movimentações relacionadas com atividade naval nos documentos mais antigos da região. As cartas de foral de Povos, de 1195, e de Vila Franca, de 1212, referem algumas regalias para os petintais.¹⁶ Mais próximos dos acontecimentos que até aqui temos vindo a referir, os forais novos, de 1510, continuam a referir-se à relação com o Tejo, uma vez que cerca de uma quarta parte deles se relaciona ainda com as atividades a ele ligadas, seja a pesca, o transporte de mercadorias, seja ainda a compra, venda e construção de embarcações.

Os carpinteiros mais experientes julgavam a qualidade da madeira observando a casca, as folhas e os frutos. A árvore devia ser cortada no outono e no inverno, no momento em que a circulação da seiva é menos forte. As árvores eram abatidas o mais perto possível dos estaleiros navais. Deste modo, os séculos XV e XVI viram surgir, em torno da cidade de Lisboa, um conjunto de indústrias que contribuíram grandemente para a empresa dos Descobrimentos. Dadas

as particularidades técnicas da construção naval, o sítio dos estaleiros estaria condicionado pelo fácil acesso às zonas florestais, cujas espécies dominantes respondiam às exigências da indústria. Ora, Vila Franca dispunha de matéria-prima necessária à construção naval, nomeadamente no que concerne a pinheiros e sobreiros.

Outra população da região que deve ter sido envolvida foram os camponeses, não diretamente na construção naval, mas nas atividades secundárias com ela relacionada. Por exemplo, no fornecimento de tojo e carqueja com que se alimentavam os fornos onde se cozia o biscoito para as viagens. Ou ainda o abate de árvores, fundamental matéria-prima para a construção das embarcações.

Não sabemos se para as armadas de que aqui temos vindo a tratar se construíram propositalmente navios. Até porque construí-los demorava tempo. Fernão Lopes relata que o rei de Castela, durante a guerra com Aragão, mandou fazer depressa doze galés que demoraram oito meses a construir. Noutro relato fala-se da construção de duas caravelas, em que os trabalhos se iniciaram em agosto de 1438 e se concluíram em janeiro do ano seguinte, ou seja, cerca de 5 meses depois.

Provavelmente as embarcações utilizadas foram recrutadas, como o eram sempre que havia necessidade da Coroa, para arregimentar esforços de combate naval. E, em rigor, nas crónicas diz-se que “mandou el Rey fazer hua armada”. Ora, este “fazer” não implica a construção dos navios, mas sim a preparação da armada.

Além disso, o tipo de embarcações em causa não seria das que navegariam habitualmente no Tejo, ou seja, barinéis e batéis. Eventualmente, ter-se-á construído um tipo específico de navio: a taforeia. Esta embarcação tinha a particularidade de servir para transporte de cavalos. Este género de barco era uma variação da nau e foi utilizado nos séculos XV e XVI, inclusivamente na Índia, como navio de guerra. Não esqueçamos que Vila Franca era conhecida pelos cavalos que corriam na lezíria.¹⁷

Só exceccionalmente se construía um barco exclusivamente para a guerra: alugava-se, comprava-se ou pura e simplesmente requisitavam-se navios de transporte e de comércio. A requisição podia inclusivamente recair em navios estrangeiros, muitos deles de mercadores. Estivessem os barcos carregados de mercadoria ou não, bastava que o representante do rei o ordenasse e estes eram descarregados e entrariam ao serviço da guerra pelo tempo que fosse necessário. A compensação para tais prejuízos só com o reinado de D. Manuel se efetivou.

No tempo de D. João II não existia ainda uma marinha de guerra permanente com embarcações exclusivamente dedicadas à atividade militar, nem tampouco um corpo de soldados marinhos. Cabia aos concelhos contribuir para o esforço de guerra, enviando os seus moradores numa espécie de serviço militar obrigatório. Deste modo, é muito provável que a armada que daqui foi aos aduares tivesse incluído habitantes da região. O processo de recrutamento revestia-se de penoso dramatismo. Quando se avizinhava o recrutamento para uma armada, as povoações, costeiras e ribeirinhas, entravam em estado de quase pânico, quase desespero. Isto apesar de os arregimentados para tripulantes, receberem um soldo como compensação por serem eles, muitas vezes, o sustento das famílias que ficavam. Esse, porém, era baixo e nem sempre pago.

Como se procedia, afinal, ao recrutamento? Portugal estava dividido em circunscrições de recrutamento e organização militar. A partir delas surge, em meados do século XIV, o «conto dos besteiros».¹⁸ Havia ainda as «vintenas», que eram conjuntos de vinte vizinhos e que serviam de base ao recrutamento dos besteiros.

Quando os recrutadores chegavam a um concelho, informavam-se junto dos vintaneiros acerca das vintenas que lá havia. Depois de verificadas eram divididas em função da faixa etária.¹⁹ As condições para ser recrutado estavam bem definidas nas Ordenações: todos os homens que vivessem do mar ou do rio, na pesca ou nos transportes, assim como os seus filhos, maiores de 12 anos. Estas vintenas eram sempre um ato nada pacífico. Muitas vezes, os recrutados eram aprisionados e mantidos em cativo até à partida.

Nem só de homens ligados às atividades do mar e do rio se compunham as tripulações. A falta de gente obrigava a acolher indistintamente aqueles que não tinham preparação para as tarefas de navegar. Fernão de Castanheda fala da ignorância dos «marinheiros», quando se refere a um capitão que, em 1505, teve de pendurar uma réstia de alhos de um lado do navio e uma réstia de cebolas do outro, para que eles soubessem onde era bombordo e estibordo.

Com o incremento da Carreira das Índias, militares oriundos de Alhandra, Alverca, Vialonga e Vila Franca, no século XVI, participaram nessas viagens. As naus que iam para o Oriente eram navios multifacetados, preparados para transporte de carga e de pessoas, além de guarnições militares e tripulação. Uma nau transportava entre 500 a 800 pessoas, sendo que a tripulação variava entre 120 e 200, ao que se acrescentavam cerca de 100 a 250 soldados e ainda os restantes que seriam passageiros.

A penosa viagem para a Índia demorava seis meses. E nem todos chegavam ao destino: as diversas doenças causadas pela falta de higiene e má alimentação faziam perecer cerca de 25% dos viajantes. Apesar de tudo, alguns preferiam arriscar-se no mar em busca de outra condição de vida. É que, enquanto marinheiros, tinham direito a uma ração diária de comida, vinho e água, algo que era inacessível a grande parte da empobrecida população.

Relativamente às repercussões que perduraram na região de Vila Franca pelos factos aqui relatados, não podemos concluir muito mais do que afirmar que a ligação ao rio se manteve. Só assim se compreende que o cais de Vila Franca tenha sido objeto de obras de reparação em 1530, que ficaram a cargo do alcaide-mor da vila, Rui de França, a mando de D. Manuel. Quanto a Povos, a decadência do seu cais acompanhou a contração da própria localidade e hoje, apesar de haver ainda a Rua do Cais (Povos), este já não existe.



Desenho de Pier Maria Baldi em *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* (1668-69).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV**, *Nova História Militar de Portugal*. (Dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira). Volume 1. Lisboa, 2003.
- AAVV**, *Boletim Cultural*, nº.1. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1985.
- AAVV**, *História da Expansão Portuguesa*, (dir. de Francisco Bettencourt e Kirti Chaudhuri). Volume 1. Círculo de Leitores.
- ALBUQUERQUE, Luís**, *Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa, Veja, 1990.
- CAMACHO, Clara Frayão**, *Histórias do Tejo*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1994.
- CASTRO, Filipe Vierira de**, *A nau de Portugal – Os navios da conquista do Império do Oriente (1498-1650)*. Lisboa, Prefácio, 2003.
- CORTESÃO, Jaime**, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- DOMINGUES, Francisco Contente**, *Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Cadernos do Museu de Vila do Conde,
- FONSECA, Luís Adão da**, *Os descobrimentos e a formação do oceano Atlântico (século XIV-século XVI)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- MARTINS, Oliveira**, Portugal nos Mares. Ulmeiro.
- MOTA, A. Teixeira da**, *Bartolomeu Dias – Discover of Cape of Good Hope*. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1988.
- OLIVEIRA, Aurélio de**, *História dos Descobrimentos Portugueses e Expansão Portuguesa*. Universidade Aberta. Lisboa, 2000.
- PEDROSA, Fernando Gomes**, *Os Homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima – Pescadores, Marinheiros e Corsários*. Prémio do Mar Rei D. Carlos 1997 – Descobrimentos e Expansão Portuguesa. Câmara Municipal de Cascais.
- PEREIRA, António dos Santos**, *Portugal – O Império Urgente (1475-1525) – Os espaços, os homens e os produtos*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Volume 1. Lisboa, 2003.
- RAMOS, Demetrio**, “El sigilo en la preparación del viaje de Bartolomeu Dias y el paralelo sigilo de la inicial negociación de Colón en España, com los efectos derivados”. *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época – navegações na segunda metade do século XV*. II volume. Porto, 1989.
- RESENDE, Garcia de**, *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo**, *História de Portugal [1415-1495]*, Verbo.

NOTAS

¹ D. Manuel ascende ao trono em 1495, após a morte de D. João II.

² Luís Vaz de Camões, in *Os Lusíadas*, Canto V, Estância 44.

³ Entenda-se Guiné como na época era entendido: uma região extensa que correspondia a grande parte da costa ocidental africana.

⁴ Esta teoria teve em Jaime Cortesão um acérrimo defensor. Longe de gerar unanimidade entre historiadores, provocou uma intensa polémica no meio.

- ⁵ Viria a ser o 6º Prior do Crato e era irmão de D. Francisco de Almeida, que seria 1º vice-rei da Índia.
- ⁶ Sobrinho de D. Álvaro de Ataíde, Senhor da Castanheira.
- ⁷ Enxovia designa, no vocabulário português, parte térrea ou lajeada da prisão, rente com a rua; espaço muito sujo. Do árabe «ax-xavia», era o termo genérico para o nome étnico das tribos que estacionavam entre Azamor e Rabate.
- ⁸ Os cavalos eram um objetivo primordial do saque naquela região.
- ⁹ Panos coloridos para cobrir mesas, tabuleiros, etc.
- ¹⁰ Com D. João III, todas essas praças são abandonadas entre 1540 e 1550. Com o desaire de Alcácer-Quibir, em 1580, acaba definitivamente o sonho norte-africano.
- ¹¹ Também aparece como Anfa.
- ¹² Quase 3 séculos antes, D. Dinis mandara construir estaleiros em Vila Franca para auxiliar o movimento de barcos para a capital.
- ¹³ O título de Conde da Castanheira seria atribuído a seu filho D. António de Ataíde já no século XVI.
- ¹⁴ O termo aparece de diversas formas: tarcena, taracena, tercena ou tarracena.
- ¹⁵ *Nova História Militar de Portugal*, (dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira). Lisboa, 2003. Volume 1.
- ¹⁶ O petintal era um misto de carpinteiro e calafate. Mais tarde, com a evolução da construção naval e a necessidade de especializar determinadas tarefas, distinguem-se as funções do carpinteiro e do calafate.
- ¹⁷ Para os Romanos, os cavalos da lezíria ribatejana eram tão velozes que deviam as suas éguas ser fecundadas por Eólo, deus do vento.
- ¹⁸ Um número fixo e obrigatório de besteiros que cada localidade tinha de enviar para o exército real.
- ¹⁹ A idade mínima para a inspeção era 12 anos.
- * Técnico de Museografia – Museu do Neo-Realismo

Breve história do convento de São Romão

ANABELA FERREIRA¹

RESUMO

Recuperar a memória do convento de São Romão, extinto no século XIX, é uma forma de estudar este património há muito desaparecido, no sentido em que a investigação pretende dar a conhecer a história do convento e um pouco mais da história de Alverca. São poucos os testemunhos físicos e escassas as referências bibliográficas, no entanto existem fontes históricas que descrevem o edifício e os terrenos adjacentes, permitindo um vislumbre daquilo que foi um dos elementos patrimoniais mais monumentais desta freguesia.

Palavras-chave: Convento de São Romão, Alverca

Para recuperar qualquer elemento do património desaparecido há que investigar a sua história, dá-la a conhecer, resgatar a sua memória. Nem sempre é fácil quando as fontes escasseiam, ou se encontram dispersas. E este é um problema que acompanha os investigadores há séculos, já frei Agostinho de Santa Maria numa obra publicada em 1707 desabafava a dificuldade que era saber da origem das obras marianas que descrevia, pois segundo ele é “[...] falta ordinária entre os Portugueses, que não cuidam nunca de fazer memória das cousas grandes.”² Esta é uma falta que agora se procura colmatar, tanto quanto possível, no que respeita à história do antigo convento carmelitano de São Romão.

A investigação relativa a este tema teve origem na preparação de uma exposição patente no Centro Cultural do Bom Sucesso, aquando da sua inauguração em Abril de 2009, a qual tinha como tema este convento desaparecido, bem como a ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso e a Fonte de São Romão. As referências bibliográficas, embora escassas, permitiram uma primeira apreciação sobre esta matéria. Algumas fontes documentais impressas revelaram dados muito importantes, como se verá. Foi necessário procurar nos arquivos históricos elementos que permitissem recuperar essa história e valorizar aquele património. Foi no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) que se encontraram os documentos mais relevantes, referentes ao processo de extinção do convento de São Romão, onde se inclui uma descrição pormenorizada do edifício e dos terrenos adjacentes, bem como o inventário dos seus bens. De modo a facilitar a leitura todos os textos transcritos foram atualizados ortograficamente.

Uma investigação mais aprofundada pode vir a revelar outros documentos que possibilitem um maior conhecimento da história deste convento, seja como for os elementos recolhidos, e aqui mencionados, permitem uma abordagem essencial, sobretudo por reunir num único documento referências que se encontravam dispersas.

ORIGEM E LOCALIZAÇÃO

Relativamente aos antecedentes históricos do convento de São Romão em Alverca, considera-se importante dar a conhecer alguns aspectos relacionados com a ordem religiosa ao qual o mesmo pertencia. Em relação ao verdadeiro e completo título da ordem o *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, com data de 1572, esclarece que “Desta [...] maneira se chama a ordem dos padres Carmelitas, ordem de nossa Senhora do Carmo, porque no Carmo foi sua principal origem [...]”³ De facto foi no monte do Carmo,⁴ também conhecido como monte Carmelo, localizado em Jerusalém, próximo da cidade de Haifa, que a ordem teve origem, tendo a regra sido criada no séc. XI. A expansão da ordem para além da Palestina deu-se no século XII.⁵ Em obra editada no ano de 1745 Frei José Pereira de Santa Ana afirmava que,

embora a ordem tenha presença mais antiga em Portugal,⁶ o primeiro convento começou a ser construído no ano de 1251 na vila de Moura.⁷ Em 1389 fundava-se o convento do Carmo em Lisboa, obra atribuída ao patrocínio de D. Nuno Alvares Pereira.⁸

No que diz respeito ao convento de Alverca no *Livro das Grandezas de Lisboa*, editado em 1620, da autoria de Frei Nicolau de Oliveira, pode encontrar-se a referência mais antiga. Na sua descrição da vila de Alverca diz o autor que “[...] fica junto a esta vila um Mosteiro de Religiosos carmelitanos, a que chamam São Romão [...]”.⁹ O ano de 1600 é indicado como sendo o de fundação.¹⁰ Nos documentos e bibliografia consultados não foi possível encontrar referências que permitissem conhecer uma data mais precisa, ou mesmo contribuir com outros dados que possibilitassem um maior conhecimento dessas origens.

No que respeita à localização do convento, em 1758 o cura Manuel Henriques, em resposta ao inquérito que havia de constituir as *Memórias Paroquiais*,¹¹ escreveu: “Há no termo desta vila para o Norte dela, e distante meio quarto de meia légua pouco mais ou menos um convento de Religiosos Carmelitas observantes [...]”.¹²

A propriedade do convento de São Romão, para além de terrenos e parcelas espalhados um pouco por todo o concelho de Alverca, compunha-se de edifício conventual com dois pisos, igreja com torre sineira, uma cerca em cujo interior existiam hortas, pomar, vinha, olival e tanque e onde, no extremo sul, se encontrava a ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em frente à porta do convento numa alameda arborizada existia a fonte. Pode acrescentar-se a esta descrição breve que o convento, bem como as propriedades anexas, se localizava na actual área urbanizada em frente à fonte de São Romão, no lugar do Bom Sucesso, o qual foi criado na década de 70 e cujo crescimento se concretizou até à década de 90 do século XX.

SÃO ROMÃO, BISPO DE RUÃO

Relativamente à igreja do convento, o cura Manuel Henriques nas *Memórias Paroquiais* referia que a mesma era dedicada a São Romão Bispo.¹³ Desconhece-se a razão da escolha do bispo São Romão como santo padroeiro do convento de Alverca, contudo é possível conhecer um pouco da história e, sobretudo, da lenda da vida deste santo. Consta que São Romão foi bispo da cidade de Ruão, antiga capital da Normandia, localizada no noroeste de França. Terá vivido no séc. VII,¹⁴ tendo falecido no ano de 638.¹⁵

Iconograficamente São Romão é representado com traje e insígnias de bispo, tendo aos pés um dragão derrotado e preso pelo pescoço por uma estola, tal como pode ser visto numa escultura sobre o portal dos livreiros na catedral de Nossa Senhora de Ruão.¹⁶ Esta imagem invoca uma das lendas que lhe estão associadas, cuja primeira referência data dos finais do século XIV,¹⁷ e de acordo com a qual um dragão (segundo alguns autores conhecido pelo nome de *Gárgula*¹⁸) - um dos símbolos cristão da representação do Mal¹⁹ - aterrorizava a cidade de Ruão, devorando pessoas e animais.²⁰ Dispondo-se a libertar a população de um fim que se adivinhava terrível, o santo terá pedido ajuda aos que o rodeavam e apenas um homem se dispôs a acompanhá-lo. Encontrado o monstro, o bispo terá lançado a sua estola sobre o pescoço do animal, que logo amansou, permitindo que os dois homens o conduzissem à cidade, para que todos testemunhassem o feito milagroso.

O homem que acompanhou São Romão era um condenado à morte que, pelo seu feito, acabou por ser perdoado. Aparentemente esta é a razão por que São Romão se tornou padroeiro dos condenados à morte e que, em sua honra, fosse criado o privilégio que permitia nos dias de Ascensão, o indulto de um condenado,²¹ costume que perdurou em França até 1790, data da Revolução²².



Fig. 1 – CMVFX, imagem cortada do *Ortofotomapa de Alverca*. Arranjo gráfico Carla Félix. Sinalização da autora. Localização aproximada da cerca do convento (vermelho); convento e igreja (amarelo); ermida de N. S. Bom Sucesso (verde); fonte (azul).

DESCRIÇÃO DO CONVENTO

De acordo com os *Autos de Inventario Geral do Convento de S. Romão da Villa de Alverca*, datado de Dezembro de 1833, a igreja possuía no frontispício uma torre com dois sinos.²³ No mesmo documento lê-se: “[...] A igreja é de abobada, de mediana grandeza [...] tem três altares: o altar-mor, e dois laterais no corpo de igreja.”²⁴ No centro do altar-mor podia ver-se uma imagem de Nossa Senhora do Carmo em roca, à esquerda a escultura em talha de São Romão, e à direita, também esculpida em madeira, uma imagem de Santo Elias. À esquerda do altar-mor, ficava uma capela de Nossa Senhora do Carmo, a qual estava sob a responsabilidade da Confraria da Ordem Terceira do Carmo. No lado oposto via-se um outro altar, onde se costumava depositar o Santíssimo Sacramento, e que possuía um retábulo de Nossa Senhora da Piedade. Para além destas imagens, no arco cruzeiro, existiam ainda as esculturas de Santa Ana, Santo António, e Santo Alberto.²⁵ Nestes documentos não há referência aos painéis de azulejos, contudo João Amaral refere que “[...] excelente azulejo azul, e estrangeiro lhe ornava as paredes.”²⁶

O convento tinha dois pisos. No piso térreo, do lado esquerdo da igreja, localizava-se a portaria, no interior da qual na parede oposta à entrada, existia um oratório com uma escultura de Nossa Senhora do Rosário. À direita da casa da portaria localizavam-se a escadaria de acesso ao piso superior. À esquerda encontrava-se uma escada com seis degraus de acesso a um claustro com parreiras, o qual possuía uma galeria de seis arcos, “[...] que dá luz e serventia, para um largo corredor de norte a sul, o qual dá saída na extremidade do norte para um pátio [onde está a] porta do carro, e na extremidade sul, para a cerca do convento.”²⁷ Neste piso térreo, ao lado da escada que dava acesso ao piso superior ficava uma adega de vinho em frente da qual ficava o lagar,²⁸ uma coelheira, dois quartos ou celas, o “[...] refeitório, com cinco mesas velhas em cima de lajes ao alto, e uma mezinha de pedra redonda, tendo no topo um grande painel com a ceia do Senhor [...]”²⁹ Seguia-se a cozinha, ao lado da qual se localizava a adega de azeite, em frente ficava a sacristia, tendo à direita uma outra escadaria de acesso ao piso superior. À direita da sacristia e da adega de azeite localizava-se o pátio já mencionado.³⁰

De acordo com o mesmo documento, no piso superior “[...] acha-se outro longo corredor, que corresponde ao debaixo, o qual é de sobrado [...]”³¹ Por cima da adega de azeite e da cozinha, ficava a cela do prior “[...] composta da Sala, e câmara, menos má, e tem três janelas que olham para o Tejo [...]”³² À esquerda da cela prioral existiam cinco celas, destinadas aos outros frades, cada uma com janela de onde se avistava o rio Tejo. Encontrava-se depois a janela conventual à qual se seguiam outras cinco celas e a latrina.³³ Em frente, do outro lado do grande corredor encontrava-se uma livraria com dois quartos, possuindo “[...] duas janelas de grades de ferro que deitam para o adro.”³⁴

Sobre a livraria diz-se, no mesmo documento, algumas folhas mais adiante, que foram inventariados 220 volumes, versando temas, maioritariamente, de cariz religioso, embora se encontrassem, entre elas, algumas obras filosóficas, sobretudo relacionadas com autores clássicos, como Aristóteles.³⁵ Desconhece-se o que terá sido feito da maioria dos volumes que pertenciam a esta livraria, contudo na Biblioteca Nacional podem ser encontrados dois livros que contêm a referência manuscrita que comprova terem pertencido à livraria do Carmo do convento de São Romão. Trata-se de uma edição italiana da obra *Titu Lívio* de Lucas Porrus, datada de 1485 e de uma edição em latim da vida de São Tomás de Aquino, datada de 1521.³⁶

Continuando com a descrição do segundo piso do convento, para o lado norte encontrava-se “[...] a escada de pedra que desce para a portaria, e adiante a que sobe para o coro, que é de madeira, [...] e depois uma janela que deita para o claustro, e no fim a serventia para a sacristia, e baixo corredor.”³⁷

Toda a propriedade conventual estava rodeada por uma cerca a qual, de acordo com os *Autos* “[...] compõem-se de vinha, com seu bocado de pomar de espinho, e outras árvores fruteiras, e um bocado e olival, e algum chão para horta, com seu tanque de água nativa, ainda que pouca [...]”³⁸

Da produção das propriedades o convento de São Romão pagava de foros às Capelas de D. Afonso IV a quantia de um conto e setenta réis e à quinta do Pinheiro “[...] pelo olival da Portela Alva três canadas de azeite e duas galinhas.”³⁹ Outras propriedades, descritas como olivais e “chão com oliveiras”, estendiam-se pelo território do antigo concelho de Alverca, totalizando 47 parcelas de terreno,⁴⁰ sendo que a maior parte destes terrenos estavam arrendados, ou aforados, a terceiros.⁴¹ Em 1833 o convento ficou avaliado em 1.600\$000 réis e os terrenos dentro da cerca em 400\$000 réis.⁴²

SOBRE OS FRADES DO CONVENTO DE SÃO ROMÃO

Os frades carmelitas calçados trajavam hábito preto com capa branca. De acordo com o estipulado no *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, o branco simbolizava “[...] a limpeza, e alvura de pureza da gloriosa Rainha dos Anjos [...]”⁴³ e o preto “[...] a honestidade de que esta religião veste, e se deve vestir todo o religioso.”⁴⁴

Está ainda por se fazer a investigação relativa aos frades e irmãos leigos, servos e criados do convento de São Romão, a qual se considera importante para se conhecer como decorria a vida naquele lugar. Não obstante, ao longo desta investigação foi possível descobrir alguns dos nomes dos homens religiosos que o habitaram. Porque a História quem a faz é o Homem, considera-se importante recordar as pessoas que a viveram.

Sabe-se que à semelhança do que acontecia em outros espaços conventuais, para além dos religiosos, viviam no convento de Alverca criados e outros servidores,⁴⁵ cujo trabalho era essencial para subsistência dos frades e para cuidar dos edifícios e dos terrenos de produção, contudo as fontes históricas encontradas não lhes fazem referência.

Relativamente ao número de frades a alusão mais antiga é fornecida por Frei Nicolau de Oliveira, de acordo com o qual no século XVII eram doze os frades do convento de São Romão.⁴⁶

Concretamente conhece-se o nome de alguns dos carmelitas de Alverca, embora pouco seja possível saber das suas acções naquele convento. Na obra de Fr. Manuel de Sá, *Memorias Historicas dos Ilustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, encontra-se referência a Fr. Pedro de Melo e/ou Fragoso, que em 1611, no capítulo que então se celebrou no convento da ordem em Lisboa, foi eleito prior do convento de Alverca e que “[...] exercitou esta ocupação três anos com muito cuidado assim do espiritual, como do temporal”⁴⁷ O mesmo autor aponta Fr. Jorge Cotrim, que tomou o hábito em 1620 e que foi prior no convento de Alverca, sem especificar data, embora adiante que em 1647 era eleito prior do convento de Setúbal.⁴⁸

O padre Luís Cardoso, no seu *Dicionário Geográfico*, dá-nos conta da obra de um outro prior de São Romão, relatando que na alameda do convento, junto à fonte “[...] se faz feira em quinze de Julho; e nos dois dias seguintes franca, e livre de direitos de todos os géneros, que se comprarem e venderem, para a qual alcançou Provisão Real no ano de 1746 do senhor Rei D. João V⁴⁹ o Padre Presentado Frei António de São Jacinto, Prior actual do dito convento.”⁵⁰ O autor das *Memórias Paroquiais* adianta que: “[...] com o fim do governo daquele Prior, não achando os mercadores agasalho nem hospitalidade nos Piores sucessores, aos poucos deixaram de concorrer, em termos, que ao presente [1758] não há feira.”⁵¹

Dos priores que sucederam a Frei António de São Jacinto podem encontrar-se referências no *Fundo do Morgado de Farrobo*, onde algumas escrituras de propriedade têm como testemunhos frades do convento de São Romão. Assim, num documento datado de 9 de novembro de 1775, assinam como testemunhas o prior do convento Frei Gaspar Monteiro de Saldanha junto com dois irmãos: Frei José de Albuquerque e Frei Cipriano José de Noronha.⁵² A 13 de maio de 1776 o mesmo prior assinava outra escritura, junto com Frei José de Albuquerque, então identificado como tesoureiro do convento⁵³. Uma última escritura, datada de 29 de julho de 1797 identificava Frei Alberto de Nossa Senhora como prior, Frei Agostinho de Jesus Maria Delgado, como escrivão, Frei Vicente Antunes da Rosa como procurador e ainda o irmão Frei António Pompeiro.⁵⁴

Em 1833, apenas um frade residia no convento de São Romão - aspeto que também serviu de argumento para a extinção do mesmo, como se vai ver mais adiante - tratava-se de Fr. Agostinho de Jesus Maria Delgado, referido em cima, o qual no *Auto de Extinção do Convento de S. Romão da Vila de Alverca* é descrito como estando “[...] limitado às suas funções eclesiásticas e religiosas [e que] guardara sempre uma perfeita neutralidade em objectos políticos não prestando serviços à usurpação nem à causa da legítima soberania, limitando-se a dizer missa aos fieis e a subsistir na referida casa.”⁵⁵ Esse mesmo documento refere que o dito prior havia permanecido “[...] sempre no convento não tomara parte em acontecimento algum que o destaque nem aderido à usurpação e que na fuga do seu Prelado Maior se recusasse a entregar-lhe os objectos preciosos do convento que este exigia dele imperiosamente.”⁵⁶ Não foi encontrado qualquer outro documento com referência a uma usurpação no convento de São Romão, pelo que não é possível no momento adiantar uma data em que tal tenha ocorrido, contudo não faltaram momentos de conflito que opunham política e religião e que, em alguns casos, obrigaram à fuga de frades dos conventos um pouco por todo o país, entre os anos de 1820 e 1834, quando uma nova ordem política colocava em causa a subsistência da vida conventual e a legislação se sucedia para, numa primeira fase, lhe impor limites e para mais tarde a suprimir.⁵⁷

Tendo em vista tudo quanto havia sido registado recomendava-se, no mesmo *Auto*, que fosse atribuída a Fr. Agostinho de Jesus Maria Delgado “[...] uma prestação mensal pelo Tesouro Publico, que seja suficiente para a sua decente sustentação e por esta maneira [...] pode continuar a dizer missa na igreja do extinto convento usando do hábito de São Pedro, havendo neste procedimento a devida contemplação com a idade avançada e hábitos adquiridos do sobredito religioso.”⁵⁸

OS PADROEIROS DO CONVENTO

Na *Corografia Portuguesa*, da autoria do padre António Carvalho da Costa, cuja primeira edição data de 1712, é apontada D. Mariana de Paiva – filha de Pedro de Paiva, escrivão da fazenda e instituidor do Morgado de Alfarrobeira – como fundadora da capela-mor do convento de São Romão “[...] aonde está sepultada, e seu marido D. António de Melo.”⁵⁹ Pedro Paiva, morador na Quinta dos Potes, termo da vila de Alverca, era meio-irmão da avó de Miguel Salema Cabral e Paiva o qual viria a ser herdeiro do Morgado de Alfarrobeira e do padroado de S. Romão,⁶⁰ legado a seu filho José Salema Cabral e Paiva, que o detinha na primeira década do século XVIII⁶¹. Em 1758 era padroeiro D. Miguel Salema Lobo de Saldanha, o qual de acordo com as *Memórias Paroquiais* era “[...] fidalgo da Casa de Sua Majestade, professo na Ordem de Cristo, e Familiar do Santo Ofício, morador na sua quinta do lugar de A dos Potes, termo desta mesma vila, com obrigação de tratar da capela-mor, que é inteiramente sua, a onde tem Jazigo [...]”⁶²

Foi tudo quanto foi possível apurar, até ao momento, relativamente aos padroeiros do convento de São Romão. Contudo uma investigação mais aprofundada deverá revelar outros dados que permitam aprofundar este tema.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO

A ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso, construída no extremo sul do muro do antigo convento de São Romão, junto da estrada que vai para Arcena, terá tido a sua origem na descoberta de uma imagem de Nossa Senhora, conforme se relata na lenda registada, em 1707, por Frei Agostinho de Santa Maria de acordo com a qual:

[...] Junto à estrada que vai do Convento para a Vila da Alhandra, coisa de duzentos ou trezentos passos, apareceu sobre um penedo uma Imagem de Virgem Maria N. Senhora. Os primeiros descobridores, ou descobridor deste tesouro, foi logo dar parte dele aos religiosos de São Romão, para que eles como sacerdotes, e capelães da mesma Senhora a recolhessem, e levassem daquele lugar para o seu convento; porque ele se não achava digno de a tocar. Com a notícia, que se lhes

deu, acudirão logo alegres, e com toda a reverência levarão a Santa Imagem para a sua igreja. Porém como a Senhora queria ser venerada, e servida em casa própria, não se deu por satisfeita da mudança, antes voltou logo para o mesmo posto, donde a primeira vez havia aparecido; não para o mesmo penedo, mas para outro pouco distante, aonde logo rebentou uma fontezinha de excelente água, que ainda hoje conserva o nome da fonte de nossa Senhora do Bom Sucesso, título que se lhe devia impor, pelo bom sucesso, que teve o primeiro que a descobriu, e que a achou.⁶³

Na sequência deste evento concluiu-se que a Senhora desejava ser venerada em espaço próprio, o qual foi edificado “[...] no sítio em que hoje se vê, distante da fonte coisa de cento, e cinquenta passos, por ser sítio mais acomodado.”⁶⁴

No que respeita à descrição da imagem, Frei Agostinho de Santa Maria, refere: “É a Santa Imagem de estranha formosura, e assim parecer ser fábrica dos Anjos, ou do Senhor deles. A matéria de que é se ignora: porque o temor, e respeito o defende, nos [sic.] que são devotamente curiosos. A sua estatura é dois palmos, e meio; é de excelente escultura. Tem sobre o braço esquerdo ao Menino JESUS também de soberana formosura.”⁶⁵

Ainda relativamente a este assunto lê-se, nas *Memórias Paroquiais*, que “Entre muros da cerca dos religiosos Carmelitas de São Romão, há uma ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso, com porta para a rua e mordomado de devotos, que a festejam, e paramentam; na qual também pelas oitavas do Espírito Santo faz com mais solenidade particular festa a devoção de várias pessoas, que com um cirio anualmente vem da cidade de Lisboa.”⁶⁶ Sobre esta procissão do círio o Padre Luís Cardoso especificava que nos dias 15, 16 e 17 de julho, em que decorria a feira na alameda do convento, era “[...] festejada a Senhora, para cujo festejo concorrem com cirio famílias de distinção da cidade de Lisboa, e no dia desaseis ganha indulgencia plenária, quem confessado e comungado visitar a igreja da Senhora.”⁶⁷ Contudo, o autor não refere neste espaço a Ermida da Senhora do Bom Sucesso. Sabendo que na igreja do convento também se venerava Nossa Senhora do Monte do Carmo, poderá ser a esta que a procissão era dedicada. A ser assim nas *Memórias Paroquiais*, - cujo texto redigido em 1758 se aproxima demasiado daquele editado, em 1747, pelo padre Luís Cardoso, a ponto de se poder especular que o primeiro se baseou em grande parte no segundo - poderá ter ocorrido um falha de interpretação por parte do autor, aspeto que ainda não é possível comprovar de forma definitiva, mas que desde já permite alguma reflexão.

O Padre Luís de Carvalho na sua referência a *Arssena Grande*, localizava aí “[...] uma ermida dedicada a Nossa Senhora do Bom Sucesso, imagem milagrosa, e por isso frequentada de romagem em todo o ano, principalmente nos Sábados.”⁶⁸ Aspeto que se aproxima mais da descrição de Frei Agostinho de Santa Maria.

Após a extinção do convento, e propriedades anexas, a ermida terá entrado em rápida ruína. De acordo com o testemunho do Senhor Afonso Caridade, a sua avó D. Maria da Caridade (1880-1981), contava que o pai dela tinha encontrado uma imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, abandonada entre as ruínas da ermida, tendo-a recolhido em sua casa.⁶⁹ Passou a ser imagem de devoção da família a qual ainda hoje a conserva. Trata-se de uma imagem de pequena dimensão esculpida em terracota e policromada (Fig. 2). Não há como provar, em definitivo, se esta imagem é a mesma que deu origem à lenda, no entanto os seus guardiães e aqueles que participavam nas festas da Senhora do Bom Sucesso assim acreditavam.

TABULEIRO DO JOGO DA BOLA NA ALAMEDA DO CONVENTO

João Amaral, em obra datada de 1856, refere que “Em frente da porta principal da Igreja havia um grande largo com seu tabuleiro de jogo da bola [...]; ali concorriam honestas pessoas que não só jogavam à bola como aproveitavam a conversação dos religiosos.”⁷⁰ O jogo da bola a que Amaral se refere nada tem a ver com o atual futebol, mas com o jogo da péla muito comum pelo menos nos séculos XVIII/XIX, e que se pode ver descrito no *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau como sendo um: “Jogo nobre, que se joga em Portugal com alguma diferença das outras nações. Em Lisboa joga-se em hum pátio descoberto, e publico [...] Jogam seis parceiros,

três de cada parte, com péla de couro, que se enche de vento com uma seringa.”⁷¹

Em Lisboa existiam alguns locais e ruas conhecidos como “jogo da bola” como pode ver-se em alguns anúncios da *Gazeta de Lisboa* datados do século XVIII e XIX,⁷² aspeto que parece revelar tratar-se de algo comum nas povoações e que reporta a uma tradição há muito desaparecida, mas que a bibliografia histórica, no caso de Alverca, permite recuperar.

A FONTE DE SÃO ROMÃO

Era também na alameda fronteira ao convento que se localizava a fonte, à qual Frei Agostinho de Santa Maria parece aludir, quando refere a segunda aparição da imagem da Senhora do Bom Sucesso, aludindo que “Esta fonte ainda que não deita água fora, sempre tem a que basta para todos os que dela se querem aproveitar.”⁷³

As referências bibliográficas são escassas, no *Dicionário Geográfico*, editado em 1747, o Padre Luís Cardoso refere que junto do convento existia “[...] uma espaçosa, e agradável alameda, a que faz mais agradável uma fonte de saudável água [...]”⁷⁴ Em 1833, nos documentos de inventário do convento de São Romão a única referência à fonte refere que por cima dela existia “Um olival com 61 pés de Oliveira.”⁷⁵

Foi construída usando como recurso a pedra de lioz e a alvenaria de reboco, com acabamento de cal.⁷⁶ Possui uma bacia, em forma de concha, junto à bica por onde a água escorre para um tanque localizado a um nível mais baixo. No remate da fonte existia originalmente um brasão da Ordem do Carmo da antiga observância, ou como era mais comumente conhecida Ordem dos Carmelitas Calçados (Fig. 3). A descrição do brasão pode ser encontrada no *Compendio das Chronicas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo*, já mencionado, de acordo com o qual se compunha de “[...] um escudo, quarteado de branco e preto, e no meio do escudo em iguais partes duas estrelas de ouro, sendo o escudo quase todo branco, e no fundo uma mostra preta, de modo que ficam as duas partes do escudo parecendo duas asas. Este escudo tem a orladura escaqueada em branco e preto à maneira de triângulos [...]”⁷⁷ As duas estrelas simbolizavam os profetas Elias e Eliseu tidos como patriarcas dos carmelitas⁷⁸ Como pode observar-se no brasão da fonte de São Romão existe uma terceira estrela no centro, alteração posterior que se pode ver também na representação do mesmo brasão na bibliografia carmelita.⁷⁹

A água escorre de uma mina natural, à qual se tem acesso por uma porta lateral por detrás da fonte. Ao longo de centenas de anos, com a constante escorrência da água pelas paredes da mina, foram-se formando estalactites e estalagmites as quais conferem àquele espaço, misto de património natural e património construído, uma beleza rara.

Depois da extinção e rápida delapidação do convento de São Romão, que mais adiante se refere, a fonte ficou como único vestígio arquitectónico desse património desaparecido. Foi preservada ao longo dos anos pela população, o acesso à mina era permitido por altura das festas do Bom Sucesso, ocasião em que os devotos podiam prestar homenagem às imagens sagradas, expostas em pequenos nichos, localizados no fundo da mina, transformada em altar no final da década de 70 do século XX, quando se criaram as festas em honra de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

De acordo com o testemunho da D. Carmina da Conceição Eugénio Augusto (n. 1920) - a primeira moradora na rua da fonte e, durante muitos anos, guardiã das chaves da porta que dava acesso à mina - o brasão foi roubado numa noite, em data que não recorda. Tanto ela como o marido terão ouvido barulho vindo da fonte, mas não entenderam o que se podia estar a passar e, só na manhã do dia seguinte, se deram conta que o brasão, que sempre haviam conhecido naquele lugar, tinha desaparecido.

A fonte bem como a mina foram alvo de um processo de conservação e recuperação, por parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, concluído em 2009, que permite legar ao futuro este importante elemento do nosso património histórico.



Fig. 2 – Imagem de Nossa Senhora do Bom Sucesso, propriedade da família Caridade. Foto: CMVFX, Marco Aurélio, 2008.



Fig. 3 – MM-NA, Fonte de São Romão, C. 1950.

CONSEQUÊNCIAS DO TERRAMOTO DE 1755

Nas *Memórias Paroquias* de Alverca, relata-se que, quando do terramoto de 1755, o convento terá ficado muito degradado. Referindo-se à igreja o padre Henriques refere que: “[...] ficou arruinadíssima com o terramoto, assim como também o convento, mas a este acudiu o Provincial o Mestre Frei José Pereira de Santa Ana, mandando-o reedificar de sorte que metade dele está já capaz e habitado dos religiosos os quais fazem as suas orações na ermida de Nossa Senhora do Bom Sucesso, em lugar da sua Igreja de que não usam, conquanto o padroeiro não mandar reedificar a capela mor.”⁸⁰

A igreja acabou por ser recuperada, como se pode verificar pela leitura dos *Autos de Inventário Geral do Convento de S. Romão da Villa de Alverca*. As obras de recuperação do convento demoravam e, algumas partes arruinadas, nunca chegaram a ser recuperadas completamente. No século XIX escrevia-se nos *Autos* que no piso superior existiam cinco celas “[...] tapadas de pedra e cal, que se diz já terem sido selas que cairão pelo Terramoto [...]”⁸¹ À degradação do edifício, provocada pelo terramoto, havia de se juntar a mesma devastação que se generalizava por todos os conventos e mosteiros do reino de Portugal e que muito havia de contribuir para a sua extinção menos de um século depois.

EXTINÇÃO DO CONVENTO DE SÃO ROMÃO

A decadência das ordens religiosas em Portugal vinha sendo manifesta desde meados do século XVIII.⁸² De uma forma geral, às consequências devastadoras do Terramoto de 1755, vieram juntar-se outros fatores, como a acumulação de dívidas resultantes de empréstimos a juros que excediam os rendimentos dos conventos, provocando a ruína económica dos mesmos.⁸³ Em obra, editada em 1853, Pedro Diniz adiantava que “[...] a autoridade paterna enchia os conventos de indivíduos, que não tinham vocação para a vida monástica [...]”⁸⁴ referindo-se particularmente aos filhos segundos das grandes casas da nobreza, muitas vezes obrigados a ingressar nos conventos.⁸⁵

Por outro lado, o número de conventos e religiosos era enormemente elevado, em 1763 existiam em Portugal continental 407 instituições masculinas, das quais doze eram conventos de carmelitas calçados.⁸⁶ Como se tudo o que foi referido não bastasse, o advento do *Liberalismo* trouxe consigo toda uma série de questões que punham em causa as ordens estabelecidas, sobretudo aquelas que haviam desfrutado de séculos de benefícios e privilégios⁸⁷ como era o caso da Igreja de um modo geral e das instituições conventuais e monásticas de forma particular. Foi neste contexto que acabou por ser extinto o convento de São Romão, em Alverca.

Numa portaria régia, datada de 10 de Dezembro de 1833, era emitida a ordem para o início do processo de supressão do convento. Todo este processo, que resultou na redacção dos *Autos de Inventário Geral do Convento de S. Romão da Villa de Alverca*, foi conduzido por Frei José da Rocha Martins Furtado, juiz comissário, e registado pelo escrivão António Teixeira de Vasconcelos.⁸⁸ Como testemunhas apresentaram-se o padre José António Nunes Sales, da igreja de São Pedro de Alverca, Francisco de Paula da Silva Costa Leal⁸⁹ e Eugénio José Ferreira,⁹⁰ ambos lavradores e moradores nesse concelho⁹¹.

Destaca-se o testemunho do padre da igreja de São Pedro, segundo o qual “[...] estando separado da vila o dito convento não residindo nele à longos anos mais do que um até três religiosos, e isto com interrupções, nenhum serviço por este motivo podiam prestar à Religião [...]”⁹² O reduzido número de religiosos constituiu um dos motivos que acabaram por justificar a extinção do convento.

Da leitura dos *Autos* percebe-se que todas as dependências do convento denotavam indícios de ruína e degradação geral, a igreja encontrava-se: “[...] em estado de princípio de ruína [...]”⁹³ sendo uma das razões apontadas o facto de que “[...] achando-se com todas as janelas sem

terem vidraças que o tapem ao ar, é um receptáculo de aves nocturnas, e de pardais, que o tornam no maior desabrigo e desasseio [...]”⁹⁴ As imagens sagradas e os painéis de azulejos “[...] se acham em tão mau estado pela sua antiguidade, que já mais poderão sofrer mudança sem se acabarem de arruinar.”⁹⁵ A livraria encontrava-se “[...]em estado de ruína, e no maior desarranjo, e desasseio, tendo apenas duas estantes de guardar livros, onde se encontraram quantidade de volumes, de diversos formatos, pela maior parte destruídos, e mutilados, sem ordem arranjo ou método de livraria [...]”⁹⁶ Enfim, o quadro geral era de declínio e quase abandono, não fora a presença do único frade, como já se referiu.

No *Auto de Extinção do Convento de S. Romão da Vila de Alverca*, datado de 14 março 1834 lê-se:

[...] por tudo referido é evidente que o convento se acha na letra do decreto de nove de Agosto de mil oitocentos e trinta e três para ser suprimido por não ter senão um religioso; Porque os Povos, a religião e o Estado não acham vantagem alguma na sua conservação, e portanto autorizados pelo Imperial Conselho e consenso de S.M.I. como Regente em nome da Rainha, pelo supracitado Decreto de nove de Agosto do ano próximo passado e Authoritate Apostólica a Nós concedida pelas Letras Pontificais dos Summos Pontífices Benedicto XIV e Pio VI – Impuneti Nobis – ad apostolici Ministeru; Decet quam mancul ad apprimemos, extinguiamos e Profanamos o Convento de São Romão de Alverca dos Religiosos Calçados de Nossa Senhora do Monte do Carmo com todos os seus prédios rústicos e urbanos, foros, censos, juros, direitos e acções de qualquer natureza que seja no de qualquer nome que se apelidam e os devolvemos à Fazenda Publica como propriedade da Nação [...].⁹⁷

Desta forma se dava por extinta a instituição que contava, à época, com mais de duzentos anos de existência e cuja história, em grande parte, vai ficar para sempre desconhecida uma vez que, no processo de extinção do convento, se perderam muitos dos testemunhos históricos a ele associados, nomeadamente aqueles respeitantes à administração e à admissão de noviços e servos, não se tendo encontrado qualquer sinal dessa documentação no ANTT.

Os bens móveis do convento ficaram na posse da Fazenda Pública,⁹⁸ embora algumas alfaias religiosas e imagens sacras tenham sido entregues à igreja paroquial de São Pedro, como as imagens de Santo Elias e de Nossa Senhora do Carmo, ambas dispostas originalmente no altar-mor da igreja do convento de São Romão.

Dos objectos preciosos em ouro, prata e jóias, inventariados aquando da extinção, constavam de 1 âmbula (recipiente usado para guardar os óleos sagrados), 1 anel, 1 báculo (bastão de extremidade curva, uma das insígnias de bispo, provavelmente pertencente à imagem de São Romão, embora as fontes o não especifiquem), 3 cálices, 3 colheres, 10 coroas, 1 cruz, 1 custódia (receptáculo onde se deposita a hóstia para adoração dos fiéis), 1 meia-lua, 3 patenas (disco metálico que serve para cobrir o cálice litúrgico), 1 píxide (vaso usado para guardar as hóstias consagradas) e 4 resplendores (auréolas que se colocam na cabeça das imagens sagradas), tudo avaliado em 227\$857 réis, dos quais apenas a âmbula, um dos cálices, uma colher e uma patena, avaliados em 13\$200 réis, foram entregues à paróquia de São Pedro de Alverca.⁹⁹

No que respeita ao edifício conventual, de acordo com o *Auto do depósito das cazas, Sêrca, e mais fazendas, assim como Mobília velha, e Bazilhâme, tanto da Adêga como do Armazem de Azeite do Convento suppreimido de S. Romaõ da villa de Alverca*,¹⁰⁰ ficou incumbido António Maria Branco, Juiz de Fora dos concelhos de Alhandra e Alverca, de nomear uma pessoa de confiança para servir de depositário do convento e respectivos bens, tendo sido apontado “Joaquim dos Reis Pinto,¹⁰¹ morador mais vizinho do local [...]”¹⁰²

Em 1836 a câmara de Alverca solicitou a cedência do edifício para instalar ali um hospital e a casa dos expostos, contudo no despacho de 13 de Janeiro de 1845, emitido pelo Tribunal do Tesouro, dava-se conta da venda do edifício do antigo convento a particulares.¹⁰³ Em pouco tempo seria desmantelado para se vender a pedraria e outros materiais. João Amaral, em obra datada de 1856, refere que “Quando o convento se entregou à administração do administrador do con-

celho este em hasta pública os vendeu pela apaguentada [*sic*] quantia de 3200 réis; a madeira foi para ele lavrador que carecia dela para os utensílios oratórios; e com especialidade para rodas de carro.”¹⁰⁴ Anos mais tarde Lino de Macedo, em obra editada pela primeira vez em 1893, mencionava que do convento “Deste já não existem vestígios.”¹⁰⁵

Da memória do convento restavam ainda testemunhos orais, registados em 1984 aquando da realização do *Levantamento de Histórias, Narrativas e Lendas*, realizado pela Câmara de Vila Franca de Xira. Num dos registos pode ler-se que Maria Pureza, então com 83 anos de idade, recordava: “Quando eu vim para aqui há 63 anos ainda havia no Bom Sucesso as paredes do convento, na rua da fonte de São Romão, e lá encontravam-se bocados de azulejos e mais coisas bonitas. Dizem que também aqui no largo, ao fundo da rua, havia uma ermida e mais abaixo um cemitério.”¹⁰⁶

Embora grande parte da antiga propriedade do convento esteja, actualmente urbanizada, ainda existe um espaço remanescente, que inclui parcelas do muro da antiga cerca onde ainda hoje no seu interior se podem ver, para além de hortas cultivadas, um conjunto de oliveiras centenárias.

Para além da cerca, do antigo convento de São Romão, da ordem Nossa Senhora do Carmo, resta apenas a fonte, as referências históricas e bibliográficas, que aqui se expõem, e a esperança que futuras investigações possam vir a revelar um pouco mais da história deste património desaparecido.

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

ANTT, *Chancelaria D. João V – Comuns*, Livro 112.

ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9.

ANTT, *Fundo do Morgado de Farrobo*, Livros 7-8.

ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43.

AHVFX, *Auto de deliberação da Camara Municipal ...*, 13 Outubro 1854, Património, Propriedades Municipais, 1838, Concelho de Alverca, D 003.

AHVFX, *Livro de Contas do Concelho nos annos de 1839 e 1840*, Livros de Registo Diários de Receitas e Despesas, 1811/1849, Concelho de Alverca, E/A 039.3.

AHVFX, *Patrimonio Propriedades Municipais*, 1838, Concelho de Alverca, D 003.

MMVFX-NA, Centro de Documentação, *Levantamento de Histórias, Narrativas e Lendas*.

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e jóias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, Offic. Pedro Ferreira, 11 fevereiro 1734.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, Impressão Régia, 22 outubro 1824.

AMARAL, **João José Miguel Ferreira da Silva**, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], II vol., Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1997.

BNP, *Compendio das chronicas da Orde[m] de Nossa Senhora do Carmo...: com exposiçam da Regra da dita Ordem... / agora nouame[n]te copillado per frei Simão Coelho*, 1572, Res. 243.

CARDOSO, **Padre Luís**, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Vol. I, Lisboa, Regia Offic. Silviana, 1747.

CASTRO, **João Baptista de**, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo II, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

COSTA, **Pe. Antonio Carvalho da**, *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal...* [1712], Tomo Terceiro, segunda edição, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869.

DINIZ, **Pedro**, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. J. A. Silva, 1853.

FLOQUET, **Amable**, *Histoire du Privilège de Saint Romain*, Tomo I e II, Ruen, E. Le Grand, Éditeur, Libraire de L'Academie et du Collège Royal, 1833.

GILBERT, **Antoine Pierre M.**, *Description Historique de la Cathédrale de Rouen*, Rouen, Édouard Frère, Éditeur, 1837.

MACEDO, **Lino de**, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, [1893], Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1992.

OLIVEIRA, **Frei Nicolau de**, *Livro das Grandezas de Lisboa*, [1620], Lisboa, Vega, 1991.

SA, **Fr. Manuel de**, *Memorias Historicas dos Ilustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo...*, Lisboa Oriental, Officina Ferreyriana, 1724.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de, *Santuário Mariano, e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, e das Milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores, e dos devotos da Mesma Senhora*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Antonio Pedroso Galraõ, 1707.

SANTA ANNA, Fr. Joseph Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo I, Lisboa, oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Relatório dos Trabalhos de Recuperação da Fonte de São Romão, Bom Sucesso – Alverca, Compósito, Conservação e Restauro da Pedra, Lda., texto policopiado, 10 de Julho de 2002.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto, Portucalense Editora e Livraria Civilização Editora, 1967-1971.

MARUJO, Alfredo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Alverca, Paróquia de S. Pedro de Alverca, 1999.

MMVFX-NA, Centro de Documentação, *Levantamento de Histórias, Narrativas e Lendas*.

PACHECO, José do Carmo, «A senhora do Bom Sucesso», *Notícias de Alverca*, nº 48, julho 1991, p. 25.

PACHECO, José do Carmo, *Monografia de Alverca*, Alverca, Junta de Freguesia de Alverca, 1998.

OBRAS DE REFERÊNCIA

AAVV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 26, Lisboa/Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1967.

BAUDOIN, Jacques, *Grand livre des saints: Culte et iconographie en Occident*, Auvergne, Editions Créer, 2006.

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. VI, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1720.

TRESIDDER, Jack (Ed.), *The complete dictionary of symbols in myth, art and literature*, London, Duncan Baird Publishers, 2004.

NOTAS

¹ Mestre em Estudos do Património - Universidade Aberta. Coordenadora do Museu Municipal Núcleo de Alverca/Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

² Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano, e Historia das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora, e das Milagrosamente aparecidas, em graça dos Prégadores, e dos devotos da Mesma Senhora*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Antonio Pedroso Galraõ, 1707, p. 386.

³ BNP, *Compendio das chronicas da Orde[m] de Nossa Senhora do Carmo...: com exposiçam da Regra da dita Ordem... / agora nouame[n]te copillado per frei Simão Coelho*, 1572, Res. 243, Livro I, p. 4.

⁴ Cf. *Idem*, Livro II, p. 93.

⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 129 e 135.

⁶ Cf. Fr. Joseph Pereira de Santa Ana, *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, Tomo I, Lisboa, oficina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1754, pp. 124-130.

⁷ Cf. *Idem*, p. 136.

⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 283-287 e 345-346; Pedro Diniz, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. J. A. Silva, 1853, p. 131.

⁹ Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, [1620], Lisboa, Vega, 1991, p. 82.

¹⁰ Cf. João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Tomo II, Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 73.

¹¹ ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43, fl. 329.

- ¹² *Idem*, fl. 332.
- ¹³ *Ibidem*.
- ¹⁴ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 26, Lisboa/Rio de Janeiro, Enciclopédia, 1967, p. 157.
- ¹⁵ Cf. Amable Floquet, *Histoire du Privilège de Saint Romain*, Tomo I, Ruen, E. Le Grand, Éditeur, Libraire de L'Academie et du Collège Royal, 1833, p. 3.
- ¹⁶ Cf. Jacques Baudoin, *Grand livre des saints: Culte et iconographie en Occident*, Auvergne, Editions Créer, 2006, p. 426.
- ¹⁷ Cf. Amable Floquet, *Op. Cit.*, p. 10.
- ¹⁸ Cf. Antoine Pierre M. Gilbert, *Description Historique de la Cathédrale de Rouen*, Rouen, Édouard Frère, Éditeur, 1837, p. 130.
- ¹⁹ Cf. Jack Tresidder (Ed.), *The complete dictionary of symbols in myth, art and literature*, London, Dacan Baird Publishers, 2004, p. 157.
- ²⁰ Cf. Amable Floquet, *Op. Cit.*, p. 2; Antoine Pierre M. Gilbert, *Op. Cit.*, p. 11.
- ²¹ Cf. Amable Floquet, *Op. Cit.*, p. 2; Antoine Pierre M. Gilbert, *Op. Cit.*, p. 150;
- ²² Cf. A. Floquet, *Histoire du Privilège de Saint Romain*, Tomo II, Ruen, E. Le Grand, Éditeur, Libraire de L'Academie et du Collège Royal, 1833, pp. 152-153.
- ²³ Cf. ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 6.
- ²⁴ *Idem*, fl. 4.
- ²⁵ Cf. *Ibidem*, fls. 4-4v.
- ²⁶ João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros* [1856], II vol., Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1997, p. 51.
- ²⁷ ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 19v.
- ²⁸ A cupa funerária dedicada a Alfia Amoena, cidadã romana, do Séc. I, encontrada em 1991, nos terrenos que pertenceram ao convento (Cf. Clara Camacho, Cristina Calais e Graça Nunes, «A presença romana no concelho de Vila Franca de Xira: Investigar, Divulgar e Animar», *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal, Publicações Dom Quixote, 1995, p. 185), foi afeiçoada como pedra de lagar e pode muito bem ter sido usada neste lagar do convento. Esta informação foi avançada pelo arqueólogo Ricardo Campos (Investigador do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e Mestrando em Arqueologia) na conferência intitulada «A cupa de Alfia Amoena no contexto histórico-epigráfico do *municipium olisiponensis*», que ocorreu a 27 de abril de 2013 no Museu Municipal – Núcleo de Alverca, integrada no programa *Conversas sobre Património e História*.
- ²⁹ Cf. ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fls. 19-20v.
- ³⁰ Cf. *Idem*, *Ibidem*.
- ³¹ *Idem*, *Ibidem*.
- ³² *Idem*, *Ibidem*.
- ³³ *Idem*, *Ibidem*.
- ³⁴ *Idem*, *Ibidem*.
- ³⁵ Cf. *Idem*, fls. 14-18v.
- ³⁶ Cf. base de dados da Biblioteca Nacional (<http://porbase.bnportugal.pt>) efectuando pesquisa “carmelitas São Romão”.
- ³⁷ ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 20v.
- ³⁸ *Idem*, fl. 26v.
- ³⁹ *Ibidem*, fl. 38.
- ⁴⁰ Cf. *Idem*, fls. 26v-28v.
- ⁴¹ Cf. *Idem*, fl. 28v.
- ⁴² ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/5, *Bens de Raiz nº 1*.
- ⁴³ BNP, *Op. Cit.*, p. 179.
- ⁴⁴ *Idem*, p. 180.
- ⁴⁵ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol. III, Porto, Portucalense Editora e Livraria Civilização Editora, 1967-197, p. 139.
- ⁴⁶ Cf. Frei Nicolau de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 82.
- ⁴⁷ Fr. Manuel de Sa, *Memorias Historicas dos Ilustrissimos Arcebispos, Bispos, e Escritores Portugueses da Ordem de Nossa Senhora do Carmo...*, Lisboa Oriental, Officina Ferreyriana, 1724, p. 444.
- ⁴⁸ Cf. *Idem*, p. 253. Embora esta obra relate, com mais pormenores, a vida destes frades carmelitanos, optou-se por apenas mencionar os aspectos relacionados com o convento de Alverca, por se considerar que não cabe neste espaço discorrer sobre outros aspectos que, embora, interessantes, se podiam tornar exaustivos.
- ⁴⁹ Cf. “Provisão para feira do Convento do Carmo de S. Romão, 10 de Março de 1746”. ANTT, *Chancelaria D. João V – Comuns*, Livro 112, fl. 96 v.
- ⁵⁰ Padre Luís Cardoso, *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*, Vol. I, Lisboa, Regia Offic. Silviana, 1747, p. 396;
- ⁵¹ ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43, fl. 332.
- ⁵² ANTT, *Fundo do Morgado de Farrobo*, L. 7, fl. 455.
- ⁵³ *Idem*, fls. 479 e 484.
- ⁵⁴ *Idem*, L. 8, fls. 198-198v.
- ⁵⁵ ANTT, AHMF, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/10, *Auto de Extinção do Convento de S. Romão da Vila de Alverca*, 14 março 1834.

- ⁵⁶ *Idem, Ibidem.*
- ⁵⁷ Cf. Fortunato de Almeida, *Op. Cit.*, pp. 134-135.
- ⁵⁸ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/10, *Auto de Extinção do Convento de S. Romão da Vila de Alverca*, 14 março 1834.
- ⁵⁹ Pe. Antonio Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal...* [1712], Tomo Terceiro, segunda edição, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1869, p. 34.
- ⁶⁰ Cf. *Idem*, p. 35.
- ⁶¹ Cf. *Ibidem.*, pp. 34 e 36.
- ⁶² IANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43, fl. 332.
- ⁶³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Op. Cit.*, pp. 384-385.
- ⁶⁴ *Idem*, p. 385.
- ⁶⁵ *Ibidem*, p. 385-386.
- ⁶⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43, fl. 336.
- ⁶⁷ Padre Luís Cardoso, *Op. Cit.*, p. 396.
- ⁶⁸ *Idem*, p. 551.
- ⁶⁹ José do Carmo Pacheco no artigo «A senhora do Bom Sucesso», *Notícias de Alverca*, nº 48, julho 1991, p. 25, relata esta história com algumas variantes, tendo-a ouvido de Joaquim Ferreira, vulgo *da Caridade*, pai do Senhor Afonso, de acordo com o qual teria sido a mãe da D. Maria da Caridade a encontrar a imagem e não o seu pai.
- ⁷⁰ João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Op. Cit.*, p. 51.
- ⁷¹ Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. VI, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1720, p. 375.
- ⁷² Cf. *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Offic. Pedro Ferreira, 11 fevereiro 1734, p. 64 e *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 22 outubro 1824, p. 1194.
- ⁷³ Fr. Agostinho de Santa Maria, *Op. Cit.*, p. 385.
- ⁷⁴ Padre Luís Cardoso, *Op. Cit.*, p. 396; ver também António Patrício, *Dicionário geográfico ou noticia histórica de todas as cidades, vilas, rios, ribeiras, serras e portos de mar dos Reinos de Portugal*, Vol. I, Lisboa, s/n, s/d, p. 197.
- ⁷⁵ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/5, *Bens de Raiz nº 2*.
- ⁷⁶ Cf. *Relatório dos Trabalhos de Recuperação da Fonte de São Romão, Bom Sucesso – Alverca*, Compósito, Conservação e Restauro da Pedra, Lda, texto policopiado, 10 de Julho de 2002, p. 2.
- ⁷⁷ BNP, *Op. Cit.*, Livro II, p. 179.
- ⁷⁸ Cf. *Idem*, p. 182.
- ⁷⁹ Cf. Fr. Manuel de Sá, *Op. Cit.*, folha de rosto e p. 1.
- ⁸⁰ ANTT, *Memórias Paroquiais – Dicionário Geográfico de Portugal*, volume 3, memória 43, fl. 332.
- ⁸¹ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 20.
- ⁸² Cf. Fortunato de Almeida, *Op. Cit.*, p. 135.
- ⁸³ Cf. *Idem*, p. 136.
- ⁸⁴ Pedro Diniz, *Das Ordens Religiosas em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. J. A. Silva, 1853, p. 295.
- ⁸⁵ Cf. *Idem*, pp. 295-296.
- ⁸⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *Op. Cit.*, pp. 138-139.
- ⁸⁷ Cf. *Idem*, p. 131.
- ⁸⁸ Cf. ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 1v.
- ⁸⁹ Foi secretário da Câmara de Alverca, Cf. AHVFX, *Livro de Contas do Concelho nos annos de 1839 e 1840*, Livros de Registo Diários de Receitas e Despesas, 1811/1849, Concelho de Alverca, E/A 039.3, fl. 39.
- ⁹⁰ Foi vereador e presidente da Câmara de Alverca. Cf. AHVFX, *Livro para os Acórdãos e Determinações da Câmara de Alverca*, 1811-1816, Livros de Registo de Actos das sessões (Acórdãos), 1773-1836, Concelho de Alverca, B/A.002, fl. 99 e AHVFX, *Livro de Contas do Concelho nos annos de 1839 e 1840*, Livros de Registo Diários de Receitas e Despesas, 1811/1849, Concelho de Alverca, E/A 039.3, fl. 64.
- ⁹¹ Cf. ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/5, fl. 4v.
- ⁹² Cf. *Idem*, fls. 5-5v.
- ⁹³ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 4.
- ⁹⁴ *Idem*, fl. 6.
- ⁹⁵ *Ibidem*, fl. 4v.
- ⁹⁶ *Idem*, fl. 14.
- ⁹⁷ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/10, *Auto de Extinção do Convento de S. Romão da Vila de Alverca*, 14 março 1834.
- ⁹⁸ Cf. *Idem, Ibidem.*
- ⁹⁹ Cf. *Contas correntes dos objectos preciosos de ouro, prata e jóias que pertenceram aos conventos suprimidos do continente do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, nº 19.
- ¹⁰⁰ ANTT, AHME, nº 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 40.
- ¹⁰¹ Em 1838 ocupou, pela primeira vez o cargo de vereador da Câmara de Alverca. Cf. AHVFX, *Patrimonio Propriedades Municipais*, 1838,

Concelho de Alverca, D 003.

¹⁰² ANTT, AHMF, n.º 19, *Convento de S. Romão, Carmelitas Calçados, Alverca*, Caixa 2195, Capilha 1, VI/D/4/9, fl. 40.

¹⁰³ Cf. Alfredo Marujo, *Paróquia de S. Pedro de Alverca – Elementos para a sua História*, Alverca, Paróquia de S. Pedro de Alverca, 1999, p. 62.

¹⁰⁴ Cf. João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁰⁵ Lino de Macedo, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Junho 1992, p. 372.

¹⁰⁶ MMVFX-NA, Centro de Documentação, *Levantamento de Histórias, Narrativas e Lendas*, p. 16.

Figuração da mulher na Guerra Peninsular. Contributo para a história de Género

GRAÇA SOARES NUNES¹

RESUMO

A partir da abordagem aos estudos de género, conclui-se pela necessidade de uma história de género, designadamente dedicada à mulher, para uma melhor compreensão dos contextos sociais no âmbito da história dos conflitos armados entre os estados e nações.

Como metodologia realizámos a intercessão da história das mulheres com a evolução do conhecimento histórico e a questão chave que colocámos foi: Porquê fazer uma história sobre as mulheres? E qual a sua importância para o conhecimento histórico da Guerra Peninsular.

A história das mulheres inscreve-se no progresso do conhecimento histórico e historiográfico e na viragem filológica das ciências sociais e humanas.

O impacto que a Guerra Peninsular teve junto do elemento feminino não pode ser estudado de forma autónoma, mas sim através das relações existentes entre todos os géneros, matéria que nos leva a uma visão da ambiência social da época e dos diferentes agentes históricos.

Encontramos a mulher na sociedade da época com um fraco papel cívico e com pouco poder político e institucional, mas com uma forte componente social.

A incursão efetuada sobre a historiografia da mulher serviu-nos como ponto de partida ao estudo que nos propusemos efectuar, não tanto para legitimar este tipo de estudos, mas para a compreensão da importância dos mesmos, na evolução da pesquisa histórica.

Palavras-chave: história, Género, mulher, Guerra Peninsular

1. PORQUÊ UMA HISTÓRIA DO GÉNERO FEMININO?

Efetuímos o cruzamento da história das mulheres com a recente evolução do conhecimento histórico e nessa abordagem reequacionámos a maneira como os historiadores fazem a história, inserido na corrente da viragem linguística na historiografia, trazendo à discussão – Porquê fazer uma história sobre as mulheres? E em que é que a mesma pode consistir; e, qual a sua importância para o conhecimento histórico geral?

Dentro do *cultural turn*, viragem linguística das ciências sociais e humanas, inscreve-se a história das mulheres numa renovação epistemológica e reflexão ideológica da própria ciência. A história das mulheres não podia servir apenas para colmatar vazios de investigação ou introduzir novas formas de análise histórica, mas também a um movimento mais profundo de renovação das ciências sociais, onde se inscreve a história, abandonando-se de vez o conceito positivista do evento, e definindo-se um devir evolutivo das sociedades e instituições que a compõem, cruzando destinos colectivos e individuais. Traçando-se os itinerários, os progressos e os atrasos civilizacionais.

Através de um exercício prático sobre a figuração da mulher na Guerra Peninsular, propomo-nos contribuir para o estudo do papel da mulher neste período da história, através de uma abordagem emanada dos estudos de género, utilizando-se a definição utilizada por Scott, em que o género integra as relações sociais estabelecidas através da diferenciação sexual, sendo concebido como «*uma forma primária de dar significado às relações de poder*».²

Seguindo o raciocínio proposto pelo autor podemos utilizar na análise histórica várias ordens de fatores e estabelecer entre eles várias relações, elencamos alguns que poderão sustentar a abordagem. Em primeira instância os símbolos culturais disponíveis, a sua evocação na ordem e no contexto social, os contextos normativos expressos socialmente e que levam a uma interpretação e o significado próprio, que poderão ser limitados pelas diferenciações metafóricas, levando inclusivamente a alguns níveis fixos de representação simbólica do género, o que nos permite a reflexão sobre conceção política e referencial, da organização das sociedades, transportada para as instituições.

Concluimos que o género não é apenas constituído por relações de parentesco mas também, pela esfera do económico e da orgânica política. Acresce a estas circunstâncias a noção subjetiva de *identidade*, considerando a forma genérica como esta é construída e se relaciona com toda a espécie de actividades, com as organizações, as instituições e as representações históricas.

Voltando ao primeiro enunciado de género – forma primária através do qual o poder se articula – e considerando que o conceito de poder nem sempre está relacionado com o conceito de género, mas sim está presente nas sociedades ocidentais e de forma persistente na zona mediterrânea, pode-se tornar útil analisar a organização social e a identidade dos sujeitos através das posições sexuais estabelecidas entre eles, e segundo as estratégias de poder predeterminadas.

Ou seja não pretendemos fazer a história das mulheres, mas sim de perceber a identidade feminina, o pré-estabelecimento do seu posicionamento social, que poderão ser constantemente recriados e negociados no âmbito da relação sexual binária dentro da lógica de estratégias de poder. Após esta reflexão analisemos a mulher na história.

2. A MULHER NA HISTÓRIA

Em 1979, a historiadora americana Anne Firor Scott dizia «*O lugar da mulher é nos livros de história*» podemos dizer que para a época, o comentário era certamente um incentivo ao futuro e não correspondia de todo à realidade desse tempo. A história era considerada um atributo da acção dos homens, constituída pelas peripécias masculinas e as mulheres surgiam como um adorno com um papel subalterno. A historiografia era maioritariamente masculina, escrevia-se sobre os homens e para os homens, e as experiências masculinas tinham um carácter lato e equiparavam-se à história geral.

Gisela Bok³, investigadora do Instituto Universitário Europeu de Florença, debruçou-se sobre esta matéria e conseguiu situar no tempo a historiografia sobre as mulheres, recuando até Petrarca e Boccacio. Autores que ao escrever sobre a mulher para os seus contemporâneos, teriam abandonado o âmbito ou território propriamente da história.

No entanto, sabemos que a questão da história das mulheres já tinha sido levantada pelas próprias mulheres, como exemplo desse acontecimento surgiu Cristina de Pisa contemporânea de Boccacio, como sendo a menção mais antiga, existindo um crescendo de referências desde o século, XVIII até ao Século XX. De forma espontânea muitas mulheres que se dedicaram à história da mulher revelaram o papel das mulheres no passado como «um poder uma presença». Foi o caso de Anna Jameson, no seu *Characteristics of, Womam, Moral, Poetical and historical*.

Não foi um trabalho concertado na época contemporânea existindo estudos dispersos, como o realizado em 1975 sobre as mulheres historiadoras para o caso dos Estados Unidos da América, da autoria de Kathryn Kish Sklar, em 1980 para a França e Inglaterra em 1980 e 1985 com estudos mais recentes. Na Alemanha também surgiram estudos sobre as mulheres na história bem como na Suécia.

Contudo estes estudos não foram aceites pela historiografia dita profissional nem aproveitados convenientemente.

Só na década de 60 do século XX é que o movimento feminista voltou a recolocar a questão da história das mulheres na ribalta. Assumindo-se definitivamente a partir dessa data, a sua

legitimação e reconhecendo-se, que não só os homens têm uma história, mas as mulheres também a têm. Em 1973 numa das universidades francesas é leccionada uma disciplina sobre - «*as mulheres têm uma história?*»; em Londres é dada uma conferência pelo historiador Carl N. Degler «*Haverá uma história para as mulheres?*», tendo-se chegado à conclusão que sim, as mulheres têm uma história.

O caminho a partir de então foi trilhado e os estudos sobre a história das mulheres evoluíram originando a reflexão sobre em que é que a história das mulheres pode contribuir para o conjunto da historiografia geral. Podemos recentrar a análise sobre a problemática, pensando se o mais importante será recuperar as mulheres para a história ou recuperar a história para as mulheres.

As duas vertentes entrecruzam-se contemplando as experiências das mulheres na história, construindo-se uma história que integra a história geral a par da dos homens.

As técnicas de investigação incluem revisão de metodologias e fontes a utilizar, numa renovação conceptual com nova categorização com recurso quer à história quer à interdisciplinaridade advinda de disciplinas sociais tais como a antropologia, etnologia, sociologia e psicologia. O grande nível de exigência da História de Mulheres prende-se com a sua sustentabilidade e desenvolvimento no seio da historiografia contemporânea, como contributo para a construção dos quotidianos sociais, que se deslocam da esfera meramente política e integram a subjectividade dos sujeitos e agentes históricos que permitem a verdadeira desconstrução histórica.

3. FIGURAÇÃO DA MULHER NA GUERRA PENINSULAR.

Estudar a representação da mulher no âmbito da Guerra Peninsular justifica-se dentro de uma perspectiva histórica da modernidade e utilizando-se uma roupagem conceptual e uma metodologia analítica novas, importadas das ciências sociais e não da história, não se abandona no entanto, o estudo do passado verbalizado pelo documento histórico. Sugere-se a análise possível do conceito de género, como um elemento primordial das relações sociais baseado na diferenciação dos papéis sexuais e na percepção do mesmo por ambos os géneros, o masculino e o feminino, sendo uma forma primária do exercício de poder. Neste caso analisemos a simbologia cultural disponível e a forma como os mesmos são evocados, e em que contexto, cruzando os conceitos normativos, conações políticas, o referencial institucional e a orgânica social.

Sendo possível então constatar a construção social e a identidade dos sujeitos que a constroem – o homem e a mulher e as suas posições sexualmente definidas, por uma lógica de estratégias de poder.

Pensando no sujeito feminino na Guerra Peninsular sabemos que como qualquer história das mulheres que se constrói, não nos podemos socorrer apenas das fontes tradicionais onde a abordagem directa à mulher é escassa como sabemos, e estas não podem ser lidas de forma linear e textual, como meras narrativas tradicionais, até porque a história das mulheres é feita de silêncios e de papéis não revelados. Devemos construir novos objectos históricos socorrendo-nos das técnicas da antropologia e da sociologia.

A maioria das fontes coevas de que dispomos sobre este assunto, são maioritariamente escritas por homens que nos transmitem à luz da sua época, qual deveria ser a acção feminina, mas também se forem relidas de outra maneira, dão-nos a entender o papel da mulher. Existindo por outro lado, crónicas e correspondência feminina que se analisadas de vários prismas, poderão ser reveladoras dos diferentes quotidianos vividos.

O impacto que a Guerra peninsular teve junto do elemento feminino também não pode ser estudado de forma autónoma, o que deve ser estudado são as relações existentes entre todos os géneros, que nos leva a uma visão mais correcta da ambiência social da época e dos diferentes agentes históricos.

Efectuando esse exercício historiográfico vamos encontrar a mulher na sociedade da época com um fraco papel cívico, e com pouco poder político e institucional. O papel que lhe é reser-

vado no contexto social da época é o de esposa, mãe, filha, viúva, concubina, espia, figurações consideradas pela historiografia tradicional, pouco dignas de figurar na História Nacional de cada Estado ou Nação.

Mas as fontes e as ausências dessas mesmas fontes são reveladoras dos vários papéis que assumiram, revelando o seu contributo como intervenientes na história e esclarecedoras de alguns silêncios criados. Para a época e dentro do contexto historiográfico, desempenharam um papel muito importante, tal como os outros agentes sociais, no entanto, os estudos sobre esse aspecto leva-nos à compreensão de uma realidade social diferente da preestabelecida e padronizada, típica dos ambientes de guerra, em que muitas vezes assistimos à construção de uma história de heróis e de algumas heroínas, em que a simples humanidade se dilui.

3.1. FIGURAÇÃO DA MULHER DURANTE AS INVASÕES FRANCESAS.

No período da Guerra Peninsular aquando da primeira invasão napoleónica em 1807, existem vários relatos de autores coevos que nos permitem efectuar a desconstrução do papel da mulher através das diferentes figurações, tendo em conta as suas origens e os diferentes extractos sociais.

Nas memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, é-nos dada uma imagem do papel de várias mulheres da nobreza e também das crianças. Estas memórias são escritas pelo Marquês de Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, que ao tempo da primeira invasão francesa em 1807, era uma criança de oito anos. O Marquês recorda-se de alguns acontecimentos e de outros, a memória foi-lhe avivada pelo seu tutor, uma vez que ficou órfão de pai muito cedo. A sua mãe enlouqueceu e terá morrido, pouco tempo depois, tendo ficado órfão foi entregue a tutores a partir de 1806. Do que nos transmite aferimos as atitudes diferenciadas de várias mulheres da nobreza da época percebendo os seus atributos, atitudes, receios e formas de encarar o momento.

Como memória da primeira invasão em 1807, o Marquês de Fronteira e Alorna relata-nos que estando no seu palácio de Benfica, acompanhado da família, tias e irmãos, e alguns clérigos, as conversas eram acerca da situação política do país. Falavam da retirada da família real para o Brasil e da eminente invasão francesa, tendo sido anunciado na noite de 1 de Dezembro de 1807, através de um informante, que os franceses já se encontravam em Vila Franca de Xira.⁴ O marquês referiu «*minhas tias mandaram logo por duas carruagens que nos levaram a toda à pressa ao cais de Belém onde reinava a maior confusão e desordem*»,⁵ Portugal sofria a primeira invasão francesa, as tropas francesas tinham invadido o território e fixaram-se na capital e arredores.

«*No dia 30 de Novembro de 1807 (...) começou de se ouvir o som das caixas francesas do Regimento 70 de Linha*»⁶. As tropas francesas sob o comando de Laborde entraram em Vila Franca de Xira. Aí descansaram um pouco e seguiram logo para Lisboa.

As tropas vinham em muito má condição física devido à falta de mantimentos, o que levou a que praticassem bastantes pilhagens. O Juíz de fora e os representantes da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ofereceram Quartel General a Junot. Este recusou, dizendo de forma brusca «*Que o quartel general francês é o campo onde o exército acampasse*».⁷

O Comandante das tropas francesas – Junot, instalou-se em Lisboa, na casa do Barão de Quintela ou Conde Farrobo na rua do Alecrim, e em nome de Napoleão, nomeou outra regência distinta da deixada pelo príncipe regente deslocado no Brasil. Inicia a sua governação tentando dar comissões tanto a militares, como a magistrados ou fidalgos influentes no reino, tendo muitos recusado tais benesses, pondo em risco as fortunas e a própria vida. Nomes como o Conde de Penamacor, o Marquês de Minas, o Conde da Ribeira, o Conde de Alva, e o Conde de Vila Flor figuravam na lista dos que recusaram esses benefícios.

O tio do autor destas memórias, o Marquês de Alorna, que tal como outros nobres estavam fora do país, por motivos políticos foi chamado a Lisboa. O Marquês de Alorna esteve à frente de uma legião francesa, ao serviço de Napoleão, foi considerado um excelente general e cavaleiro. A sua mulher era considerada uma das mulheres mais belas de Portugal.



Fig. 1 - Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Centro de Documentação.



Fig.2- Pelourinho e Casa de Câmara de Vila Franca de Xira. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Os Alornas eram considerados afrancesados, os tutores do jovem marquês também perfi-lhavam dessa opinião. Os tios do marquês de Alorna começaram a dar bailes no seu palácio do Saldanha, estes eram frequentados pelo General Junot e todos os seus generais, onde compareciam as senhoras desses generais e dos oficiais superiores, como por exemplo a mulher do General Foy, madame Foy, bem como todas as senhoras da aristocracia lisboeta. Junot também dava as suas festas, jantares e bailes, no palácio do Quintela na Rua do Alecrim ou da Rainha Carlota no Ramalhão, onde compareciam também as mesmas senhoras, mulheres dos oficiais franceses e portugueses afrancesados.

Alexandre o imperador da Rússia, como aliado de Napoleão, e após a partida da família real portuguesa para o Brasil e a retirada da respetiva esquadra inglesa (que a acompanhou esta retirada), mandou ancorar uma esquadra russa no rio Tejo. Foram dadas várias festas a bordo das embarcações ancoradas no rio Tejo.

As condessas de Ega e de Alorna, por ocasião da primeira invasão francesa e durante a instalação de Junot em Lisboa, davam bastantes festas em Benfica, que eram frequentadas por várias senhoras da aristocracia francesa e portuguesa «*uma quantidade de generais e oficiais franceses e muitas senhoras de suas famílias vinham visitá-las a Benfica e muitas vezes sai e meu irmão na carruagem com Madame Foy que era uma beleza.(...)Já pela próxima partida do Marquês de Alorna e porque minhas tias desejavam que estivéssemos mais próximos para gozarmos o mais possível na sua companhia, já talvez porque elas desejassem estar mais perto do Palácio dos Condes de Ega e do quartel general de Junot, para frequentarem os repetidos bailes que havia,(...)*».⁸ Concluimos através da análise destas memórias que durante a primeira invasão, as mulheres dos oficiais franceses, acompanhavam os seus maridos no teatro de guerra e participavam em momento de grave crise para Portugal em grandes festas, seguidas no exemplo pelas senhoras da aristocracia portuguesa cujos maridos estivessem envolvidos com os franceses.

Algumas famílias aristocratas os Alornas os Condes de Ega afrancesaram-se, ocorrendo até desentendimentos familiares. Perante a opinião pública eram tidos como os chefes do partido francês, chegando ao ponto de lhes efectuarem quadras e *pasquins* que eram afixados publicamente.

No caso dos Alornas a velha condessa de Alorna anti-afrancesada e exilada em Londres aconselhava as filhas, a condessa Luísa de Oyenhausen a não participarem na causa francesa, sendo a sua opinião corroborada pelos Abrantes, os Castelo Melhor e os Resendes que eram antifranceses.

Nas diferentes figurações da mulher aristocrata, durante a primeira invasão francesa constatamos que algumas das mulheres seguiram de perto as atitudes dos maridos, mas também outras, seguiram o patriotismo que lhes ia na alma tendo mesmo necessidade de se exilarem, por motivos políticos e por não concordarem inclusivamente com as atitudes políticas dos seus familiares mais directos, é o exemplo da Marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Alorna, avó de D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Marquês de Alorna, que a mando de Pina Manique foi considerada suspeita de ter conspirado contra o príncipe regente D. João IV, tendo sido associada à maçonaria. Segundo o neto a mesma não gostava de sociedades maçónicas e também não eram do seu agrado os jacobinos. Por esses motivos fundou a *Sociedade da Rosa*, com o intuito de fazer frente às lojas maçónicas e às ideias liberais da Revolução Francesa. O seu filho, pai de D. José Trazimundo era contra essa sociedade secreta. Nas reuniões eram abordadas para além de questões políticas, a literatura e as artes, sendo as tias do marquês exímias improvisadoras em música, havendo também saraus de poesia dos quais participava o poeta Bocage.

Esta atitude originou, um exílio de doze anos, da Marquesa de Alorna. Primeiro em Espanha (Madrid e Corunha) e por último no Plymouth em Inglaterra, onde residiu até 1815, altura em que regressou a Portugal após a pacificação.

É também possível detetar o comportamento das mulheres, ainda durante a primeira invasão, numa outra vertente bastante comum, associada ao sofrimento, de quem perdia a família e os seus bens e deveria sofrer em silêncio.

Na sua memória, *Ofertas históricas relativas à Povoação de Vila Franca de Xira, para instrução dos vindouros*, João José da Silva Amaral,⁹ um autor local da região de Vila Franca de Xira, fala-nos dos efeitos dos Decretos de 23 de Dezembro de 1807 e de 1 de Fevereiro de 1808 que obrigavam as populações a procederem à entrega da prata e ouro provenientes do culto divino, coagindo todas as instituições da igreja católica, nomeadamente confrarias a entregarem os seus bens. O autor comentava «*nem a santidade do fim a que se destinavam as livrou do roubo de Napoleão I que tanto zombava do divino como do humano*».¹⁰ Na região de Vila Franca de Xira, provenientes das vilas de: Castanheira, Povo, Vila Franca de Xira, Alhandra, Alverca e Arruda, a prata e o ouro religioso foram recolhidos e depositados, no Depositário Geral da Comarca, tendo-se arrecadado da Comarca do Ribatejo trinta arrobas de prata. O mesmo autor refere-se à atitude das mulheres perante estes factos nefastos:

«*o povo, o devoto sexo feminino se debulhava em lágrimas e suspiros vendo desmanchar as peças de prata compostas (provenientes das igrejas); porém não rompia em vozes sediciosas, ou increpações contra os autores daquelas medidas: a prudência ensina a acautelar-se dos portugueses franceses, piores que os próprios franceses*».¹¹ As mulheres sofriam em silêncio perante a brutalidade e os sacrilégios cometidos.

As autoridades locais foram obrigadas a acatar as ordens emanadas dos franceses. Num dos registos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o escrivão Diogo de Abreu Lima dizia que as primeiras 16 páginas de um dos livros de Registos Gerais da Câmara de 1807, foram riscadas e algumas arrancadas, devido a decretos «*do intruso e péssimo governo francês*».¹²

Assistimos em 1808 à reorganização do exército português, para fazer face ao domínio francês. Existiram vários movimentos revolucionários em diversas províncias do reino. A estes movimentos estavam associados os nomes dos generais Sepúlveda, e Francisco da Silveira na zona de Trás-os-Montes. No Algarve falavam no Marquês de Olhão e do Coronel Lopes. Do Porto a resistência era conduzida pelo próprio Bispo, que se tornou Patriarca mais tarde.

Como agentes da ação de resistência destacam-se personagens militares, clérigos e figuras do povo. Associados a muitos destes homens estiveram as suas próprias mulheres que apoiaram o grande movimento de resistência.

Como exemplo do envolvimento da mulher de uma forma discreta nos movimentos de resistência, conta-se a participação de duas espias na preparação do ataque a Abrantes, conduzido pelo capitão Correia de Lacerda, em 17 de Agosto de 1808.

«*Pediú ao capitão-mor da vila que lhe escolhesse duas espias capazes de irem buscar notícias exatas do exército inimigo: aprontam-se enviam-se e na sua regressão nada acrescentam ao que já se sabia*».

Estas confirmaram o movimento das forças do General Loison no sentido Abrantes, Tomar e Santarém, para fazer face às forças anglo-lusas a Oeste do território que culminou com as batalhas da Roliça e do Vimeiro.

As mulheres dos militares franceses acompanhavam os seus maridos no teatro de guerra e eram chamadas *Cantinières*, que significa aguadeira. Essas mulheres tinham autorização para venderem comida e bebida, para além das rações de combate, sendo que a sua função primordial era a venda de álcool, geralmente brandy que guardavam nos seus cantis pintados de azul e branco e que usavam presos em bandoleira com uma coleira de couro. Também realizavam outros serviços como- cozinhar, lavar e coser as roupas e recolher água e lenha.

O relato de um militar da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão, em território espanhol, dá-nos a conhecer a degradação e miséria a que o sexo feminino tinha sido votado por efeito da Guerra Peninsular. O seu depoimento é comovente mas elucidativo - «*O que muito me magoava era ver o grande número de mulheres, entre elas muitas de rara beleza, cobertas de farrapos, desfeitas em lágrimas, perdidas de seus maridos ou amantes, divagarem pelos campos pedindo, desfeitas em lágrimas, um pedaço de carne de cavalo que as restitui-se à vida, que sentiam finar-se. Eram estas infelizes tratadas com a maior brutalidade!(...)*».¹³

A intervenção inglesa era aguardada. No verão de 1808, um corpo expedicionário inglês desembarcou junto à foz do Rio Mondego, na encosta de Laivos, ao qual se juntaram as forças reunidas por Freire de Andrade. As tropas francesas foram derrotadas na Redinha e os ingleses marcham para Lisboa. Pouco tempo depois ocorreram as batalhas da Roliça e Vimeiro. O Exército francês rendeu-se e assinam a convenção de Sintra.

As forças anglo-lusas marcharam para Lisboa. *Sir Welley*, mais tarde intitulado duque de Wellington, instalou-se na casa dos Marqueses de Abrantes.

Em 1809 ocorreu a segunda invasão. O General Soult entrou pelo Minho e Trás-os-Montes, com o objectivo de dominar o norte de Portugal. Os acidentes de terreno e a grande capacidade de mobilização popular a norte, as revoltas estalaram um pouco por toda a parte, dificultaram a progressão das tropas francesas de Soult.

Nesse mesmo ano iniciou-se a construção sigilosa das linhas defensivas de Torres Vedras. Eram postos de artilharia no cimo das elevações da região do baixo Tejo, nos montes que se seguiam ao próprio rio, articulando a defesa terrestre com a fluvio-marítima, através de flotilha de chalupas-canhoiras e flotilha de navios estacionados rio Tejo até ao oceano.

Em 1810 as tropas francesas, sob o comando de Massena, voltaram a invadir Portugal.

Mas foram impedidas de avançar e concretizar a invasão, pela cintura defensiva - Linhas de Torres Vedras. Este complexo defensivo foi o grande obstáculo à progressão dos franceses.

Massena fixou o seu quartel em Alenquer, de onde emanava as ordens e coordenava a ofensiva militar. Os franceses não passaram de Vila Franca, nem forçaram a linha defensiva que se iniciava em Alhandra, uma vez que a tentativa lhes sairia cara, damos como exemplo o tiro certo, que decapitou o General San-Croix, e que foi proveniente «*das canhoiras portuguesas e inglesas que rondavam, e vigiavam o Tejo.*».¹⁴

Nas memórias do General Barão de Marbot que foi ajudante de campo do Marechal Massena, o episódio é-nos descrito de forma pormenorizada e como sendo o tiro proveniente de uma chalupa-canhoneira portuguesa:

«Esperávamos um ataque em simultâneo em toda a linha, quando o general Sainte-Croix, que o tinha aconselhado, foi morto por um tiro de canhão à frente de Vila Franca! Este excelente oficial fazia, juntamente com o general Montbrun, um reconhecimento de Alhandra e percorria o rio Tejo, que era cruzado por várias chalupas portuguesas que direcionavam o fogo para nossa vanguarda, quando uma bala camuflada de ramos veio cortar em dois o desafortunado Sainte-Croix! Foi uma perda imensa para o exército, para Massena e sobretudo para mim, que o amava como a um irmão!...».¹⁵

O Barão Marbot conta-nos nas suas memórias o episódio de uma mulher simples, cozinheira do 26º da linha afeta à brigada do General francês Simon. Essa mulher sacrificou-se para socorrer o general ferido, em combate e deixado no cimo da serra de Alcoba. Revelando a sua humanidade e heroicidade em prol dos outros. Essa mulher pegou nos pertences do general mete-os às costas do seu burro e disse «(...) vamos ver se os ingleses ousarão matar uma mulher!... Não dando ouvidos a nenhum aviso, ela subiu a encosta, passando tranquilamente pelo meio dos atiradores de ambas as partes. (...) abrem-lhe passagem e cessam o fogo até que ela fique fora do alcance. A nossa heroína vê um coronel inglês e dá-lhe a conhecer o motivo que a leva lá. É bem recebida. Conduzem-na ao general Simon. Ela trata-o o melhor que pode, fica perto dele vários dias, só o deixa depois da chegada do criado de quarto, recusa toda a espécie de recompensa, e, (...) vai ter com o seu regimento sem ter sido objeto do mais pequeno insulto, mesmo sendo ela muito jovem e muito bonita.»¹⁶

As populações locais trabalharam na construção das linhas. As mulheres e crianças eram empregues no «*serviço de fachina*» para a conservação dos fossos das fortificações, que consistia na recolha de vegetação para encobrir os fossos dos fortins, fortes e redutos, para que não fossem visíveis pelo inimigo.

Os salários iniciais dos trabalhadores eram: Trabalhadores indiferenciados - 120 réis;

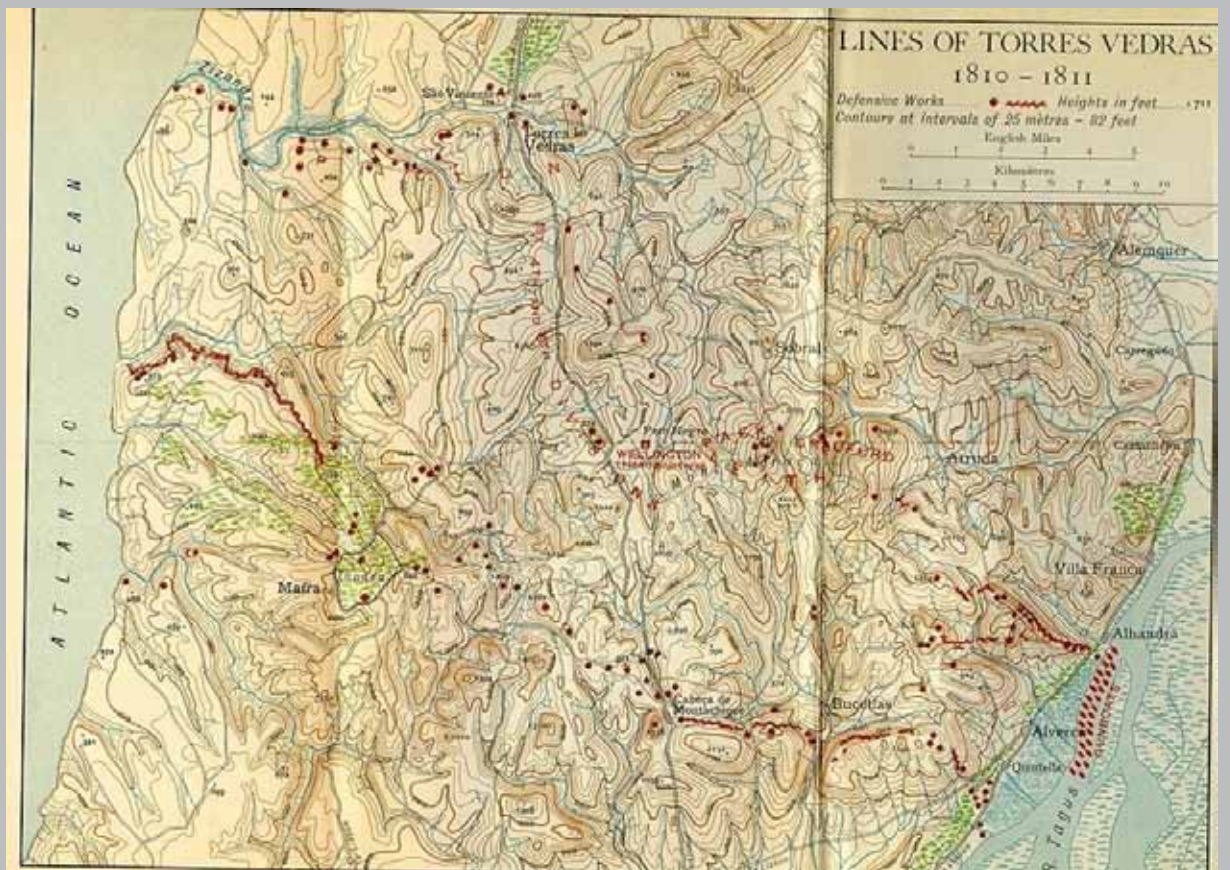


Fig. 3 - Mapa das linhas de Torres, visionando-se a flotilha de chalupas canhoneiras, assinaladas como *Gunboats*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

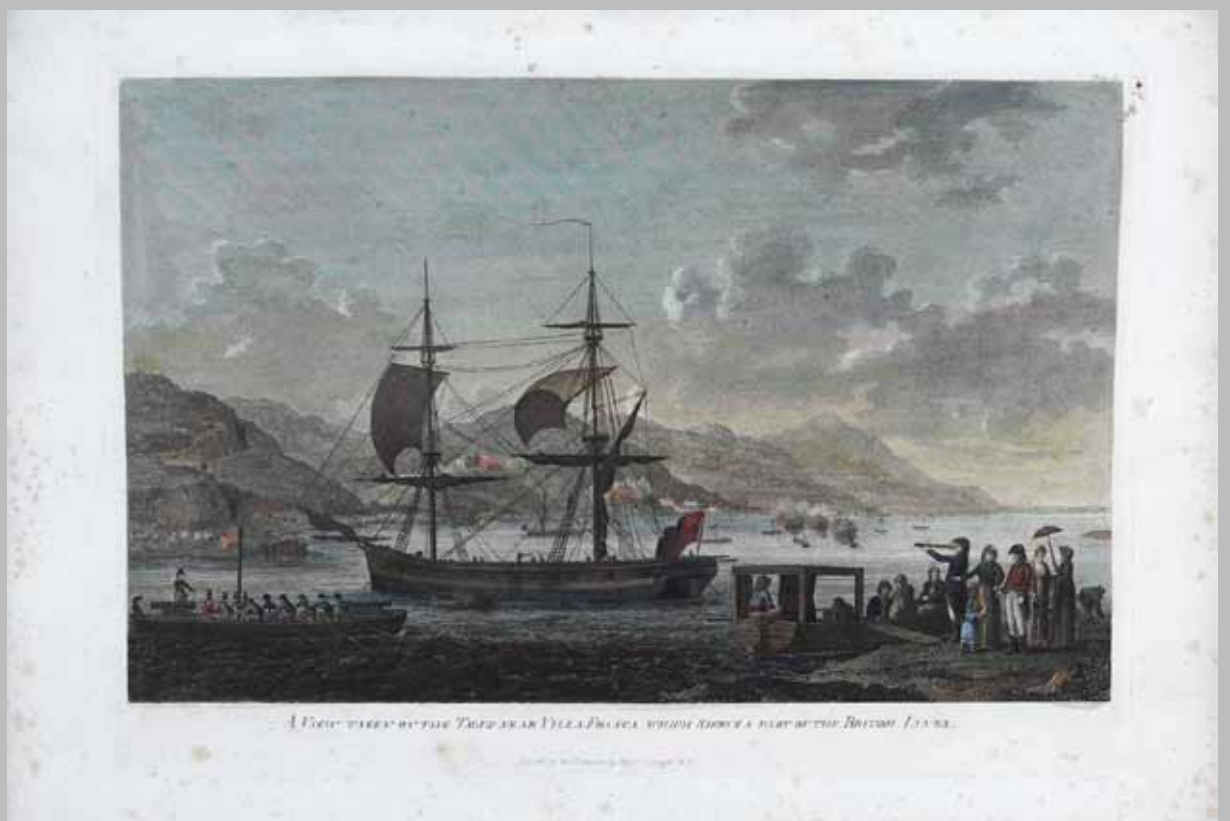


Fig. 4 - Chalupas-canhoneiras no rio Tejo Junto a Vila Franca de Xira - 1ª Linha Defensiva. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Operários – 240 réis. Depois foram elevados respetivamente para 240 e 320 réis. As mulheres e crianças foram recrutadas para essas tarefas e recebiam apenas metade dos salários.

Não houve um ataque direto às linhas defensivas de Torres Vedras. As tropas napoleónicas concentraram-se em frente ao convento de St.º António, entre Loja Nova e Cachoeiras em Vila Franca de Xira.

Grande parte da população de Vila Franca refugiou-se junto das linhas defensivas de Torres Vedras, cuja primeira e segunda linhas se iniciavam em Alhandra e Forte da Casa.

Lino de Macedo dizia: «*A soldadesca vendo-se à vontade, desceu por um lado para as Cachoeiras, onde saqueou toda a povoação e pelo outro para Povos, Castanheira e Vila Franca*». ¹⁷ O saque continuou nas repartições públicas, cartórios e igrejas, estabelecimentos comerciais e celeiros. Queimaram-se muitos papéis e mobílias.

O testemunho de João Amaral autor contemporâneo dos acontecimentos é o seguinte: (...) *A 5 de Outubro de 1810 abandonei a minha casa salvando apenas roupas e trigo; tudo mais ficou presa do plano de guerra adotado então pelos ingleses talar as terras por onde o exército francês devia passar ou estacionar-se (...)*. ¹⁸

Existem vários relatos reveladores da destruição que afetou quase todo o país, mas que foi mais intensa nas zonas por onde as tropas passaram, por exemplo na correspondência de Carlos Frederico Lecor para D. António Soares de Noronha, sobre a Quinta da Flamenga, em Vialonga, cuja proprietária, a condessa de Vale Reis, se queixava do rasto de devastação deixado na sua quinta.

«Mariana Teresa, 70 anos, moradora do palácio, diz que os soldados quebravam e queimavam lenha na cozinha, possivelmente das oliveiras. E que alguns soldados lhe tinham dito que, quanto à cadeirinha da Condessa, que umas mulheres que andavam em companhia desses soldados a tinham quebrado, e retirado o veludo e guarnições. E mais não sabia.» ¹⁹

A aniquilação deixada pela política de terra queimada foi excessiva, inerente ao teatro de guerra, generalizou-se pelo país todo. A fome grassava nas populações e as mulheres, crianças e idosos foram sem dúvida os agentes sociais mais afetados.

O pintor régio Domingos Sequeira, que viveu na época das invasões francesas, deixa-nos a imagem reveladora das populações em fuga, esfarrapados e desalentados que perderam familiares, casa e praticamente todos os bens que possuíam.

Dormiam nas ruas e aguardavam em desespero, pela sopa dos pobres, que era servida às populações famintas que ocorriam em massa à capital, vindas dos arredores, principalmente das zonas das linhas defensivas de Torres Vedras. Vêem-se imensas pessoas mas sobretudo mulheres e crianças.

CONCLUSÃO

O grande nível de exigência da história das mulheres prende-se com a sua sustentabilidade e desenvolvimento no seio da historiografia contemporânea.

As técnicas de investigação, que incluem a revisão de metodologias e fontes a utilizar, leva-nos à possibilidade de valorizar os estudos de género como forma de abordagem, mais permeável à interdisciplinaridade das disciplinas sociais: antropologia, etnologia, sociologia e psicologia.

Estes estudos possibilitam a construção de cenários sociais, que abandonam a esfera meramente política e integram a subjetividade dos sujeitos e agentes históricos, permitindo a desconstrução histórica.

Através da análise das relações sociais, baseadas na diferenciação dos papéis sexuais, e na perceção das mesmas por ambos os géneros, concluímos que as mulheres durante a Guerra Peninsular, extravasaram bastante o papel que lhes estava destinado na sociedade da época, rompendo com cânones pré-estabelecidos pela orgânica política e social, entrando na subjetividade



Fig. 5- Aspeto exterior do convento de Santo António. Loja Nova Vila Franca de Xira. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

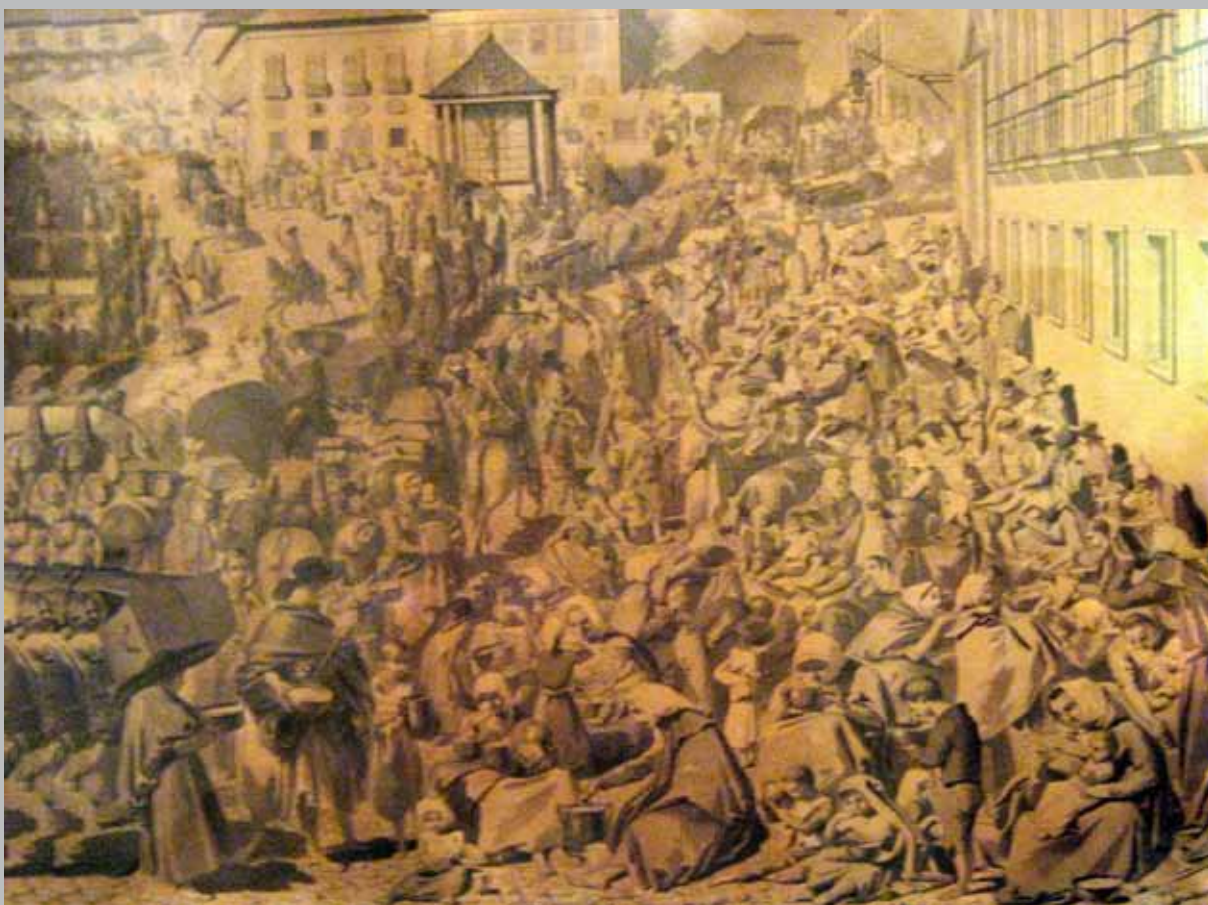


Fig. 6- Domingos Sequeira. Arroios sopa dos pobres. Séc. XIX. Museu Nacional de Arte Antiga.

da *identidade*, contribuindo para a construção de novos quotidianos sociais.

As mulheres durante a Guerra Peninsular foram esposas, filhas amantes, prostitutas ..., heroínas, num teatro de guerra, onde o sofrimento imperou. As mulheres foram resistentes à guerra e destruição do seu próprio país, revelando qualidades desconhecidas, pegando em armas se necessário ou utilizando outros meios menos visíveis, mas eficazes!

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Militar

Correspondência de Carlos Frederico Lecor para D. António Soares de Noronha sobre os estragos praticados na quinta da Flamenga, da condessa de Vale dos Reis, e nas searas dos lavradores de Vialonga, acompanhada dos respectivos requerimentos, Código PT AHM/DIV/1/14/175/63.

Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira,

Registos Gerais da Câmara, 1807 a 1810.

FONTES IMPRESSAS

ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Ditadas por ele próprio em 1861*, Edi. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1928.

AMARAL, João José Miguel da Silva, *Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos vindouros*, vol. I, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Lisboa, 1991.

BANHA, Tenente Teotónio, *A legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, (Introdução de António Ventura), Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio - Edições e Artes Gráficas, S.A., Casal de Cambra, 2007.

MACEDO, Lino de, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*, 2ª ed., Ed., Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992.

MARBOT, General Barão de, *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*, Ed. Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, Casal de Cambra, 2006.

BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, Carla, «Por Outras histórias: apontamentos sobre a natureza da História das Mulheres», *MATHESES*, 10, 2001, pp. 191-214

BOCK, Gisela, «História, História das Mulheres, História do Género», *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº4, Nov. 1989.

NOTAS

¹ Técnico Superior da área conservador de museus do Museu Municipal de Vila Franca de Xira Núcleo de Alverca. Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

² AUGUSTO, Carla, «Por outras Histórias: apontamentos sobre a natureza da História das mulheres» *Máthesis*, 10-2001, p.196

³ BOCK, Gisela, «História, História das Mulheres, História do Género», *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº4, Nov. 1989.

⁴ ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Ditadas por ele próprio em 1861*, Edi. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1928.

⁵ Idem, p.31.

⁶ AMARAL, João Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas históricas relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos Vindouros*, 1856, p.142.

⁷ Idem, p.142.

⁸ ANDRADA, Ernesto de Campos, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, Ditadas por ele próprio em 1861*, Edi. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1928, pp.40 e 43.

⁹ AMARAL, João José Miguel da Silva, *Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos vindouros*, vol. I, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Lisboa, 1991.

¹⁰ Idem,p.144.

¹¹ Ibidem,p.145.

¹² Arquivo Histórico Municipal de Vila Franca de Xira, *Registos Gerais da Câmara*, 1807 a 1810.

¹³ BANHA, Tenente Teotónio, *A legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, Ed. Caleidoscópio, Casal de Cambra,2007,p.99.

¹⁴ AMARAL, João José Miguel da Silva, *Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos vindouros*, vol. I, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Lisboa, 1991,p.149.

¹⁵ MARBOT, General Barão de, *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*, Ed. Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, Casal de Cambra,2006, p.76.

¹⁶ Idem p.65.

¹⁷ MACEDO, Lino de, *Antiguidades do Moderno Concelho de Vila Franca de Xira*,2ª ed., Ed. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992,p.97.

¹⁸ AMARAL, João José Miguel da Silva, *Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos vindouros*, vol. I, Ed. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, Lisboa, 1991,P.148.

¹⁹ Arquivo Histórico Militar, *Correspondência de Carlos Frederico Lecor para D. António Soares de Noronha sobre os estragos praticados na quinta da Flamengo, da condessa de Vale dos Reis, e nas searas dos lavradores de Vialonga, acompanhada dos respetivos requerimentos*.

A abertura do primeiro troço ferroviário entre Lisboa e Vala do Carregado (1856)

Antecedentes e inauguração

PAULO SILVA¹

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Caminho-de-ferro aparece em Inglaterra, como produto da Revolução Industrial e da aplicação do vapor ao transporte de pessoas, no ano de 1825. O primeiro troço ferroviário foi inaugurado nesse ano, no dia 25 de setembro, entre Stockton e Darlington, com uma extensão de 61 km. Em Portugal, o caminho-de-ferro é inaugurado no dia 28 de Outubro de 1856, pelo Rei D. Pedro V, com o troço entre Lisboa e Vala do Carregado. Para o Concelho de Vila Franca de Xira, tal como para o País, o comboio trouxe desenvolvimento económico, principalmente, no que respeita à circulação dos produtos agrícolas e industriais.

Antes da implementação do caminho-de-ferro e da abertura de estradas, os eixos mais importantes dos transportes portugueses eram constituídos pela cabotagem² na orla marítima e pela navegação fluvial. Os transportes em Portugal eram insuficientes, lentos e caros. Os caminhos existentes, eram péssimos, quando chovia ficavam praticamente intransitáveis. A segurança era nula, frequentemente os viajantes que circulavam nestes caminhos, a cavalo ou em carros movidos a tração animal eram assaltados, o mesmo sucedia aos almocreves, que tinham que fazer acordos com os bandoleiros para que estes os deixassem passar com as mercadorias. O comboio veio mudar esse cenário, trazendo um novo ritmo a Portugal.

A chegada do comboio ao Concelho de Vila Franca de Xira, foi muito importante para atrair e fixar vários tipos de indústria, juntamente com a concentração de matéria-prima e o potencial humano. Com o comboio era possível de uma forma barata, proceder-se ao transporte de grandes quantidades de produtos. Ainda hoje, é possível observar, vários ramais do caminho-de-ferro que levam os comboios de mercadorias, ao interior das fábricas, onde, recolhem os produtos.

Sendo um momento tão importante, foi realizada uma grande festa na Vala do Carregado, mas a viagem inaugural foi muito acidentada, com várias peripécias pelo meio.

2. ANTECEDENTES

A ideia da construção de uma rede ferroviária, começa a surgir em Portugal, nos anos 40 do Século XIX, como reação, à grande carência de estradas³. Este projeto era contestado por importantes personalidades. Almeida Garrett recusava-se a crer na viabilidade do caminho-de-ferro português e pronunciava-se antes pela abertura de estradas, o que se lhe afigurava mais consentâneo quer com as possibilidades quer com as necessidades dos portugueses. Alexandre Herculano, prestando embora justiça ao contributo fundamental do comboio para o progresso material dos povos, entendia, não obstante, que o “melhoramento social e moral dos povos” nada tinha a ver com tal invento; por seu turno, o conde do Lavadrio contestava, em debate parlamentar com Costa Cabral, que as realidades económicas e demográficas portuguesas suportassem a instalação caríssima de tão revolucionário meio de transporte (Serrão, 1992, p. 449).

A própria imprensa da época comentava depreciativamente o caminho-de-ferro. Um deles dizia que “quem não viajasse à janela dos comboios morreria abafado e que se viajasse mais de meia hora ficaria em estado sonâmbulo”. Outro jornal afirmava que “o caminho-de-ferro iria permitir que os espanhóis nos invadissem a seu belo prazer, dando um passeio até Lisboa” (Vaz, 2006, p. 1).

“Grande acontecimento, o caminho de ferro! A vantagem da sua construção em Portugal fora discutidíssima. Parava o vapor da carreira?! Fazia imensa falta. Os lavradores ali vinham reunidos, a trocarem impressões acerca da marcha dos negócios, o que era vantajoso; e no caminho de ferro? Cada um no seu cacifo? Sem trocarem impressões? Grave complicação. E então quando o comboio chegasse a Vila Nova da Rainha? Que havia de ser do Santa Clara, o famoso arrieiro que fornecia as caleças em que os estudantes seguiam para Coimbra? Tão cómodo! Só dois dias de viagem; e além disso ele tinha contratos com os salteadores do Pinhal da Azambuja, que nunca se metiam com os carros dele. Era curioso ouvir, nos serões lá de casa as diversas opiniões [...] ia a Nação gastar montes de libras. E um País que possuía o Tejo e o Douro não precisava de mais nada. Os rios muito mais seguros e muito mais barato. Outro, conciliador, alvitrava que só comessem os comboios onde acabassem os rios. Não sei quem, guloso de notas sensacionais, alvoroçou-nos com o boato de que o caminho de ferro cortaria uma árvore rara da quinta do Duque de Lafões. Era um desacato! [...] Em todo o caso a maioria era pelo caminho de ferro; quando mais não fosse, por serem péssimas as comunicações que havia”.

Memórias da Marquesa de Rio Maior, Bemposta e Subserra⁴

“Ninguém mais do que eu, decerto, aprecia e venera o caminho-de-ferro: e ser-me-ia penoso o ter de jornadas de Lisboa para o Porto; ou de Madrid para Paris, como Jesus subia o vale de Jericó para Jerusalém, escarranchado num burro. As coisas mais úteis, porém, são importunas, e mesmo escandalosas quando invadem brutalmente lugares que lhes não são congéneres. Nada há mais necessário na vida do que um restaurante; e todavia ninguém, por mais descrente e irreverente, desejaria que se instalasse um restaurante com a sua vulgaridade, as suas mesas, o seu tinir de pratos, o seu cheiro a guisados, nas naves de Notre-Dame, ou na velha Sé de Coimbra. Um caminho-de-ferro é obra excelente, entre Paris e Bordéus. Entre Jericó e Jerusalém, basta a água ligeira, que se aluga por dois dracmas, e a tenda de lona que se planta à tarde, entre os palmares, à beira de uma água clara, e onde se dorme tão deliciosamente sob a paz radiante das estrelas da Síria.”

Eça de Queirós, Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro)

Contudo, a partir de 1844, no apogeu do governo de Costa Cabral, começa-se a tentar concretizar esta ideia do caminho-de-ferro. Em Agosto de 1844, Benjamim de Oliveira sugere de Londres ao conde do Tojal a construção, com capitais ingleses, de uma linha férrea de Lisboa ao Porto; o projeto foi recusado com o fundamento de que “a única linha em que um comboio seria lucrativo é o do Alentejo para Alcácer, de onde se vem para Lisboa por mar”, o que põe à prova a força das tradicionais vias do comércio interno português.

Em Dezembro do mesmo ano funda-se, por iniciativa de José Bernardo da Costa Cabral a Companhia das Obras Públicas em Portugal, à qual foi concedida a construção de uma linha férrea de Lisboa à fronteira espanhola, na intenção de ligar Portugal à Europa e de tornar o porto de Lisboa, mediante as ligações ferroviárias, no centro natural do embarque para as viagens atlânticas. Tal companhia não chegou, porém, a entrar em vias de fato. Caberá a Fontes Pereira de Melo⁵, a tarefa de iniciar o lançamento da rede ferroviária nacional. Este ministro das obras públicas, foi o grande dinamizador deste projeto e entendeu que o comboio era fundamental para o enriquecimento do País, tal como acontecera na Inglaterra, França, Alemanha e América do Norte, onde este meio de transporte estava em franca expansão com grandes resultados do ponto de vista económico.

Fontes Pereira de Melo, teve a força necessária para levar por diante este projeto, suportada pelo apoio do Príncipe Real e do Duque de Saldanha. Em 1852, o Príncipe Real visita a Inglaterra e nas suas deslocações utilizou várias vezes o comboio, tendo ficado entusiasmado com a rapidez das viagens sobre os carris, registando no seu diário estas impressões: “Que vantagens não retiraria o meu pobre país de um caminho-de-ferro? Quanto não fertilizaria e enriquecia ele o comércio do Alentejo, que fonte de prosperidade não seria ele para o País!? Mas quando se fará ele? Certamente não quanto mesquinhas paixões lhe fazem uma sórdida resistência, certamente

não enquanto não empreenderem esta obra máxima de utilidade pública nomes respeitáveis... enquanto tivermos bestas que escrevam que um caminho-de-ferro que nos una com a Espanha ameaça a nossa independência e que os vagões dos caminhos-de-ferro não podem conduzir grandes pesos, renunciaremos a ser coisa alguma, pois tornamo-nos uns bárbaros e pertencentes assim só de facto mas não de direito ao continente europeu. Creio que nem em Espanha se escreveram mais asneiras sobre caminhos-de-ferro do que em Portugal, chegando a haver alguns que disseram que um caminho-de-ferro esgotaria em breve os recursos do País” (Vaz, 2006, p. 1). Estas palavras demonstram bem o interesse do príncipe em levar por diante esta obra, mesmo contra as opiniões contrárias.

A obra foi, finalmente adjudicada em 10 de agosto de 1852 ao inglês Hardy Hislop, representante da Companhia Central Peninsular dos Caminhos-de-Ferro Portugueses. O governo português comparticipou a obra em 1200 contos, um terço do capital, sendo a empreitada concedida a Warring Brothers and Shaw por 3501 contos para a construção da via até Santarém com a respetiva linha telegráfica. A inauguração dos trabalhos do primeiro troço, entre Lisboa e Carregado, teve lugar em 28 de Maio de 1853 na presença da rainha D. Maria II.

Devido às baixas habilitações do pessoal dirigente, à inexperiência e pouca qualificação dos trabalhadores e à falta de materiais, esses trabalhos decorreram com muita lentidão, tendo, em 5 de setembro de 1855, sido suspensos em consequência de os empreiteiros Shaw&Waring não terem recebido determinada quantia necessária para pagar ao pessoal e aos fornecedores de materiais. Perante esta situação, o Governo reagiu e fez publicar, em 7 de Fevereiro de 1856, uma portaria autorizando o prosseguimento dos trabalhos, mas sob a direção do engenheiro francês Wattier, enquanto tratava de sanar o litígio entre a Companhia e os empreiteiros ingleses. Solucionado o conflito, o governo fez publicar em 28 de junho seguinte uma portaria, transferindo, de novo, o encargo para a Companhia.

Três anos depois, o primeiro troço estava construído, entre Lisboa e a Vala do Carregado, com uma distância de 36,454 quilómetros.

A primeira estação de caminho-de-ferro em Lisboa, localizou-se em Santa Apolónia, nome que lhe advinha do extinto convento (com traseiras para a praia) do mesmo nome fundado no Séc. XVII e que depois de extinto recolheu meninos da Real Casa Pia (Ferreira, 1997, p.7). É importante referir, que esta estação, não é a atual, que só entra em funções em 1865, mas sim um pequeno e provisório cais um pouco mais adiante. A atual estação de Santa Apolónia, tal como a conhecemos, começou a ser levantada a 4 de setembro de 1862 estando totalmente construída a 1 de maio de 1865, quando abriu ao público. Esta obra ocupou o terreno do antigo quartel de artilharia, chamado cais dos soldados. A escolha recaiu neste sítio devido a proximidade do rio Tejo onde podiam atracar os maiores navios que então navegavam nos oceanos.

3. INAUGURAÇÃO

Na véspera do dia da inauguração o “Diário do Governo” publicava em Portaria o programa e as regras do protocolo que deveriam ser observadas na cerimónia da inauguração da linha férrea e bênção das locomotivas, das quais destaco algumas:

- *As pessoas que deverão assistir à cerimónia da inauguração do caminho-de-ferro do leste e bênção das locomotivas comparecerão pelas dez horas e meia da manhã do dia 28 do mês corrente na estação provisória do mesmo caminho de ferro, a Santa Apolónia, que ocuparão os lugares que lhes competem, segundo a indicação dos bilhetes que forem munidos.*
- *A chegada de Suas Majestades, que será anunciada por uma girândola de foguetes, sairá a receber os mesmos augustos senhores à porta da estação, uma deputação, unicamente composta de Ministros e Secretários de Estado, efetivos, acompanhados da Direção dos Caminhos de Ferro.*
- *O sinal de partida do comboio será numa segunda girândola de foguetes e, nesta ocasião, salvarão o Castelo S. Jorge e as embarcações de guerra nacionais surtas no Tejo.*

- *Chegado que seja o comboio à estação do Carregado, se apearão suas Majestades para Casa da Estação e, aí, serão acompanhadas pelas pessoas convidadas.*
- *O Presidente do Conselho de Ministros e o Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas receberão as ordens de Sua Majestade El-Rei para regresso a Lisboa, sendo o sinal para a entrada uma girândola de foguetes, que se repetirá na ocasião que largar o comboio.*
- *Pelo Ministério das Obras Públicas se oficiará ao capitão da Guarda Real dos Arqueiros para mandar colocar parte da força de seu comando na estação de Santa Apolónia e outra no Carregado.*

Segundo o que se escreveu na época, a inauguração do Caminho-de-Ferro alvoroçou a cidade de Lisboa que na manhã de 28 de outubro de 1856, terça-feira, se encaminhou para as bandas de Santa Apolónia, onde davam largas ao seu entusiasmo, dançando e cantando ao som das Bandas Filarmónicas. Em direção ao Palácio de Coimbra, onde estava instalada a estação provisória, circulavam trens levando altas personalidades ostentando os seus trajes de cerimónia. Outros faziam-se transportar no “americano”, nos “ripperts” e nos “Omnibus” que a abarrotarem deixavam os passageiros nos terrenos fronteiros à linha férrea, para melhor presenciarem o grande acontecimento: o 1º comboio a circular em Portugal.

O rei chegou pelas 10.30h à estação provisória de Santa Apolónia, acompanhado de seu pai o Príncipe D. Fernando, sendo-lhe prestada a guarda de honra por uma força da guarda real de archeiros com as suas alabardas e fardas vistosas, enquanto a Guarda Municipal continha a multidão que aclamava o jovem soberano, ao mesmo tempo que uma girândola de foguetes subia ao ar.

Após estas cerimónias, durante a qual a artilharia do Castelo S. Jorge e dos navios de guerra, que estavam embandeirados em arco, deram salvas, o Rei tomou lugar na tribuna de honra, onde já se encontrava a Família Real (os infantes D. Luís, que mais tarde viria a ser rei e D. João e as infantas D. Maria Ana, D. Antónia, D. Isabel Maria e D. Ana de Jesus), o Corpo Diplomático, os membros do Governo com exceção de Rodrigo da Fonseca e Visconde de Atouguia por se encontrarem doentes, e do Primeiro Ministro Fontes Pereira de Melo, que a essa hora velava o cadáver de seu pai, falecido na véspera, bem como algumas individualidades convidadas para a inauguração.

Do lado oposto encontravam-se os grandes do Reino, oficiais-mores da Casa Real e outros dignatários. Em frente do comboio real encontrava-se o Patriarca de Lisboa D. Guilherme, para lançar a bênção às locomotivas.

Vida Ribatejana, nº4312, pág. 19, 29/12/2004

Após o termo da cerimónia da bênção das locomotivas, pelas 11 horas, a família real e convidados entraram nas carruagens e partiram para a Vala do Carregado. O primeiro comboio a circular em Portugal, era composto por catorze carruagens. A locomotiva a vapor tinha o nome de “D. Luiz”.

Chegados à Vala do Carregado, foram brindados com um banquete no pavilhão montado na estação provisória. Nele existiam três compartimentos. Um para a família real, outro para o cardeal e o Clero, e o ultimo para o corpo diplomático e corte. Ao lado e fora da estação, foi levantado um grande anfiteatro com toldo para os convidados. Pelas 16.30h, o comboio real regressou à Capital.

Mas esta inauguração não foi assim tão simples, muitas peripécias aconteceram. A Marquesa de Rio Maior, Bemposta e Subserra, relata nas suas memórias, os vários percalços que aconteceram.

“Vou narrar o que me lembra do solene dia da inauguração, que enfim chegou [...] Como estávamos de luto pelo falecimento da minha querida Avó, minha Mãe não quis ir ao banquete do

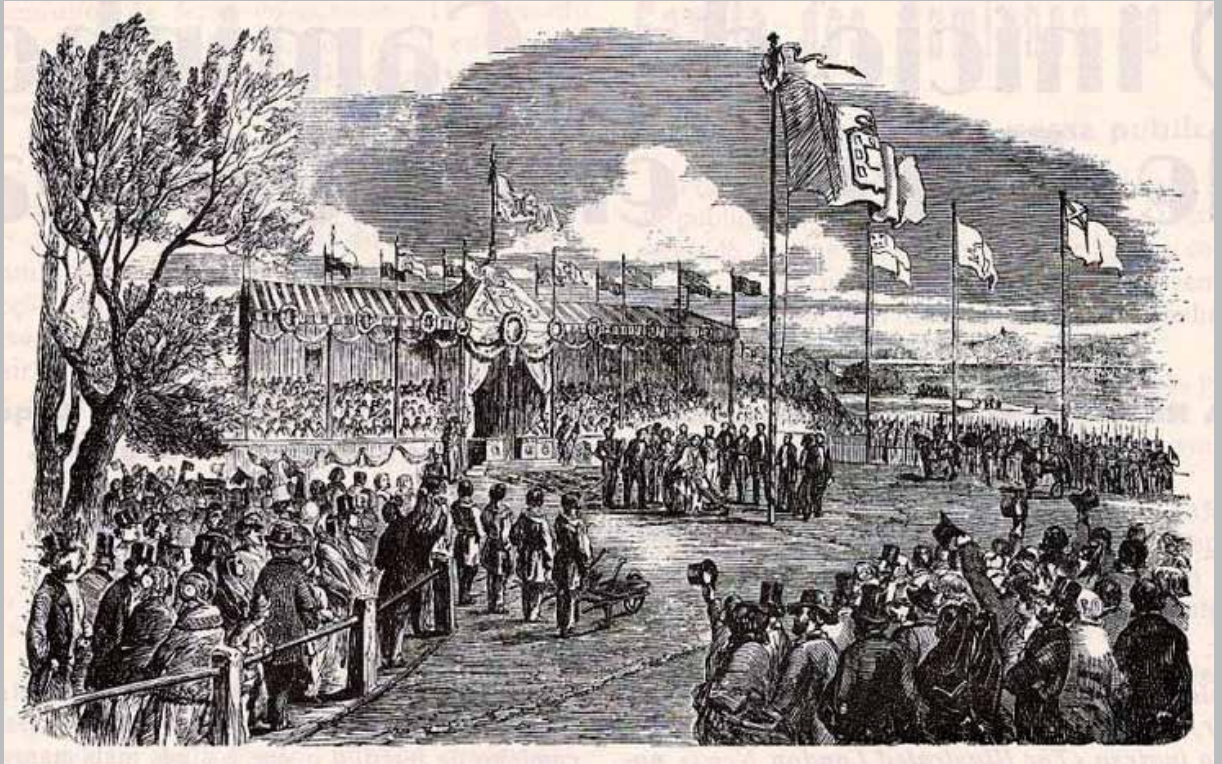


Fig. 1 – Rainha D. Maria II, inaugura o início das obras da primeira linha de comboio em Portugal. 28 de Maio de 1853. Ilustração cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.



Fig. 2 – Locomotiva “D. Luiz” e carruagem “D. Maria Pia”. Construída em 1855, em Manchester, a locomotiva a vapor portuguesa mais antiga tinha o nome do irmão do rei D. Pedro V. Imagem cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.

Carregado. Mas foi comigo para um cerro fronteiro à estação da Alhandra, ver a passagem do comboio em que meu Pai devia tomar lugar. Momentos de quase dolorosa ansiedade. Murmurava-se insistentemente que a ponte de Sacavém não podia resistir ao peso; que não se encontrara fundo em termos para os alicerces; que todos os dias dava de si. Esse terror, conjugado com um atraso enorme, punha os nossos corações em sobressalto, no pavor de que se tivesse dado uma catástrofe. Finalmente, avistámos ao longe um fumosito branco, na frente de uma fita escura que lembrava uma serpente a avançar devagarinho. Era o comboio! Quando se aproximou, vimos que trazia menos carruagens do que supúnhamos. Vinha festivamente embandeirado o vagão em que viajava El-Rei D. Pedro V. O comboio parou um momento na estação, de onde se ergueram girândolas estrondosas de foguetes; vimos El-Rei debruçar-se um instante, e fazer-nos uma cortesia; meu Pai, alegremente, acenou-nos um adeus rápido...”

Só no dia seguinte ouvimos meu Pai contar, com aquele verve que lhe era peculiar em certas ocasiões, as várias peripécias dessa jornada de inauguração. A máquina, escusado será dizer, das mais primitivas, parecia um enorme garrafão, não tinha força para puxar todas as carruagens que lhe atrelaram, e fora-as largando pelo caminho. Algumas, de convidados, nos Olivais. O vagão do Cardeal Patriarca, e do cabido, ficou em Sacavém; mais um, recheado de dignitários, ficou ao desamparo na Póvoa. Creio que se o Carregado fosse mais longe, e a manter-se uma tal proporção, chegava lá a máquina sozinha, ou parte dela. Foi pelas alturas da Póvoa que meu Pai passou para a carruagem real na qual chegou ao Carregado, onde assistiu aos festejos, e onde pôde comer, lautamente, porque o banquete era farto e também porque... passaram muita fome os que ficaram pelo caminho. Esses desprotegidos da sorte, semeados pela linha ao acaso das debilidades da tracção acelerada, só chegaram alta noite a Lisboa, depois de variadíssimas aventuras que encheram durante meses os soalheiros oficiais. Até andou gente com archotes, pela linha, em procura dos naufragos do Progresso”.

Memórias da Marquesa de Rio Maior, Bemposta e Subserra

No regresso a Lisboa, as peripécias foram idênticas. Em Sacavém a locomotiva teve um problema e foi necessário aliviar o peso, soltando-se algumas carruagens, que posteriormente, foram recolhidas por outra locomotiva.

A viagem demorou cinco horas e meia. O Rei D. Pedro V, ficou receoso quanto à falta de qualidade desta primeira viagem, aliás, antes da viagem inaugural (24 de Agosto), o monarca quis visitar a linha, mas o comboio da experiência não foi além de Alverca, pelo fato de não estar ainda instalada a linha telegráfica.

Nesta fase inicial, só se conseguia fazer por dia, duas viagens (ida e volta) entre Lisboa e Vala do Carregado. Os comboios partiam, um de manhã às 8.45h e outro às 16h para a Vala do Carregado. A título de curiosidade, é de referir que um bilhete de ida e volta em 1ª classe custava 700 reis; em 2ª classe custava 560 reis; em 3ª classe custava 240 reis.

No entanto, os melhoramentos foram sendo introduzidos, e o comboio passou a circular de uma forma mais rápida, mais frequente e com menos avarias.

Para a viagem inaugural, foram levantadas várias estações, para além de Santa Apolónia, Vila Franca de Xira e Vala do Carregado, construíram-se as estações de Poço do Bispo, Xabregas, Olivais, Sacavém, Póvoa, Alverca, Alhandra e Castanheira.

“As estações eram uns casinhotos amaneirados, com portas e janelas estreitas; tudo ao gosto mais ou menos suíço, como se estivéssemos em terra de pesadas invernias e intermináveis nevoês”.

Memórias da Marquesa de Rio Maior, Bemposta e Subserra



Fig. 3 – Carruagem “D. Maria Pia”.
Imagem cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.



Fig. 4 – Interior da carruagem “D. Maria Pia”.
Imagem cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.



Fig. 5 – Interior da carruagem “D. Maria Pia”.
Imagem cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.

“Lembram-se, decerto, da velha estação do caminho de ferro, uma estação que teria sido talvez boa noutros tempos, mas que hoje dava a ideia de ser formada por tábuas de caixotes a cair aos bocados. Pintada de cinzento, mas dum cinzento indefinido e a atirar para cinzento sujo constituía uma autêntica vergonha para a laboriosa vila... Por umas portinhas estreitas e onde os passageiros eram obrigados a acotovelar-se, quasi não oferecendo abrigo para a chuva e para o vento...”

A grandiosa Estação de Vila Franca de Xira, in A Hora, nº6, Dezembro de 1933

A nova estação de Vila Franca de Xira, foi inaugurada em 1 de junho de 1930, pelo Presidente da República Óscar Carmona. Em Abril do mesmo ano, foram aplicados às paredes exteriores, painéis de azulejos, da autoria de Jorge Colaço e que representam cenas e paisagens campestres do Ribatejo e de evocação histórica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho-de-ferro chegou a Portugal com 31 anos de atraso relativamente à Inglaterra e 21 anos comparando com a Bélgica e Alemanha, mas cedo se percebeu a importância do comboio para o desenvolvimento económico de Portugal. Muitas das personalidades que tiveram uma opinião negativa sobre a construção do caminho-de-ferro em Portugal, após constatarem o sucesso do comboio, mudaram de opinião. Eça de Queirós, outrora muito cético quanto às virtudes do comboio em Portugal, chega mesmo a publicar um romance “A Cidade e as Serras”, onde está uma das mais conhecidas descrições de uma viagem de comboio. Neste passeio evoca-se, com as necessárias adaptações, a movimentada viagem de Jacinto, vindo de Paris, até à acolhedora Tormes, vizinha da Régua. Todo o passeio decorre na Linha do Douro, entre Pocinho (estação mais próxima de Barca d’Alva) e Caldas de Aregos.

E apesar das peripécias da inauguração, o serviço pôde ser melhorado e o comboio acabou por vingar. No ano de 1863 o caminho-de-ferro chega a Elvas e a Badajoz permitindo a ligação de Portugal com Espanha. A linha do Norte ligando Lisboa com Vila Nova de Gaia foi concluída em 7 de julho de 1864, atingindo o Porto em 1877, com a inauguração da Ponte D. Maria. Em 1881 por meio do “Sud-Express” estabeleciam-se as ligações com Paris, e Portugal ficava mais perto do centro da Europa.

“Pelos caminhos-de-ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários, [...] Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo, tornado profeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como o universo; e Poe, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros”.

Texto de Eça de Queiroz, por ocasião da morte de Antero de Quental (1891).



Fig. 6 - Largo Marquês de Pombal (Largo da Estação). Vila Franca de Xira. 1890. Coleção fotográfica do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.



Fig. 7 - Locomotiva “D. Luiz”.
Imagem cedida pela Fundação Calouste Gulbenkian, a 18 de julho de 2013. Coleções Estúdio Mário Novais.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

COLAÇO, Branca de Gonta (2005). *Memórias da Marquesa de Rio Maior*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

FERREIRA, Vitor Wladimiro (1997). *Quintas de Recreio ao Longo do Tejo e da linha dos caminhos de ferro*, In *O Caminho de Ferro visto através dos conteúdos da Secção Museológica de Santarém*. Transportes XXI – Transportes & Mobilidade. Documento eletrónico, com composição de Rosa Gomes.

GOMES, José [Eça de Queirós] (1892). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro.

MATOS, A. Campos (1993). *Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Caminho.

PEREIRA, Hugo Silveira (2011). *As Viagens Ferroviárias em Portugal (1845-1896)*, In *Cem-Cultura, Espaço&Memória*, N°1. Porto: Citcem.

PEREIRA, Hugo José Silveira da Silva (2008). *Caminhos-de-ferro nos debates parlamentares (1845-1860)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea 2006-2008. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SERRÃO, Joel (1992). *Dicionário de História de Portugal*, Volume 1°. Porto: Livraria Figueirinhas.

TEIXEIRA, Luiz (1956). *Crónica da Fundação dos Caminhos de Ferro em Portugal*, Lisboa: Companhia das Caminhos de Ferro Portugueses.

VAZ, Fonseca (2006.). *Os Caminhos-de-Ferro em Portugal, Preocupações Ferroviárias de D. Pedro V*, In *O Caminho-de-Ferro visto através dos conteúdos da Secção Museológica de Santarém*. Transportes XXI – Transportes & Mobilidade. Documento eletrónico, com composição de Rosa Gomes.

FONTES IMPRESSAS

A Hora, nº6, Dezembro de 1933.

Vida Ribatejana, nº4312, pág. 19, 29/12/2004.

REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

Retirado de <http://www.infopedia.pt> em 15-07-2013.

Retirado de <http://www.restosdecoleccion.blogspot.pt/2011> em 28-04-2012.

Retirado de <http://doportoenaoso.blogspot.pt> em 18-07-2013.

Retirado de <http://www.cp.pt> em 28-04-2012.

Retirado de <http://www.refer.pt> em 28-04-2012.

NOTAS

¹ Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa “Luís de Camões”. Técnico Superior do Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

² Navegação Marítima entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas.

³ Em 1841, foi fundada a Sociedade Promotora dos Interesses Materiais da Nação, com o objetivo de promover a construção de estradas macadamizadas, no entanto, a construção era muito lenta (em 1950, só estavam construídas 67000 metros de estrada).

⁴ De seu nome completo Maria Isabel Lemos e Roxas Carvalho Meneses de Saint-Léger (1841-1920), era a única filha do conde e marquês da Bemposta e da condessa de Suberra. Cresceu em Suberra, no seio da alta aristocracia portuguesa do período da monarquia liberal. Ainda jovem, testemunhou importantes acontecimentos da sua época como a viagem de inauguração do caminho-de-ferro em Portugal. Tornou-se dama da rainha D. Maria Pia e assistiu ao casamento de D. Carlos com D. Amélia onde lhe coube a tarefa de organizar o paço

para a receção dos príncipes e princesas Europeus. A marquesa assistiu ainda ao regicídio, onde ela e outros aristocratas esperavam pelos reis no Terreiro do Paço.

⁵ Após a Regeneração (1851), Fontes Pereira de Melo, ascendeu a funções governativas. De início, foi ministro da Marinha e do Ultramar, acumulando pouco depois a pasta da Fazenda. Em 1852 tornou-se o primeiro titular do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Foi ministro da Guerra de Joaquim António de Aguiar (1866), Conselheiro de Estado (1866) e Par do Reino (1870). Em 1871, foi, pela primeira vez, Presidente do Ministério. Voltaria ainda duas vezes à chefia do executivo (1878-79 e 1881-1886). Pelas funções que ocupou e pela importância que teve na condução do país nas vertentes económica e financeira, Fontes Pereira de Melo foi uma das figuras mais importantes do seu tempo. Coube-lhe o papel de liderança e impulsionamento da transformação material do País. Imprimiu um tal cunho pessoal à sua política de “melhoramentos materiais” que esta passaria à história sob o nome de fontismo.

Os túmulos românticos da família Quintela do Farrobo¹

J. FRANCISCO FERREIRA QUEIROZ E CATARINA SOUSA COUTO SOARES

RESUMO

A família Quintela do Farrobo foi uma das mais influentes em Portugal, na primeira metade do século XIX. Neste artigo, examinamos o modo como a relevância social foi plasmada nas obras tumulares da família, datadas do período romântico, sobretudo na capela subsistente no Convento de Santo António da Castanheira.

Palavras-chave: Família Quintela do Farrobo, Túmulos, Romantismo, Convento de Santo António da Castanheira

INTRODUÇÃO

O percurso histórico da família Quintela do Farrobo é, hoje, sobejamente conhecido.² Não só devido à fortuna congregada e incrementada por Joaquim Pedro Quintela, 1º Barão de Quintela (Lisboa, 20 de Agosto de 1748 – Lisboa, 1 de Outubro de 1817),³ mas sobretudo pelo modo como esta fortuna foi utilizada e desbaratada pelo seu filho herdeiro, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, 2º Barão de Quintela e 1º Conde do Farrobo (Lisboa, 11 de Dezembro de 1801 – Lisboa, 24 de Setembro de 1869).

A família Quintela do Farrobo foi, efectivamente, uma das mais influentes em Portugal, na primeira metade do século XIX, se não mesmo a mais influente nesse período, sobretudo em termos de mecenato artístico. A fortuna da família era colossal. O Morgado do Farrobo, instituído por Joaquim Pedro Quintela em 1801,⁴ incluía várias propriedades no Ribatejo, Estremadura e Península de Setúbal, tendo como cabeça a Herdade do Farrobo, em Vila Franca de Xira; tudo avaliado, então, em perto de 425 contos de réis. O único sucessor neste vínculo, foi o já mencionado Joaquim Pedro Quintela do Farrobo.

Na altura em que foi vinculada, a Herdade do Farrobo incluía “*humas cazas nobres*”⁵. Contudo, foi no tempo de Joaquim Pedro Quintela do Farrobo que esta herdade sofreu grandes obras de beneficiação,⁶ dando origem ao palácio cujas ruínas subsistem. Já vimos apontada a data de 1835, para a sua construção, embora sem suporte documental. Apenas é certo que o palácio existia em Agosto de 1840, quando o 1º Conde do Farrobo para lá levou dezenas de convidados, dando uma grande festa.⁷

Quer Joaquim Pedro Quintela, quer o filho, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, viveram a maior parte do tempo em Lisboa, no Palácio da Rua do Alecrim, e ainda no Palácio das Laranjeiras, que funcionava sobretudo como espaço de vilegiatura. A Herdade do Farrobo, apesar da sua importância simbólica, terá sido menos utilizada pela família, mesmo no tempo do 1º Conde do Farrobo, que nela mandou construir um teatro privativo. É que ele tinha também um teatro privativo no Palácio das Laranjeiras. Ainda assim, há notícia de festas imponentes no Palácio do Farrobo,⁸ que funcionava como residência de caça, e ainda serviria de morada quando o 1º Conde do Farrobo pretendia tratar dos vários negócios que mantinha na região.

Perto da Herdade do Farrobo, existia o Convento de Santo António da Castanheira, fundado no início do século XV, o qual foi adquirido por Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, na sequência da extinção das ordens religiosas, decretada em 1834. Têm sido apontadas várias datas para a referida aquisição.⁹

Depois de Joaquim Pedro Quintela do Farrobo ter arrematado o convento, utilizou a sua cerca para uma plantação de amoreiras. A produção de seda, então em voga, foi apenas uma entre muitas áreas nas quais Joaquim Pedro Quintela do Farrobo investiu. O dito convento terá sido parcialmente adaptado a fiação de seda, com recurso a maquinismos e a mão-de-obra especializada proveniente de Itália, por volta de 1845.¹⁰

Contudo, terá sido (somente) por causa da seda que o 1º Conde do Farrobo adquiriu o Convento de Santo António da Castanheira?

O PRIMITIVO JAZIGO DO 1º BARÃO DE QUINTELA

No seu testamento, de 3 de Setembro de 1817, Joaquim Pedro Quintela, 1º Barão de Quintela, declara-se viúvo de Maria Joaquina Xavier Saldanha, de quem ficaram dois filhos, e herdeiros, nas legítimas porções: o mencionado Joaquim Pedro Quintela do Farrobo e Maria Gertrudes Quintela, já então Condessa da Cunha (por casamento). Porém, o remanescente da terça do testador ficaria para Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, com a condição de ele a unir ao Morgado do Farrobo, do qual haveria de ser administrador.¹¹

No seu testamento, Joaquim Pedro Quintela estabelece a sepultura no jazigo que possuía na capela-mor da Igreja do Convento da Visitação, conhecido pelo Convento das Salésias, do qual era padroeiro, recomendando que, no funeral, se evitasse “*toda a pompa*”, porque nele só queria “*a necessaria decencia*”.¹²

Este convento terá sido construído em Belém (à Junqueira) após o terramoto de 1755, destinando-se a freiras da ordem instituída por S. Francisco de Sales. Joaquim Pedro Quintela obrigara-se ao padroado da igreja deste convento, por contrato de 7 de Novembro de 1795.¹³ Certamente que desejava garantir a inumação na capela-mor, passando esta a ser capela tumular privativa para si e seus sucessores. Aliás, no testamento de 1817, declarou perdoar qualquer quantia que as freiras Salésias eventualmente devessem, por força do padroado, à hora da morte do testador, deixando-lhes ainda um conto de réis, para ajudar nas obras “*necessarias na dita capella Mór*”.¹⁴

Porém, ao que parece, a igreja das Salésias era acanhada e, em 1833, deu-se início à construção da actual igreja conventual, inaugurada em 1846, dando-se por concluída a obra do convento e entrando nele as religiosas. Portanto, em meados da década de 1830, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo já antevia que o jazigo privativo na primitiva igreja das Salésias, além de incorporado na Fazenda Nacional, ficaria desamparado. Talvez por isso, entendeu ser preferível constituir capela tumular privativa num convento que pertencesse integralmente à família, o qual, ainda por cima, ficava junto à Quinta do Farrobo, origem de um dos principais ramos da família e que dava nome ao vínculo.

Ainda assim, se o Convento de Santo António da Castanheira ficava a menos de dois quilómetros do Palácio do Farrobo, porque motivo Joaquim Pedro Quintela do Farrobo não instituiu capela tumular para a família na própria capela do palácio? Seria para evitar que as autoridades civis ali impedissem depois os enterramentos, alegando o clausulado da lei dos cemitérios públicos (1835), visto o dito palácio não ser um local tradicional de enterramento e, portanto, não poder ser objecto de um pedido de excepção?

A CAPELA TUMULAR DA FAMÍLIA QUINTELA DO FARROBO, NO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA CASTANHEIRA

Seja como for, a trasladação dos restos mortais dos pais do 1º Conde do Farrobo para a nova capela tumular em Santo António da Castanheira terá sido concretizada em 1845, no último dia de Setembro, ou no primeiro dia de Outubro (aniversário de falecimento). O cerimonial terá sido impressionante, como se deduz a partir da lista das despesas com a “função fúnebre”:¹⁵

- uma conta de 251\$600 de “*desp.as com os professores [sic] que forão à dita função, feita no convento S.to Ant.º da Castanheira*”, paga a António Luís Miró, em 3 de Outubro;
- 154\$280 pagos, em 6 de Outubro, a Manuel Joaquim da Costa e Silva, por “*huma conta de despesas que fez (...) para o mesmo efeito*”;
- 500\$000 pagos, em 8 de Outubro, ao armador João António Pereira “*pela armação que fez na referida Igreja assim como na Igreja das Religiosas Sallezias*”;
- 144\$600 pagos ao mesmo, em 14 de Outubro, por “*despezas com os Padres e outros objectos para a mesma função*”;
- 28\$800 pagos, no mesmo dia, a Manuel Joaquim da Costa Silva, para “*acabar de satisfazer as gratificações aos Piores das Freguezias da Encarnação e S.ta Maria de Bellem*”;
- 144\$000 pagos em 16 de Outubro a José António de Castro Júnior, “*pelo aluguel de hum coche e seis criados a cavallo, que levarão archotes, afim de acompanharem os restos mortaes para S.to António da Castanheira*”;
- 22\$800 pagos, em 25 de Outubro, a Joaquim Vicente Rodrigues, “*pela importância do Almoço dado a bordo do Barco de Vapôr aos Muzicos que forão à função*”;
- 19\$200 pagos no mesmo dia a “*seis Padres de Villa Franca que forão cantar a St.º Ant.º da Castanheira*”, a 3\$200 cada um;
- 48\$000 pagos em 27 de Outubro a Leonardo Maria Jacobetti,¹⁶ pela cera “*que se gastou na função*”;
- 48\$000, pagos no mesmo dia, aos Directores da Companhia dos Vapores, pelo frete do “*vapôr que conduziu os Muzicos para a função*”.

Segundo uns, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo designou a capela de Nossa Senhora da Conceição, no mencionado convento, como capela tumular familiar.¹⁷ Porém, com base nos dados disponíveis, não fica claro se esta capela já existia anexa ao convento e foi somente adaptada a jazigo, ou se foi erguida de raiz com funções tumulares. Pode ter-se tratado do segundo caso, tendo em conta o seu posicionamento face ao convento: situada a Sul da cabeceira da igreja, com eixo perpendicular ao da nave central desta, abrindo para um corredor que permitia o acesso, desde a nave, até dependências atrás da capela-mor. Porém, no exterior, o modo como a capela se apresenta sugere-nos ser obra anterior à extinção das ordens religiosas, nomeadamente pelo rústico dos cunhais.

Coincidindo com a sóbria linguagem decorativa dos alçados da igreja, a capela tumular da família Quintela apresenta paredes de alvenaria rebocadas, sustentadas por contraforte ao centro, alinhado com um lanternim cuja datação suscita dúvidas: pelo desenho da estrutura em ferro e pelo cata-vento, não parece ser da época da construção da capela tumular. Se é dessa época, terá sido posteriormente modificado.



1 – Exterior da capela tumular da família Quintela, em Santo António da Castanheira.



2, 3 e 4 – Interior da capela tumular

Interiormente, a capela tumular apresenta planta rectangular, com altar na parede Sul, flanqueado pela entrada para a sacristia, do lado poente, e por um portal cego em correspondência, do lado nascente. Junto à porta de entrada para a capela, dos lados poente e nascente, surgem dois outros portais cegos, do mesmo género do da sacristia. Num deles, subsistem vestígios do que julgamos poder ser a policromia original, em pintura marmoreada de tom ocre. Cada um dos portais é sobrepujado por frontão triangular, com mascarões clássicos como acrotérios, em cujo tímpano surge uma ampulheta alada - representando a efemeridade da vida. Embora seja um elemento iconográfico da Antiguidade muito usado em túmulos de meados do século XIX, a extensão das asas é invulgarmente grande, como se tivesse havido preocupação em ocupar melhor o espaço do tímpano, lembrando as asas do disco solar egípcio.

Também o portal de entrada na capela tumular, pelo seu lado de dentro, apresenta o mesmo remate, acrescentando-se a seguinte inscrição “JAZIGO DA FAMÍLIA QUINTELLA”, em letras metálicas, hoje desaparecidas. Esta inscrição encontra-se no entablamento - elemento adicional que, juntamente com o tamanho do vão, diferencia o portal dos outros quatro existentes no interior da capela. Nestes, o frontão assenta directamente em consolas alinhadas com os umbrais, tudo em pedra lioz, sendo da mesma pedra também os rodapés.

Com cobertura em abóbada de berço construída em tijolo, simulando o apoio sobre uma cornija de estuque, toda a linguagem decorativa da capela é neoclássica, com ligeiras evocações do chamado Estilo Império.

Sobre cada um dos quatro portais mais pequenos do interior da capela, existe uma tabela rectangular, com moldura simples. As quatro tabelas foram certamente concebidas para a colocação de epitáfios, em futuros sepultamentos, mas nenhuma delas chegou a ser usada. Ao nível destas tabelas, em cada extremidade das paredes da capela, salvo a parede do altar, existe um facho disposto na vertical, com laçarias e coroa de papoilas opiáceas (Fig. 12).

O sarcófago destinado aos restos mortais dos pais de Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, já profanado, é uma arca tumular em dons tons de mármore, branco e cinza, adossada à parede nascente, a meio da capela. Apoiado em garras, sobre um soco, o sarcófago possui acantos nos vértices inferiores e caneluras na secção convexa sob o corpo central, que é rectangular e com poucos ornamentos, salvo na frente, onde existe a tabela com a inscrição. Esta é interceptada pela toalha fúnebre pendendo de pateras, e formando grinalda - solução relativamente habitual nos sarcófagos mais opulentos desta época. Por baixo da tabela, cuja inscrição era composta por letras metálicas, existe um pequeno crânio alado e com asas de morcego. A tampa do sarcófago, com molduras volumosas mas não muito decoradas, evolui em plano côncavo para a cornija, ou peanha, que suporta a urna cinerária clássica, envolvida por uma grinalda de louro, pendendo para os flancos. À frente da tampa, uma composição em relevo com dois fachos invertidos cruzados e laçarias, evoca o principal atributo do Génio da Morte da Antiguidade Clássica, sendo os fachos flanqueados por festão pendendo de florão.

Curiosamente, não é no sarcófago que se encontra o brasão - com as armas dos Pereiras e dos Rebelos, e as comendas recebidas - mas sim numa laje em lioz, no chão da capela. Esta laje talvez estivesse originalmente sobre o vão de acesso ao carneiro subterrâneo, que é de pequena dimensão e não apresenta hoje qualquer motivo decorativo.

O piso original da capela tumular já não existe, sendo hoje em terra e rebaixado. Por conseguinte, embora pareçam ser três, são apenas dois os degraus que precedem o altar. Aqui, só sobrou o pano de fundo de uma hipotética imagem de vulto, emoldurado em estuque pintado a negro. Trata-se de uma pintura mural que simula um cortinado de damasco em tom carmesim, com galões dourados. Duas pilastras lisas com capitéis jónicos, são os únicos elementos arquitectónicos em pedra lioz na zona do altar, suportando um arco de volta perfeita em alvenaria. No intradorso, sobre cada capitel, surge uma cabeça de querubim, modelada em massa.

Os caixotões da abóbada são também em massa de estuque, e de dois tipos, ambos com florão central, aparentemente dispostos em xadrez, atendendo aos poucos que ainda subsistem no tecto.



5 – Pedra de Armas



6 – Detalhe da pintura mural sobre o altar



7 – Tecto da capela tumular



8 – Porta de acesso à capela tumular



9 – Única estela com inscrição, no interior da capela tumular



10 – Detalhe de uma estela numa dependência do convento

Um dos aspectos mais curiosos desta capela tumular, foi a solução encontrada para o seu portal exterior, ligando-a ao restante edifício conventual. Desintegrado de um contexto cemiterial, mas também de um contexto tradicional associado à nave de uma igreja, este portal é paupérrimo, sendo constituído somente por uma verga e duas ombreiras de lioz, sem qualquer decoração ou inscrição. Com um portal destes, não é possível adivinhar-se toda a sumptuosidade da capela tumular, reforçando o seu carácter intimista e denotando as suas características românticas, ainda que não num contexto de um cemitério romântico. Quanto à porta deste portal - supondo que se trata ainda da original, o que é incerto - é de madeira, com dois batentes, pouco diferindo de uma normal porta de entrada num chalé, excepto no que diz respeito aos vazados de madeira da zona central, permitindo o olhar para o interior.

Em cada um dos flancos das paredes poente e nascente da capela tumular, levanta-se uma estela com remate em arco. Adossada à parede, cada estela apresenta uma coroa de louros, sendo semelhante a outras que existiam nos cemitérios de Lisboa. Apenas uma delas chegou a levar inscrição, com letras metálicas. A custo, foi possível apurar que alude a Alfredo Aquiles Quintela, cujos restos foram também trasladados para aqui.

Pelo convento, encontrámos outras lápides sepulcrais oitocentistas, que, aparentemente, não se enquadram na estética da capela tumular da família Quintela, embora duas delas comprovadamente digam respeito a membros da família. Terão vindo de algum cemitério? De um outro espaço tumular? O formato de duas das lápides sugere a eventual colocação prévia em gavetões catacumbais: uma contém o nome de Maria Joaquina Quintela da Cunha e Menezes (1819-1849) e outra menciona Alfredo da Cunha e Menezes (1846-1848), ambos falecidos já depois de existir a capela tumular neste convento. Uma outra lápide, maior e em formato de estela clássica com acrotérios, embora não contendo nomes, parece ter mesmo vindo de um cemitério (ou, eventualmente, de um adro, ou um interior de igreja), apresentando, em relevo, uma carpideira à sombra de um salgueiro, chorando sobre uma urna, na qual lê-se esta inscrição: “*Com teus restos abraçada / Busco alívio à minha dor / Pensando que alegre vives / No regaço do Senhor*”. Obra atribuível a canteiro de Lisboa, e datável de época próxima à da capela tumular no convento, não parece ter sido concebida para colocação na mesma, atendendo ao modo como as várias tabelas e estelas foram previamente colocadas em simetria no interior da capela, de modo a serem depois preenchidas com epitáfios.

No seu conjunto, apesar de profanada e em ruína, a capela tumular da família Quintela, em Santo António da Castanheira; pela sua escala, pelo seu carácter cenográfico, pela sua cronologia e singularidade, é única em Portugal e uma das mais interessantes do seu género no mundo.

A AUTORIA DO PROJECTO DA CAPELA TUMULAR EM SANTO ANTÓNIO DA CASTANHEIRA

Em 1819, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo casou com Mariana Carlota Lodi. O casal ter-se-á conhecido no Real Teatro de S. Carlos, do qual Quintela era promotor. Mariana era filha do primeiro casamento do empresário desse teatro, Francisco António Lodi.¹⁸

Após a vitória definitiva dos liberais, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo apoia o ressurgimento da ópera em Lisboa, através de uma companhia dirigida pelo cunhado, António Lodi, o qual contrata fora do país dois cenógrafos que viriam a ficar famosos em Lisboa: Achilles Rambois (em 1834) e Giuseppe Cinatti (em 1836).¹⁹ Embora os dois surjam frequentemente associados, é de Cinatti que conhecemos várias referências concretas a projectos para túmulos, e precisamente para a elite de Lisboa.²⁰

Ainda assim, a hipótese de Cinatti e/ou Rambois como autores do risco do interior da capela tumular da família Quintela, em Santo António da Castanheira, afigura-se-nos menos provável do que a hipótese de Fortunato Lodi (1805-1882). É que, nos primeiros dez anos do Liberalismo, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo empreendeu diversas obras de edificação e de renovação estética em propriedades suas, com comprovada intervenção de Fortunato Lodi. Não apurámos

quando terá o 1º Conde do Farrobo visto, em Fortunato, a pessoa indicada para lhe conceber os tão desejados projectos. Uma breve notícia biográfica,²¹ sugere ter sido em 1840 que o 1º Conde do Farrobo pediu a sua presença em Lisboa, de modo a passar a ser o seu arquitecto. Contudo, é possível que, já antes desse ano, Fortunato tenha riscado para o mencionado argentário. Aliás, no elenco de espectáculos de ópera organizados no Teatro das Laranjeiras entre 1833 e 1835, surge o nome de Fortunato Lodi, presumível parente da mencionada Mariana Carlota Lodi. Antes da curta carreira como actor, Fortunato estudara Matemática na Universidade de Bolonha, até 1828, tendo sido ainda pensionista de Arquitectura, em Roma, durante cerca de quatro anos.²²

Já depois de Fortunato Lodi ter voltado a Portugal, o Teatro das Laranjeiras sofreu importantes obras de reedificação. Passou a comportar 560 espectadores e a apresentar luxuosos camarins, um opulento salão de baile e paredes revestidas com valiosos espelhos venezianos. As obras de reconstrução foram assinaladas no início de 1843, com uma grande festa, a qual contou com a presença da rainha. Após essa data, Fortunato Lodi continuou a integrar o elenco de alguns espectáculos no referido teatro.²³ Ao regressar a Itália, em 1846, Fortunato acumularia a actividade de arquitecto com a de professor, na Academia de Belas Artes de Bolonha. Esteve também ligado à Academia Carrara, de Bérghamo, e publicou algumas obras sobre Arquitectura.

A já referida notícia biográfica, de Agosto de 1846, menciona que Fortunato Lodi teve a felicidade “*in sei anni, di eseguire i seguenti edifici pubblici e privati per la stessa Eccellenza sua [Conde do Farrobo]: il suo grande Palazzo di campagna, il suo teatro particolare con sale da ballo [Teatro das Laranjeiras], un ponte sospeso, un cottage, due grandi stufe (oltre la decorazione di due grandi appartamenti), e un grande giardino*”.²⁴

O grande jardim acima referido, era certamente o da Quinta das Laranjeiras. Dos mais notáveis no país e o primeiro verdadeiramente romântico em Lisboa, terá sido inaugurado como tal em 1842. Para além das feras e aves exóticas enclausuradas num viveiro, os jardins da Quinta das Laranjeiras possuíam ainda diversas estruturas arquitectónicas e decorativas – umas preexistentes e outras adicionadas ao tempo em que Fortunato terá delineado a sua renovação estética: estátuas, bustos, vasos de mármore, artefactos cerâmicos, um templo grego, pavilhões chineses, “*lindas estufas*”, um labirinto, lagos de diversos feitios e tamanhos, uma casa ou chalé suíço no meio de uma pequena mata, mirantes e casas de fresco.²⁵

A obra que, em Portugal, mais fama deu a Fortunato Lodi, apesar de pública, foi-lhe atribuída também por influência do 1º Conde do Farrobo, no início da década de 1840. Trata-se do Teatro Nacional D. Maria II. Contudo, tantas foram as polémicas relativamente ao custo e à escolha prévia de Fortunato Lodi como arquitecto, que o 1º Conde do Farrobo desligou-se desta iniciativa.²⁶ Fortunato Lodi viria mesmo a conceber e dirigir a obra, que, pouco antes de voltar para Itália, lhe valeu a nomeação como Arquitecto Honorário da Casa Real e as insígnias da Ordem de Cristo e da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.²⁷

Quanto ao palácio de campo mencionado na aludida notícia biográfica de 1846; só pode tratar-se do Palácio do Farrobo, dado que o Palácio das Laranjeiras já estava construído e, nessa época, apenas terá sido objecto de renovação, na decoração interior e no traçado do jardim, com a colocação da já referida ponte pênsil, por exemplo, a qual denota um particular gosto pelo classicismo com evocações egípcias, manifestado também através das esfinges à frente da fachada do Teatro das Laranjeiras.



11 – Detalhe do alçado principal do Teatro D. Maria II



12 – Detalhe iconográfico na capela tumular existente em Santo António da Castanheira

Salvaguardadas as diferenças tipológicas, trata-se do mesmo gosto que podemos observar na capela sepulcral em Santo António da Castanheira. Mantemos em aberto a questão da autoria desta capela, ainda que Fortunato Lodi pareça ser a hipótese mais congruente. Basta ver o gosto que Lodi demonstra na obra da fachada do Teatro D. Maria II, nomeadamente as tabelas rectangulares, a articulação entre capitéis jónicos e fustes lisos, os caixotões com florões no tecto do pórtico, e, sobretudo, as clavas com laçarias, a que se sobrepõem as máscaras. É que, na capela tumular em Santo António da Castanheira, também encontramos fachos com laçarias nas paredes, complementados – não por máscaras teatrais – mas por coroas de dormideiras, em alusão romântica à morte como sono. Ora, os fachos com simbologia tumular devem surgir voltados para baixo, de modo a significar o apagar da vida, o que aqui não sucede – facto algo estranho, não por ser inédito, mas por se tratar de uma construção tumular erudita, estando os fachos representados devidamente na tampa do sarcófago.

O JAZIGO-CAPELA NO CEMITÉRIO DOS PRAZERES

Nas três décadas que se seguiram à lei dos cemitérios públicos, foi permitido, a alguns fidalgos de maior influência, o continuar a inumar finados nas capelas dos seus solares - excepção que não era geralmente bem vista, e supomos que não o era, mesmo por muitos fidalgos, que encarariam essa opção como antiquada, visto ser o cemitério romântico o espaço adequado para expor à sociedade os valores e pergaminhos da família, e não já as capelas dos velhos solares, acessíveis apenas à família e amigos e que nem sequer estavam adaptadas à colocação de túmulos modernos, nem podiam receber plantas odoríferas ou recantos pitorescos para meditação. Significa isto que Joaquim Pedro Quintela do Farrobo, no fim da vida, poderá ter-se apercebido da impossibilidade em vir a ser sepultado na capela tumular que mandara construir em Santo António da Castanheira, e não apenas por haver impedimento legal.

De facto, em 1869, Joaquim Pedro Quintela do Farrobo casou com Maria Madalena Pignault, de quem tinha filhos, concebidos antes da morte da sua primeira mulher.²⁸ Nesta época, já não era o homem riquíssimo que fora na juventude. Décadas antes, pretendendo recompensá-lo pelos empréstimos feitos à causa liberal, D. Pedro IV oferecera-lhe, além do título de conde, o contrato do tabaco e do sabão. Porém, este contrato estava onerado com a entrega, ao Estado, de uma avultadíssima quantia anual, razão pela qual foi subrogado a Manuel Joaquim Pimenta. Este, em virtude de um posterior decreto sobre papel-moeda, sentiu-se lesado e perseguiu o 1º Conde do Farrobo nos tribunais, ao longo de quase três décadas. Acabando por ganhar o processo, exigiu ao argentário uma indemnização elevadíssima que – à época – o gastador 1º Conde do Farrobo já dificilmente poderia pagar. Aliás, em 1862, o Teatro das Laranjeiras foi consumido por um incêndio, mas a obra de reconstrução não chegou a fazer-se, por falta de fundos. Após a morte de Mariana Lodi, a 1ª Condessa do Farrobo, em 1867, a Quinta das Laranjeiras foi mesmo colocada à venda. O 1º Conde do Farrobo, viria a falecer pouco tempo depois, quando dependia já sobretudo de uma pensão do Estado. Ainda assim, o seu jazigo de família, no Cemitério dos Prazeres, é uma obra original, para a época, tendo sido mandado fazer três anos após a morte.²⁹



13 e 14 – Jazigo-capela da família Quintela do Farrobo, no Cemitério dos Prazeres, e respectivo projecto

As colunas previam-se com fuste de cravos, e a empena levaria um óculo, embora este tenha ficado cego e acabou por envolver a pedra de armas. Esta, ao contrário do que podemos ver na capela tumular em Santo António da Castanheira, e mesmo na escadaria do Palácio da Rua do Alecrim, não inclui as comendas, e apresenta uma brica com diferente simbologia. O tímpano assume uma solução irradiante, lembrando a secção de uma rosácea medieval, embora cega, tal como a roseta que se lhe sobrepõe.

Este jazigo-capela, com o n.º 1994, foi talvez o primeiro claramente neoromânico nos cemitérios portugueses, embora com elementos ecléticos, como a decoração mais clássica dos cunhais, os ornatos das cornijas e o próprio formato da empena, que lembra um frontão. Curiosamente, esta capela foi projectada para não levar qualquer cruz, mesmo filiando-se num revivalista de tradição católica. Apesar disso, foi colocada uma pequena cruz em ferro fundido, de modelo neogótico, no topo da capela.³⁰ O ferro fundido também surge na porta da capela, como guarnição à estrutura em chapa de ferro. Ainda assim, o portão é relativamente vulgar, para a época, e bem típico da produção lisboeta.

Foi Constança Lodi quem tratou da construção deste jazigo, dando procuração a José de Lemos Belo Sá, em 21 de Outubro de 1872. Este foi quem apresentou o projecto, assinando José de Lemos Belo. Julgamos, pois, que se tratasse do canteiro J. L. Belo, que assinou alguns monumentos nos cemitérios de Lisboa. Quanto a Constança Lodi, supomos que se tratasse da madrasta da 1ª Condessa do Farrobo, ou seja, a cantora lírica Constança Banti, segunda mulher de Francisco António Lodi, falecida em 1876.³¹ Apesar disso, a fachada da capela ostenta a seguinte inscrição: “*À memória do Conde do Farrobo / Mandado erigir pela sua viúva*”.

O risco desta capela sepulcral foi aprovado em 7 de Novembro de 1872. Dada a originalidade da proposta, supomos que tenha sido delineado por algum cenógrafo, ou artista capaz, estabelecido em Lisboa. Cinatti e Rambois são dois nomes possíveis, assim como o de Fortunato Lodi, que ainda era vivo, embora já não ligado a Lisboa. Não podemos também colocar de parte a hipótese desta capela decalcar um modelo internacional.

Falta ainda bastante pesquisa, para que possamos ter um conhecimento satisfatório sobre as obras tumulares da família Quintela do Farrobo, cujo interesse e originalidade são inequívocos, especialmente a capela anexa ao Convento de Santo António da Castanheira, que se encontra em risco de ruir.

- ¹ Os autores são historiadores de arte, com formação académica obtida na Universidade do Porto. No caso do primeiro co-autor, esta comunicação insere-se no seu Pós-doutoramento “Arte Tumular do Romantismo em Portugal”, em curso no CEPSE. Agradecimentos: Paula Monteiro e Maria João Martinho; Mário Lopes da Costa (proprietário do Convento de Santo António da Castanheira); José Norton, Rita Van Zeller e Pedro Pascoal. Todas as fotografias são de Francisco Queiroz, excepto a da Fig. 2, gentilmente cedida por Gastão de Brito e Silva.
- ² Para aprofundamento, veja-se QUEIROZ, José Francisco Ferreira, *A Casa do Terreiro. História da Família Ataíde em Leiria, Volume III: Século XIX*, Leiria, Fundação Caixa Agrícola de Leiria (no prelo); NORTON, José, *O Milionário de Lisboa*, Lisboa, Livros d’Hoje, 2009; NORONHA, Eduardo de, *O Conde de Farrobo, Memórias da sua vida e do seu tempo*, Lisboa, Ed. João Romano Torres, 1945; NORONHA, E. de, *O Conde de Farrobo e a sua época*, Lisboa, Ed. João Romano Torres, 1922; e AMARAL, João José Miguel Ferreira da Silva, *Ofertas históricas relativas à povoação de Vila Franca de Xira para instrução dos vindouros*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, vol. I (1991) e vol. II (1997). Veja-se ainda A.N.T.T., Fundo do Morgado do Farrobo.
- ³ ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins et al., *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Ed. Zairol, 2000, vol. III, p. 185-186.
- ⁴ CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1956, p. 119.
- ⁵ A.N.T.T., Notarial, Lisboa, n.º 10, L.º 198, fls. 94v.-99v., referência que devemos a José Norton.
- ⁶ AMARAL, *Ofertas históricas*, vol. I, p. 123.
- ⁷ NORTON, *O Milionário de Lisboa*, p. 191.
- ⁸ NUNES, Graça Soares, «A agricultura do século XIX em algumas quintas da região de Vila Franca de Xira», *Cira, Boletim Cultural*, n.º 8, Vila Franca de Xira, 1998-1999, p. 189.
- ⁹ 1838, segundo ANDRADE, Sara [2000]; VALE, Teresa; GOMES, Carlos [1995], NOÉ, Paula [1991], “Convento de Santo António da Castanheira” [em linha], in *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, n.º IPA.00002442, http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2442. 1843, segundo nota de Rui Mendes em <http://ruinarte.blogspot.pt/2013/05/convento-de-santo-antonio-da-castanheira.html>. Uma vez que não foi nossa intenção abordar a história do convento propriamente dita, não aprofundámos a questão.
- ¹⁰ Segundo um livro antigo de contas do 1º Conde do Farrobo, cujo acesso devemos a José Norton.
- ¹¹ ARQUIVO DA CASA DO TERREIRO DE LEIRIA (A.C.T.), Documentos sobre a família Quintela.
- ¹² *Ibidem*.
- ¹³ CASTILHO, *Lisboa Antiga*, p. 118.
- ¹⁴ A.C.T., Documentos sobre a família Quintela.
- ¹⁵ Segundo o já mencionado livro antigo de contas do 1º Conde do Farrobo.
- ¹⁶ “Jacobet”, no original.
- ¹⁷ Inventário do Património Arquitectónico de Vila Franca de Xira, Imóvel n.º PEVFX00016.
- ¹⁸ NORTON, *O Milionário de Lisboa*, p. 39-41.
- ¹⁹ BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *O Real Theatro de S. Carlos de Lisboa*, Lisboa, Tipographia Castro Irmão, 1883, p. 154 e 164.
- ²⁰ QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *Os Cemitérios do Porto e a arte funerária oitocentista em Portugal, Consolidação da vivência romântica na perpetuação da memória*, Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2002, vol. 1, tomo 2, p. 138-141.
- ²¹ *Teatri, Arti e Letteratura*, Bologna, Tipografia Governativa, 1846, vol. 46, p. 7.
- ²² *Ibidem*, p. 7.
- ²³ BENEVIDES, *O Real Theatro de S. Carlos*, p. 199.
- ²⁴ *Teatri, Arti e Letteratura*, vol. 46, p. 7.
- ²⁵ *Archivo Pittoresco*, Lisboa, Castro Irmão e C.ª, 1863, vol. VI, p. 82.
- ²⁶ Em 1841, retomou-se a ideia de erguer um monumento a D. Pedro IV, convidando-se os artistas a concorrer com projectos que harmonizassem com a fachada do novo Teatro D. Maria II. Porém, levantou-se a suspeita de que o concurso apenas se destinava a legitimar uma proposta que Fortunato Lodi havia apresentado, em privado, ao Ministro do Reino. Ainda por cima, havia quem considerasse Lodi como não sendo “verdadeiramente mais do que pintor, não sabemos de que género” (QUEIROZ, *Os Cemitérios do Porto*, vol. 1, tomo 2, p. 434 e 447-448).
- ²⁷ *Teatri, Arti e Letteratura*, vol. 46, p. 7 e A.N.T.T., Registo Geral de Mercês, D. Maria II, L.º 28, fls. 64-64v. Neste alvará, é dado como filho de Felício Lodi.
- ²⁸ LEAL, Pinho, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira & C.ª, vol. VIII, 1878, p. 34.
- ²⁹ QUEIROZ, *Os Cemitérios do Porto*, vol. I, tomo 1, p. 458-459.
- ³⁰ *Ibidem*, p. 458-459.
- ³¹ ALMEIDA, José Fialho de, *Vida errante*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1925, p. 271-275.

Reflexão de síntese sobre a história do Ateneu Artístico Vilafranquense

DAVID SANTOS¹

Sob o ponto de vista material serviria para restaurar a nova sede do Grémio com a comodidade e o brilhantismo de uma boa agremiação; e sob o ponto de vista moral, seria um belo exemplo de quanto pode a iniciativa e a boa vontade de todos, e dar-se uma demonstração de que as classes populares tinham em si elementos próprios, não necessitando de auxílios alheios prestados com intenções reservadas; além disso, era por assim dizer um arranco de libertação.

Declaração do presidente do Grémio Popular Vilafranquense, Carlos Cardoso Gonçalves, em Maio de 1908, justificando as vantagens do plano de empréstimo a tomar nessa altura por todos os associados, desse modo recusando os favores dos caciques locais que, invariavelmente, buscavam junto das colectividades uma crescente base de apoio social e político.

“O homem é ele e a sua circunstância”.² No despojamento assertivo desta proposição, o filósofo castelhano Ortega y Gasset reduzira na verdade ao essencial as possibilidades e o alcance ontológico de toda a acção humana. Por isso, a verosimilhança sobre qualquer leitura em torno de factos históricos representa neste contexto um infinito e desordenado campo onde se projectam e promovem não só a fealdade como a expressão do devir da própria história.

Neste sentido, poderemos afirmar que uma colectividade centenária como o Ateneu Artístico Vilafranquense apresenta naturalmente ao longo da sua história inúmeros episódios que não só definem e caracterizam a especificidade da sua função sócio-cultural como igualmente testemunham, por vezes em interacção com as mesmas, as vicissitudes políticas, sociais e económicas da História de Portugal no período que liga o final do século XIX ao início do novo milénio.

Esse “Portugal Contemporâneo”³ narrado por Oliveira Martins em palavras susceptíveis de eternizarem a agitada fase histórica da monarquia constitucional (desde o período da Carta ao fim da Regeneração), logo assistiria à progressiva ascensão do espírito republicano, registando nesse período, ao mesmo tempo, um forte crescimento do associativismo e da participação cívica entre a generalidade da população, concretizado nos muitos grémios e clubes sociais que então se inauguravam um pouco por todo o país. Desse modo, as colectividades populares ligadas à prática musical proliferavam igualmente, não só como resultado de uma espécie de “micróbio filarmónico”⁴ que então parecia afectar a maioria dos portugueses, como ainda enquanto afirmação de um espaço social privilegiado em relação ao qual se manifestavam essas inúmeras discussões e dissenções determinadas pelos ditames políticos, o outro “micróbio” da época. De resto, desde esse polémico e agitado contexto finissecular, o Ateneu Artístico Vilafranquense viu-se envolvido, ao longo de mais de um século, numa complexa teia de factos e personalidades que, na sua dimensão particular, protagonizaram, directa ou indirectamente, algumas acções circunstanciadas pelos principais contextos políticos e sociais da mais recente história contemporânea do nosso país, nomeadamente o período final da monarquia, a 1ª República, o Estado Novo, e a democracia decorrente da Revolução do 25 de Abril de 1974. Em todos estes períodos, o Ateneu realizou algumas das suas mais decisivas campanhas. Na verdade, desde a

luta interna entre monárquicos e republicanos à assunção panfletária da instrução popular entre o final da monarquia e o período inicial da 1ª República, ou da perseguição política sofrida por directores como Carlos Pato ou Alves Redol, em pleno Estado Novo, ao entusiasmo popular das “ocupações” de terrenos, no final do “Verão Quente” de 1975, assistiu-se no Ateneu a inúmeras situações e episódios que representam necessariamente uma outra dimensão de leitura, não menos rica, em torno da nossa própria história colectiva, não só enquanto comunidade local ou regional, como ainda enquanto sociedade pertencente a um todo, a um país.

De outra forma, nos testemunhos recreativos desta colectividade, nos programas culturais que uniram os seus associados e simpatizantes, nos elementos que constituíram, ao longo dos anos, a sua Banda de Música, em sucessivas gerações de vila-franquenses entusiastas dessa arte de Euterpe, também nos concertos e bailes populares, ou nas outras várias iniciativas de teor recreativo que alimentaram a chama de uma ideia, deve-se ainda perceber o reflexo da realidade cultural de toda uma região e, particularmente, de uma localidade como Vila Franca de Xira, lugar de cruzamento e interacção simbólica entre as características próprias de um meio rural e da sua progressiva transformação em pólo urbano. Ao longo desse processo de transformação, a música amadora e a cultura popular constituíram-se inequivocamente, desde o seu início, como os dois principais eixos de afirmação e sustentação sobre a identidade da agremiação que da Fanfarras 1º de Maio se prolongou ao actual Ateneu Artístico. Por isso, importa aqui clarificar em termos teóricos o que neste contexto se entende por cultura popular e classes populares. Dois conceitos que se interrelacionam enquanto espelho, trajectória e representação identitária de um determinado colectivo.

Tomando como referência a síntese elaborada por António Firmino da Costa sobre a concepção de culturas populares apresentada por Augusto Santos Silva em “Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular”,⁵ diríamos em primeiro lugar que as chamadas culturas populares se afirmam fundamentalmente “como universos de sentido, padrões de conduta, práticas culturais e obras culturais; culturas nas quais é possível discernir as lógicas de dominação que sobre elas se exerce, da manipulação que elas próprias fazem de símbolos e significados provenientes das culturas eruditas, institucionais e mediáticas, e da afirmação de dinâmicas próprias; culturas ainda, que se constituem como universo plural, atravessado por dinâmicas e temporalidades cruzadas, endógenas e exógenas”.⁶ Numa segunda perspectiva, deveremos considerar igualmente “uma conceptualização de classes populares como nebulosa heterogénea e mutável, em que se combinam tendencialmente dimensões de localização desfavorecida quanto às distribuições de recursos e poderes no espaço social, de posição dominada nos campos de relações de força e segundo os modos de dominação que estruturam esse espaço social, de referências ao passado reproduzidas e reconstruídas por uma memória social partilhada e, finalmente, de sentimentos de pertença, representações de identidade colectiva e formas de mobilização comuns”.⁷ Por fim, será necessário admitir que, articulando ambos os conceitos, a pesquisa sociológica poderá na verdade, como nos diz Augusto Santos Silva, “compreender e explicar os processos sociais objectivos e simbólicos através dos quais actores e práticas se representam e são representados por referência a movimentos de agrupamento e clivagem, de modo a assumirem uns – e não outros – a marca social do popular”.⁸



Fanfarra 1º de Maio, 1891.



Atuação da Fanfarra 1º de Maio nos finais do sec XIX em Vila Franca de Xira.

Recorrendo a este modelo de análise sociológica, podemos observar que também no Ateneu se manifestaram, ao longo de todo este tempo, formas singulares de identidade cultural invariavelmente ligadas às classes populares que, no essencial, deram corpo e forma a este projecto. Identificado com a matriz popular das filarmónicas amadoras, o Ateneu Artístico teve todavia, nas várias etapas da sua história, a particularidade de saber constituir-se na consideração de múltiplos referentes culturais de origem popular e, em termos sociais, de um modo essencialmente também plural, diríamos mesmo, interclassista, consolidando dessa forma – e talvez aí resida a razão da sua longevidade – uma continuada relação com parte significativa da população local, considerando ou assimilando ainda valores próprios originários da chamada cultura erudita. Na verdade, tanto a Fanfarra 1º de Maio como o Grémio Artístico ou Ateneu nunca se reduziram em termos de estratificação social a um só grupo ou limitaram a sua acção cultural às formas de sociabilidade e identidade populares, tendo a cultura erudita fornecido na verdade alguns decisivos elementos de simbologia e significação que foram não apenas adoptados como adaptados ao universo popular de referência na colectividade. Apesar disso, foi essencialmente ao povo que o Ateneu se dirigiu ao longo destes anos, não só no que diz respeito à definição dos seus processos sociais, como ao sistema de identidade cultural e de “memória social partilhada” que entretanto foi constituindo. Desse modo, teve necessariamente na cultura popular a sua matriz essencial de acção e valorização colectiva, expressa em actividades recreativas ou de expressão lúdica que ainda hoje definem o seu espaço de afirmação no quadro social vila-franquense.

Não obstante, não podemos esquecer por outro lado, neste jogo social entre classes, a relação de proximidade e aceitação que, ao nível das cúpulas directivas, a colectividade foi mantendo com alguns indivíduos oriundos da pequena e média burguesia locais, constituindo assim igualmente uma parte importante da sua identificação social, que com as ditas classes populares souberam criar, em plena inter-relação, “universos de sentido” e “padrões de conduta” comuns, que lhes permitiram afinal estarem do mesmo lado da barricada na construção de uma identidade colectiva que acabou por desenvolver determinadas “práticas culturais”, ao obter ou realizar “obras culturais” onde desde o início se manifestaram “sentimentos de pertença” que a maioria das vezes ofuscaram o estatuto e as responsabilidades de cada grupo social no seio e funcionamento da colectividade.

Ainda assim, será necessário considerar que, apesar das poucas vezes em que essa harmoniosa relação de classes foi posta em causa – como quando da luta interna inicialmente verificada entre os associados simpatizantes da mensagem republicana (que eram em maioria desde os tempos da Fanfarra) e o reduzido número dos que se assumiam defensores da causa real, ou da contenda verificada no início de Novecentos entre sócios contribuintes e executantes – sempre existiram diferenças de estatuto social na colectividade, tendo a sua evolução inclusive beneficiado dessa plural estratificação, mesmo que isso não signifique que tenha deliberadamente havido uma diferenciação entre os associados ao nível do tratamento formal ou institucional no seio da agremiação. Na realidade, o primeiro regulamento geral e estatutário da colectividade (ou pelo menos o primeiro de que actualmente temos conhecimento), elaborado em 1898 por Artur César Pereira, obedecia já maioritariamente aos preceitos democráticos que ainda hoje definem juridicamente as associações e colectividades populares, assumindo os princípios da legalidade, da universalidade, da igualdade e da tutela dos direitos entre todos aqueles que eram admitidos como sócios. Desde cedo que o Ateneu se assumiu como uma instituição social de cariz popular regida pelo estabelecimento de uma ordem jurídica, regulada pela aprovação de estatutos e outras deliberações em assembleia-geral ou plenários que, na sua grande maioria, expressaram sempre um dinâmico pluralismo de opiniões, obedecendo ainda ao princípio de eleição periódica dos dirigentes e da admissibilidade da sua substituição.

De facto, no respeito maioritário da legalidade, o Ateneu Artístico Vilafranquense soube sempre conciliar o seu propósito de acção cultural com a admissão e participação de indivíduos de origens e classes sociais diversas, mantendo contudo prevalecente a sua popular orientação geral. Aliás, sem essa relação de reconhecimento sobre a actuação e o envolvimento de outras classes sociais (como a burguesia e mesmo a fidalguia⁹ locais) as classes populares dificilmente teriam levado a cabo um projecto sócio-cultural de continuidade e solidez como o que hoje simboliza e enforma o Ateneu Artístico. Um amplo conjunto de codificações simbólicas e significações apreciadas e preservadas desde há muito, ajudaram na verdade a enraizar, nos que se revêem ainda neste colectivo, determinados valores de esperança e solidariedade desde sempre associados à sua expressão cívica e cultural.

Por outro lado, as classes populares que na sua maioria formaram esta agremiação promoveram-na também, consciente ou inconscientemente, como possibilidade não só da sua afirmação e representação enquanto grupo social, como ainda de concretização de uma espécie de elevação e progresso cultural que, a partir essencialmente da prática disciplinar da música, pudesse cumprir as suas mais profundas aspirações humanas e concretizar um projecto onde sobretudo fossem capazes se rever e reconhecer.

Nesse desafio, constantemente reconstruído em relação aos vários contextos histórico-sociais que caracterizaram o nosso país ao longo destes mais cem anos, o Ateneu Artístico Vilafranquense tem conseguido alimentar e fazer crescer a sua paixão inicial: a música, em relação à qual tem vindo a desenvolver um amplo projecto cívico e cultural, ao ponto de o prolongar até aos dias de hoje com o mesmo entusiasmo e dedicação, projectando já, inclusive, novos objectivos para o futuro, inspirados talvez num renovado “arranco de libertação”¹⁰ sobre esse desígnio espiritual e colectivo, recuperando aqui as palavras de incentivo e galvanização utilizadas em 1908, em momento conturbado da história desta colectividade, por Carlos Cardoso Gonçalves, um dos seus presidentes mais peremptórios e progressistas.



Banda filarmónica do Ateneu Artístico Vilafranquense, 1 de Maio 2013, em Vila Franca de Xira

NOTAS

¹ Historiador de Arte. Doutorando em Arte Contemporânea (Colégio das Artes, Universidade de Coimbra) Mestre em História Política (F.C.S.H. da Universidade Lusófona, Lisboa), licenciado em História, variante de História da Arte (F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa). Diretor do Departamento de Educação e Cultura da CMVFX e Coordenador do Museu do Neo-Realismo/CMVFX, Vila Franca de Xira.

² Ortega y Gasset afirmara exactamente que existe sempre o “eu e as minhas circunstâncias” como condições *a priori* estruturantes de uma visão de verdade inalienável em termos individuais mas, por isso mesmo, à qual se impunha a necessidade de respeito pelas opiniões dos outros.

³ Cf. Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, (3ª edição, 1894), vols. I e II, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981.

⁴ Cf. Rui Casão, “Vida Quotidiana e Sociabilidade”, [vol. V: *O Liberalismo, 1807-1890*, coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque] in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 1994

⁵ Cf. Augusto Santos Silva, *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Porto, Edições Afrontamento, 1994. (referência colhida em António Firmino da Costa, *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Lisboa, Celta Editora, 1999, p. 278.).

⁶ António Firmino da Costa, *op. cit.*, pág. 278.

⁷ Id. *Ibid.*

⁸ Augusto Santos Silva, *op. cit.*, pág. 140. (citado por António Firmino da Costa, *Id., Ibid.*).

⁹ Referimo-nos aqui às relações próximas mantidas, em vários períodos da sua história, entre a colectividade e a família Palha, herdeira de um estatuto de nobreza em toda a região.

¹⁰ Acta da Sessão de Assembleia-geral de 22-5-1908.

O Café Central em meados do século XX: A Tauromaquia num espaço de sociabilidade

MARIA ADELAIDE FERREIRA¹

RESUMO

O final do século XVIII, todo o XIX e o início de XX assistem na Europa a uma nova era no que respeita à abertura de novos e de diferentes espaços de sociabilidade, que são as tabernas finas e os cafés.

Os cafés, espaços emergentes na sociedade europeia, evidenciaram-se pela diversidade de acontecimentos sociais inerentes a estes lugares de encontros e recreações. O novo hábito, que se generalizou, de beber café à chávena em locais especializados, passa a embrenhar-se na vida do comum das pessoas.

O Café Central de Vila Franca de Xira, foi um local de encontro, de informação e reunião, de discussão e conspiração, da política às artes, da actividade económica e dos negócios, mas, com especial paixão, o mundo tauromáquico tinha aqui o seu palco tertuliano, dando expressão à cultura popular ribatejana fortemente enraizada.

À semelhança do que se passou noutros locais, também o Café Central perdeu a sua centralidade, enquanto espaço de paragem prolongada e de convívio, a favor dos emergentes espaços virtuais de comunicação em rede. Não mais se verifica a apropriação espontânea do lugar por indivíduos ou grupos, como outrora sucedeu com os cafés de uma forma geral, do início do séc. XX.

Palavras-chave: cafés, espaços públicos, sociabilidades informais, tauromaquia.

NOTA INTRODUTÓRIA

Em primeiro lugar, e por forma a permitir um enquadramento do tema, foi ensaiada uma breve história dos cafés enquanto espaços de sociabilidade, designadamente a sua origem, evolução na Europa, e mais especificamente em Portugal. A abordagem ao *café Central* de Vila Franca de Xira foi centrada, no café enquanto espaço público, local de encontro e de convívio, nomeadamente de personalidades ligadas à tauromaquia e ao mundo literário, a efervescência dos anos *dourados* o seu declínio, e os dias de hoje.

Refletimos quanto à retração deste tipo de espaço público na pós-modernidade, no contexto do aparecimento de novos espaços, designadamente da possível preponderância de espaços privados, que emergem no contexto das novas tecnologias de informação.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO: DAS ORIGENS DOS CAFÉS AO SÉC. XX

O uso do café como bebida terá sido inventado pelos árabes. Em 1555, dois comerciantes sírios abriram em Constantinopla dois salões para a venda desta bebida, locais onde rapidamente as pessoas se reuniam para os jogos de azar e conversas.²

A introdução do café nos hábitos europeus está associada à expansão do Islão na Europa, no séc. XVI, que levou a bebida até aos Balcãs e à Grécia. A chegada a Viena terá ocorrido por volta de 1683, aquando da tentativa de invasão da cidade pelo sultão turco Kara Musatafa, que, segundo uma lenda, depois de derrotado terá deixado sacos com as sementes de café que serviriam para a nova infusão, servida com leite batido e mel, o famoso *café viennois*.

Nos primórdios de Setecentos, o hábito do café instala-se em Paris. Segundo José Pinto de Carvalho (Tinop), foram os italianos que se instalaram em França depois do casamento de Henrique II (1533), que trouxeram o negócio de bebidas delicadas e refrigerantes. Contudo, foi um arménio que em 1672 inaugurou o primeiro botequim de Paris, no centro da feira de St.Germain. Aí trabalhava o siciliano Francesco Procopio Dei Coltelli, que em 1684 fundaria o *Café Procope*, espaço decorado com ostentação e onde se reuniam figuras como Piron, Voltaire e Rousseau. Uma placa na fachada refere-o como o café mais antigo do mundo.

No final do séc. XVIII, são fundados inúmeros cafés no bairro novo do Palais-Royal como o *Café de Foy*, o *café de Chartres*, o *Café des Italiens*, etc. Para João Pinto de Carvalho, os cafés do *Palais-Royal* tornaram-se notáveis no tempo de Carlos X (1757-1836) pelas reuniões políticas. Neles se acendeu o rastilho da pólvora revolucionária das lutas liberais, que havia de rebentar em 1830.

O hábito de beber café à chávana, em locais especializados, espaços privilegiados de sociabilidade burguesa por excelência, generalizou-se na Europa. Assim, os cafés como espaços de sociabilidade, emergiram na sociedade europeia a partir do século XVIII, e evidenciaram-se pela diversidade de acontecimentos sociais inerentes a estes lugares de encontros e recreações. Neste século, as funções sociais e culturais dos cafés são um fator de integração do indivíduo do sexo masculino nas comunidades locais.³

*Recordar, pois, estes cafés celebérrimos, seria chamar à autoria todos os que sacrificavam nos altares da misteriosa soberana – a voga; os que consagravam culto ao parisiânismo – estranho misto de espírito mordaz, de polidez glacial, de cepticismo e de sentimento; todos os que consideravam a vida como um belo espectáculo, onde urge divertir-se até cair o pano.*⁴

Não podendo determo-nos na enumeração de todos os importantes cafés que fizeram parte da história das principais cidades europeias onde constituíram *forums* de debate cultural e político, quando não mesmo de conspiração, ressalta-se como arquétipo o *Café Slavia*, na Europa Central, rico em tradição cultural, situado no centro histórico de Praga, em frente do rio Vltava, na esquina da avenida Narodni com a avenida marginal Smetanovo e aberto nos anos 80 do séc. XIX.

Este café rapidamente se tornou num dos locais favoritos de fusão de atores, músicos, artistas, intelectuais e estudantes. Por lá passaram Rainer Maria Rilke, Apollinaire, Franz Kafka e o seu amigo Max Brod, os músicos Smetana, Dvořak e outros. O absinto era uma das bebidas mais populares nos anos em torno da viragem de século e o seu consumo ficou imortalizado num quadro, “O Bebedor de Absinto”, de Viktor Oliva, que ainda hoje adorna uma parede do café.

No pós-segunda guerra, o poeta nobelizado Jaroslav Seifert (escreveu um poema intitulado “Café Slavia”). O cineasta Miloš Forman, e o romancista Milan Kundera, faziam do café o seu pouso obrigatório antes de se exilar em Paris. Sob o comunismo, o *Slavia* foi local de reunião de numerosos intelectuais dissidentes. Este em 1989, foi um dos centros conspirativos da *Revolução de Veludo*, que depôs o comunismo e instaurou a democracia na então Checoslováquia.

Com a privatização, o café foi comprado por especuladores americanos de Boston e, pouco depois, fechado. O encerramento provocou grandes protestos, o próprio presidente Havel deu o seu contributo nas contestações. A venda aos americanos foi anulada e o café remodelado em 1996-1997, sendo-lhe devolvida a decoração *art deco* que teve a partir dos anos 30. Havel considerou, o renascimento do *Slavia* (...) *uma pequena vitória sobre a estupidez*.

Por outro lado, segundo Tinop, em Portugal (...) *nunca se conheceu a vida de café, tal a compreendem na Espanha, na França e na Itália, aí como que são entrepostos intelectuais, onde se permutam opiniões, onde a imaginação dá valor aos voadouros (...) Entre nós, os cafés têm sido apenas umas vezes a cópia grotesca, caricatural (...) dos lá de fora.*⁵

Nas principais cidades destes países os cafés eram autênticos palcos de discussão, troca de opiniões, de diferentes sensibilidades e de poderosas retóricas, e, como dizia Honoré de Balzac, *O Café é o Parlamento do Povo*.

(...) *Lugares de encontro e de convívio, os cafés e as tabernas foram parte activa da cultura política de finais do século XVIII. Ambos desempenharam (...) um papel importante como espaços de discussão, conspiração e mobilização política, contribuindo, assim, para a formação da opinião pública.*⁶

Em Lisboa, o *café Marrare, era o café de bom tom, (...), este tinha uma clientela magnífica. Janotas e literatos, políticos e boémios. (...) quem se desse ao trabalho de uma forma séria e consciente de analisar o microcosmo chamado Marrare teria dissecado o estudo psicológico da época*⁷.

Antes do Terramoto de 1755, era rara a presença de *gente engravatada* nos botequins lisboetas. O mais afamado dos botequins é, em 1745, o *café do Rosa*, situado na Rua Nova d'El-Rei (dos Mercadores ou dos Ferros), que serve apenas uma clientela de negociantes e mercadores estrangeiros. Entre os botequins pioneiros, encontra-se também o *café de Madame Spencer*, anunciado na Gazeta de Lisboa de 1745.

A cidade pós terramoto, modernizada, vem permitir não só a construção de raiz como a instalação de cafés mais amplos. Como refere *Tinop*, só depois de 1755 surgem as lojas de bebidas mais aprimoradas, como convinha a uma cidade que encetava vida nova. O próprio Pombal reconheceu a importância do botequim na vida pública dos grandes centros populosos, quando legislou a obrigatoriedade de colocação de tabuletas sobre as portas dos estabelecimentos, anunciando este tipo de negócio.

No Rossio, onde até à primeira década de oitocentos se realizou a feira da ladra, fundara-se em 1787 o *Café Nicola*, do italiano Nicolau Brejeiro. No Porto, nos dias de hoje, o emblemático *Majestic* ainda conserva o romantismo e o perfume da *belle époque*, assim como, o *Guarany*. Nestes locais cheios de segredos e simbologias, ainda por lá sobrevoam sombras de escritores, pintores e alguma aristocracia endinheirada.

Na segunda metade do séc. XVIII e início do séc. XIX, assiste-se à modificação do espaço urbano e à criação de práticas e de espaços específicos de sociabilidade por parte dos grupos sociais “intermédios”. No séc. XIX, face à emergência de novas e diversificadas formas de convívio na sociedade liberal burguesa, multiplicam-se as formas de sociabilidade, onde a burguesia organizava os seus ócios, tendo subjacente a ideia de instrução e de ocupação do tempo de “forma civilizada” (conversar, ler, jogar, debater ideias). Ao longo do séc. XIX e início do séc. XX, os cafés viriam a adquirir uma importância sociológica e cultural de peso, uma vez que se volveram em locais de encontro de artistas, intelectuais, jornalistas, políticos, que aí escreviam, discutiam e conspiravam.

O aparecimento destes espaços por toda a Europa, traçou indubitavelmente o hábito de beber café em estabelecimentos de venda especializados na arte de bem servir o cliente apaixonado pela *poção mágica*, de fazer despertar os mais sonolentos, ou apenas, e tão só, satisfazer os apreciadores do aroma inconfundível das *arábias*.

O café do séc. XX torna-se na sala de estar da cidade, onde o convívio surge de forma espontânea. Na década de 20 do séc. XX, *diziam os jornais que de certo modo a vida nacional gira à volta de uma chávena*.⁸ Na verdade, dizia-se com frequência que os indivíduos assíduos nos cafés controlavam tudo: o preço do pão, a demissão de um ministro, a chuva, o bom tempo (Seara Nova de 31 de Janeiro de 1924), entre outros assuntos. Os cafés são espaços de convívio, de lazer, de diversão mas também de transgressão, autênticos *territórios do prazer*. *A Vida de Café* é o cenário de um estilo de vida, a que os cafés do séc. XX ficaram intrinsecamente ligados, em que a cidade é a *civilização* e o café a *modernidade*.

Vila Franca de Xira conheceu no início de século XX esta realidade essencialmente com dois cafés - *O Chave de Ouro* e o *Café Central*. Em 1930 o primeiro era frequentado pelo povo, o segundo essencialmente por gente mais seleccionada: políticos, comerciantes, estudantes e homens ligados ao meio taurino.

Observa-se gradualmente, a partir da segunda metade do séc. XX, uma relativa perda de importância dos espaços públicos urbanos tradicionais, como a rua, os parques e também os

cafés, a favor dos emergentes espaços virtuais de comunicação em rede, graças ao surgimento da internet. Por outro lado, na cultura contemporânea assiste-se ao surgimento de novos e variados estilos de vida. Emergem espaços fechados de consumo, habitação e lazer, que configuram uma certa abstenção do convívio com o outro, o estranho. Segundo Rogério Proença Leite, (...) *a condição pós-moderna não aniquilou o sujeito mas arruinou o espaço público na medida em que uma dispersão excessiva de interesses pessoais e identitários, dissonantes e às vezes irreconciliáveis poderiam inviabilizar a coexistência desses diferentes na vida pública cotidiana*. E ainda, (...) *o espaço público definido pela modernidade como espaço cívico de encontro entre os iguais – este sim – este está morto*.⁹

O GOSTO RIBATEJANO PELA FESTA BRAVA

À semelhança do que aconteceu em muitas outras localidades, também os vilafraguenses tornaram a prática da reunião em espaços públicos um modo de vida. Alguns dos estabelecimentos comerciais, barbearias, farmácias, tabernas, cafés e restaurantes, eram locais de eleição para os encontros de sociabilidades informais.

Nas décadas de 50 e 60 do séc. XX deram-se em Vila Franca de Xira os primeiros passos para a formação de Tertúlias Tauromáquicas. Nestes locais de convívio dos aficionados da festa brava, debatiam-se apaixonadamente as corridas de touros e o mundo taurino, com forte expressão na cultura ribatejana.

A cultura tauromáquica, difundida e enraizada em Vila Franca de Xira, resulta da tradição de criação de gado pelas casas agrícolas nas lezírias, com destaque para os cavalos e touros de lide, daí surgindo a figura mítica do campino (...) *orgulho da casa, espécie de aristocracia ente os criados*,¹⁰ do marialva, que exhibe a coragem e força física, como herdeiro do património da antiga aristocracia cavaleira, mas também o touro bravo como símbolo das qualidades dos ganadeiros, que promovem e cultivam, no seu próprio interesse, todo o ideário ligado à tauromaquia.

Neste contexto, no final dos anos 90 surgem vários cafés e restaurantes com uma forte ligação ao meio taurino. O desenvolvimento económico e uma progressiva alteração de hábitos sociais facultaram uma gradual implementação e proliferação dos cafés em detrimento das tabernas, assumindo-se como referências identitárias das gentes do Ribatejo, das suas raízes e tradições, nomeadamente, as de Vila Franca de Xira. Coexistiam nestes estabelecimentos comerciais, lado a lado, acrílicos, alumínio, pacotes de batatas fritas, whisks, símbolos dos clubes de futebol e as mais variadas peças de natureza taurina. Cabeças de toiros e de cavalos, ferros de ganadarias, pares de cornos, cartazes, bilhetes de corridas, fotografias, etc.

Assim, cafés e restaurantes vilafraguenses são autênticas paletas de cor, em que os produtos por vezes estavam dispostos de forma ordeira, noutros casos, a desordem e o acaso era reinante na decoração. Neste contexto, o *Café Central* de Vila Franca de Xira foi um local de encontro e de discussão de apoderados e aficionados, de ambiente marialvista, mas também local de discussão literária, de intriga política, de jogo, onde se ouviam contar as corridas de touros realizadas ou se anteviam as que se iriam realizar.

O CAFÉ CENTRAL DE VILA FRANCA DE XIRA

AS MEMÓRIAS DO PASSADO E A REALIDADE DE HOJE.

Com o tempo esfumam-se as memórias. Mas há memórias que têm o dever de perdurar no tempo, não se dissipando. Existem *Lugares de Encontros* que não se perdem com os tempos. É o caso do *Café Central* de Vila Franca de Xira.

Localizado nas imediações da praça do pelourinho, Praça do Município, a sua centralidade *faz jus* ao seu nome. Ainda, hoje, é o lugar mais central de Vila Franca de Xira, bem no coração da cidade. A rua Alves Redol, antiga rua Palha Blanco, é uma das principais, se não a principal, e a mais extensa de Vila Franca de Xira. Tem o seu início a sul, na praça Afonso d'Albuquerque

e cursa para norte, indo reunir-se, à saída da cidade com as ruas António Lúcio Baptista e Joaquim Pedro Monteiro, com a EN 1 e a EN 10 ali bem próximas.

Logo no início da rua Alves Redol, deparamo-nos à esquerda com o mítico *Café Central*, a que Álvaro Guerra¹¹ deu projeção nacional no livro homónimo, local de referência de várias gerações vilafranquenses.

Ao *Central*, edificado em 1924,¹² com projeto de José da Silva Santos foi-lhe legado as funções económicas e sociais próprias de um estabelecimento com funções similares,¹³ o *Café República*, situado neste local com data ulterior a 1910. As características específicas deste edifício de meados do século XIX e início do século XX evidenciam um ecletismo arquitetónico¹⁴ em que são visíveis diversas tendências estéticas, cruzando traços precoces da Arte Nova com o neobarroco francês do final do século XIX, estilo com expressão na província portuguesa. Inaugurado em 1925 por António Redol da Cruz, pai do escritor Alves Redol, e Manuel Mota, pai de Maria dos Santos Mota, esposa de Alves Redol,¹⁵ os proprietários, do *Café Central* tinham respetivamente, uma mercearia e uma indústria de torrefação de café. A família Mota possuía uma indústria de refrigerantes, o famoso pirolito,¹⁶ situada bem perto do *Café Central*. O estabelecimento é testemunho de uma época em que, beneficiando de um período curto, mas de uma certa euforia económica e social, após o final da 1ª Guerra Mundial, e à imagem do que ocorria um pouco por toda a Europa, novos hábitos de sociabilidade começavam a firmar-se, mesmo na província e consequentemente em Vila Franca de Xira, próxima da capital e beneficiando da boa acessibilidade que lhe dava o caminho-de-ferro. Não podemos olvidar que o troço de Lisboa ao Carregado foi inaugurado em 1856, ficando assim a população mais próxima da capital, logo mais próxima da *civilização*.

No *Café Central* os seus frequentadores criaram o hábito da leitura do jornal “O Século” em público, o que muito contribuiu para a criação de variados grupos de discussão. Um espaço e um ponto de encontro de artistas, intelectuais, escritores, políticos e de aficionados da arte de tourear, assumindo assim, no decurso do século XX uma importância crescente na sociedade vilafranquense. Os novos interesses culturais como o cinema e a fotografia passaram a ser habituais, contribuindo assim para a divulgação e a coabitação de novos locais de eleição para o estudo, namoro, agitação política e rebeldia de ideias. O *Central* foi palco destas novas paragens culturais e tertulianas. No seu seio acolheu gentes tão diferentes, com gostos e objetivos de vida desiguais, como ativistas políticos de índole liberal e, mais tarde, partidários republicanos. Durante o Estado Novo, homens de esquerda e agentes da polícia política tomavam café lado a lado, sem aparente incómodo, deleitando-se com o conteúdo da sua chávena, fumando o seu charuto, cavaqueando e jogando. À convivência natural das pessoas da terra, juntaram-se ainda os aficionados da cultura taurina, os jogadores de dominó, das cartas e do bilhar.

O primeiro andar do edifício ao longo dos anos, foi ocupado com variadas e distintas funções, de salão de jogos e de convívio, foi transformado em sede do *Operário Vilafranquense*, nos anos 40 foi transformado em residência da família Mota. Foi deste local que saiu o casamento do escritor Neorrealista Alves Redol. Chegou a ser escritório de advogados e sede de uma companhia teatral. (...) *O Café Central era um café em que havia de tudo (...)*.¹⁷ Ao nível do piso térreo terá sempre funcionado o café, local onde frequentemente os clientes, para além de tomarem a sua chávena de café, jogavam ao dominó, fumavam e *discutiam* as últimas novidades da terra, sendo que a cave destinada a armazém era por vezes transformada em “casino”, local de atividades clandestinas conhecido na gíria pelo “Submarino”.¹⁸ Aqui o azar ou a sorte eram jogados em quantias avultadas.

A centralidade do *Café Central* conferia-lhe um carácter diferente dos outros cafés de Vila Franca de Xira, precisamente pela sua privilegiada localização, as pessoas faziam deste espaço um ponto central. Na realidade, o café, para além da sua função económica, era um local de negócios, de encontros sociais e lugar de informação à população. Ali os lavradores discutiam a situação das suas colheitas, os ganadeiros debatiam a qualidade dos seus touros, os produtores de cereais, de carne, de frutas etc., e os agiotas, debatiam e estabeleciam os preços de venda e com-



Fig. 1 - Café Central. Vila Franca de Xira. anos 20 do século XX.



Fig. 2 - Jogo do dominó. Café Central. Vila Franca de Xira. anos 20 do século XX.

pra dos produtos. O mundo taurino tinha no *Central* uma relevância enorme. Aqui, dizia-se, para além do negócio de touros *faziam-se os toureiros*. Era um café de homens, onde era necessário atrevimento e coragem para se entrar, se não pertencia ao meio, este facto era reconhecido por todos no concelho de Vila Franca de Xira.

À importância da tauromaquia no *Central*, não é alheio o facto de se estar num contexto cultural marialvista ribatejano, mas este interesse cresceu devido à projeção internacional do toureiro José Júlio, natural de Vila Franca de Xira. Era neste local que eram enviados os telegramas relatando as proezas das corridas e outras notícias relacionadas, ou não, com a *festa brava*. As paredes do café eram revestidas por fotografias relativas à cultura taurina e uma cabeça de touro *Miúra*, morto na arena por José Júlio, relatavam algumas das proezas deste filho da terra. Os populares contam a história de um cão que todos os dias aparecia à porta principal para ladrar à cabeça de touro exposta até ser enxotado, tão real ela parecia. Foi por essa razão apelidado de “Espera de toiros”.

Em 1925 a exploração do *Café Central* era feita pelo pai de Alves Redol e por um aficionado tauromáquico, Francisco Rocha. Anos mais tarde passou para a alçada do Senhor Avelino, este proporcionou, um cunho mais tertuliano ao ambiente do *Central* ao fazer a assinatura da revista tauromáquica “Ruedo”, dando mais uma razão para a frequência do café, sobretudo aos aficionados pela *Fiesta*. Figura carismática, o senhor Avelino, é recordada com saudade como o “reca-deiro”.¹⁹ Numa época em que as comunicações eram precárias, os telefones quase inexistentes, os recados eram deixados ao Senhor Avelino, que os fazia chegar aos seus fregueses e à população em geral.

Não muito distante do *Café Central*, na praça do Município, ainda hoje existe a farmácia César, que expunha no exterior os periódicos da época. Também este estabelecimento era um espaço de sociabilidade. As notícias lidas nos periódicos da farmácia, as conversas dentro do estabelecimento ou tidas na rua, eram indubitavelmente comentadas mais tarde no *Café Central*.

À semelhança do que acontecia com os famosos cafés das grandes cidades no último quartel do século XX, também o *Central* foi lentamente decaindo na popularidade, ficando cada vez menos central, perdendo a sua importância como lugar de encontros em prol de outros espaços, agora virtuais.

Em 31 de julho de 1979 o Sr. Avelino encerrou o *Central*, tendo este sido comprado nesse mesmo ano por uma entidade bancária, depois de ser salvo de uma possível demolição, não fosse a pressão de uma associação ambientalista de Santarém, apoiada pelos meios tauromáquicos da cidade.²⁰

O *Café Central* foi adquirido pela autarquia em 1994. A 4 de setembro de 1998, ao fim de 19 anos do seu encerramento, reabriu o café no seu esplendor para uns, e descaracterizado para outros. Depois de anos de esquecimento os trabalhos de recuperação do edifício foram efetuados atempadamente para a feira de outubro desse ano.²¹ Agora pela mão da Autarquia, o ponto de encontro de ideias e palco de discussões políticas, culturais e tauromáquicas de outrora, foi devolvido à cidade, numa segunda inauguração, contando com a presença de dois ilustres personagens, foram eles a viúva de Alves Redol de 85 anos de idade e o embaixador escritor da Triologia dos Cafés, Álvaro Guerra.²²

O *Central* continuou a ser um dos locais de convívio mais emblemáticos da cidade de Vila Franca de Xira, embora longe dos tempos áureos da sua história, mas mantendo o seu principal objetivo – o de ser um marco cultural dos vilafranquenses, local de discussão dos mais diferentes assuntos – continuando a coexistir no espaço, opiniões e pessoas diferentes.²³ Em moldes distintos, o *Central*, reabriu com uma galeria municipal e cafetaria, deixando nostalgia em alguns e admiração noutros.

No decorrer do ano de 1999, o *Central* ofereceu à população local e ao turista, exposições de aguarelas, desenhos e fotografias de artistas locais. Alguns deles, Jorge Alexandre e Pedro



Fig. 3 - Café Central. Vila Franca de Xira. Anos 20 do século XX.

Godinho, foram agradavelmente surpreendidos pela curiosidade e boa afluência de público que as suas obras suscitaram na recriação do ambiente original do espaço, que já foi “ex-libris” da cidade de Vila Franca de Xira.

Após 1999 e até 2005, o *Central* funcionou de uma forma intermitente. No ano de 2005 realizou-se um ciclo de conversas sobre alguns escritores filhos da terra – Álvaro Guerra, Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes, este último filho adotivo – intitulado *Um Café com...*²⁴ e tinha como objetivo fulcral recordar a alguns e dar a conhecer a outros, personalidades incontornáveis do mundo literário português, e o papel que desempenharam. Este evento obteve forte adesão por parte do “mundo intelectual” vilafranquense.

Depois de novos interregnos, desde 2012 que o Café Central mantém a sua atividade comercial a nível do R/C, com contrato de exploração de cafetaria por um período de cinco anos, renovável anualmente por períodos de um ano até ao limite máximo de vinte anos.²⁵ Relativamente ao primeiro andar, foi notícia recentemente que este seria ocupado pela Cooperativa Alves Redol.²⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No quadro das transformações ocorridas no espaço urbano, os cafés tornaram-se centros de sociabilidade, lugares de convívio e da prática de diversas atividades, desde finais do séc. XVIII. Os Cafés do início do séc. XX são o cenário de um estilo de vida nomeado de *Vida de Café*. A cidade é a *civilização* e o café a *modernidade*. Por outro lado, e dado que aqui não se encara o Café na sua dimensão física mas na sua dimensão sociocultural - enquanto espaço de participação pessoal dos sujeitos, que pelas suas práticas discursivas e comportamentais estabelecem interações sociais entre si, é possível crer na atribuição de um significado e sentido ao lugar em si, que resulta de uma construção social.

O Café surge assim como um espaço público, que é palco de sociabilidades informais e de relações sociais livremente escolhidas. De um modo geral, enquanto as tabernas são associadas à cultura popular, os cafés afirmam-se como espaços de matriz burguesa.

O *Café Central* perdeu hoje a sua centralidade enquanto espaço de paragem prolongada e de convívio, embora reaberto e acessível a todos, incluindo o sexo feminino, em resultado do surgimento de outros lugares de encontro proporcionados pelo advento das redes globais de comunicação e das tecnologias de informação.

Neste espaço de sociabilidade não mais se verifica a apropriação espontânea do lugar por indivíduos ou grupos, como outrora sucedeu com o Central e com os cafés de uma forma geral do início do séc. XX.

BIBLIOGRAFIA

ATAÍDE, Margarida (Coord.) – *A Brasileira do Chiado*- 100 Anos. Ed. A Brasileira, 2006.

CARVALHO, Pinto de – *Lisboa D'Outros Tempos*, Vol II- Os Cafés. Ed. Fenda, 1991.

CAPUCHA, Luís – *Tauromaquia* – Cultura popular vilafranquense. In *Boletim Cultural* Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. N.º 3, p. 119-137.

COSTA, José – *Vila Franca de Xira: Cronologia do Século XX (1900/2000)*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Museu Municipal, 2000.

DIAS, Marina Tavares – *Os Cafés de Lisboa*. Quimera Editores, 2ª Ed., 1999.

FORTUNA, Carlos e Silva, Augusto Santos- *A Cidade do Lado da Cultura, Espacialidades sociais e modalidades de intermediação Cultural*, in *Globalização, Fatalidade ou Utopia*, Santos, Boaventura Sousa, Ed. Afrontamento, 2001.

GUERRA, Álvaro – *O Café Central*. O Jornal, 2ª ed., 1985.

LEITE, Rogério Proença – *Espaços Públicos na Pós-modernidade*, in *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*, Ed. Almedina, 2009.

LOUSADA, Maria – *A Rua, A Taberna e o Salão: Elementos para uma Geografia Histórica das Sociabilidades Lisboetas nos Finais do Antigo Regime*, p.106, in Ventura, Graça (Coord.) - *Os Espaços de Sociabilidade na Ibero-América* (séc. XVI-XIX), Editora Colibri.

ROGEIRO, José – *Neo-realistas de Vila Franca de Xira: Lugares da memória*. Roma Editora: Lisboa, 2006

Tertúlias e Outros Lugares da Tauromaquia: [Catálogo de Exposição] Celeiro Da Patriarcal – 26 de Junho a 10 junho a 10 de outubro de 1999 - Textos de Clara Frayão Camacho... (et al.) Vila Franca de Xira. Museu Municipal, 1999.

SITES CONSULTADOS

<http://www.cm-vfxira.pt>

<http://www.jf-vfxira.pt>

<http://www.myczechrepublic.com/prague/cafe-slavia.html>

PERIÓDICOS

Jornal Notícias Alverca de outubro 1998

Jornal Vida Ribatejana de 07-10-1998

Jornal Vida Ribatejana de 15-12-1999

Jornal Público de 24-02-2003

Jornal Vida Ribatejana de 20-04-2005

Jornal de Noticias de 22-07-2007

Jornal Mirante de 05-09-2013

NOTAS

¹ Licenciada em História e Pós-graduada em Património em Projetos Culturais pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Técnica Superior de História no Museu Municipal de Vila Franca de Xira - adelaide.cruz@cm-vfxira.pt.

² Ferrario, Giulio – Bibliógrafo, editor, Bibliotecário de Braidense (1838), também era dono de uma imprensa. - Nascido em Milão (1767-1847).

- ³ Taberna, botequim e café, são exclusivamente, espaços masculinos constitutivos da esfera pública (também esta masculina) que emergiu nesta mesma época. in: “A rua, a taberna e o salão”, Maria Alexandra Lousada.
- ⁴ Carvalho, João Pinto de - Lisboa D’Outros Tempos, Vol II- Os Cafés. Editora. Fenda, 1991, p.12.
- ⁵ *Idem.* p.20.
- ⁶ *Ibidem.* p.129.
- ⁷ *Idem.*
- ⁸ Ataíde, Margarida (coord.) – A Brasileira do Chiado – 100 anos, 2006, p.69. Cit. Dias, Marina Tavares, 1990.
- ⁹ Leite, Rogério Proença – Espaços Públicos na Pós-modernidade, in Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos, E. Almedina, 2009, p.188-191.
- ¹⁰ Capucha, Luís – A Tauromaquia, in *Boletim Cultural* nº3, p.119-137.
- ¹¹ Escritor Vilafranquense nascido em 1936,este foi também político, diplomata e jornalista, formado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; foi fundador do jornal “A Luta” e Embaixador de Portugal em Estocolmo.
- ¹² Há divergências nas datas da construção. Autores como José Rogeiro e José Costa dão o ano de 1926 como sendo o da edificação, cinco anos depois do início da construção da rua, no lugar onde existia a Horta da passagem. Em entrevista (31.05.2010) ao Sr. Silvestre Mota, irmão da esposa de Alves Redol, este afirma que a edificação é 1924 e abertura ao público em 1925.
- ¹³ Triologia dos cafés de Álvaro Guerra.
- ¹⁴ Movimento arquitetónico predominante desde meados do século XIX até às primeiras décadas do século XX.
- ¹⁵ O casamento do Escritor Alves Redol realizou-se em 1936, ano do nascimento de Álvaro Guerra.
- ¹⁶ Conversa com o Sr. Silvestre Mota, em 31.05.2010- irmão da esposa de Alves Redol.
- ¹⁷ José Carlos Gomes in: Camacho & Ramalho 1998- citado em: Tertúlias e Outros Lugares da Tauromaquia, p. 14.
- ¹⁸ Conversa com o Sr. Silvestre Mota, em 31.05.2010- irmão da esposa de Alves Redol.
- ¹⁹ Conversa com o Sr. Silvestre Mota, em 31.05.2010- irmão da esposa de Alves Redol.
- ²⁰ Autarquias que compram cafés em Vila Franca de Xira, em Santarém e nas Caldas da Rainha as (...) In: *Jornal Público* de 24-02-2003, pág. 47.
- ²¹ Café Central (re) abriu as portas e matou saudades a muitos, In *Jornal Vida Ribatejana* de 07-10-1998, p.3.
- ²² “Novo” Café Central apresenta-se à população In: *Jornal Notícias Alverca* de outubro de 1998, p.16.
- ²³ Café Central continua a ser marco cultural de VFX, In *Jornal Vida Ribatejana* de 15-12-1999, p.6.
- ²⁴ In *jornal Vida Ribatejana* de 20-04-2005, p. 23.
- ²⁵ Informação cedida gentilmente pelo Gabinete de Apoio ao Município e Atividades Económicas da CMVFX.
- ²⁶ Cooperativa Alves Redol muda-se para o Café Central In: “O Mirante” de 5-09-2013, p. 56.

Património Imaterial: Os loucos anos 20/30 de Vila Franca de Xira, a partir de um jornal desportivo

NUNO C. J. CAMPOS*

1. UM JORNAL PARA O RIBATEJO

Ao se ler o editorial do primeiro número do *Goal*, intitulado «Porquê?!...», detetam-se três princípios da linha redatorial do jornal:

- O primeiro, a independência ideológica e política – “Repudiamos quem queira fazer do (...) jornal campo de ambições e de lutas esquinhas. (...) E a quem vier movido doutros propósitos recusaremos a sua corporação”;
- O segundo princípio, a importância de promover o desporto como razão do projeto jornalístico – “Só conhecemos uma ambição e só lutamos por uma causa: O Desporto”;
- Finalmente, o terceiro e o mais importante, a valorização e o desenvolvimento do todo o Ribatejo, através de um jornal ligado ao desporto – “Goal é natural de Vila Franca, como poderia ser de outra localidade ribatejana. Não interessa o seu Princípio”¹ [como origem].

Assim se explica e entende o anúncio do *Goal* a solicitar que todos os clubes da região enviassem notícias sobre os mesmos, forma de os divulgar, sobre o desporto e, assim, cumprir o objetivo do jornal².

E porque através do desporto poderia haver a união de todos os ribatejanos, o editorial do segundo número valorizava este aspeto, ao divulgar a iniciativa conjunta do Grupo Foot-Ball Operário Vilafranquense e da Associação de Foot-Ball de Lisboa de organizar um campeonato de futebol com todas as equipas do concelho de Vila Franca de Xira³.

As edições posteriores não fugiram a estes princípios, à exceção, curiosamente, da última, a décima. Neste número, com o título de «Considerandos», o articulista, apesar de enaltecer a importância do desporto, chamava a atenção para a primazia dos interesses maiores que eram à escala nacional, muito próximo dos propósitos ideológicos do Estado Novo. Em nenhuma vez fala de Vila Franca de Xira ou do Ribatejo.

Ainda quanto aos editoriais e à sua autoria, a maioria deles, num total de seis, foi assinada por Alves Redol (n.ºs 1-2; 4-6; 8). O n.º 3 teve um editorial de Manuel Mota, o do n.º 7 foi assinado por um Atlante, o do n.º 10 foi assinado por Bernardino Henriques, de Santarém, e o editorial do n.º 9 foi de um anónimo.

É de sublinhar que todos estes objetivos estavam contidos no cabeçalho do jornal, da autoria de Júlio Goes. A dominar, o título do jornal – *Goal. Semanário Ribatejano* – e ao centro a figura de um guarda-redes, ou seja, o guardião dos interesses da região (Fig. 1).



Fig. 1

1.1. DADOS MATERIAIS: DATAS DE SAÍDA – A SEDE – A GRÁFICA

O jornal era um semanário, com o primeiro número a ir para as bancas a 11 de Janeiro de 1933 (*Goal*, nº 1) e o último a 23 de Março do mesmo ano (*Goal*, nº 10). Inicialmente, a ser publicado às 4^{as} feiras, a partir de 23 de Fevereiro, passou a sair às quintas-feiras, alteração explicada devido aos constantes atrasos dos envios das notícias por parte dos correspondentes.⁴

O jornal, com sede em Vila Franca de Xira, teve duas moradas. Por informação no primeiro número, a sede do jornal situava-se na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 109.⁵ A partir do segundo número e até ao último, a morada da sede passou a ser na Rua Palha Blanco, nº 19. Já a impressão do jornal era numa gráfica possivelmente propriedade de Arsénio de Sousa, com oficinas na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 108.⁶

1.2. PREÇOS PARA OS LEITORES

O jornal avulso custava “3 tostões/30 centavos”, havendo a possibilidade de se fazerem assinaturas em séries de dez números, ao preço de 3\$00 para a área de Vila Franca de Xira e de 3\$50 para outras localidades.⁷

1.3. AS PESSOAS DO GOAL

O jornal, propriedade da Empresa Goal, que estava em fase de constituição,⁸ tinha Alves Redol como diretor e editor, sendo administrador Arsénio de Sousa, provável proprietário da gráfica.⁹

Já quanto ao corpo consideremos de jornalistas, ele era dividido entre correspondentes e colaboradores, contando com vários nomes. Alguns deles assinavam os seus textos por pseudónimos ou jogos de letras, o que torna difícil a sua identificação. Como critério, consideraram-se correspondentes os articulistas de dentro e de fora do concelho de Vila Franca de Xira (Quadros nºs 1-2).

A partir do nº 6, verifica-se que o jornal começou a alargar a área geográfica informativa, contando com a colaboração assídua de correspondentes de localidades mais distantes, como foram os casos de Santarém e Tomar, esta última desde o nº 7. Desde o nº 2, que havia a presença mais ou menos natural de notícias vindas de Golegã.

Tanto a abrangência geográfica como a regularidade informativa permitem fazer uma leitura de que o jornal, aos poucos e poucos, nos três meses de existência, estava a cumprir com um dos objetivos propostos no primeiro número, a ganhar uma feição provincial, ao nível do Ribatejo.

Já quanto a colaboradores, igualmente como critério foram considerados todos aqueles que fossem autores de artigos de fundo, de desporto, literatura ou artes (Quadro nº 3).

O mais natural é que ninguém ligado ao jornal recebesse qualquer tipo de remuneração. Porque um jornal se faz de notícias, havia a recomendação para que o envio de artigos e notícias fosse feito com a devida regularidade,¹⁰ recomendação que também era feita num anúncio a solicitar a colaboração de correspondentes nas localidades onde ainda não tivesse.¹¹ Já quanto ao pessoal tipográfico, porque uma grande parte estava no desemprego, era intenção da direção do jornal que parte das receitas da sua venda lhes fosse entregue.¹²

1.4. ABRANGÊNCIA DO JORNAL

Pelas notícias publicadas, quase que 100% diziam respeito ao Ribatejo, havendo um número mais pequeno de notícias a ser de outras regiões dentro do país, nomeadamente da zona de Lisboa e com maior incidência da área oriental da cidade. As notícias de âmbito internacional eram muito poucas.

O assunto central das notícias e artigos girava em torno do desporto, havendo, ainda, os assuntos culturais, embora em menor número, inserindo-se no âmbito dos propósitos do jornal – desporto, cultura, e arte – e forma de valorização da região ribatejana.

QUADRO Nº 1 - Correspondentes: arredores de Vila Franca de Xira	
Alocin II	Alhandra
Atlante	
Edmundo Moura	Vila Franca de Xira
Epaminondas Gomes	
Gomes Pego	
J. Ferreira Peniche	Vila Franca de Xira e Alhandra
J. Neves de Carvalho ou Neiges de Chêne	
José Correia	Vila Franca de Xira
Jozagope	Sacavém e Olivais
Leãozinho	
Manuel Mota	
Rogério [Rafael] Pinto	Alverca e Vila Franca de Xira

QUADRO Nº 2 - Correspondentes: de localidades mais distantes	
Cartaxo	Correia dos Santos
Coruche	AMSB / Bento / C
Golegã	Albino Cordeiro / C
Marinhais	Carlos Simões
Samora Correia	C
Santarém	Bernardino Henriques / José Costa
Tomar	António Alves / Bocaç

QUADRO Nº 3 - Colaboradores		
Educação física e desporto	Epaminondas Gomes	Andebol
	Licínio Miranda	Ginástica
Literatura e opinião	Alves Redol	Análise social
		Poesia
	António Alves	Poesia
	Batista Lourenço	Sociedade e urbanismo
		Contos
	Gustavo	Contos
	Fernando Cância Tarracha	Crónica
Norberto de Araújo	Análise social	
Artes	Fernando Cância Tarracha	Cinema

2. VILA FRANCA DE XIRA DESPORTIVA

Por várias vezes e de várias maneiras o jornal tentou sensibilizar a população ribatejana para a prática de modalidades desportivas como o andebol, o basquetebol ou o atletismo. Quanto a este, porque entendido como forma de valorização do indivíduo, para o que era importante a colaboração dos clubes locais. E mais uma vez tentava motivar os agentes locais, ao comparar com localidades diferentes em outras regiões como eram os casos de Lisboa, Porto, Coimbra e Setúbal.¹³ Mas para os ribatejanos, as duas atividades favoritas eram o futebol e o ciclismo.¹⁴

Ao longo dos dez números do *Goal*, verifica-se que Vila Franca de Xira fervilhava de modalidades desportivas, sendo o domingo o dia por excelência. Logo no primeiro número, havia a notícia de um festival desportivo realizado no dia 6 de janeiro de 1933, uma organização conjunta do Grupo Foot Ball Operário Vilafranquense e do Moto-Club de Portugal.¹⁵ Descrevia o jornal:

Vila Franca despovoou-se. O rectangulo do Operario apresentava um aspecto impressionante, que fazia realçar as suas esplendidas instalações; pelo predomínio na asistencia do elemento feminino.

(...)

O publico entusiasmou-se e aplaudia freneticamente vencedores e vencidos.¹⁶

Realizado no Campo Atlético de S. Sebastião, propriedade do Grupo Foot Ball Operário Vilafranquense, este festival teve duas partes: a primeira no âmbito dos objetivos do Operário Vilafranquense, e que consistiu num jogo de futebol entre as equipas infantis daquele clube e do Grupo Desportivo do Bom Sucesso (Belém/Lisboa); a segunda parte, um programa motorizado, no âmbito dos propósitos do Moto-Club de Portugal, com a realização de provas de gincana e acrobacias com mota.

Quanto ao jogo de futebol, que terminou com a vitória da equipa infantil do Operário Vilafranquense por 5 a 1, o *Goal* destacou o “interior” Tonecas, o “meio-defeza” Horta, os “avançados” Amorim e Falcão e, ainda Lopes II, Zarco, Nunes e Cascais. Os cinco golos do Operário Vilafranquense foram de Amorim (2), Falcão (2) e Lopes (1).¹⁷

Como o futebol era o desporto favorito, o Operário Vilafranquense tinha a intenção em criar u campeonato, seguindo os exemplos de Oeiras, Cascais e Sintra,¹⁸ rentabilizando, assim, a atividade desportiva de cada clube. Forma encontrada para sensibilizar a importância deste tipo de campeonato foram os jogos que o Operário Vilafranquense realizara com clubes de localidades próximas, como o Sport Grupo União Operária (campeão do distrito de Santarém) ou o Oeiras Foot Ball Club (o melhor clube da Linha de Cascais),¹⁹ no Campo Atlético de S. Sebastião, o primeiro jogo com a derrota da equipa visitada por 1 a 0²⁰ e o segundo com a derrota da equipa visitante, por 3 a 1.²¹

O segundo número do jornal, numa pequena notícia inserida no “Écos...”, informava que “boatos” que circulavam davam a entender haver um interesse generalizado da parte dos clubes do concelho para a realização do campeonato de futebol,²² para, no número 3, o *Goal* dar um grande alarde à concretização daquele campeonato. No editorial, da autoria de Alves Redol e com o título “O Campeonato”, assim era declarado:

Um campeonato é o máximo em competição (...). O campeonato do concelho de Vila Franca pretende-se, porque motivo?

Porque é necessário agitar o meio, interessando o público e trazendo á liça jogadores afastados da nossa região.²³

Nas páginas interiores, havia uma entrevista com o autor moral de um campeonato, o Capitão José Maria Guedes Júnior, na qual este manifestava a razão de ser da ideia – o incremento do desporto no concelho.²⁴

Por esta entrevista, ficam a conhecer-se as localidades possíveis de poderem participar – Alhandra, Alverca, Póvoa, Vialonga, e Vila Franca de Xira, podendo entrar, também, caso quisesse, Alenquer²⁵ –, para, numa outra notícia saída neste mesmo número (Campeonato do concelho),²⁶ ficar a saber-se da realização de uma reunião entre representantes do Grupo Foot Ball Operário Vilafranquense, Alhandra Sport Club, Sport Lisboa e Vila Franca, Águia Vilafranquense, Alverca Foot Ball Club e Sport Club Caboense. De acordo com esta notícia, a reunião foi inconclusiva, visto cada clube ou alguns deles não abrirem mão dos interesses particulares.²⁷

Um possível obstáculo logístico que era o local dos jogos parecia estar ultrapassado, como se depreende de uma pequena notícia saída nos “Écos...” do *Goal* nº 5, com o campeonato a poder realizar-se no Campo Atlético de S. Sebastião, do Operário Vilafranquense.²⁸

Neste número, Alves Redol voltava novamente à carga, no editorial e com o mesmo título da edição anterior, sobre o campeonato, informando e lamentando o impedimento levantado pela Associação de Foot Ball de Lisboa em permitir a anulação de contratos de jogadores de Vila Franca de Xira com outros clubes para poderem representar os clubes da terra,²⁹ sendo, ainda assim, favorável à realização de um campeonato preparatório, sob os auspícios da Associação de Foot Ball de Lisboa.³⁰ E desafiava os clubes a apresentarem e a defenderem a ideia no “Congresso dos Clubes Desportivos” e no “Congresso da Federação”.³¹

Sabe-se que da parte dos jogadores que estavam naquela situação, havia quem se manifestasse interessado em regressar, como eram os casos de Carlos Coelho, F. Vitorino, F. Biscaia, Salvaterra e Júlio Bico, todos inscritos na Associação de Foot Ball de Lisboa e que pretendiam ingressar no Águia Sport Club Vilafranquense.³²

O toque de finados quanto às possibilidades de um campeonato concelhio fica a conhecer-se no editorial do *Goal* nº 6, ao haver a informação de o Alhandra Sporting Club ter optado por alinhar com a Associação de Foot Ball de Lisboa.³³ Ainda assim, não deixa de ser curioso que, no *Goal* nº 7, houvesse a notícia de que jogadores do Alhandra iriam alinhar num possível campeonato concelhio, embora inscritos noutros clubes de Vila Franca de Xira.³⁴ Mas, e porque o campeonato não se efetivou, os vários clubes do concelho, por si, continuaram a fazer jogos de futebol, a título individual ou inseridos em torneios.

2.1. REALIDADE SÓCIO-FINANCEIRA DOS CLUBES

Os dez números do *Goal* revelam que o período entre janeiro e março de 1933 se caracterizou por uma onda de mobilização das associações desportivas a organizarem os seus corpos sociais. Quanto a alguns deles, só se sabe estarem em fase de organização ou de reorganização, como eram os casos do Alverca Foot Ball Club,³⁵ o Operário Foot Ball Club Povoense e o União Marítimo.³⁶ Já relativamente ao Grupo de Foot Ball Operário Vilafranquense³⁷ e ao Sport Lisboa e Vila Franca,³⁸ conhecem-se os nomes que compunham os respetivos corpos sociais (Quadro nº 4).

2.2. AS FINANÇAS DOS CLUBES

Os clubes viviam essencialmente da dedicação dos adeptos, ou seja, das quotas que pagavam. Mas a indiferença das pessoas, por um lado, e, por outro, as conjunturas económicas nacional e internacional que então se vivia, levava a que houvesse mais uns clubes que outros a atravessarem dificuldades financeiras como era o caso do Alhandra Sporting Club,³⁹ o que provocava a desmobilização de jogadores, “muitas vezes pela modesta troca de passagem de comboio”.⁴⁰

2.3. ESTRUTURAS DESPORTIVAS

A maioria dos clubes do concelho tinha campos próprios onde se realizavam os seus treinos e jogos, embora não tenha sido possível saber-se onde e quais as condições que ofereciam. Ainda assim, conhecem-se quatro realidades:

- A primeira, do Alverca Foot Ball Club, que estava em negociações, não se sabe com quem, para a aquisição de um terreno destinado a recinto desportivo,⁴¹ desconhecendo-se onde se faziam os jogos;
- A segunda diz respeito ao Alhandra Sporting Club, que jogava no Campo da Hortinha,⁴² um recinto fechado,⁴³ não se sabendo quem era o proprietário;
- A terceira era relativa ao Sporting Club Caboense, também com um bom campo de futebol ainda que não fosse vedado, o que era “uma das condições indispensáveis para amearhar receitas”;⁴⁴
- Por fim, a quarta referência era ao Grupo de Foot Ball Operário Vilafranquense, que era proprietária do Campo Atlético de São Sebastião,⁴⁵ que, de acordo com várias notícias do *Goal*, tinha boas e modernas instalações,⁴⁶ com o campo de futebol a ser relvado,⁴⁷ razão para ser chamado “stadium da (...) [Vila Franca de Xira]”.⁴⁸ De acordo com o presidente deste clube, o capitão da Força Aérea José Maria Guedes Júnior, nestas obras de melhoramento, o clube já havia gasto 80 contos (400 €), a somar aos 40 contos (200 €) gastos em rendas,⁴⁹ desconhecendo-se quem era o senhorio, embora seja possível que fosse a própria autarquia.

Mas arranjos urbanísticos dentro da vila, que passava pela conclusão de uma rua, punham em causa a existência daquele recinto, fato que levava o jornal a criticar a autarquia pela falta de visão em não construir um novo estádio municipal, o que permitiria “que a Camara [tirasse] largos proveitos”.⁵⁰

QUADRO Nº 4 - Corpos Sociais de clubes		
Grupo de Foot Ball Operário Vilafranquense[1]	[Velho Operário] [2]	Sport Lisboa e Vila Franca[3]
Assembleia Geral	Conselho Técnico	Comissão Administrativa
Rodolfo dos Santos	Meneses Costa	José Ferreira de Almeida (Presidente)
José Horta Júnior	Josué Malta	Ortino Lilaia (Secretário)
Abel Guedes	Francisco H. Santos	António Dinis Lopes (Vice-Secretário)
José Geda	Firmino Lapa Duarte	João Rabaço (Tesoureiro)
	José Correia da Silva Valente	António de Oliveira (Vogal)
	Acácio Estevam de Jesus	Joaquim Alves Serrano (Vogal)
		Manuel Alves Carvalho (Vogal)
		Francisco Baron (Vogal)
Conselho Fiscal		
Amadeu Fonseca		
Alberto Malta		
João Franco		
Direção		
José Maria da Silva Guedes Júnior (Presidente – fundador)		
Ovídio Pereira da Silva		
Arsénio de Sousa		
Júlio Pereira Vitorino		
Cristino Costa		
Júlio Lobo		
João Nunes de Sousa		
Eduardo Pais		
Fontes: <i>Goal...</i> , Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933 - <i>Goal...</i> , Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.		

2.4. AINDA O FUTEBOL, MAS TAMBÉM O CICLISMO. FIGURAS CONHECIDAS

Logo no nº 2, e relacionado com o futebol, o jornal entrevistou o avançado-centro do Sport Lisboa e Benfica, Vítor Silva, que se mostrava disponível em apoiar sempre o Sport Lisboa e Vila Franca: “não terei duvida em vir a esta vila com um grupo de *vermelhos*”.⁵¹ E no *Goal* nº 7 informavam-se os leitores de que ele faria um treino dirigido aos jogadores do Sport Lisboa e Vila Franca, no campo de futebol de S. Sebastião.⁵²

O nº 4 do *Goal* noticia estar a promover-se um apoio aos ciclistas ribatejanos, José Maria Nicolau e Alfredo Trindade.⁵³ Depois de uma gripe que afetou José Maria Nicolau, sabe-se que ele já estava a treinar em terras do Ribatejo para as voltas à França e ao Brasil, na qualidade de campeão português.⁵⁴

3. VILA FRANCA DE XIRA CULTURAL

Apesar de o desporto mobilizar a maior parte da população, ela tinha outros atrativos, como pode depreender-se das pequenas notícias e anúncios saídos no *Goal*. Sendo o cinema uma arte dramática em expansão social até pela novidade de que se revestia, a população vilafranquense não podia ser-lhe indiferente, como o provam as sessões cinematográficas que, às quinta-feiras e aos domingos, se realizavam no Cine-Teatro Vilafranquense.⁵⁵ E o *Goal* fazia a sua parte, motivando o público - “Todo o bom cinéfilo deve ver (...), obra prima da cinematografia mundial”⁵⁶ -, e elogiando os promotores - “A nova empresa de Cinema de Vila Franca não se tem poupado a esforços para que aos seus frequentadores sejam apresentados os melhores filmes mudos”.⁵⁷

O teatro era outra forma de expressão artística que também era possível de existir em Vila Franca de Xira, quer por haver pessoas interessadas em o desenvolver, quer por haver público, quer por haver espaços, tanto o Cine-Teatro Vilafranquense, como a “[elegante]” boite do Club Vilafranquense. Assim o comprova a criação de uma companhia de teatro local, o Grupo Dramático Beneficente Afonso de Araújo, formado de atores amadores, conhecendo-se os nomes de Henrique Santos, Álvaro Guimarães, José da Silva e José da Horta Júnior, mas sabendo-se de outros, que não eram referidos. Muito naturalmente e no cumprimento de um dos objetivos do jornal, esta iniciativa era valorizada: “estamos certos que o Grupo Dramático voltará a marcar no nosso meio teatral o lugar a que tem direito”.⁵⁸ Esta companhia ensaiou e apresentou a público a comédia “O Senhor Roubado”, peça da autoria de Chagas Roquete. Mas além deste grupo da terra, a população vila-franquense ou parte dela também pôde assistir ao desempenho de um grupo de fora, o Club Estefânia, formado pelos atores amadores Fernanda Alves, Aida Couto, Ferreira da Silva, Fernandes Ribeiro, Raul Bensabat, Franco de Almeida, Álvaro Coimbra e Alfredo Neves, sendo encenador o ator Henrique Albuquerque, onde apresentaram a peça “Maré de Sorte”.⁵⁹

Os serões de sextas-feiras e, por pouco tempo, também, de terças-feiras, podiam ser passadas a ouvir as emissões radiofónicas da *Rádio Xira*. Um artigo saído no *Goal* (nº 4) permite que se fique com uma ideia desta iniciativa e dos seus promotores. Sabe-se que foram três jovens, que tinham por objetivo que Vila Franca de Xira tivesse a sua própria estação radiofónica. Sem dinheiro próprio para aguentar o projeto, também não tinham apoio financeiro da “parte dos endinheirados”, o que era razão para o *Goal* fazer um apelo ao apoio da população, pela importância de que se revestia aquela iniciativa:

Vila Franca pode orgulhar-se de possuir um posto emissor.

É pequeno. Necessário, pois, se torna que todos aqueles que reconheçam na existência da Radio Xira, uma necessidade imperiosa do nosso meio, auxiliem essa iniciativa louvável com todo o carinho.

A escolha do nome teve como preocupação central ser fácil de fixar, dizer e escrever. Não é

possível de ficar a saber-se onde ficavam as instalações, embora se saiba que sofreram obras de melhoramentos, o que permite deduzir que a iniciativa estaria a ter sucesso. A programação assentava principalmente na parte musical, com a transmissão de vários géneros de música, mas essencialmente clássica, ligeira, popular portuguesa e de dança, mas, também, de notícias locais e de última hora e, numa das emissões, de uma entrevista com o presidente do Sindicato Agrícola, Carlos José Gonçalves.⁶⁰ É de referir que muitos dos programas eram oferecidos por ouvintes, de dentro e fora de Vila Franca de Xira.⁶¹

Porque o *Goal* se assumia como impulsionador de iniciativas culturais, a realização de uma exposição de “pintura, aguarela, encadernação artística e desenho arquitetónico para todos os amadores de Vila Franca e localidades vizinhas” inseria-se nesse propósito.⁶²

Depois de lançar a ideia, foi constante o apelo à participação, para, no oitavo número, o jornal trazer já os nomes de alguns dos inscritos, como eram os casos de Antero Ferreira (artista em encadernações), Otávio Cunha (publicidade artística e aguarelas), Júlio Góis (publicidade artística, aguarelas e caricaturas) e, ainda, o “nucleo de Alhandra”, conhecendo-se deste grupo Augusto Bértolo (pintura a óleo e aguarela) e Alberto Jorge (desenho arquitetónico e aguarela).⁶³ Pelas várias notícias saídas, sabe-se que era intenção dos promotores que ela se realizasse em março, mas sem poderem indicar o local, por não estar ainda definido.⁶⁴

4. VILA FRANCA DE XIRA COMERCIAL

Pelos anúncios, poucos, que o jornal publicitava, é possível de detetar vários estabelecimentos comerciais que, em matéria de urbanismo comercial, era indiciador de um desenvolvimento que Vila Franca de Xira estava a começar a ter. Se, por um lado, indiciava um comércio inovador pelo que era vendido, como eram as telefonias ou a papelaria, por outro, pode ser entendido como um ramo tradicional, fortemente implantado na zona e nas populações, como era o caso do comércio de bicicletas. A meio, situavam-se os ramos da fotografia e do pronto-a-vestir:

- **Lojas de eletrodomésticos:** Diamantino Sacadura – Agente de rádios TSF da Philco em Vila Franca de Xira – Rua José Dias da Silva, 64;⁶⁵
- **Lojas de papelarias:** Papelaria F. A. Faria;⁶⁶
- **Lojas de fotografia:** Nunes Fotografo – Av^a da Vitória;⁶⁷
- **Lojas de bicicletas:** Arsénio de Sousa – Agente das bicicletas Olympique;⁶⁸
- **Lojas de vestuário e adereços:** Salão Liberdade, de Francisco José de Góis – venda de fatos de carnaval.⁶⁹

NOTAS

* Mestre em Estudos do Património-Universidade Aberta. Técnico Superior(história e Património). Divisão de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa.

¹ «Editorial Porquê?!...», in *Goal. Semanario Ribatejano de Desporto, Arte, Literatura*, Ano 1º-Nº 1, Vila Franca de Xira, Empresa Goal (em organização), 11 de janeiro de 1933.

² *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933.

³ «Novos Horizontes», in *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

⁴ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933.

⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933 a *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.

⁸ *Ibidem.*

⁹ *Ibidem.*

¹⁰ *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933.

¹¹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 5..., 8 de fevereiro de 1933.

¹² *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

¹³ «Porque razão não se pratica atletismo no Ribatejo?», in *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933.

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibidem.*

¹⁸ *Ibidem.*

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

²¹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933.

²² *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

²³ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933.

²⁴ *Ibidem.*

²⁵ *Ibidem.*

²⁶ *Ibidem.*

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ *Goal...*, Ano 1º-Nº 5..., 8 de fevereiro de 1933.

²⁹ *Ibidem.*

³⁰ *Ibidem.*

³¹ *Ibidem.*

³² *Ibidem.*

³³ *Goal...*, Ano 1º-Nº 6..., 16 de fevereiro de 1933; o jornal acusava a Associação de Foot Ball de Lisboa de ter contribuído para o fim dos campeonatos de Oeiras e Cascais (cf. *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933).

³⁴ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933.

³⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.

³⁶ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933.

³⁷ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.; *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933

³⁸ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933.

³⁹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 6..., 16 de fevereiro de 1933.

⁴⁰ *Goal...*, Ano 1º-Nº 6..., 16 de fevereiro de 1933.

⁴¹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

⁴² *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.

⁴³ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933.

⁴⁴ *Goal...*, Ano 1º-Nº 5..., 8 de fevereiro de 1933.

⁴⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.

⁴⁶ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

⁴⁷ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933.

⁴⁸ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.

⁴⁹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933.

- ⁵⁰ *Goal...*, Ano 1º-Nº 6..., 16 de fevereiro de 1933.
- ⁵¹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.
- ⁵² *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933.
- ⁵³ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 6..., 16 de fevereiro de 1933.
- ⁵⁴ *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933.
- ⁵⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.
- ⁵⁶ *Goal...*, Ano 1º-Nº 1..., 11 de janeiro de 1933.
- ⁵⁷ *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.
- ⁵⁸ *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933.
- ⁵⁹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 5..., 8 de fevereiro de 1933.
- ⁶⁰ *Goal...*, Ano 1º-Nº 9..., 16 de março de 1933.
- ⁶¹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 4..., 2 de fevereiro de 1933
- ⁶² *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 5..., 8 de fevereiro de 1933.
- ⁶³ *Goal...*, Ano 1º-Nº 9..., 16 de março de 1933.
- ⁶⁴ *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.
- ⁶⁵ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933; na redação do jornal *Goal* também se vendiam rádios.
- ⁶⁶ *Goal...*, Ano 1º-Nº 2..., 18 de janeiro de 1933.
- ⁶⁷ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 9..., 16 de março de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.
- ⁶⁸ *Goal...*, Ano 1º-Nº 3..., 25 de janeiro de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 8..., 9 de março de 1933; *Goal...*, Ano 1º-Nº 10..., 23 de março de 1933.
- ⁶⁹ *Goal...*, Ano 1º-Nº 7..., 23 de fevereiro de 1933.

A Feira Anual de Vila Franca de Xira.

Breves considerações

IDALINA MESQUITA¹ E JOÃO ALVES RAMALHO²

Considerada como um dos cartões-de-visita da cidade, a Feira Anual de Vila Franca de Xira tem origens tão remotas que se perdem no tempo. «Desde 1645 (Rodrigo Mendez da Silva, Poblacio General de España) que nos chegam notícias da feira de Vila Franca. Era feira franca e durava três dias em torno do primeiro Domingo de Outubro.»³ Sabe-se também que «(...) em 1746 a sua realização passou a estar a cargo da Ordem Terceira da Santíssima Trindade.»⁴

Já em 1759, nas memórias paroquiais de Vila Franca de Xira, o então prior de Vila Franca, Joze da Silva Correa, deixa-nos uma nota sobre as queixas dos feirantes acerca dos elevados impostos de sisa a que se sujeitavam em Vila Franca: «Tem feira franca no primeiro domingo de Outubro, não obstante serem os feirantes vexados pelos siseiros, pedindo-lhes muitas vezes sisa do que se lhes não deve pagar.»⁵

Não resistimos aqui, e apenas a título de curiosidade, em continuar a leitura deste breve trecho sobre os elevados impostos que se faziam sentir, para darmos conta de uma outra questão que nos parece bastante curiosa. Assim, continua o autor: «O mesmo experimentam os pescadores da terra, de sorte que está padecendo falta de pescado fresco e salgado pelo dito vexame, em tal forma que querem ir antes ao porto de Alhandra vendê-lo por acharem lá maior equidade do que na mesma terra onde são moradores, e por esta causa padece o povo.»⁶

Em 1856 o bacharel João Ferreira da Silva Amaral, escreve-nos assim no primeiro volume do seu manuscrito *Ofertas Históricas Relativas à Povoação de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*: «O local da feira o campo e praça de toiros em frente da Igreja de Nossa Senhora das Mercês na entrada da Vila, era muito concorrida de Mercadores de Lã, e Seda de Lisboa, Capelistas da mesma cidade, ourives aos quais se juntavam os do Porto, começava o seu alinhamento no princípio da Rua do Alegrete e continuava pelo lado direito até findar no edifício do Celeiro da Patriarcal. Vinham Caldeireiros, Latoeiros, Sapateiros, Louceiros, Cordoeiros e Algibebes, de Lisboa, do Alentejo e da Covilhã (...).

Na praça dos toiros alojavam as grandes canastras de fruta dos Coitos de Alcobaça verdes e secas, legumes, varas de castanho para sacudir as oliveiras; bodegas com comida, e vinho; e nesta ocasião aparecia já boa carne de porcos cevados em casa; e era do tom da moda de noite petiscar uma isca de porco, ou um prato de mexilhões cozinhados pelas Mães Pretinhas que de Lisboa vinham à feira para cozinhar os mexilhões vendendo-os.»⁷

Sem dúvida de que se tratava de uma feira com grande importância do ponto de vista económico. Talvez mesmo um dos polos de comércio mais importantes da região, com uma área de abrangência bastante extensa, pelo que continua João Amaral: «O desembarque no lugar da feira convidava a frequentarem-na os moradores de Lisboa pela facilidade e comodidade da jornada pelo Tejo. Os habitantes das Vilas cinco léguas em circunferência desta todos vinham à feira comprar panos enfeites, peças de oiro e prata, utensílios de cobre, arame amarelo, estanho e barro.»⁸

A tudo isto acrescia ainda o facto de a Feira trazer outras formas de rendimento à povoação. Os feirantes procuravam alojamento em Vila Franca de Xira, «(...) pagando terças e quartas partes das rendas por aqueles oito dias que ali se demorassem (...)»⁹

No entanto, João Amaral acaba por acusar uma certa decadência na Feira de Outubro, dizendo-nos que: «A causa que destruiu esta feira, e a arruinou, nenhuma outra foi senão a Feira do Campo Grande que se criou: crescia esta, diminuía a de cá, facto este visível e que ainda hoje se experimenta nesta Vila; a do Campo Grande também já declina, não obstante meter gado vacum, e cavalari, e a proximidade da capital que afluí ali com os seus moradores.»¹⁰



Fig. 1- Campo da Feira, s.d., bilhete-postal, ed. Papelaria e Tipografia de Paulo Guedes & Saraiva. (col. MMVFX).

Pegando numa obra tão incontornável como a é *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, não podemos deixar de reparar nas seguintes observações de Francisco Câncio: «A Borda d'Água é, segundo o Dr. José Leite de Vasconcelos (Etnografia Portuguesa Vol. III), expressão meramente popular, cujo protótipo se vislumbra, já em 1527 (...).»¹¹ Mais à frente continua: «Borda d'Água é expressão muito mais restrita que Ribatejo, mas sem delimitação rigorosa, como acontece com a maior parte das denominações populares.»¹²

Mas o aspeto mais curioso desta reflexão de Francisco Câncio acerca da Borda d'Água reside nesta sua frase, que passamos a citar: «À afamada feira de Vila Franca de Xira chamavam os velhos: feira da Borda d'Água.»¹³ Tal era a dimensão, importância e impacto da feira em toda a região circundante.

Com as transformações socioeconómicas que se foram sentindo no país, o desenvolvimento das vias de comunicação e subsequente diversificação dos meios de transporte, as feiras foram perdendo alguma da importância comercial que as caracterizava. No entanto, numa clara evidência de capacidade de adaptação, as feiras passaram, também elas, por um extenso processo de transformação e adaptação, o qual se revelou, e a título de exemplo, num acréscimo da importância festiva e nos divertimentos existentes nos próprios recintos das feiras.

Olhando para a imprensa escrita da primeira metade do século XX, deparamo-nos com um evidente esforço de transformação. Procuravam-se introduzir mudanças nos moldes em que a feira de Vila Franca de Xira se realizava. Em 1929, foi criada pela Câmara Municipal uma comissão organizadora que tinha como incumbência dar ao certame um novo incremento. Era necessário remodelar e modernizar o espaço, alterar o aspeto estético das barracas e proporcionar condições para a vinda de mais feirantes.

Progressivamente vão sendo acrescentados mais divertimentos e até mesmo prémios pecuniários para os proprietários das barracas com melhor apresentação.

Ainda antes da chegada da década de quarenta, a feira ganha novo alento. Agora instalada no Campo do Cevadeiro, estrutura-se através de avenidas, num estilo algo semelhante ao da feira de Sevilha.

Nas breves pesquisas que desenvolvemos não conseguimos chegar à conclusão acerca de uma data concreta da passagem da feira para o Campo do Cevadeiro, passagem essa que, se calcula, tenha ocorrido na década de 20, até porque, em ata de reunião de Câmara de 16 de setembro de 1930 (p. 152) se fala já da «realização de festivais no Campo do Cevadeiro durante a Feira Anual de Outubro.»¹⁴

Mas ainda nesse mesmo ano, em ata de reunião de Câmara de 30 de setembro,¹⁵ somos informados de um pedido das Companhias reunidas de Gaz e Eletricidade da intenção de instalar quatro postes no Campo da Feira em Vila Franca.

Que impacto terá tido a chegada da eletricidade à Feira? Que novas descobertas se terão feito, que novos mundos se terão aberto?

Soeiro Pereira Gomes, na sua obra *Esteiros*, publicada em 1941, dá-nos uma ajuda: «(...) à noite, iam todos para a Feira. A lua, bondosa, emprestava reflexos de prata às serapilheiras e riscados. E, se acaso se escondia entre nuvens, lá estavam as mil lâmpadas de cores para corrigir o desbotado das pinturas. À noite, a Feira era outra.

Por isso, Gineto passou a tarde ansioso pelo acender das luzes e, depois, achou mais atraente a palidez doentia da rapariga da barraca de tiro, que se chamava Rosete e tinha uns olhos esquisitos como o seu nome.»¹⁶



Fig. 2 - Exposição e Feira Anual de Gado, s.d., bilhete-postal, ed. Union Postale Universelle (col. MMVFX).



Fig. 3- Feira Anual de outubro, Goes, s.d. (col. MMVFX).



Fig. 4 - Feira Anual de outubro, Goes, s.d. (col. MMVFX).



Fig. 5 - Feira Anual de outubro, Ricardo Caetano, 11 de outubro de 2012 (col. DIMRP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento urbano, que se fez sentir no concelho nas últimas décadas, introduziu um novo pulsar na Feira Anual de Vila Franca, pulsar esse reforçado pelo surgimento, em 1980, do Primeiro Salão de Artesanato, criação, em 2003, do novo Parque Urbano do Cevadeiro, bem como a edificação do Pavilhão Multiusos em 2011.

Independentemente da dimensão que a Feira de Outubro possa ter atingido ao longo da sua existência, a verdade é que as feiras, de um modo geral, constituem, desde sempre, espaços económicos de inegável importância, mas também momentos de quebra e rompimento com o quotidiano das pessoas e das comunidades.

De certa forma, em Vila Franca, é como se o ano acabasse em outubro e um novo começasse.

Os odores deixados no ar pelos assadores de castanhas e as roulottes das farturas espalham-se pelo recinto, anunciando o outono.

Por toda a cidade se veem alusões à feira. Os campinos e os toiros marcam presença sempre assídua. No “campo da feira”, feirantes e artesãos deslumbram-nos com todo um sem número de bens e de artes. É como se o campo e a cidade se reencontrassem. Faz-se uma pausa, adquire-se um novo ânimo. Juntam-se familiares e amigos, estreitam-se laços.

No fim, espera-se pelo ano que vem.

NOTAS

- ¹ Técnica Superior no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Licenciada em História, Variante de História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- ² Técnico Superior no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Licenciado em Antropologia Social pelo ISCTE/IUL.
- ³ CAMACHO, Clara, *Festas Romarias e Arraiais*, Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1993, p. 21.
- ⁴ VARGAS, José Manuel, “Memórias Paroquiais de Vila Franca de Xira”, in *Boletim Cultural 4*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992, p. 72.
- ⁵ CORREA, Joze da Silva, “Memórias Paroquiais de Vila Franca de Xira”, in *Boletim Cultural 4*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992, p. 72.
- ⁶ VARGAS, José Manuel, “Memórias Paroquiais de Vila Franca de Xira”, in *Boletim Cultural 4*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1992, p. 72-73.
- ⁷ AMARAL, João Ferreira da Silva, *Ofertas Históricas Relativas à População de Vila Franca de Xira para Instrução dos Vindouros*, Vol. I, 2.^a ed., Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 1991, p. 109.
- ⁸ Idem.
- ⁹ Ibidem.
- ¹⁰ Ibidem, p. 110.
- ¹¹ CÂNCIO, Francisco, *Ribatejo Lendário e Pitoresco*, Lisboa, Instituto de Coimbra e Instituto Português de Arqueologia, 1946/1947, p. 106
- ¹² Idem.
- ¹³ Ibidem.
- ¹⁴ Fonte: A.M.V.E.X.
- ¹⁵ Fonte: A.M.V.E.X.
- ¹⁶ GOMES, Soeiro Pereira, *Esteiros*, 4.^a ed., Lisboa, Publicações Europa América, 1962, pp. 33-34.